



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

FERNANDA KELLY DO ESPIRITO SANTO SILVA

**A PRESENÇA ESTRANGEIRA NA
IMPrensa DO PRIMEIRO REINADO:
UM ESTUDO SOBRE A REVOLTA
DOS SOLDADOS ALEMÃES E
IRLANDESES NO JORNAL AURORA
FLUMINENSE (1827-1831)**

FERNANDA KELLY DO ESPIRITO SANTO SILVA

A PRESENÇA ESTRANGEIRA NA IMPRENSA DO PRIMEIRO REINADO: UM ESTUDO SOBRE A REVOLTA DOS SOLDADOS ALEMÃES E IRLANDESES NO JORNAL AURORA FLUMINENSE (1827-1831)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Área de concentração: Poder, Cultura e Representações.

Orientadora: Moema de Rezende Vergara

Rio de Janeiro
2023

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

S586 Silva, Fernanda Kelly do Espirito Santo
A presença estrangeira na imprensa do Primeiro Reinado:
um estudo sobre a revolta dos soldados alemães e
irlandeses no jornal Aurora Fluminense (1827-1831) /
Fernanda Kelly do Espirito Santo Silva. -- Rio de Janeiro,
2023.

221

Orientador: Moema de Rezende Vergara.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História,
2023.

1. Imprensa. 2. Estrangeiros. 3. Revolta. I. Vergara,
Moema de Rezende , orient. II. Título.

FERNANDA KELLY DO ESPIRITO SANTO SILVA

A PRESENÇA ESTRANGEIRA NA IMPRENSA DO PRIMEIRO REINADO: UM ESTUDO SOBRE A REVOLTA DOS SOLDADOS ALEMÃES E IRLANDESES NO JORNAL AURORA FLUMINENSE (1827-1831)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Área de concentração: Poder, Cultura e Representações.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Moema de Rezende Vergara (Orientadora) - MAST

Prof^a. Dr^a. Anita Correia de Lima Almeida - UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Isabel Idelzuite Lustosa da Costa – UNL

*Aos meus queridos e amados pais, Maria José e Antonio Carlos,
Ao meu irmão, Rafael Vitor,
Ao meu tio, Carlos Antonio,
Aos Silva, em todas as suas variações (Espírito Santo Silva, Moraes Silva, Fabrício
Silva e Nascimento Silva),*

À tia Cláudia Helena (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Eu perdi a conta de quantas vezes eu desisti do mestrado acadêmico, porque certamente foram muitas, mas gostaria de nesse momento agradecer a todos que não me deixaram esmorecer, e acompanharam a minha trajetória até aqui.

Por muitas vezes eu imaginei como iria começar os meus agradecimentos, e, baseado nisso, os escrevi antes mesmo de terminar a redação dessa dissertação, pois o desejo de retribuir individualmente a todos os envolvidos, ainda que com palavras, me guiou ao longo dos meses finais de escrita e materialização da minha pesquisa.

Agradeço ao meu Deus, que nos momentos de depressão e ansiedade esteve ao meu lado, manifestando sua infinita graça e misericórdia na minha vida. Graças a ele, eu mantive a esperança de finalizar esse período da minha trajetória acadêmica, e continuar, aos “trancos e barrancos”, sem desistir, ao menos, não definitivamente.

Agradeço aos meus pais, Antonio Carlos e Maria José, a quem amo e admiro profundamente, que sempre acreditaram no meu potencial e torceram pelos meus sonhos e objetivos.

Agradeço ao meu querido, e ao mesmo tempo insuportável irmão, Rafael Vitor, por ser meu “bloco de notas”, e me ouvir durante incontáveis horas sobre a forma como eu gostaria de conduzir a minha pesquisa, assim como pelo seu incentivo e “puxões de orelha” merecidos.

Agradeço ao meu tio Carlos, que também foi um ouvinte fiel.

Agradeço à tia Cláudia Helena, presidente do meu “fã clube”.

Agradeço às irmãs do círculo de oração da minha igreja que oraram e intercederam junto ao corpo de membros de nossa congregação pela minha vida, pela minha trajetória acadêmica, pela minha saúde e pelo meu sucesso profissional. Essas mulheres que por muitas vezes se alegraram e choraram com meus relatos, e certamente celebrarão essa conquista, como tantas outras, sejam elas quais forem, por muitos outros anos.

Agradeço às professoras Regina Warderley e Camila Borges da Silva, responsáveis pela minha inserção no mundo da pesquisa histórica, quando eu ainda estava na graduação, e que se constituíram como vozes na minha consciência durante o processo de pesquisa.

Agradeço à professora Jane Santos, minha supervisora e companheira de pesquisa dos projetos de extensão dos quais fiz parte como pesquisadora extensionista discente, e que me auxiliaram financeiramente a permanecer na pós-graduação.

Agradeço ao grupo de estudos de História e Ciência, do qual participei durante a pandemia mundial de Covid 19, e aos seus integrantes, pelo acolhimento, pela troca de experiências e pelas conversas, que eu guardarei comigo, com toda a certeza.

E por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer à minha orientadora, Moema de Rezende Vergara, por sua orientação, conselhos e paciência durante todo o processo de pesquisa e redação da dissertação. Eu sei que eu dei trabalho, Moema, mas a você, os meus mais sinceros agradecimentos. Obrigada por me ajudar a concretizar esse momento.

RESUMO

Silva, Fernanda Kelly do Espirito Santo. **A presença estrangeira na imprensa do Primeiro Reinado: um estudo sobre a revolta dos soldados alemães e irlandeses no jornal Aurora Fluminense (1827-1831)** / Fernanda Kelly do Espirito Santo Silva.

-- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

Esta dissertação tem por temática a presença estrangeira no Brasil no período que circunscreveu o Primeiro Reinado, por meio da análise das fontes periódicas da primeira metade do século XIX, a partir de um evento específico: a revolta dos soldados alemães e irlandeses aquartelados no exército brasileiro, ocorrida no ano de 1828, no Rio de Janeiro. O objetivo principal da pesquisa foi a identificação dos discursos a respeito desses estrangeiros no Brasil, mediante as posturas assumidas nos jornais em meio à repercussão dessa insurreição. Para tanto, foi proposto uma análise qualitativa dos discursos do jornal Aurora Fluminense (1827-1831), por sua centralidade no debate sobre a revolta em questão, sobretudo no diálogo estabelecido com os demais jornais que noticiaram o levante. A abordagem teórica foi baseada nas noções de *opinião pública* presentes nas obras de Marco Morel, e nos conceitos de *apropriação e representação*, de Roger Chartier.

Palavras-chave: Imprensa; Estrangeiros; Revolta; Primeiro Reinado.

RESUME

Silva, Fernanda Kelly do Espirito Santo. **The foreign presence in the press of the First Reign: a study of the riot of German and Irish soldiers in the newspaper Aurora Fluminense (1827-1831)** / Fernanda Kelly do Espirito Santo Silva. -- Federal University of the State of Rio de Janeiro, 2023.

The theme of this dissertation is the foreign presence in Brazil during the First Reign, examined through an analysis of periodical sources from the first half of the 19th century, based on a specific event: the 1828 riot of German and Irish soldiers stationed in the Brazilian army, which took place in Rio de Janeiro. The main objective of the research was to identify discourses surrounding these foreigners in Brazil, as reflected in the stances adopted by newspapers amid the repercussions of this insurrection. For this purpose, we conducted a qualitative analysis of the discourses in the newspaper *A Aurora Fluminense* (1827–1831), due to its central role in the debate on the uprising, particularly in its dialogue with other newspapers that reported on the riot. The theoretical approach draws on Marco Morel's notions of *public opinion* and Roger Chartier's concepts of *appropriation* and *representation*.

Keywords: Press; Foreigners; Riot; First Reign.

LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Primeira edição do jornal Aurora Fluminense	35
Imagem 02 - Epígrafe do jornal Aurora Fluminense.....	38
Imagem 03 - Aviso presente na seção de <i>Variedades</i> do jornal <i>Aurora Fluminense</i>	40
Imagem 04 - Anedota presente no jornal Aurora Fluminense.....	40
Imagem 05 - Errata presente no jornal <i>Aurora Fluminense</i>	41
Imagem 06 - Anúncio presente no jornal <i>Aurora Fluminense</i>	41
Imagem 07 – Litogravura do Jardim Botânico.....	56
Imagem 08 – Gravura da colônia chinesa presente no Jardim Botânico.....	56
Imagem 09 – Gravura de Novo Friburgo	58
Imagem 10 - Pintura da Fazenda Pombal, Colônia Leopoldina, Bahia	60
Imagem 11 - Pintura da Vista da Fazenda Pombal, Colônia Leopoldina.....	60
Imagem 12 - Georg Anton Aloysius Schäffer.	61
Imagem 13 – Uniformes dos Batalhões Estrangeiros	67
Imagem 14 - Desenho dos uniformes do Batalhão dos Caçadores, a partir dos relatos de Schlichthorst	75
Imagem 15 – Desenho dos uniformes militares, em 1825	76
Imagem 16 - Gravura do Largo do Paço	89
Imagem 17 - Parada militar no Campo de Santana	93
Imagem 18 - Palácio de São Cristóvão, ou Quinta da Boa Vista.....	140
Imagem 19 – Mapa da baía do Rio de Janeiro	153
Imagem 20 - Recorte do Mapa Plan de la Baie de Rio-Janeiro	154
Imagem 21 - Desenho do uniforme da Guarda de Honra	163
Imagem 22 - Gravura Costume des archers	164
Imagem 23 – Gravura das vestimentas dos ministros	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI - Arquivo Diplomático da Independência

AHMI - Arquivo do Museu Histórico Imperial

BN - Biblioteca Nacional

SUMÁRIO

Apresentação.....	13
Introdução.....	19
Capítulo 1 – O jornal Aurora Fluminense	36
1.1 Aurora Fluminense e sua organização enquanto jornal	36
1.2 Princípios gerais atribuídos ao jornal <i>Aurora Fluminense</i>	44
Capítulo 2 - Os estrangeiros.....	51
2.1 Iniciativas para a inserção de estrangeiros no Brasil	51
2.2 Chineses, italianos, suíços e alemães	55
2.3 Os alemães, Georg Anton Aloysius Schäffer e sua missão enquanto agente de imigração	62
2.4 Regimentos dos Estrangeiros e a inserção dos soldados alemães no exército brasileiro	66
2.5 Cotidiano dos soldados alemães no interior do exército brasileiro, a partir do relato de Carl Schlichthorst.....	70
2.6 Empecilhos à imigração e incorporação alemã ao Exército Brasileiro	78
2.7 Os irlandeses, William Guilherme Cotter e sua incorporação ao Exército Brasileiro... ..	82
2.8 Chegada dos irlandeses ao Brasil.....	88
Capítulo 3 - Os estrangeiros nas páginas dos jornais	97
3.1 Os irlandeses após sua chegada ao Rio de Janeiro	97
3.2 Embate entre os jornais <i>A Astréa</i> , <i>L'écho</i> e a <i>Aurora Fluminense</i>	99
3.2 Os irlandeses, de volta, às páginas da <i>Aurora Fluminense</i>	111
3.3 Embates e considerações dos jornais <i>Aurora Fluminense</i> e <i>O Censor Brasileiro</i> sobre os irlandeses.....	122
3.4 Embates e considerações dos jornais <i>Aurora Fluminense</i> e <i>The Rio Herald</i> sobre os irlandeses	133
Capítulo 4 - A revolta dos soldados alemães e irlandeses no Rio de Janeiro	137
4.1 O estopim da revolta: o 2º Batalhão de Granadeiros, em São Cristóvão	137
4.2 O desenrolar da revolta: o 28º Batalhão de Caçadores, na Praia Vermelha.....	155
4.3 O episódio final da revolta: o 3º Batalhão de Granadeiros no Campo de Aclamação.....	159
4.4 Consequências imediatas provocadas pela revolta dos estrangeiros	169
Capítulo 5 - A revolta dos soldados alemães e irlandeses nos jornais	173
5.1 As primeiras versões do motim na <i>Aurora Fluminense</i> e na <i>Astréa</i>	173
5.2 Debate sobre as estratégias de contenção e punição adotadas no cenário pós revolta	182

5.3 Embates e considerações dos jornais <i>Aurora Fluminense</i> , <i>Astréa</i> e <i>The Rio Herald</i> sobre a revolta dos Batalhões Estrangeiros.....	189
5.4 Últimas menções aos soldados revoltosos na <i>Aurora Fluminense</i> e o fim dos Batalhões Estrangeiros.....	205
6 Considerações finais.....	211
7 Referências Bibliográficas.....	213

Apresentação

A presente pesquisa teve início ainda na graduação em História, quando fui bolsista de Iniciação Científica no projeto "Os discursos sobre as ordens honoríficas nos jornais do período regencial: sociedade e política (1831-1837)", coordenado pela Profª Drª Camila Borges da Silva, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Durante esse período, trabalhei diretamente com o jornal *A Aurora Fluminense*, por meio do qual tive meu primeiro contato com a questão da presença de soldados estrangeiros no Brasil, em especial com os irlandeses.

O surgimento desse jornal coincidiu com a chegada desses imigrantes ao Brasil, e sua presença tornou-se um tema recorrente em suas páginas, juntamente com as ideias liberais que o periódico buscava difundir no país. Com base nisso, *A Aurora Fluminense* emitiu opiniões e assumiu posicionamentos, que foram declarados em diálogo e embate com os demais periódicos em circulação no período correspondente aos anos finais do Primeiro Reinado.

Somados a outros estrangeiros, parte desses irlandeses foram forçados ao serviço militar do Império e incorporados aos Batalhões Estrangeiros do Exército Brasileiro, sendo comumente encarados como "mercenários".¹ Entretanto, em 1828,

¹ Diante das atribuições de sentido aplicadas a noção de "mercenário", optou-se nessa dissertação, pelo emprego das palavras "estrangeiros", "imigrantes", "soldados" e "militares estrangeiros" para fazer referência aos irlandeses. Empregada a homens que lutaram em conflitos desde a Antiguidade, a palavra "mercenário", de acordo com Walter Ostells, vem do termo latino *mercenarius*, que significa "um soldado contratado mediante dinheiro" ou um "doméstico que se paga". Segundo o autor, um mercenário poderia ser definido, propriamente, como "um prestador de serviços que, independentemente das causas, motivações, acontecimentos, meios de recrutamento e de retribuição, coloca uma força armada à disposição de um empregador (público ou privado)". Diante disso, Ostells pontuou que os "combatentes não nacionais foram se espalhando pelo mundo juntamente com a globalização do comércio e dos conflitos. Por essa razão, adotaram o tema *Obrs patria nostra* ("O mundo é a nossa pátria)". Para ele, a partir de 1789, com a Revolução Francesa, os mercenários passaram a ser encarados sob uma ótica negativa, tendo em vista que foram considerados como "homens sem fé nem lei, que se vendem a quem pagar mais", mas ao mesmo tempo, se constituíram como "a espinha dorsal dos exércitos europeus". Bruyère-Ostells, Walter. **História dos Mercenários: de 1789 aos nossos dias**. São Paulo: Contexto, 2012; p. 8-10; Após o fim das guerras napoleônicas, gerações forjadas na arte da guerra se viram sem ocupação, e se depararam com a possibilidade de imigração voltada aos fins militares, e no engajamento das guerras de independência da América do Sul, que incluíram o Brasil como destino. Envolvidos nos conflitos pela emancipação brasileira, os soldados estrangeiros alocados ao exército e à marinha brasileira passaram a ser encarados como "mercenários", associados à sua adjetivação, sobretudo, negativa. No caso da Marinha, Nélio Galsky atribuiu essa adjetivação à questão das "presas" e "butins". Galsky, Nélio. **Mercenários ou libertários. As motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da independência do Brasil** / Nélio Galsky. – (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006. p. 11-13. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/896/projeto/Dissert-nelio-galsky.pdf>

revoltaram-se junto aos soldados alemães² por três dias. Diante disso, *A Aurora Fluminense* que já concedia espaço para abordar a presença desses estrangeiros, deu enfoque às informações que envolveram essa amotinação, além de emitir suas considerações e conclusões sobre o acontecido.

A revolta dos soldados alemães e irlandeses já foi abordada na historiografia por meio de diferentes fontes históricas, como: documentos de diferentes instituições e acervos, pinturas, diários de viagem e periódicos. No entanto, as contribuições sobre o tema têm utilizado o jornal *A Aurora Fluminense* principalmente como fonte para uma abordagem descritiva do levante, sem problematizar os posicionamentos assumidos pelo periódico em relação à presença e à insurreição desses estrangeiros.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi identificar os discursos proferidos no jornal *A Aurora Fluminense* sobre os soldados estrangeiros, alemães e irlandeses, a partir da revolta que empreenderam nos quartéis e nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, foram definidos objetivos específicos, como: abordar as circunstâncias do recrutamento de alemães e irlandeses para o exército brasileiro, compreender o desenvolvimento e os desdobramentos da revolta, elencar os efeitos que o levante exerceu sobre a incorporação de estrangeiros nas forças militares e na composição populacional do Império do Brasil, bem como analisar o papel exercido pelos jornais nesse acontecimento.

Nesse sentido, estabelecemos um diálogo com as produções acadêmicas que trabalharam direta ou indiretamente essa questão, e retomamos pontos anteriormente levantados por suas pesquisas e fontes, sobretudo os trabalhos dos autores Fernando Basto (1970), Ruth Kato (1998), Gilmar Pozo (2010), Juvêncio Lemos (2013) e Rodrigo Trespach (2019) e, em meio a isso, propusemos uma abordagem que privilegia a análise das fontes periódicas, com o devido destaque para o jornal *A Aurora Fluminense* (1827-1831), disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Como primeira abordagem no trato das fontes, foi utilizada a ferramenta de pesquisa por palavras-chave, disponível na aba de buscas avançadas da

² Utiliza-se o termo alemães/alemão/Alemanha baseado numa perspectiva linguística-cultural e não política, uma vez que a Unificação Alemã só foi formalizada em 1871. Além disso, essa nomenclatura foi empregada extensivamente no jornal *Aurora Fluminense* e na documentação referente a esses estrangeiros no Brasil. Para mais informações sobre o uso da palavra alemão, Cf. Trespach, Rodrigo. **1824: como os alemães vieram parar no Brasil, criaram as primeiras colônias, participaram do surgimento da Igreja protestante e de um plano para assassinar D. Pedro I.** São Paulo: LeYa Brasil, 2019. p. 42-43.

Hemeroteca, no intuito de realizar um levantamento inicial dos vocábulos e expressões referentes aos imigrantes alemães e irlandeses. A consulta se deu por meio da inserção de palavras mais gerais, entre aspas, como: “Alemanha”, “alemães”, “Irlanda” e “irlandeses”.

Apesar de um número limitado de ocorrências, foi possível a localização de menções ao objeto de estudo. Com base nisso, foi notório que no extrato do mesmo texto era possível encontrar as palavras acima citadas, redigidas com grafias diferentes. Dessa forma, foram listadas as suas variações: “Allemanha”, “allemães”, “allemãa”, “alemão”, “prussiano”, “soldados alemães”, “Irllanda”, “irlandezes”, “illandezes”, “irlandez”, “soldados irlandezes”.

Ao serem utilizadas em novas buscas, essas mesmas expressões proporcionaram a identificação de novos vocábulos, como: “forasteiros”, “extrangeiros”, “mercenários”, “colonos”, “colonos de baionetta”, “soldados de olhos azuis e cabelo loiro”, “soldadesca”, “força estrangeira”, “batalhões estrangeiros”, “tropas estrangeiras” e “tropas heterogêneas”.

Dessa forma, foi possível realizar um levantamento preliminar de 46 edições do jornal *A Aurora Fluminense*³, com menções diretas e indiretas à presença de soldados alemães e irlandeses no Brasil e à sua revolta, publicadas entre os anos de 1827 e 1835.

A busca por palavras-chave não substituiu a análise individual das edições do jornal, mas constituiu-se na fase inicial da pesquisa, que prosseguiu com a leitura e análise das 575 publicações do jornal *A Aurora Fluminense*, correspondentes ao período de 1827 a 1831, abrangendo o recorte temporal deste estudo.

Nesse sentido, foram realizadas transcrições de passagens pertinentes à temática dos alemães e irlandeses, tanto no que se referia ao seu cotidiano na Corte, quanto em relação à sua revolta. Considerou-se também o que foi publicado sobre a participação de escravizados e das tropas inglesas e francesas na contenção do levante, evidenciando como o jornal abordou seu envolvimento no desfecho do motim.

Para tanto, organizou-se um quadro de coleta de dados baseado nas fichas de catalogação e classificação de periódicos realizado pelo software *SophiA*, adotado pela Biblioteca Nacional na gestão de seus documentos. Além disso, foram

³ *Aurora Fluminense*, N^{os} 0001 (1), 13, 16, 23, 25, 30, 31, 34, 37, 39, 45, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 74, 86, 93, 105, 120, 157, 161, 167, 173, 174, 201, 203, 211, 248, 296, 304, 315, 368, 373, 427, 497, 536, 606, 825 e 1094.

consideradas as sugestões de ficha de análise indicadas por Marco Morel e Mariana Barros para auxiliar no levantamento de dados de pesquisa vinculados à imprensa, adaptadas às pretensões da atual pesquisa.⁴

O quadro de análise foi formulado para abordar questões relacionadas à materialidade do jornal *A Aurora Fluminense*, considerando aspectos como sua estruturação e organização, local de impressão, pontos de venda, circulação, autoidentificação político-cultural, publicização de obras e livros, e os jornais com os quais estabelecia diálogo, para que assim, pudessem ser contemplados aspectos que contribuíssem para o enquadramento do jornal *A Aurora Fluminense* na imprensa oitocentista, da primeira metade do século XIX.⁵

Em composição a isso, procurou-se elencar aspectos relacionados aos estrangeiros, com o levantamento mais aprofundado de conceitos e vocábulos, bem como a identificação dos discursos e posicionamentos referentes aos soldados alemães e irlandeses e da revolta por eles empreendida, visando acompanhar os desdobramentos do tema.

A partir dessa abordagem, procurou-se identificar as inclinações e opiniões divulgadas na *A Aurora Fluminense*, bem como os aspectos dos quais o jornal se afastou ou condenou, explanando suas consistências e variações, levando em conta a redação e disseminação do que foi publicado e difundido.

A partir desses parâmetros, foi possível identificar a presença de outros jornais que também discutiam a temática, uma vez que o próprio jornal *A Aurora Fluminense* frequentemente reproduzia trechos desses periódicos, ora divulgando apenas a passagem desejada, ora publicando o recorte e acrescentando suas próprias considerações, como uma forma de resposta aos demais. Entre esses jornais, estiveram: *Espelho Diamantino (1827-1828)*, *Courrier du Brésil (1828)*, *Jornal do Comércio, Astréa (1826-1832)*, *O Censor Brasileiro (1828)*, *Diário Fluminense (1828)* e *The Rio Herald (1828)*, *O Imparcial (1826-1828)*, entre outros.

Apesar de não recorrer propriamente à análise dos discursos dos demais jornais, procurou-se elencar aqueles que se inseriram ao debate referente à revolta

⁴ Cf. MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX** / Marco Morel, Mariana Monteiro de Barros. - Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

⁵ Exemplo da ficha de análise dos periódicos utilizada na pesquisa, disponível em: https://docs.google.com/document/d/1b76FLae2FO4Nkw3UbMjMal-U8l49q6EHv9lF_esWF0/edit?usp=sharing

dos estrangeiros alemães e irlandeses junto à *A Aurora Fluminense*, explicitando as características da rede de comunicação estabelecida entre eles, considerando que os responsáveis pelas publicações, liam, corroboravam, confrontavam e divulgavam as produções uns dos outros.

Paralelamente, buscou-se averiguar se os fragmentos reproduzidos em suas páginas corresponderam às publicações originais dos demais jornais, procurando dessa maneira, evidenciar se os extratos de texto foram ajustados ou manipulados pela *A Aurora*, quando possível.

Diante disso, torna-se importante também ressaltar alguns pontos nessa fase de levantamento junto aos demais jornais. O primeiro deles envolveu a questão da longevidade das publicações, considerando que a tiragem de alguns deles foi limitada a poucos números, de maneira que o próprio diálogo sobre as percepções da revolta se encerrou diante do fim de suas publicações (*Espelho Diamantino*, *Censor Brasileiro* e *The Rio Herald*). O segundo refere-se à sua preservação, já que alguns dos números dos jornais citados na *A Aurora Fluminense*, ou não foram digitalizados ou se perderam, fazendo que o diálogo pudesse ser compreendido apenas pelo extrato de texto reproduzido na *A Aurora* (*The Rio Herald*).

Alinhado ao processo de análise, foram tomados alguns cuidados em relação ao processo de transcrição dos jornais, optando-se pela transcrição dos trechos com a atualização da língua portuguesa para os dias atuais, preservando-se os sinais de pontuação empregados (pontos finais, de interrogação, de exclamação, travessões, etc.), que foram compreendidos, aqui, como marcas de oralidade, assim como a escrita corrida, que inseriu letras maiúsculas e minúsculas, entendidas como formas de manifestação de ênfase em determinados assuntos.

Além das fontes periódicas, também foram consultados, presencialmente, documentos na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, referentes aos irlandeses, além de pinturas e imagens selecionadas a partir do seu acervo iconográfico digital.

Essa dissertação foi redigida para privilegiar os tópicos anteriormente citados, e teve como base teórico-metodológica a análise qualitativa dos discursos do jornal *A Aurora Fluminense*, entre os anos de 1827 e 1831, a partir das noções de *apropriação* e *representação* de Roger Chartier, e dos sentidos de *opinião pública* concebidas por Marco Morel.

Dessa forma, no capítulo 1, apresentaremos o jornal *A Aurora Fluminense* como um todo, percorrendo sobre como ele ocupou espaço na imprensa da primeira metade do século XIX, ao se inserir no debate das ideias liberais que estavam em circulação no território brasileiro, procurando elucidar as características que influenciaram o posicionamento da *A Aurora* no horizonte discursivo do período.

No capítulo 2, abordaremos as iniciativas de imigração patrocinadas pelo governo imperial, incluindo o financiamento para a entrada de imigrantes alemães e irlandeses no Brasil, perpassando as circunstâncias de convocação e recrutamento desses estrangeiros, bem como a sua chegada e recepção, com ênfase na descrição de seu cotidiano na cidade imperial.

No capítulo 3, apresentaremos o cotidiano dos irlandeses na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos jornais, levando em consideração os embates estabelecidos entre esses estrangeiros e os escravizados, bem como o início do debate da esfera periódica sobre a sua presença no Brasil.

No capítulo 4, discorreremos sobre a revolta dos soldados estrangeiros pelas ruas da Corte, levando em consideração os acontecimentos de maneira mais descritiva, para posteriormente, acompanharmos no capítulo 5, os discursos proferidos nas páginas do jornal *A Aurora Fluminense* sobre a presença estrangeira no Brasil, a partir das reflexões do motim, contemplando as considerações que elencaram a participação dos escravizados e das tropas inglesas e francesas na dissolução do levante.

Na conclusão, procuraremos esclarecer de que maneira esse motim influenciou a percepção e aceitação de estrangeiros no Brasil no Primeiro Reinado, levando em consideração os argumentos levantados a favor e/ou contra estrangeiros no território brasileiro, difundidos na imprensa oitocentista em meio à *opinião pública*, por meio dos discursos proferidos pelo jornal *A Aurora Fluminense*, apontando os impactos da revolta dos soldados alemães e irlandeses sobre as políticas imperiais voltadas à imigração, à incorporação de estrangeiros nas forças militares e na formação de colônias estrangeiras no Brasil.

Introdução

A prática da imprensa e circulação de informações circunscritas aos anos de 1820-1830, principalmente no Brasil, teve grande participação na propagação de discursos que pretendiam difundir os ideais liberais no país. Em meio ao cenário em que se delineou a participação dos que podiam ser considerados “brasileiros” ou não, se buscou a reafirmação política da monarquia constitucional representativa, que foi regulamentada durante o Primeiro Reinado.

Frente às disputas políticas, as ideias liberais serviram de base para os projetos políticos defendidos nos jornais,⁶ que visaram disseminar os seus discursos em meio ao público leitor e ouvinte,⁷ por intermédio da *opinião pública*. Desse modo, os jornais discorreram e debateram variados temas relacionados aos rumos que deveriam ser tomados pela administração imperial, de acordo com suas linhas de defesa.

Nesse sentido, pode ser destacado o jornal *A Aurora Fluminense*, inserido no círculo daqueles que já expressavam ao longo de suas páginas, opiniões. Para Marco Morel e Mariana Barros, o padrão opinativo dos jornais pode

ser considerado inovação do período tratado (...) o surgimento da imprensa periódica de opinião de associações leigas e não diretamente vinculadas à administração pública, ou seja, de mecanismos, ainda que reduzidos, que legitimavam determinadas liberdades (e suas restrições) de expressão e reunião, inclusive no campo da legislação. Práticas que articulavam, de maneira mediada (e não imediata), com a questão da representatividade política que se articulava em seus diversos níveis.⁸

Esse tipo de jornalismo se contrapôs àquele associado à oficialidade, representado, por exemplo, pela *Gazeta do Rio de Janeiro*,⁹ primeiro impresso publicado oficialmente no Brasil, que marcou o tom sobre o que poderia ser redigido

⁶ Os jornais eram chamados de “periódicos”, “folhas”, “gazetas”, enquanto os jornalistas podiam ser nomeados de “redatores”, “gazeteiros” e “publicistas”. Cf. Lustosa, Isabel. O Macaco Brasileiro: um jornal popular na Independência. In: **Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas** / Márcia Abreu, Nelson Shapochnik (orgs.). – Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo, SP: Fapesp; 2005, p. 259; Morel, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: **História da imprensa no Brasil** / Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras). – 2. ed., 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, p. 36.

⁷ Os jornais puderam ser lidos e ouvidos mediante a prática de leitura em voz alta, ainda característica do período. *Ibid*, p.39.

⁸ Morel, Marco. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX** / Marco Morel, Mariana Monteiro de Barros. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.11.

⁹ A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi publicada de 10 de setembro de 1808 a 31 de dezembro de 1822, alterando seu nome para Diário do Governo a partir de 1822. Foi considerada uma adaptação da Gazeta de Lisboa, sendo redigida inicialmente por Tibúrcio da Rocha, seguido de Manuel F. de Araújo Guimarães (até 1821), contando ainda com a redação do cônego Vieira Goulart, com a mudança de orientação política. *Ibid*, p.18.

e divulgado no período inicial da Imprensa, ainda em 1808, com a instalação da Impressão Régia,¹⁰ quando sua prática permanecia atrelada aos parâmetros ditados pela coroa na América portuguesa, e aos aspectos vinculados à censura.¹¹

Apesar disso, houve a circulação de outras publicações além da *Gazeta*, como elencou Marialva Barbosa, quando tratou a respeito da disseminação de “livros, opúsculos, jornais, boletins e outros impressos clandestinos, como o *Correio Braziliense* (1808-1822)”.¹² O *Correio*,¹³ usualmente contraposto à *Gazeta*,¹⁴ foi um

¹⁰ De acordo com Roberta Silva, a instalação da Imprensa Régia, em 13 de maio de 1808, foi o maior estímulo à produção de impressos no Brasil, uma vez que a necessidade burocrática e política promoveu a inevitabilidade da ampliação da comunicação para o território, e sua amplitude a um maior número de pessoas. Ao se estabelecer como responsável pela impressão dos documentos oficiais do governo, como seus atos e decretos, se colocou também a produzir obras científicas e literárias, e da mesma forma, periódicos, o que proporcionou o surgimento do primeiro público consumidor regular de arte e de literatura, fundamental para a expansão da cultura impressa e para o estímulo das práticas de leitura. Silva, Roberta Felix da Silva. **Imprensa cultural na primeira metade do Oitocentos: Museu Universal, Jornal das Famílias Brasileiras**. Rio de Janeiro. UERJ. 2010, p. 10-11; Chama-se atenção, contudo, para a presença de prelos em Pernambuco no século XVIII durante a ocupação holandesa, de um impressor em Recife em 1706, de uma tipografia atribuída a Antonio Isidoro da Fonseca, em 1746, no Rio de Janeiro, sendo as últimas fundadas por autoridades. Elenca-se ainda, a existência de tipografias instaladas por jesuítas no século XVIII, que se localizavam “próximas aos rios Paraná e Uruguai, em territórios que hoje pertencem à Argentina e ao Paraguai, área contígua às fronteiras como Brasil”, sendo esses periódicos produzidos por tipógrafos indígenas guaranis, que circularam por aldeamentos em regiões brasileiras. *Op. cit.* Morel, 2021, p. 24.

¹¹ A censura estabelecida pelo poder civil, antes de 1808, por meio do Ordinário e Desembargo do Paço, e pelo poder eclesial, estabelecido pelo Santo Ofício, foi encarada como um dos aspectos restritivos ao estabelecimento da imprensa no Brasil, de forma que se fazia estabelecer “listas com títulos e critérios para a interdição de obras”. No entanto, não foi suficiente para promover o entrave a circulação de livros e periódicos no território da América portuguesa, pois já era possível “inventariar mais de trezentas obras de autores nascidos no território brasileiro, incluindo não só livros, mas impressos anônimos, relatando festejos e acontecimentos, antologias e índices, além de alguns manuscritos inéditos de autores clássicos”. *Idem.*

¹² Barbosa, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800 – 1900** / Marialva Barbosa. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 21.

¹³ O *Correio Braziliense*, ou *Armazém Literário*, foi lançado em Londres em 1º de junho de 1808, permanecendo disponível até dezembro de 1822. Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, era o nome completo de seu fundador e redator. *Op. cit.* Morel & Barros, 2003, p. 18-19. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=700142&pagfis=0>

¹⁴ Para além da oposição usualmente realizada entre a *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Braziliense*, Marco Morel e Mariana Barros chamaram atenção para suas convergências, e destacaram que mesmo usufruindo de maior liberdade frente suas pautas de defesa, O *Correio* não proferia ataques à *Gazeta*, e por vezes transcrevia suas passagens na íntegra, sem que fossem adicionados comentários ou contestações, indicando que pela *Gazeta* ser vinculadora de notícias associadas à dinastia, acabava ganhando espaço entre os demais jornais. Além disso, os autores também trouxeram a reflexão de que ambos defendiam a “idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de reunião luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração”. *Op. cit.* Morel & Barros, p. 18-20. Tendo como base a comparação entre a *Gazeta* e o *Correio*, Marialva Barbosa afirmou que por procurarem estabelecer a origem da imprensa no Brasil, enquadraram-se um como “jornalismo dependente dos favores oficiais” e o outro como “jornalismo de combate”, e a forma com que ambos são vistos referenda-se mais a “valores e modelos que servem a uma tipologia da profissão que é mais de ordem mítica do que de ordem histórica”. *Op. cit.* Barbosa, 2010, p. 24

jornal redigido por Hipólito da Costa e impresso em Londres. Nas palavras de Isabel Lustosa teve propriamente como alvo:

o Brasil e seu público leitor. Era para informar os brasileiros do que se passava no mundo, para influir sobre seus espíritos, direcionando-os no sentido das ideias liberais, para chamar atenção para o caráter daninho do Absolutismo ou qualquer forma de despotismo que Hipólito escrevia.¹⁵

Em sua formulação, o *Correio Braziliense* desfrutou de maior liberdade para publicar suas considerações, e a partir disso Hipólito da Costa fez “observações e críticas à administração dos negócios portugueses que nenhum outro súdito português ousara até então”.¹⁶ Dotado de posicionamento, o presente jornal se utilizou da imprensa enquanto espaço pedagógico, onde “o jornalista se confundia com educador”, de forma que “ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos”.¹⁷

Diante desse cenário, o crescimento da imprensa foi possível com a amplificação de publicações, resultado do estabelecimento da liberdade de imprensa, empreendida pela Revolução do Porto, em 21 de setembro de 1820, seguida da liberação da circulação de impressos portugueses fora de Portugal, em 13 de outubro de 1820, bem como a suspensão provisória da censura prévia para a imprensa, em 02 de março de 1821.

Desse modo, foi possível a flexibilização sobre o que poderia ser publicado e circulado nas páginas dos jornais no território brasileiro, sobretudo em contraposição aos escritos oficiais. Mediante a isso, houve também a ascensão da *opinião pública* no Brasil, destacada por Marco Morel por sua característica polêmica, polissêmica e imprecisa.¹⁸

Frente à noção de *opinião pública*, o autor afirmou que seu estudo permitiu o “conhecimento mais aprofundado das gêneses da política moderna pós-Absolutista”, e pode ser utilizada enquanto “recurso para a legitimação de práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral”,¹⁹ tendo em vista, sua participação “na constituição dos espaços públicos, e de

¹⁵ Lustosa, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira** / Isabel Lustosa. 2. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.17.

¹⁶ *Ibid.* p. 14.

¹⁷ *Ibid.* p. 15.

¹⁸ Morel, Marco. **As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial (1820/1840)** / Marco Morel. Jundiaí. Paco Editorial: 2016. p. 233-234.

¹⁹ *Idem.*

uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII”, onde a consciência política se desenvolveu em meio à esfera pública.²⁰

Baseado nisso, Marco Morel destacou que era preciso apontar para os anos de 1820 e 1821, para compreender a inserção e formação da *opinião pública* no Brasil, período marcado por rupturas significativas na política administrativa, sentidas a partir do impacto das revoluções constitucionalistas na Espanha e em Portugal,²¹ com ênfase à liberdade de imprensa decretada em ambos os lados do Atlântico, que estabeleceu a transição de

um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (como as gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletiva e proclamações em alta voz, entre outros) para um espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa (que nem sempre estava vinculada ao poder do Estado), e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão-leitor e representando uma espécie de somatória das opiniões.²²

Marco Morel destacou que mesmo diante dessas transformações houve a presença de um “hibridismo entre o arcaico e os primeiros passos de modernidade política”, responsável por proporcionar a coexistência entre as formas de comunicação existentes, e não propriamente, a sua substituição. Dessa forma, a palavra esteve presente na sua modalidade manuscrita e impressa, tanto lida, quanto ouvida.²³

Frente a isso, a *opinião pública* apontou os seus sinais antes da Independência do Brasil, momento de crescimento e alastramento não só dos impressos, mas também de manifestos e brochuras que tiveram por tema a permanência da família real portuguesa no Brasil, e seu eventual retorno a Portugal, que desencadearam, conseqüentemente, a instauração do debate sobre qual decisão o monarca português deveria tomar.²⁴

Para Marco Morel, esses foram os “primeiros esboços de uma opinião que ganhava um peso político e que se tornava visível, sobretudo, por meio do crescimento da imprensa. Além disso, isso indicava uma pressão em favor de maior publicidade para a coisa pública”, o que não envolveu, nesse momento, uma discussão propriamente voltada à Independência do Brasil, mas o reforço “do papel do Brasil no

²⁰ *Ibid.*

²¹ *Ibid.*, p. 238

²² *Ibid.*, p. 240.

²³ *Idem.*

²⁴ *Idem.*

interior do império português”.²⁵ Entretanto, foi diante desse cenário que o debate ganhou intensidade, de forma que “os partidários dos reinos do Brasil e de Portugal foram cristalizando posições e formulando um antagonismo que se tornava cada vez mais acentuado”.²⁶

Diante do momento político de alinhamento com a possibilidade da Independência do Brasil frente a Portugal, a *opinião pública* se apresentou enquanto a “Rainha do Mundo”, vinculada ao “reinado da sabedoria, da prudência e da razão e, sendo assim, antagônica à exaltação política, à revolução, às transformações bruscas da ordem”.²⁷ Por conseguinte, essa primeira manifestação de *opinião pública* se constituiu como “produto simbólico e abstrato, com força moral e jurídica – soberana no reino da razão”.²⁸

Em meio à imprensa, os construtores dessa *opinião pública*, foram os:

membros da chamada República das Letras, os letrados, os *esclarecidos*. Ou seja, a opinião vista como fruto da reflexão dos indivíduos *ilustrados* e tornada pública na medida em que visava propagar as Luzes do progresso e da civilização – e, por isso, defensora da ordem e da moderação. Não se tratava de arvorar a bandeira da Declaração dos Direitos Humanos, mas de conceber os limites para tais direitos. Razão e moderação: os liberalismos políticos se afirmavam nesse início do século XIX como reação e resposta aos princípios revolucionários e ao absolutismo contrarrevolucionário que, desde fins do século XVIII, eram a referência central das discussões políticas.²⁹

Nesse sentido, Marco Morel afirmou que esse foi um tipo de opinião constituída enquanto novidade entre os anos de 1820 no Brasil, perante a instauração da independência nacional, de modo que “a concepção que prevaleceu nos momentos iniciais foi em torno da imagem de “rainha do mundo””.³⁰

Por outro lado, já na transição para os anos de 1830, com a crise política do fim do Primeiro Reinado e a consequente abdicação do Imperador D. Pedro I, houve uma “explosão da palavra pública”, de tal forma que pela “primeira vez desde a proclamação da independência a discussão política exacerbava-se e apresentava-se num tom mais alto”, de modo que a *opinião pública* passou a tomar outros contornos, e se colocou enquanto o “Tribunal da Opinião Pública”.³¹

²⁵ *Ibid*, p. 240-241.

²⁶ *Ibid*, p. 241.

²⁷ *Ibid*, p. 242-243.

²⁸ *Ibid*, p. 243.

²⁹ *Ibid*, p. 243-244.

³⁰ *Ibid*, p. 244.

³¹ *Ibid*, p. 244-245.

Essa última categorização de *opinião pública* resvalou no “discurso igualitário ou mesmo jacobino, identificado à defesa da chamada soberania popular (...) não se” tratava “mais da supremacia da razão e, sim, da vontade expressa pela maioria do povo”.³² Dessa forma, “os porta vozes dessa mesma opinião abandonavam o campo abstrato: pretendiam utilizá-la como instrumento para intervenção direta na vida pública, nas instituições, funcionando de maneira normativa ou pedagógica junto às autoridades”.³³

Apesar da distinção estabelecida entre essas noções de *opinião pública*, Marco Morel apontou para a possibilidade de que essas pudessem se entrecruzar nos periódicos, de se confundirem uma com a outra, ou mesmo de que fossem empregadas de maneira conjunta.³⁴

Ao considerar a inserção da noção de *opinião pública* no Brasil em suas apresentações mais comuns, e, nas variadas falas que foram redigidas nos periódicos do período retratado, pode ser elencado o crescimento da atividade impressa e a transição de um jornalismo de caráter oficial para o de cunho opinativo, que se estabeleceu diante da regulamentação da liberdade de imprensa, junto aos acontecimentos políticos promovidos pela consolidação da independência nacional.

Mediante a tantos outros periódicos que foram publicados após a independência e início do Primeiro Reinado, o periódico *A Aurora Fluminense* se destacou enquanto jornal político no debate a respeito dos rumos a serem tomados pelo Império do Brasil, e mobilizou as noções de *opinião pública* em suas publicações sobre diferentes questões, inclusive a presença dos estrangeiros no Brasil.

Em seu primeiro número, assim como foi característico em outros jornais, *A Aurora Fluminense* definiu as linhas e princípios de defesa que serviriam de base para a divulgação de seus postulados.³⁵ Na *Introdução* do jornal, foi firmada a celebração relacionada à Independência e ao estabelecimento da Constituição, ofertada pelo

³² *Ibid.* p. 245.

³³ *Ibid.*

³⁴ Marco Morel trouxe como exemplo uma passagem do jornal *Aurora Fluminense*, nº 322, de 07 de abril de 1830, em que há o entrecruzamento de pelos menos três concepções de opinião pública em um mesmo extrato do texto. *Ibid.*, p. 247.

³⁵ Circunscreve-se a análise da primeira edição da *Aurora Fluminense*, considerando que em seu primeiro número são descritos os propósitos de publicação desse periódico. Cf. *A Aurora Fluminense*, 1827, 21/12/1827, nº 01. p.1-4.

Soberano legítimo à Nação, com a participação do governo representativo enquanto garantidor da *Liberdade*.

desde a memorável era da independência uma geração nova cresce, e se nutre em os princípios de uma justa Liberdade, garantida pelo governo representativo. A Constituição dada à Nação por seu Soberano legítimo, acolhida com reconhecimento, interpretada com mais severos juízo pelos Mandatários do povo, observada pelo poder executivo, e finalmente respeitada por todos os verdadeiros amigos da ordem, e do bem público, se reforça de dia em dia cada vez mais em suas bases, e na opinião pública exaure o impulso de seu crescimento.³⁶

A partir desse extrato de texto, algumas considerações podem ser concebidas, como por exemplo, a distinção estabelecida entre as gerações anteriores e posteriores à Independência. A última foi encarada como a que usufruiu da “Liberdade”, em oposição àquela que a precedeu, pressupondo que a primeira esteve enclausurada ou presa à forma de governo anterior relacionada ao Antigo Regime, que manteve o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Com a independência, a liberdade referida estava diretamente associada ao governo representativo, regulamentado pela Constituição de 1824, “dada à Nação”, “acolhida com reconhecimento” e “interpretada com mais severo juízo” pelos “mandatários do povo”. Diante desse cenário, D. Pedro I foi elevado ao papel de o “Soberano legítimo”, enquanto os “mandatários do povo” representavam o braço legislativo, da monarquia representativa instituída pela carta constitucional.

Desse modo, nas primeiras linhas redigidas e publicadas pela *A Aurora Fluminense*, houve a tentativa de sumarização e organização da publicação, a ser “respeitada por todos os verdadeiros amigos da ordem, e do bem público”, no qual se reforçariam “de dia em dia cada vez mais em suas bases”, tendo a “opinião pública” como aquela responsável pelo “impulso de seu crescimento”.³⁷

A Aurora ainda discorreu que seu “mais sagrado dever” estava baseado em manter “o pacto legislativo”, que ligava “a Nação ao Soberano!”, e que esse era seu “nobre encargo”, mesmo que diante de “tão nobre, quanto louvável tarefa, fossem necessários grandes talentos e uma experiência”. Diante disso, seus redatores despontavam “do seio dessa classe de cidadãos verdadeiramente nacional” a que

³⁶ *Ibid.*

³⁷ *Ibid.*

compunham, “a época atual a flor da Nação, em uma palavra da Mocidade Brasileira”.³⁸

Movidos pela “terna lembrança” da Independência, “e dos grandes serviços, que lhe” foram prestados “a Capital do Império”, se intitularam “*Aurora Fluminense*”, e ressaltaram que:

animados pelo amor da Pátria e possuídos de um santo respeito para a Constituição, e para o soberano, que a jurou conosco, não nutrimos em nós outra paixão mais, que a do bem público, não marcharemos sobre pisadas daqueles, que por efeito de paixões ambiciosas, ou venais fazer alternativamente da liberdade seu ídolo, ou um monstro de sua inimizade. A mocidade Brasileira não segue as lições de alguns dos, que a precederam; pelo contrário ela deve mostrar-se sempre dócil à voz da razão, e surda às seduções capciosas da intriga, que nesta bela e ditosa parte do mundo mina todas as empresas úteis, reprime o impulso dos corações generosos, e só aplaude e festeja os abusos, de que ela é o princípio motor.³⁹

Ao se distanciarem mais uma vez dos que vieram anteriormente, os seus redatores se distinguiram como “cidadãos” verdadeiramente nacionais, ao se colocarem em meio a “Mocidade Brasileira” a que pertenciam, e para quem se dirigiam ao mesmo tempo, ao esperar que a essa fosse vinculada a “voz da razão, surda às seduções capciosas da intriga”.⁴⁰

Eles estabeleceram como sua moral “o não capitular com algum abuso, não desculpar, nem poupar alguma injustiça; e por mais poderoso que” fosse “o atrativo da arbitrariedade”, seria “dever sagrado do escritor, homem de bem e de honra, atacá-lo sem reboço, assim como também sem temor lhe” cumpriria “defender o infortúnio por mais opressor, e cheio de opróbrios, que se lhe” apresentasse, sendo esse o princípio dessa “profissão de fé”, que “puseram à frente desta empresa literária”.⁴¹

Por conseguinte, se propuseram a fazer uso da liberdade de imprensa “para lutarem contra o despotismo, e contra o governo absoluto”, ao utilizarem dessa “arma poderosa que” suas “ainda jovens e débeis mãos” deveriam “aprender a manejar com destreza”, e reafirmaram o compromisso em trabalhar para “apertar estreitamente a aliança entre o Povo e o Soberano”.⁴²

Ressaltaram ainda a necessidade de serem “corajosos, perseverantes, e até mesmo importunos na exigência de” suas “garantias”, de modo que pudessem se

³⁸ *Ibid.*

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ *Ibid.*

⁴² *Ibid.*

defender “severamente de todo e qualquer espírito de facção e de turbulência”, porque só assim conseguiriam obter a “vitória completa sobre os inimigos, e detratores”, por “amor da ordem” e pelo seu “culto à Constituição” conseguiriam dar aos seus “contemporâneos um exemplo de caráter, que para o futuro” os assegurariam “um lugar distinto entre as Nações civilizadas do antigo e do, novo continente.”⁴³

Ao se defenderem do “espírito de facção e de turbulência” pressupuseram o distanciamento dos agrupamentos políticos, encarados negativamente, sem que isso os afastasse de exigir suas “garantias”, ao transparecer em contrapartida, seu comprometimento com a ordem e com a Constituição, que no entendimento manifestado, garantiria a aproximação do Brasil independente à “civilização”, sobretudo entre as demais nações que a tinham alcançado previamente.

Na transição para a seção de *Rio de Janeiro* da sua primeira edição, *A Aurora Fluminense* abriu um espaço para uma publicação do jornal *Diário Fluminense*, referente à colonização estrangeira. Esse ainda não foi o momento em que discorreram sobre a presença de imigrantes no Brasil, que como veremos, se tornaria frequente ao começarem a noticiar a chegada e presença dos irlandeses, e a revolta empreendida pelos soldados estrangeiros, em 1828.

A menção feita se referiu a uma questão “bem digna de afixar a atenção dos leitores”, pois havia sido publicado um plano “feito pelo Snr. Monsenhor Miranda sobre a colonização estrangeira”, que serviu para a “distração às leituras fastidiosas de entradas e saídas, que de envolta com alguns pedaços truncados das falas dos Srs. Deputados” encheram “o mencionado periódico”, deixando claro que em um de seus números seguintes iriam fazer “um exame aprofundado sobre o trabalho do Sr. Monsenhor Miranda”,⁴⁴ no entanto, coube a esse número um espaço para retratar que em algum momento isso aconteceria.⁴⁵

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ Monsenhor Pedro Machado Miranda Malheiros, mais conhecido como Monsenhor Miranda, foi inspetor da Colonização Estrangeira, responsável pela recepção e alocação de estrangeiros. Atuou como organizador de iniciativas como a colônia de suíços em Nova Friburgo, uma das mais conhecidas, e outras. Foi atuante tanto na administração de D. João IV como na de D. Pedro I. Há um breve resumo sobre quem foi Monsenhor Miranda, e os cargos que ele ocupou. Para saber mais: Cf. MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Império do Brasil: Intermediações e rumores. Anuario de Estudios Bolivarianos*, v. 11, n. 12, 2005.

⁴⁵ *A Aurora Fluminense*, 1827, 21/12/1827, nº 01, p.3.

Ao serem proferidos comentários na seção de *Rio de Janeiro* sobre a epígrafe do jornal *Astro de Minas*⁴⁶: “*Quanto mais comum a todos os homens vier a ser a instrução, tanto mais raros serão também os delitos na Sociedade*”,⁴⁷ a *Aurora* defendeu que essa “grande verdade” deveria ser “posta ao alcance da compreensão de todos os cidadãos”, pois “o povo por meio dos jornais” aprendia “a conhecer seus direitos, a respeitar seu governo, e a respeitar-se a si mesmo”.⁴⁸ Diante disso, seguiu com o questionamento: “por ventura será conveniente que o povo seja instruído?”. Em seguida, respondeu sua própria questão:

Sem instrução não há costumes. Porventura não é o discernimento, quem nos dirige para o bem ou para o mal? Não é ele quem forma o mérito, ou demérito das nossas ações? Sem instrução não pode existir religião; e finalmente sem instrução não há submissão à Lei. Para que o povo se submeta às Leis, cumpre, que conheça o fim da comum utilidade, à que elas tendem: cumpre que o povo compreenda os bens, que lhe garante o governo, em compreensão dos sacrifícios, e dos deveres, que lhe são impostos. —⁴⁹

Estabelecida à dualidade entre “mal e bem” e “mérito e demérito”, *A Aurora* pressupôs que em contraposto à “instrução” capaz de garantir o “discernimento”, só haveria a manifestação de algo negativo como a não existência de costumes, de religião e a não submissão à lei. Nesse sentido, para que algo positivo como a submissão às leis ocorresse, os princípios constitucionais deveriam se tornar conhecidos.

A Aurora reafirmou o caráter pedagógico atribuído à imprensa desse período, ao situar os jornais como um meio de acesso ao conhecimento ligado, sobretudo, a compreensão dos direitos e das leis, e sua finalidade, ao colocar a questão da instrução como asseguradora da submissão do povo, uma vez que garantiria o entendimento da “comum utilidade” e dos “bens, que lhe” garantia “o governo,” por trás dos “sacrifícios” e dos “deveres”.

Logo em seu primeiro número, *A Aurora Fluminense* procurou estabelecer suas características gerais enquanto “folha política”, ao se inserir no debate e na defesa da monarquia constitucional representativa. Desse modo, o presente jornal ascendeu em

⁴⁶ *Astro de Minas* foi um jornal publicado entre 1827 e 1839, tendo como redator Batista Caetano de Almeida, sendo impresso em São João del Rei, pela tipografia *Astro de Minas*. Disponível para consulta em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/astro-minas/709638>

⁴⁷ O *Astro de Minas* tinha como epígrafe “*Plus l’instruction deviendra communé à tous les homnies, plus aussi les delits scront rares auus La société*”, sendo traduzida pela *Aurora*: “*Quanto mais comum a todos os homens vier a ser a instrução, tanto mais raros serão também os delitos na Sociedade*. (a inscrição em itálico foi mantida). *A Aurora Fluminense*, 1827, 21/12/1827, n° 01, p.3.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ *Ibid.*

notoriedade e foi encarado como defensor do liberalismo moderado, responsável por promover debates e embates sobre os cursos que deveriam ser tomados pelo Império do Brasil pela vertente da moderação.

Para Alcir Lenharo, os moderados participaram de um grupo coeso, mas sem aprofundamento partidário, que foi composto por “políticos egressos da pequena burguesia urbana e do segmento militar”.⁵⁰ E, para Lúcia Guimarães, os moderados, de maneira geral, foram elencados como parte do grupo de vertente oposicionista, que se associou por meio das reivindicações pelo cumprimento aos dispositivos constitucionais, pela defesa da introdução de práticas de governos parlamentaristas e da limitação do poder Executivo, o submetendo à supervisão da Assembleia Geral Legislativa.⁵¹

Correlacionada a esse grupo, *A Aurora Fluminense*, autodenominada moderada, se associou e dissociou de outros jornais e grupos políticos, a quem foram atribuídas as identidades políticas de liberais exaltados e conservadores/caramurus.⁵² A própria nomenclatura foi assumida inúmeras vezes pelos periódicos e por seus redatores, que se intitularam integrantes deles, a partir de uma identificação que foi se tornando um fator aglutinador, tanto de visões e posicionamentos, como também de planos e projetos de administração para a nação.

Esses posicionamentos foram resultados da apropriação dos ideais liberais difundidos no século XIX, que a partir da associação às diferentes correntes do liberalismo e sua ressignificação, foram adaptadas por esses grupos à realidade brasileira, pois os mesmos:

Adotavam diferentes matrizes intelectuais, como Rousseau, Locke, Montesquieu, Burke, entre outros. Essas diferentes matrizes, vão ser apropriadas de formas distintas pelas elites no Brasil, que vão agregar suas ideias aos jornais, considerado o principal veículo de comunicação no século XIX e responsável pela difusão das ideias na Corte fluminense.⁵³

⁵⁰ LENHARO, Alcir. **As tropas da Moderação, O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842**. Rio de Janeiro. BC – Biblioteca Carioca, 1979. p. 102.

⁵¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Em nome da ordem e da moderação: A trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831 – 1835)**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – UFRJ, 1990. p. 94.

⁵² Cf. Basile, Marcelo. Projetos de Brasil e construção nacional na Imprensa Fluminense. In: Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira.; Morel, Marco; Ferreira, Tânia Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006. p. 60-93.

⁵³ JÚNIOR, Nelson Ferreira Marques. “Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação”: áulicos, imprensa e soberania no Primeiro Reinado. **Veredas da história**. Ano III - Ed. 2 – 2010.

De certa maneira, isso permitiu determinadas associações e alianças em momentos políticos estratégicos, que contribuiriam para o reforço da categorização dos moderados, exaltados e conservadores como grupos concisos, não partidários. No entanto, a apropriação dos ideais liberais também lhes aferiu distanciamentos, o que acirrou o processo de disputa política e guerra sobre zonas de influência, uma vez que a fluidez dessas identidades políticas foi perceptível nos próprios periódicos.

A respeito dessa transitoriedade nas publicações, Marco Morel destacou que os jornais, de maneira geral:

se constituíam num campo de experimentos e disputas políticas, sujeitos a mutação, apropriações e embates de interesses os mais variados. Tais contradições e polêmicas poderiam se dar entre periódicos diversos, e como era frequente, mas curiosamente ocorriam no interior de uma mesma publicação, que assim resumia e expressava essas metamorfoses. Embora paradoxais entre si, as mudanças não eram aleatórias nem refletiam uma suposta falta de identidade ou coerência, mas resultavam justamente desses embates, da busca de se formular um ideário que se tornasse hegemônico, das tentativas da imposição de determinadas linhas políticas e de campos de interesse.⁵⁴

Diante dessa temática, pode se destacar a relevância dos conceitos de *apropriação* e *representação*, de Roger Chartier, para a compreensão de como a esfera periódica, a divisão entre os grupos, as identidades políticas e a adesão à defesa das pautas liberais foram delineadas.

Para Chartier, as *apropriações* são entendidas como práticas de produção de sentido, que se colocam em meio à dependência da relação estabelecida entre texto, impressão e modalidades de leitura, que sempre estão suscetíveis a diferenciações por determinações sociais, capazes de produzir novas compreensões de mundo.⁵⁵

Nesse sentido:

Considerar a leitura como um ato concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática de ler, e por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais (...) a “aplicação” do texto ao leitor como uma relação móvel, diferenciada, dependente das

⁵⁴ Morel, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: **Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos** / Organização, Lúcia Maria Bastos P. das Neves. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 178 – 179.

⁵⁵ Chartier, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/Francisco Belhencourt e Diogo Ramada Curto, v. 1). p. 27.

variações, simultâneas ou separadas, do próprio texto, da passagem à impressão que o dá a ler e da modalidade da sua leitura.⁵⁶

Roger Chartier também validou a ideia de *representação*, no intuito de entender como novos sentidos são dados aos conceitos ou ideias apropriadas, de modo que, a recepção das *representações* por parte dos leitores permite a formulação do conceito de *apropriação*. Essa conclusão possibilita uma chave de entendimento que considera o que pode ser internalizado, reformulado e ressignificado por parte dos leitores.

Para Chartier, as *representações* são constituídas a partir dos interesses dos grupos que os forjam, e se encontram num campo de concorrências, envolvendo ideias de poder e dominação. Parte-se então, para a tentativa de identificação dos pontos de enfrentamento, sendo as *representações*, matrizes dos discursos que comandam os atos, tendo como objetivo a construção do mundo social.

As teorias de *representação* e *apropriação* de Chartier, nesse sentido, colaboram para a análise dos discursos emitidos pelo jornal *A Aurora Fluminense*, em meio a outros jornais, alinhados aos demais grupos, e às linhas de defesa não moderada. Dessa maneira, se pode pensar o periódico como um lugar de embate entre as *representações*, ao se constituir num ambiente de disputa que privilegiou a divulgação e conservação de ideais, e que se remeteu a um público a ser alcançado, para a extensão de seu domínio.

Ao defender a Monarquia Representativa Constitucional, *A Aurora Fluminense* redigiu e disseminou seus discursos, enriquecendo a disputa na esfera periódica, e consequentemente nos espaços de poder. As ideias liberais propagadas expressaram a intenção de disseminar as premissas do liberalismo, ainda que *apropriado*, em meio à sociedade imperial.

Da mesma maneira, os periódicos além da *Aurora* declararam publicamente os seus posicionamentos e parâmetros de defesa, que pautaram diretamente suas opiniões, na tentativa de atrair *leitores* e *ouvintes* que se identificassem e se associassem com a sua visão. Desse modo, se preocuparam em construir uma

⁵⁶ *Ibid*; À vista disso, Roger Chartier associou o conceito de *apropriação* à História Cultural, direcionando a compreensão sobre *apropriação* para uma história social das interpretações voltada para suas determinações sociais, institucionais e culturais fundamentais. Diante disso, a ideia da história das interpretações abriu caminho para a pluralidade de *apropriações*. CHARTIER, Roger. O mundo como *representação*. **Estudos Avançados**, 5(11), 1991. p. 180. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>.

imagem e discurso para si, além de erigirem opiniões a respeito dos demais jornais, traçando uma teia de elogios e difamações que se estendeu até a esfera pública.

Os jornais, portanto, se constituíram também como espaço de construção e desconstrução da sua própria imagem, e da alheia. A troca de ofensas, principalmente, permitiu que fosse traçada uma “zoologia política” do período:

Havia, de maneira mais intensa, uma tentativa de animalização, através de metáforas que visavam a desqualificar o adversário, apresentando-o como irracional, isto é, sem Razão que legitimasse suas condutas políticas. A voz (enquanto expressão pública) e a linguagem eram associadas aos gritos, à ferocidade. Essas apreciações eram dirigidas sobretudo a um campo político e social vasto e diferenciado, que englobava republicanos, liberais exaltados, escravos, mestiços livres, entre outros. Alguns destes, por sua vez, tentavam revidar tais ataques incorporando-se à mesma lógica, elaborando também comparações animalizantes.⁵⁷

A esfera periódica se pautou nessa dinâmica e por meio dela os grupos alternaram seus posicionamentos, de acordo com os desdobramentos políticos do Primeiro Reinado, sobretudo porque seus redatores participaram da administração imperial não só por vias periódicas, mas também por cargos públicos e representativos.

Com base nisso, os redatores fizeram “da sua condição uma via de projeção social associada às carreiras políticas”, e como instrumento fundamental de autoafirmação.⁵⁸ Dessa forma, com base nos acontecimentos, os envolvidos se posicionaram de maneira diferente, sendo orientados ora pelos ideais liberais que defenderam e publicizaram, ora por seus interesses pessoais, por ascensão e reconhecimento que se integraram ao jogo político.

As disputas políticas foram marcadas por uma sequência de acontecimentos, sobretudo no período entre 1827 e 1831, como: a perda dos territórios ao final da Guerra da Cisplatina, o sentimento de insegurança econômica diante da situação

⁵⁷ Morel, Marco. *Animais, Monstros e Disformidades: a "Zoologia Política" no Processo de Construção do Império do Brasil*. **Estudos Históricos**; 1999. p. 12.

⁵⁸ De acordo com Oliveira, alguns foram deputados só na Segunda Legislatura, o que reiterou a análise de que a Imprensa se constituiu como instrumento de projeção política. Entre eles o próprio Evaristo da Veiga, tal qual Batista Caetano de Almeida, o redator do jornal *Astro de Minas*, Bernardo Pereira de Vasconcelos, do *O Universal*, José da Costa Carvalho e Manoel Odorico Mendes, do *O Farol Paulistano*, e José Joaquim Vieira Souto, da *Astréa*. Desse modo, Evaristo da Veiga e Batista Caetano de Almeida foram deputados por Minas Gerais na Segunda Legislatura; Bernardo Pereira de Vasconcelos foi deputado por Minas Gerais nas duas primeiras legislaturas; José da Costa Carvalho foi deputado pela Bahia nas duas primeiras legislaturas; Manoel Odorico Mendes foi deputado pelo Maranhão nas duas primeiras legislaturas; e José Joaquim Vieira Souto foi deputado pelo Rio de Janeiro na Segunda Legislatura. Oliveira, Carlos Eduardo França. *Tipógrafos, redatores e leitores: aspectos da imprensa periódica no Primeiro Reinado*. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 2, n. 3, 2010. p.7.

política de Portugal, com a usurpação do trono português, e as sucessivas nomeações de homens tidos como absolutistas para cargos públicos de notoriedade nas províncias.

Em meio a todos esses fatores, a questão da presença estrangeira na composição da defesa nacional brasileira, e a revolta de estrangeiros alemães e irlandeses aquartelados no exército, encarados como parte do braço armado de D. Pedro I, se inseriram ao debate enquanto temática a ser abordada junto às demais.

Ao noticiar o levante dos soldados estrangeiros em junho de 1828, *A Aurora Fluminense* viu diante da insurreição a prerrogativa para o questionamento sobre a necessidade de angariar forças destinadas ao combate na guerra e na guarnição da Corte, e proferiu considerações sobre a incorporação de estrangeiros à composição imperial.

Ao iniciar suas publicações em 1827 e 1828, *A Aurora Fluminense* passou a redigir sobre a chegada de imigrantes irlandeses ao Brasil, que começaram a desembarcar nos portos. Mediante a esse acontecimento, além de procurar traçar as linhas que pretendia reger suas publicações, *A Aurora Fluminense* passou a noticiar episódios relacionados aos recém-chegados, dividindo espaço entre os princípios liberais que pretendia difundir, com suas impressões e posicionamentos a respeito da presença desses imigrantes na Corte.

Nesse sentido, *A Aurora* abriu espaço para a divulgação de informações sobre a colônia a que seriam destinados alguns desses irlandeses, para os embates raciais entre estrangeiros e escravizados, para correspondências com os relatos de episódios envolvendo esses imigrantes, - inclusive alemães, que passaram a ser associados com irlandeses, por serem todos estrangeiros-, e, para as considerações sobre a revolta que foi empreendida.⁵⁹

Frente a esse panorama, o jornal em questão abordou o “antes” e o “durante” da revolta dos soldados alemães e irlandeses, e se prendeu ainda na repercussão do “após” dela, vinculado às pautas de defesa estabelecidas e associadas à moderação, à constitucionalidade e à monarquia constitucional representativa.

Desse modo, a inserção de estrangeiros no Brasil, seja no Exército ou em outros espaços, resvalou nas demais proposições e pautas de defesa do jornal, que

⁵⁹ *A Aurora Fluminense*, 1828, n° 13, 16, 23, 25, 30, 31, 34, 37, 39 e 45.

estendeu e aprofundou os debates que impulsionou sobre a revolta, para disseminar os discursos que pretendia difundir em meio à *opinião pública*.

Anno de 1827. Numero 1.

A AURORA FLUMINENSE.

JORNAL POLITICO E LITTERARIO.

Subscriva-se para esta Folha na Typographia do Diario do Rio de Janeiro, por trimestre a 25; e annualmente Numeros avulsos a 80 rs. nas lojas da livreria dos Srs. João Baptista dos Santos, rua da Calçada, e Evaristo Ferreira da Veiga e Comp., rua dos Pescadores.

*Pelo Brasil dar a vida,
Manter a Constituição,
Sustentar a Independência,
He a nossa obrigação.*
Por S. M. O IMPERADOR D. PEDRO I.
(Diario Flumin. 14 de Julho de 1824.)

Sexta feira 21 de Dezembro.

INTRODUCCÃO.

A Aurora da liberdade, que pela vez primeira espalhou o seu resplandecente manto sobre o vasto orizonte do Brasil em 1822, hoje brilha ainda com todo o seu esplendor: os primeiros raios desta filha do Ceo fecundarão o solo sagrado da Patria; desde a memoravel era da independencia huma geração nova cresce, e se nutre em os principios de uma justa Liberdade, garantida pelo governo representativo: A Constituição dada á Nação por seu Soberano legitimo, accollida com reconhecimento, interpretada com o mais severo juizo pelos Mandatarios do povo, observada pelo poder executivo, e finalmente respeitada por todos os verdadeiros amigos da ordem, e do bem publico, se reforça de dia em dia cada vez mais em suas bases, e na opinião publica exhaure o impulso de seu crescimento. E assim qual seria o nosso mais sagrado dever, se não o de emcorreremos por nossos trabalhos, para mantermos o pacto legislativo, que liga a Nação ao Soberano? este é pois o nobre encargo, que nos impomos hoje: talvez que para o digno desempenho de uma tão nobre, quanto louvavel tarefa, fossem necessarios grandes talentos e uma experiencia, que não é possível, sejão já partilha nossa.

Os redactores do novo Jornal, recommendado á indulgencia dos nossos Leitores, despontão hoje do seio dessa classe de cidadãos verdadeiramente nacional, da que compõe na época actual a flor da Nação, em uma palavra da Mocidade Brasileira.

Ate o dia de hoje o regim colonial tinha suffocado a instrução primaria: era preciso aos jovens Brasileiros correr alem

dos mares para irem buscar uma educação incompleta, consumirem-se em estudos recheados de esteréis difficuldades, e voltarem curvados sob o degradante pezo dos prejuizos de uma educação, que era em grande parte o patrimonio dos Frades da Metropole; agora porem a mesma Europa traz ao nosso proprio solo suas riquezas scientificas e litterarias, e por isso o estudo das linguas estrangeiras já faz no Brasil progressos incriveis; uma educação mais methodica se difunde em Escólas regulares; as artes se cultivão com felices resultados; e a litteratura, prestando á politica as armas, e a linguagem, que lhe é propria já se vai afastando da feira da rotina, despidendo-se das subtilidades escolasticas, e já abjura a philosophia obscura, e sylogistica das Escólas theologicas de Portugal.

O plano desta folha periodica, que pela terra lembrança da nossa independencia, e dos grandes serviços, que lhe há prestado a Capital do Imperio, nós intitulamos — A AURORA FLUMINENSE — será conforme aos planos adoptados em varios Jornaes tanto da America, como da Europa. O Jornal será composto de trez secções, que vem a ser Interior, Exterior, e Variedades. A primeira secção conterá duas partes; uma será consagrada á polemica sobre as questões, que interessão a Nação no exercicio de seus direitos constitucionaes; a outra constará de noticias do Brasil, dignas de fixarem a attenção dos leitores, capazes de darem informações veridicas sobre o paiz, e de inspirarem ao estrangeiro uma idéa vantajosa sobre esta parte d'America. A segunda exporá as noticias exteriores. Na terceira finalmente terão logar as correspondencias, que aos nossos concidadãos apeazer enviarem-nos, as analyses de obras interessan-

Fonte: BN, Aurora Fluminense, 1827, nº 01, datado do dia 21 de dezembro de 1827. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1827_00001.pdf

Capítulo 1 – O jornal Aurora Fluminense

1.1 Aurora Fluminense e sua organização enquanto jornal ⁶⁰

A *Aurora Fluminense: jornal político e litterario* foi um periódico publicado entre 21 de dezembro de 1827 e 21 de dezembro de 1835, em sua primeira fase, com 1.134 números publicados, e, entre 02 de maio de 1838 e 30 de julho de 1839, em sua segunda fase, com 163 números publicados.⁶¹ Foi fundado por José Apolinário Pereira de Moraes, e teve como redatores José Francisco Xavier Sigaud, Francisco Chrispiniano Valdetaro e Evaristo Ferreira da Veiga.⁶² O último assumiu a redação do

⁶⁰ As informações sobre a materialidade do jornal *A Aurora Fluminense* apresentadas são resultados da pesquisa junto aos números do presente jornal, a partir da elaboração de uma ficha de análise desenvolvida para essa finalidade. Contou-se com o levantamento desses aspectos também baseados em outras produções, e algumas informações foram consultadas no livro *História dos jornais no Brasil*, de Matias Molina, referenciado na bibliografia desse trabalho, sendo essas pontuadas ao longo do texto. Contou-se ainda com dados presentes na ficha catalográfica produzida e mantida pelo software SophiA, da Biblioteca Nacional. Para ter acesso a ela, deve-se realizar a busca pelo nome Aurora Fluminense na aba de buscas gerais do site da BN. Depois que alguns números pontuais aparecerem, acessar o item “Detalhes” (representado por uma lupa), para que haja acesso à ficha completa. Disponível para consulta em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>

⁶¹ *A Aurora Fluminense: jornal político e litterario*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. do Diário, 1827-1839. 30 cm. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/aurora-fluminense/706795>. Acesso em: 24 jul. 2022. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=706795>.

⁶² Evaristo Ferreira da Veiga, se constituiu como o redator principal do jornal *A Aurora Fluminense*. Nascido no Rio de Janeiro, em 1799, pertenceu a uma burguesia em formação, mas não teve sua formação intelectual construída na universidade. Foi caixeiro na livraria do pai, e se tornou posteriormente sócio e dono de uma livraria. Evaristo da Veiga foi o segundo mais velho, de outros quatro filhos, de Luiz Francisco Saturnino da Veiga, natural de Portugal, e da fluminense, descendente de portugueses, Francisca Xavier de Barros. Chegou a aprender as primeiras letras com o pai, além do vernáculo e do francês, tendo posteriormente aulas de latim e inglês. Após a conclusão do curso de humanidades, no Seminário São José, passou a exercer a atividade de caixeiro na livraria do pai, seguindo a trabalhar com o irmão, sendo sócio, até que resolveu comprar a livraria de Bompard, na Rua dos Pescadores. De acordo com Marcos Andrade, em sua livraria, era vendido um conjunto variado de obras que perpassavam temáticas como Economia Política, Administração e Finanças, além de serem encontrados “autores clássicos de economia política como Say e Ricardo, de filósofos como Voltaire, tradução de Racine, além de livros sobre os Estados Unidos e o México”. Elencado como o principal representante do grupo de orientação política liberal moderada, Evaristo da Veiga condenava qualquer tipo de partidarização. Para ele, a moderação deveria servir como nexo das ações político-sociais na defesa da Constituição liberal, na defesa das leis, na manutenção do poder Legislativo e no processo eleitoral, bem como, na livre manifestação do pensamento e na modernização das instituições. Como jornalista e homem público, Evaristo da Veiga se propulsionou para a trajetória parlamentar na 2ª Legislatura da Assembleia Geral do Império, sendo eleito por Minas Gerais, devido à influência de familiares na região e à circulação expressiva da *Aurora* nesta província. Para Lúcia Guimarães, compartilhando os ideais da bancada oposicionista de 1826, ele defendia, entre outras coisas, um “ministério responsável perante o Legislativo e adoção do “Governo de Gabinete””. Para Marialva Barbosa, Evaristo da Veiga foi “um dos homens mais notáveis do Primeiro Reinado e da Regência”, levando a *Aurora* a ser “a mais importante folha de seu tempo”. Ver: Andrade, Marcos Ferreira de. **Política, vínculos familiares e moderação: a trajetória dos Veiga no sudeste do Império (1827-1837)**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. p. 4-5; Guimarães, Lucia Maria Paschoal. **Em nome da ordem e da moderação: A trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831 – 1835)**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – UFRJ, 1990. p. 92-93; *Op. cit.* Barbosa, Marialva. p. 53.

jornal entre os anos de 1829 e 1835. De 1838 a 1839, a condução da *Aurora* foi atribuída a Francisco de Salles Torres Homem.⁶³

O periódico foi disponibilizado bissemanalmente as segundas e sextas-feiras, e foi adicionada outra publicação às quartas-feiras, após junho de 1828, quando se tornou um jornal trissemanal. Os números só não eram publicados “no caso de” serem “alguns destes dias santo de guarda”.⁶⁴ Suas edições possuíram usualmente quatro páginas, até que em 1830, passaram a contar com seis páginas.⁶⁵

As informações que abriram os números publicados foram referentes ao ano corrente de publicação, posicionado no canto superior esquerdo, e o número da publicação, alocado no canto superior direito, seguidos do título e subtítulo do jornal, *A Aurora Fluminense: jornal politico e litterario*, seu nome propriamente, ambos centralizados na parte superior da primeira página de cada edição.⁶⁶

Logo após, as referências sobre os locais e modalidades de subscrição/assinatura, assim como de venda avulsa, com os preços e os endereços listados, onde eram disponibilizadas as edições desta “folha”. Nesse caso, a subscrição podia ser realizada por trimestre, na Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, ao preço de 2\$ (dois mil réis), ou com a venda avulsa, por 80 rs (oitenta réis), nas lojas de livros de João Batista dos Santos, localizada na rua da Cadeia, e na de Evaristo da Veiga, na rua dos Pescadores.⁶⁷

Em seguida, sua epígrafe em posição de destaque, como parte fixa de suas publicações, com a reprodução da frase: “*Pelo Brasil dar a vida/ Manter a Constituição/*

⁶³ De acordo com Matias Molina, há suspeitas de que Francisco de Salles Torres Homem tenha assumido a redação do jornal *Aurora Fluminense* entre os anos de 1838 e 1839. Torres Homem foi descrito pelo autor como protegido de Evaristo da Veiga, tendo sido também diretor do jornal *Despertador*. Cf. Molina, Matias. **História dos jornais no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2015. p. 184 e 230; Torres Homem também foi apontado por Vinícius de Souza como integrante da redação da *Aurora Fluminense*, começando a escrever para o jornal em 1830. Para saber mais, Cf. Souza, Vinícius de. **Experiência da história num Império em construção [manuscrito]: narrativas, linguagens, conceitos e metáforas em Francisco de Sales Torres Homem (1831-1856)** / Vinícius de Souza. – 2017.

⁶⁴ Informação presente nos anúncios feitos sobre a subscrição da *Aurora Fluminense*. Exemplo disso, Cf. *A Aurora Fluminense*, 1828, nº 00001(1), 27/06/1828, p. 247; nº 61, 30/06/1828, p. 252; nº 62, 02/07/1828, p. 256.

⁶⁵ *Op. cit.* Molina, p. 223.

⁶⁶ A paginação do jornal seguiu fluxo contínuo, mas só esteve presente a partir da segunda página de cada número, nunca presente na capa do jornal.

⁶⁷ Matias Molina atribui o valor de 8 mil réis à assinatura anual da *Aurora Fluminense*. *Op. cit.* Molina, p. 180.

Sustentar a Independência/ É a nossa obrigação”, fala proferida por D. Pedro I, publicada no jornal *Diário Fluminense* do dia 14 de julho de 1824.⁶⁸

Imagem 02 - Epígrafe do jornal Aurora Fluminense

A AURORA FLUMINENSE.

JORNAL POLITICO E LITTERARIO.

Subscreeve-se para esta Folha na Typographia do Diario do Rio de Janeiro, por trimestre a 28; e vendem-se Numeros avulsos a 80 rs. nas lojas de livros dos Srs. João Baptista dos Santos, rua da Cadeia, e Evaristo Ferreira da Veiga e Comp., rua dos Pescadores.

*Pelo Brasil dar a vida,
Manter a Constituição,
Sustentar a Independencia,
He a nossa obrigação.*

*Por S. M. O IMPERADOR D. PEDRO I.
(Diario Flumin. 14 de Julho de 1824.)*

Fonte: BN, Aurora Fluminense, 1827-1831. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/aurora-fluminense/706795>

Entre as alterações realizadas na *Aurora Fluminense* ao longo do tempo, pode se destacar as modificações como a do título e subtítulo do jornal, que foram alterados e deixaram de ter o “A”, em 1829, e a exclusão do subtítulo a partir do nº 285, em 1830. Além de ter sido impresso pela Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, *A Aurora* também foi impressa por outras tipografias, como: a “Typ. Lessa e Pereira Gueffier”, a “Typ. Cunha e Vieira”, a “Typ. Americana de I.P. da Costa”, a “Typ. R. Ogier”, a “Typ. Cremiere” e a “Typ. Paula Brito”.⁶⁹ Quanto à sua epígrafe, teve a autoria da frase vinculada ao Imperador omitida após sua abdicação, em 1831, deixando de associar o periódico à figura de D. Pedro I.

Suas publicações foram organizadas em forma de texto, divididos em duas colunas, com folha de fundo branco e letras pretas, sem a presença de desenhos ou gravuras. Essencialmente, foram divididas em três seções: *Interior*, *Exterior* e *Variedades*, conforme “aos planos adotados em vários jornais tanto da América, como da Europa”.⁷⁰

⁶⁸ A epígrafe consistia na base que pautava diretamente suas publicações, e figurava o princípio norteador a que se pretendia aproximar, e mais ainda, preservar.

⁶⁹ Informações colhidas a partir da ficha catalográfica do jornal *Aurora Fluminense*, produzida e mantida pelo software *SophiA*, da Biblioteca Nacional. Disponível para consulta em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>

⁷⁰ *A Aurora Fluminense*, 1827, 27/12/1827, nº 01, p. 01.

A primeira seção se dividiu em duas partes, “uma consagrada à polêmica sobre as questões, que” interessavam “a Nação no exercício de seus direitos constitucionais”, e a outra endereçada às “notícias do Brasil, dignas de fixarem a atenção dos leitores, capazes de darem informações verídicas sobre o país, e de inspirarem ao estrangeiro uma ideia vantajosa sobre esta parte da América”. A segunda seção foi reservada para as notícias exteriores. Já a terceira, deu lugar principalmente às correspondências, parte destinada à participação e interação com o seu público leitor.⁷¹

Apesar disso, a proposta inicialmente traçada para a seção de *Variedades* foi alterada, tendo em vista a recorrência de correspondências e contribuições dirigidas à publicação. Esse fator levou os próprios redatores a solicitarem a interrupção do fluxo de envios, de modo que foi exposta a existência de “correspondentes certos” para agregarem suas colaborações ao jornal.

Havendo sempre superabundância de matéria para preencher os Números da Aurora Fluminense e existindo igualmente Correspondentes certos; que coadjuvam com os seus artigos a redação da Folha; roga-se a todos os Srs., que tiverem qualquer Correspondência a imprimir, que se dirijam a algum outro Periódico. Os Redatores”.⁷²

Com base nesse aspecto podem ser observados dois sentidos aplicados às correspondências: um vinculado às cartas enviadas pelo público leitor, e outro associado à contribuição de correspondentes no processo de redação do jornal. De qualquer modo, uma via de comunicação se constituiu tanto entre os redatores e os leitores, quanto em relação aos redatores e os correspondentes, que contribuíram para a redação do jornal em si.

Para mais, a seção de *Variedades* também comportou as “análises de obras interessantes literárias, ou políticas, hinos nacionais, e todos os fragmentos de literatura, que de ordinário os outros jornais” compreendiam “no artigo *Variedades*”.⁷³

⁷¹ *Ibid*, p. 2-3.

⁷² A Aurora Fluminense, 1828, 19/09/1828, n° 93, p. 392.

⁷³ A Aurora Fluminense, 1827, 21/12/1827, n° 01, p. 3; Em contraponto a organização descrita no jornal, Otávio Tarquínio de Sousa estabeleceu que a *Aurora Fluminense* foi composta por 5 seções ao invés de 3, sendo a “1ª) Interior – artigo sobre política interna; 2ª) Notícias do Rio; 3ª) Exterior – resenha dos acontecimentos políticos do mundo, transcrição de jornais estrangeiros; 4ª) *Variedades*; 5ª) Anedotas – com muitas carapuças e alusões”. Cf. Souza, Otávio Tarquínio de, 1889-1959. **História dos fundadores do Império do Brasil** / Otávio Tarquínio de Sousa. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015, p. 48. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/528941>. As considerações do autor são dignas de serem observadas, uma vez que ao seguir com suas publicações, seções antes idealizadas em seu primeiro número foram perdendo importância, como é o

Ainda havia a presença ocasional de Avisos, relacionados às notificações sobre as correspondências que eram enviadas ao jornal, e parte deles justificava o motivo da contribuição não ter sido inserida, seja pela falta de espaço, seja pelo não alinhamento com os princípios que regiam a “folha” e que, portanto, não seriam publicadas, como foi o caso da colaboração do padre José Antonio da Silva Chaves.⁷⁴

Imagem 03 - Aviso presente na seção de *Variedades* do jornal *Aurora Fluminense*

•
A V I S O .

O Sr. Padre José Antonio da Silva Chaves pode mandar ou ir buscar á typographia a sua correspondencia de 14 de Abril, que não pode ter lugar na nossa folha, por muito extensa, e incivil.

Fonte: BN, *Aurora Fluminense*, nº 39, datado do dia de 05 de maio de 1828. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1827_00039.pdf

A seção de *Variedades* também foi composta por anedotas, que ironizavam e/ou depreciavam figuras, personagens e pessoas que tinham sua identidade ocultada por pseudônimos. Além disso, havia a presença de *Erratas*, destinadas a correção de “erros tipográficos”.

Imagem 04 - Anedota presente no jornal *Aurora Fluminense*

Anedoctas. — Disputando certo dia M. de Montesquieu no parlamento de Bordeos com um conselheiro, que já se achava com a cabeça algum tanto esquentada; este depois de muitos raciocínios expressados com fogo, lhe disse: “*Snr. Presidente, eu dou a minha cabeça, se isto não for assim.*”, Eu a accetto, replicou friamente Montesquieu, *os pequenos presentes entretem a amizade.*”

Fonte: BN, *Aurora Fluminense*, nº 10, datado do dia 04 de julho de 1828. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1827_00010.pdf

caso da *Exterior*, dando lugar a novas proposições de organização. No entanto, nos pautaremos às mudanças pontuadas pela própria *Aurora*.

⁷⁴ A *Aurora Fluminense*, 1828, 02/05/1828, nº 39, p. 160.

Imagem 05 - Errata presente no jornal *Aurora Fluminense*

—•••—

*Errata. — No N. 73 pag. 1. col. 2. lin. 33 — Não sup-
pomos — leia-se — Nós supomos. Pag. 3. col. 1. lin. 49 —
seus — leia-se — por seus. Pag. 4. col. 2. lin. 42 — pre-
ducentes — leia-se — producentem.*

Fonte: BN, *Aurora Fluminense*, nº 74, datado do dia 01 de agosto de 1828. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1828_00074.pdf

O jornal não contou com anúncios recorrentes, e poucos foram os casos encontrados que não envolvessem a própria *Aurora*, sendo geralmente atrelados à divulgação de algum livro, aula ofertada, invenção de máquina de alambique, folha de escritório com tabela de preços de moedas, modelos portáteis de máquinas, inauguração de algum curso, entre outros.⁷⁵ Todavia, os *Anúncios* reforçaram o conhecimento sobre os seus preços ao público, bem como a possibilidade de negociar as assinaturas, caso quisessem ser realizadas sem o compromisso da subscrição por trimestre.⁷⁶ Os “autoanúncios” apareceram em suas páginas, como foi o caso presente em seu nº 62, do dia 02 de julho de 1828.

Imagem 06 - Anúncio presente no jornal *Aurora Fluminense*

—•••—

Annuncios.

Na loja de Livros do Sr. Evaristo Ferreira da Veiga na rua dos Pescadores N.º 49 continúa-se a fazer a subscrição para o 3.º trimestre da *Aurora Fluminense*, que apparecerá trez vezes por semana á segunda, quarta, e sexta feira, menos no caso de ser alguns destes dias, santo de guarda. As pessoas, que quizerem continuar a honrar este Periodico com a sua subscrição dirijão-se á referida loja, para que não lhes falte a entrega regular dos Numeros.

—•••—

Fonte: BN, *Aurora Fluminense*, nº 62, datado do dia 02 de julho de 1828. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1827_00062.pdf

⁷⁵ Cf. *Aurora Fluminense*, nº 26, 17/03/1828, p. 77; nº 44, 16/05/1828, p. 181; nº 57, 20/06/1828, p. 236; nº 89, 10/09/1828; p. 374; nº 128, 12/12/1828, p. 532; nº 131, 19/12/1828, p. 544; nº 182, 27/04/1829; p. 756; nº 207, 01/07/1829, p. 862.

⁷⁶ Foi ofertada a assinatura por dois meses ao valor de 1\$600 réis, caso o compromisso do trimestre não quisesse ser firmado. Exemplo disso, Cf. *Aurora Fluminense*, 1828, nº: 00001(1), 27/06/1828, p. 247; nº 61, 30/06/1828, p. 252; nº 62, 02/07/1828, p. 256.

É perceptível o contato estabelecido com os seus subscritores/assinantes por meio da presença de avisos/anúncios destinados ao seu agradecimento, como por exemplo, o presente no número 00001 (1), em que “Os Redatores” aproveitaram a “ocasião para agradecer ao público o benigno acolhimento, com que” tinha “favorecido o seu Jornal”, pontuando que “as pessoas, que” quisessem “continuar a honrar este Periódico com a sua subscrição” se dirigissem “à referida loja, para que não lhes” faltasse “a entrega regular dos Números”,⁷⁷ deixando claro que em “qualquer caso os subscritores nunca” ficariam “prejudicados, antes ao contrário se” distribuiriam “as folhas de sorte”, para que eles pudessem “receber uma vantagem razoável”.⁷⁸

No ano de 1831, a *Aurora Fluminense* apontou a estimativa sobre o seu número de subscritores, a quem chamou de “Os protectores da Aurora”, que “sem dúvida” deveriam “de ser os seus 1.100 subscritores”, afirmando que não conheciam “outra espécie de patronos”, pois pareciam “gostar de uma linguagem acanhada, tímida, e de doutrinas de prudente moderação”.⁷⁹

O custeio associado à produção, a redação e a impressão do jornal não foram listadas por seus redatores, no entanto, eles fizeram saber suas impressões sobre a profissão:

Tal é a marcha, que os Redatores têm seguido, e que esperam não desmentir nem um instante na carreira trabalhosa, em que continuam; vencendo dificuldades de mais de um gênero, e que mal poderá apreciar aquele, que não tentar a mesma empresa, sem patronos; sem subsídios; sem fração protetora; e sem antecedentes de nome conhecido, ou prevenção favorável, que de antemão lhes granjeie admiradores.⁸⁰

Ao agradecerem a benignidade dos seus subscritores no encerramento de seu primeiro trimestre de publicações, o conjunto de redatores da *A Aurora Fluminense* se descreveu como uma “associação de jovens, pouco habituados a” tratarem de “graves questões políticas, e privados da experiência; mas Brasileiros livres”, cujo trabalho empregado no jornal era “fruto ainda não maduro dos” seus “escassos talentos”.⁸¹

Quanto à sua modalidade de escrita, propriamente, os redatores afirmaram terem sido guiados “pelo exemplo daqueles Jornalistas da Europa, que a opinião aponta, como os melhores”,⁸² e que procuraram:

⁷⁷ A *Aurora Fluminense*, 1828, 27/06/1828, N° 00000 (1), p. 247.

⁷⁸ A *Aurora Fluminense*, 1828, 31/03/1828, n° 30, p. 121.

⁷⁹ A *Aurora Fluminense*, 1831, 30/09/1831, n° 537 p. 2279.

⁸⁰ A *Aurora Fluminense*, 1828, 31/03/1828, n° 30, p. 121.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

conservar no seu Periódico uma linguagem enérgica, porém decente, preferindo antes atacar os abusos, do que as pessoas, e não recusando o louvor à autoridade toda a vez, que ela o mereça, até para animá-la a continuar no caminho do bem.⁸³

A *Aurora Fluminense* se destacou pelo “estilo panfletário” adotado também pelos demais jornais do período. Para Marco Morel, essa abordagem dos periódicos:

alcançava eficácia por várias características retóricas interligadas, como a capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, em situações específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida.⁸⁴

Essas características se manifestaram de modo mais assertivo frente à presença de seções *Extraordinárias*, encaradas como interrupções do curso previsto das publicações, em que algum acontecimento considerado extremo por parte dos redatores tomava espaço nas páginas do jornal. Em casos como esse, o número de páginas da publicação excedia a quantidade regular esperada, o que representava, em certa medida, o grau de necessidade e importância atribuída a essas seções extras.

Quando isso não ocorria, a regularidade das publicações era regida por sua prática “compiladora” e “recompiladora”,⁸⁵ com a publicação e republicação de notícias, artigos e extratos de textos de livros, que tiveram o intuito de divulgação das ideias e o reforço de visões e posicionamentos assumidos pelo jornal.

Diante da própria organização e distribuição das seções da *A Aurora*, como bem ressalta Marialva Barbosa, foi possível notar um padrão de hierarquização das informações transmitidas por meio da priorização dos acontecimentos referentes às polêmicas contemporâneas, com o destaque pautado em dois atributos: o de chamar a atenção e de ser “verídico”.⁸⁶ Desse modo, “não bastava acreditar que o que era relatado tivesse de fato acontecido: era preciso que o verídico fosse interessante ao leitor”.⁸⁷

Desse modo, a produção própria, a reprodução, e a produção “a partir de”, compuseram as práticas referentes à condução da *A Aurora Fluminense* enquanto

⁸³ Idem.

⁸⁴ *Op. cit.* Morel, 2021. p. 37.

⁸⁵ Termos empregados por Marialva Barbosa. *Op. cit.* Barbosa, 2010, p. 22.

⁸⁶ *Op. cit.* Barbosa, 2010. p. 55.

⁸⁷ Idem.

periódico. Diante de tudo isso, é possível dizer que a análise da materialidade do jornal pode demonstrar as consistências e inconsistências da prática periódica sob seu ponto de vista prático. No entanto, é com base na avaliação dos postulados de defesa da *A Aurora Fluminense*, enquanto jornal de opinião, que se pode compreender propriamente o teor de suas publicações e a natureza de sua longevidade, com base nas suas características e contradições.

1.2 Princípios gerais atribuídos ao jornal *Aurora Fluminense*

A moderação defendida por *A Aurora Fluminense* centralizou os argumentos relacionados à livre manifestação do pensamento, à liberdade de imprensa, à defesa da adequação e reformulação das instituições monárquicas aos moldes liberais, à constitucionalidade, às leis, e conseqüentemente à manutenção do poder Legislativo e do processo eleitoral.

Entre os principais autores que foram reproduzidos e comentados em suas páginas, estiveram: Benjamin Constant, François Guizot e Edmund Burke. As passagens de suas obras foram associadas e adaptadas à sociedade imperial brasileira, transparecendo a inclinação dos redatores a pensar a partir desses escritos, os acomodando ao seu entendimento. Os próprios redatores da *Aurora* ressaltaram que:

Quando intentamos a redação deste periódico, nós consultamos as nossas forças, e conhecemos que demasiadamente débeis, para poder influir na Opinião pública (...) o interesse geral, a defesa da Causa Constitucional, e do sistema Representativo foi o alvo, a que atiramos, e curando pouco de pequenos, e privados interesses dedicamos o nosso Jornal ao desenvolvimento dos bons princípios da Liberdade legal procurando espalhá-los por entre o Povo. Foi com esse intuito que muitas vezes nos não havemos pejado de recorrer aos escritores Franceses, e Ingleses, cujas opiniões são hoje clássicas, vertendo-os literalmente em vulgar, aproveitando deles os pedaços mais análogos às nossas circunstâncias, e buscando assim chegar a todas as classes de Cidadãos as suas doutrinas. (...) luzes eram necessárias para o grave e importante magistério de um Jornal político; mas a nossa intenção foi, ao que parece, merecedora de algum elogio.⁸⁸

Diante disso, Marcelo Basile, Nívea Guimarães e Janaína Silva pontuaram que a moderação associada à *A Aurora Fluminense* foi marcada pelo *justo meio*, associada aos parâmetros de defesa dos doutrinários franceses da Restauração.⁸⁹

⁸⁸ *A Aurora Fluminense*, 1828, 30/06/1828, nº 61, p. 249.

⁸⁹ *Op. cit.* Basile, p. 61; *Op. cit.* Guimarães, 2016, p. 42; Silva, Janaína de Carvalho. *A Aurora Fluminense e o combate ao despotismo (1827-1831)*. **Dia-Logos: Revista Discente da Pós-**

Em composição a isso, Carlos Oliveira acrescentou que “essa visão de mundo baseada no “justo equilíbrio” das coisas”, se tratou de

uma releitura, dentre outras influências, da concepção de *just milieu* empregada pelos liberais franceses das primeiras décadas do século XIX, que buscava fixar um ponto de equilíbrio entre a estrutura sócio-política do Antigo Regime, o legado iluminista e a experiência revolucionária de 1789 - a “moderação” aproximava-se, nesse sentido, das noções mais amplas da razão ilustrada.⁹⁰

Ao se colocar como “folha de oposição” direta aos periódicos entendidos como “tradicionais”, *A Aurora* alegou evitar “cuidadosamente os dois extremos, da servilidade abjeta, e do louco exaltamento”, e que isso “devia desde logo desagradar a um grande número de pessoas, e” foi “o que na realidade aconteceu: os absolutistas, e os homens iscados de velhos prejuízos” os tratavam “de *revolucionários*, e *sediciosos*; e os anarquistas” os taxaram “de *equivocos*, *pouco enérgicos*, ou mesmo de *lisonjeiros*.”⁹¹

Ao defenderem seu posicionamento, não deixaram de ressaltar que era “nos homens moderados e de boa fé” que haviam buscado apoio, e que sua “esperança não foi traída; eles” tinham “feito justiça à” sua “sinceridade, desculpando generosamente as faltas, de que” faziam.⁹²

A Aurora procurou, em contrapartida, se associar aos jornais que se pautavam em princípios semelhantes aos seus, o de defesa das pautas liberais. Por meio de um embate com o jornal *L'Echo de L'Amerique du Sud: journal politique, commercial et litteraire*,⁹³ o jornal listou alguns dos periódicos de que se aproximava:

Como o *Echo* parece duvidoso sobre o tirar da incerteza, francamente declaramos, que as nossas intenções são as mesmas, que nós supomos nos, que redigem o *Pharol*, o *Astro de Minas*, a *Astréa*, e o *Universal*, isto é, as de

Graduação em História, v. 6, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dialogos/article/view/23347>

⁹⁰ Oliveira, Carlos Eduardo França de. **Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP. 2009. p. 30.

⁹¹ *A Aurora Fluminense*, 1828, 30/06/1828, n° 61, p. 249.

⁹² *Idem*.

⁹³ *L'Echo de L'Amerique du Sud: journal politique, commercial et litteraire*, mencionado nos jornais nacionais como “O Echo”. Publicado em francês, de junho de 1827 a março de 1828, bissemanalmente, pela tipografia Imperial Typ. de P. Plancher-Seignot. Sua redação foi atribuída a R. Ogier e Pierre Plancher-Seignot. Teve por epigrafe: “Il n'y a qu'un echo en Amerique, lorsqu'on prononce les mots de Patrie et de Liberte”, de General Foy, cuja a tradução corresponde a “Há apenas um eco na América, quando pronunciamos as palavras de Pátria e Liberdade”. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=702404>. Acesso em: 4 set. 2023.

concorrer, quanto em nós cabe para a ilustração e Liberdade dos nossos Concidadãos; decididos sempre a pugnar sem medo contra os abusos, que se opõem à felicidade da nossa querida Pátria. Sejam quais forem ás queixas, que possamos ter de homens de humor atrabiliário, a quem nenhuma cousa agrada, e que querem dar as exagerações da sua cólera, como norma obrigatória da linguagem dos amigos da Liberdade legal; nós contudo os toleramos muito melhor, do que esses, que estão sempre prontos a prostituir o seu talento a menos esperança de pensão ou estipêndio secreto, e que em toda a ocasião officiosos defensores da Autoridade, nem uma só vez se acharam em oposição com o modo de pensar dos Ministros. Da mesma sorte lhes afirmamos, que não, somos da opinião desses, que querem fundar o nosso direito público sobre os princípios das Monarquias Europeias, desdenhando a Constituição política, que nos rege, única base das nossas instituições, cuja origem Nacional muito a extrema das de França, ou mesmo de Inglaterra; e que não supomos nem revolucionário, nem republicano o, que entra livremente na discussão de uma questão teórica política, que em nada compromete a estabilidade do trono, e a forma do Governo Monárquica Delegativa, que a vontade da Nação deu ao nosso Império.⁹⁴

Frente a essas distinções estabelecidas entre os jornais e linhas de defesa adotadas por eles, nesse período da imprensa brasileira, Lidiane Vieira afirmou que:

A imprensa, como em uma representação por espelho, reproduzia a configuração das forças políticas existentes: havia jornais de orientação conservadora de direita, defensores de um regime monárquico mais centralizado, que no período pós-abdicação reunia os que ansiavam pela restauração de d. Pedro I; os liberais de direita, defensores da monarquia constitucional, empurrados ao centro pelas outras duas forças; e por fim os liberais de esquerda que, sendo mais radicais, eram defensores da democracia e do federalismo. O moderantismo do jornal de Evaristo relacionava-se diretamente com esta composição de forças da imprensa, estando ele alocado entre dois grupos radicalizados nos seus extremos, os *caramurus* à direita e os exaltados à esquerda.⁹⁵

Nesse sentido, *A Aurora Fluminense* se assumiu como espaço de reflexão da prática política, principalmente no que tangia ao cumprimento e respeito dos princípios estabelecidos pelos parâmetros constitucionais. Entre as colocações mais referenciadas pela historiografia referentes ao jornal, em associação aos postulados da moderação a que foi adequado, esteve a frase que afirmou “Nada de excessos. A linha está traçada – é a Constituição”.⁹⁶

⁹⁴ A *Aurora Fluminense*, 1828, 14/03/1828, n° 25, p. 71; Torna-se importante ressaltar que associação a esses jornais não permaneceu necessariamente intacta, tendo em vista, que mesmo alinhados à defesa das ideias liberais, esses periódicos adoraram diferentes posicionamentos conforme a agitação política do período.

⁹⁵ Vieira, Lidiane Rezende. **Evaristo da Veiga e a recepção do liberalismo francês nas páginas do jornal *Aurora Fluminense* (1827-1835)** / Lidiane Rezende Vieira. - (Dissertação de Mestrado), UERJ, 2016. p. 63.

⁹⁶ A *Aurora Fluminense*, 1829, 09/12/1829, n° 276, p. 1158.

Associada à carta constitucional de 1824, a *Aurora* propôs reformas a partir da reformulação da instrução pública, ao defender a criação de novos cursos,⁹⁷ e levar em consideração a necessidade de serem divulgados os direitos do cidadão em meio à população, levantando sérias críticas aos ditos “jornais ministeriais”, que levaram adiante as práticas entendidas pela *A Aurora*, como de cunho absolutista e de teor aristocratizante.

A *Aurora* se colocou ainda contra os direitos encarados como resquícios da administração colonial, como por exemplo, os direitos dos morgados,⁹⁸ e de todo e qualquer resquício de distinção social baseada no nascimento ou linhagem. A postura questionadora adotada pelo jornal problematizou a manutenção dos direitos de uma nobreza hereditária, ao dizer que desejavam “falar desses títulos, que” iam “passando de Pais a filhos, como para introduzir sorratamente entre nós a nobreza hereditária, contrária ao espírito e letra da nossa Constituição”, deixando claro que:

Nós não temos hereditária, se não uma única função, ou título público, e é a do Supremo Magistrado, a do Monarca, que as Instituições colocaram na cúpula do edifício social, e de que fizeram a exceção de todas as regras, ou antes para quem estabeleceram uma regra singular, porque assim convinha aos interesses, e mais perfeita estabilidade da ordem política.⁹⁹

As “reminiscências absolutistas” frente aos critérios de distinção social pautados na linhagem e na hereditariedade não significaram, contudo, na contradição a sua permanência na sociedade imperial brasileira, mas sim à reformulação dos critérios que eram considerados para as suas concessões, que deveriam ser concedidos, ao seu entendimento, por meio do reconhecimento dos “méritos” “talentos” e “virtudes”, noções empregadas como elementos de distinção entre os cidadãos.

⁹⁷ Já em seu primeiro número a *Aurora Fluminense* celebrava a notícia que tinha “ouvido dizer” sobre a criação do Curso Jurídico no Brasil por meio de uma lei, que esperava que fosse criada em 1828, que seria destinada “mocidade braziliense”, chegando a divulgar um edital, que conforme afirma, estava sendo publicado em diferentes jornais, para a convocação de estudantes para entrarem no “concurso no Exame e Provimento”. *A Aurora Fluminense*, 1827, 27/12/1827, n° 01, p. 2-3.

⁹⁸ Tratava-se de um direito à herança vinculada, sobretudo, as propriedades rurais, onde apenas o primogênito estava condicionado a herdar os bens do pai após a morte, não sendo passível de mudança ou partilha de bens entre os membros da família, cabendo ao filho mais velho, a escolha sobre a provisão dos demais. Apesar de não ser tão comum como a *Aurora Fluminense* faz querer crer, o morgadio esteve situado nas suas pautas de combate, com o apoio a projeto de lei para sua extinção. Para conhecer casos de morgadio no Brasil Cf. Pereira, José Flávio e Pereira, Lupércio Antônio. Instituições jurídicas, propriedade fundiária e desenvolvimento econômico no pensamento de José Da Silva Lisboa (1829). *História*. (São Paulo) [online]. 2006, v. 25, n. 2 [Acessado 11 setembro 2022], p. 192-213. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742006000200010>>. Epub 23 Set 2010. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742006000200010>.

⁹⁹ *A Aurora Fluminense*, 1829, 31/10/1829, n° 255, p. 1071.

As proposições da *A Aurora* também incorporaram a defesa do fim da comercialização de africanos escravizados. Ainda em 1828, o jornal previu que “o tráfico da Escravatura, não” tardaria “a findar”. Apesar disso, a folha não deixou de transparecer que não seria “desconhecido o choque, que este acontecimento” iria “produzir na nossa Agricultura, que” consistia “pela maior parte, na produção dos chamados gêneros Coloniais, trabalhados por braços Africanos”.¹⁰⁰

Para *A Aurora* ficou “patente a todos que a escravidão” era “incompatível com a ventura do Estado, e especialmente com a prosperidade da sua indústria”, no entanto, pontuou que ao Brasil não se podia “por ora dispensar esse mal necessário”. Em sua análise, os escravizados “pela maior parte” estavam “ainda pouco aptos, para receberem o benefício da alforria”, devendo “presidir a este negócio a mais ilustrada prudência, que sabe casar os foros da humanidade com as cautelas, que exige uma tão grande revolução na ordem da sociedade e dos indivíduos”.¹⁰¹

Alguns receios e dúvidas foram publicados a respeito da “convenção celebrada com a Inglaterra para a abolição do tráfico da escravatura”, que teria que “acabar a tantos de Fevereiro de 1830”, onde foi solicitado que o “Governo por algum meio às solvesse”.¹⁰²

Querem uns que nesse dia devam ter-se retirado das suas especulações os navios empregados nesse comércio; outros são de opinião, que o sentido do Tratado é que, só desse dia em diante se não despache dos nossos portos mais embarcação alguma para o tráfico, dando-se contudo um espaço de tempo razoável, para concluírem as suas negociações os Comerciantes, que tiverem enviado os seus fundos. Bem se vê quantos danos puderam seguir-se de um mal entendido em semelhante caso, e que se não devem deixar os particulares entregues somente ao seu senso num objeto, em que estão interessadas as fazendas, honra, e vida de tão grande número de pessoas.¹⁰³

Com base nisso, podemos inferir que apesar de assegurar que residia na indústria o caminho a ser seguido pelos cidadãos brasileiros, foi na agricultura pautada sob a exploração do trabalho escravo que o Brasil estava assegurado, em sua visão. A liberdade e as garantias de direitos atribuídos às suas pautas de defesa, nesse sentido, não estiveram associadas a esse grupo de pessoas que compunham a população do país. Além disso, sempre foram enfatizados os prejuízos que envolveriam a libertação da força de trabalho escravizada, e conseqüentemente, seus impactos econômicos.

¹⁰⁰ *A Aurora Fluminense*, 1828, 18/01/1828, n°09, p. 34.

¹⁰¹ *A Aurora Fluminense*, 1828, 16/06/1828, n° 55, p. 225.

¹⁰² *A Aurora Fluminense*, 1828, 23/03/1828, n° 58, p. 238.

¹⁰³ *Idem*.

À vista disso, se destaca a colocação de Carlos Oliveira sobre a defesa da Constituição por parte dos moderados:

a busca pelo meio termo da política passava, necessariamente, pela criação de um aparato jurídico-administrativo que proporcionasse ao mesmo tempo a divisão dos poderes, a criação de instituições representativas, a limitação da atuação dos governantes e a manutenção dos direitos da cidadania, sem pleitear, todavia, uma organização social que ampliasse o espaço de cidadania já assegurado pela Carta de 1824.¹⁰⁴

Diante disso, Marcelo Basile pontuou uma das características, e ao mesmo tempo, uma contradição do liberalismo adotado pela *Aurora Fluminense*, a rejeição de “quaisquer preceitos igualitários e políticos universais”.¹⁰⁵ Ao se manifestar contra a escravidão, e simultaneamente, sair em sua defesa, *A Aurora Fluminense* contemplou o futuro imperial brasileiro pautado nos braços nacionais, dissociado do trabalho forçado e baseado no desenvolvimento da indústria.

A incorporação de estrangeiros enquanto uma alternativa, com a instituição de colônias compostas por imigrantes, como as estabelecidas no período colonial em alternativa à escravidão, não foram encaradas como uma solução eficiente, a não ser que esses imigrantes contribuíssem para o estabelecimento de uma “classe industriosa” no país.

Frente a esse ponto, *A Aurora Fluminense* encarou a presença dos estrangeiros no Brasil de forma diversa, tendo em vista que ao mesmo tempo em que considerava sua relevância para o desenvolvimento da indústria no Brasil, questionava também sua alocação em outras áreas da administração imperial, sobretudo, porque as iniciativas da esfera Executiva, representada por D. Pedro I e seus ministros, vinculou a imigração ao preenchimento das fileiras militares e guarnição das tropas brasileiras, pois estrangeiros de diferentes origens foram assimilados pelo Exército Brasileiro ao longo dos anos.

O propósito por trás da iniciativa de atrair imigrantes para comporem as forças militares figurava os esforços, desde 1822, para a asseguaração da Independência, assim como o auxílio armado na dissolução de conflitos deflagrados durante esse período de conturbação política.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Oliveira, Carlos Eduardo França de. **Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP. 2009. p. 30-31.

¹⁰⁵ *Op. cit.*, Basile, p, 61.

¹⁰⁶ Lucas Junqueira evidencia que D. Pedro I preocupou-se em angariar forças que combatessem em favor da Independência e se unissem ao exército, após desmontar a administração militar existente

Entre os principais conflitos que podem ser destacados como motivação para a arregimentação e organização do poderio militar do período entre os anos de 1820 e 1830, estiveram os embates na Bahia, Maranhão, Pará e Piauí para a adesão a Independência do Brasil,¹⁰⁷ bem como a Confederação do Equador (1824),¹⁰⁸ e posteriormente, a Guerra da Cisplatina (1825-1829).¹⁰⁹

De maneira geral, Gilmar Pozo estimou que entre os anos de 1823 e 1830, austríacos, suíços, belgas, franceses e anglo-saxões vieram ao Brasil, compondo um número de cerca de 12.000 indivíduos, que deram entrada no território brasileiro.¹¹⁰ Nesse sentido, pode ser destacado em especial, o recrutamento dos soldados alemães para o cumprimento dessa finalidade, bem como o estabelecimento da corrente imigratória alemã de 1824, e posteriormente, a inserção de irlandeses, em 1828.

com a expulsão das tropas lusas comandadas por Avilez. Entre as iniciativas empreendidas, estiveram: o recrutamento de “criminosos condenados, concedendo perdões de suas penas aos que pegassem em armas”, a “compra da liberdade aos escravos que assentassem praça”, o incentivo do serviço militar voluntário, com a redução do tempo de serviço para 3 anos, e, por fim, a “contratação de mercenários estrangeiros”. Junqueira, Lucas F. **A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)** / Lucas Faria Junqueira (Dissertação de Mestrado). – PPGH-UFB. 2005. p. 75-76.

¹⁰⁷ Paulo Pimenta apontou a mobilização dos corpos militares a partir do ano de 1822, para os conflitos voltados à independência, destacando a participação de “muitos ex-combatentes das Guerras Napoleônicas”, destacando a presença de estrangeiros como Thomas Cochrane, John Grenfell e Pierre Labatut em meio a esses embates. Pimenta, João Paulo. **Independência do Brasil** / João Paulo Pimenta. – São Paulo: Contexto, 2022. p. 104-106.

¹⁰⁸ Juvêncio Lemos afirmou que uma vez inseridos ao exército, em 1824, os soldados alemães atuaram na supressão da Confederação do Equador, sendo enviado à Pernambuco o 26º Batalhão de Caçadores, (posteriormente renomeado, 28º Batalhão de Caçadores), em 1825, para a contenção de focos revoltosos que ainda resistiam. *Op. cit.* Lemos, p. 226-228.

¹⁰⁹ Gilmar Pozo pontuou que “era imprescindível que os corpos estrangeiros continuassem a aumentar, pois o Império se encontrava diante de uma crise decorrente do conflito na Cisplatina”, trazendo à luz ofícios trocados entre o Marquez de Queluz e o Conde de Lages, onde eram solicitados o envio de mais 300 recrutas à Schaeffer. Pozo, Gilmar de Paiva dos Santos. **Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: Cotidiano e revolta no Primeiro Reinado.** / Gilmar de Paiva dos Santos Pozo (Dissertação de Mestrado). – Universidade de São Paulo: USP, 2010. p.46-47

¹¹⁰ *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 107.

Capítulo 2 - Os estrangeiros

2.1 Iniciativas para a inserção de estrangeiros no Brasil

A presença de estrangeiros no Brasil foi notória ao longo do século XIX, após o episódio conhecido como Abertura dos Portos, decretada por D. João VI em 28 de janeiro de 1808. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, a iniciativa deu início a um processo de reestruturação das relações políticas e econômicas do Brasil, ao viabilizar as negociações e as transações comerciais sem o grande peso da proibição francesa, além de possibilitar a entrada de estrangeiros em território brasileiro como não havia acontecido anteriormente, pelo menos não com o aval da figura estatal.¹¹¹

Esses emigrados passaram a compor a diversidade populacional do território ainda no período colonial, tendo por base outro decreto de D. João VI, de 25 de novembro de 1808, que além de permitir a entrada, garantiu sua permanência. A determinação visou “aumentar a lavoura e a população”, uma vez que a incorporação de estrangeiros se tornou conveniente ao “real serviço e ao bem público”.¹¹² De acordo com Alberto Silva, previamente o país “estava fechado aos homens livres que não fossem portugueses”.¹¹³

Quanto à presença portuguesa no Brasil, o autor destacou que:

Havia portugueses de todas as regiões e com todos os modos de vida diferentes. Se no início da colonização, predominaram os estremenhos, os alentejanos, os algarvios e, vindos de todas as partes do reino, os cristãos novos, tornaram-se mais visíveis, no primeiro terço do Oitocentos, além dos açorianos e madeirenses, os minhotos, os trasmontanos e os beirões. Os brancos nascidos no Brasil já superavam os metropolitanos que moravam no país, e somados, eram menos numerosos do que, juntos, os negros, caboclos, os cafusos e os mulatos.¹¹⁴

A presença negra no Brasil se deu por meio da escravização dos braços africanos, que foram compostos forçadamente a população. De acordo com Alberto

¹¹¹ Schwarcz, Lilia Moritz. Cultura. In: **História do Brasil Nação: 1808 – 2010, Crise colonial e independência: 1808 – 1830**, volume I / coordenação Alberto da Costa e Silva. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011 - (5ª parte). p. 239.

¹¹² Ver: PLANALTO: DECRETOS HISTÓRICOS, 1808. Decreto de 25 de novembro de 1808 que permitiu a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-25-11-1808.htm.

¹¹³ Segundo Alberto e Silva foram abertas poucas exceções para agilizar o comércio, nesse sentido, destacou que “as cidades do Rio de Janeiro, do Recife, e de Salvador podiam acolher, cada uma delas, quatro famílias britânicas”. SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: **Crise colonial e independência: 1808 – 1830**, volume I, coleção História do Brasil Nação: 1808 – 2010/ coordenação Alberto da Costa e Silva. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.p. 41.

¹¹⁴ *Op. cit.* Silva, p. 38.

Silva, “apesar dos esforços britânicos para restringir o tráfico, continuaram a chegar em grandes números – acima de 750 mil entre 1808 e 1831”, contingente superior a “qualquer outro quarto de século da história brasileira – e de diferentes partes da África.”¹¹⁵

O autor traçou a origem dos africanos desembarcados no Brasil, e ressaltou que na metade do século XVI vieram pessoas “da África Centro-Occidental, da região compreendida atualmente pelo Gabão, os dois Congos e Angola”, e no primeiro terço dos oitocentos “já seria preponderante, nos embarques em Cabinda, Luanda e Benguela, gente vinda de muito longe, até de terras a leste do rio Lualaba e do alto Zambeze”. Além dessas localidades, Alberto Silva também destacou locais “na Contracosta, sobretudo em Moçambique”, somados ao Golfo do Benim e a Baía de Biafra.¹¹⁶

Nesse sentido, Keila Grinberg e Sue Peabody pontuaram que:

O Brasil foi o principal destino dos africanos trazidos às Américas em todo o período de duração do tráfico atlântico de escravos: nada menos do que 40% dos indivíduos escravizados foram trazidos para a América portuguesa. Embora seja difícil precisar corretamente o número, estima-se que mais de 5 milhões de africanos tenham aportado no Brasil, sem contar aqueles que morreram no caminho. Essa situação fez com que o papel dos africanos na composição demográfica brasileira fosse de suma importância: havia lugares em que, por conta do dinamismo da economia açucareira, cerca de 65% da população escrava era composta por africanos, quando não mais.¹¹⁷

Mediante a isso, o incentivo à imigração com o propósito de estabelecimento de colônias compostas por estrangeiros europeus, se deu em detrimento à procura de alternativas à escravidão, como um ensaio ao trabalho livre, um experimento. Frente às perspectivas de imigração, colonização e escravidão, Giralda Seyferth estabeleceu que:

a imigração europeia está naturalizada no debate sobre a colonização e nele, negros e mestiços, livre ou escravos, só eventualmente aparecem como atores sociais descartáveis sob um argumento simplista – o do indireto restabelecimento do tráfico. Essa figura retórica tem o propósito de desqualificar a imigração de africanos, em geral considerados inaptos para o trabalho livre na condição de pequenos proprietários rurais. No pensamento imigrantista do século XIX a escravidão não é percebida como um regime imoral ou ilegítimo, mas simplesmente adjetivada por seu caráter arcaizante, um modelo econômico retrógrado e impeditivo de imigração porque produz uma imagem negativa do país na Europa. Em resumo, a vigência do regime escravista faz da África apenas um lugar de negros bárbaros e não de

¹¹⁵ *Op. cit.* Silva, p. 39.

¹¹⁶ Para saber mais sobre a origem e povos, Cf. *População e Sociedade. Op. cit.* Silva, p. 39-41.

¹¹⁷ Grinberg, Keila. **Escravidão e liberdade nas Américas** / Keila Grinberg e Sue Peabody. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 97.

imigrantes potenciais. Nesse sentido, não precisavam estar situados nos debates sobre imigração. O esforço classificatório dirigiu-se para a nomeação das virtudes e defeitos de cada nacionalidade europeia, em função do interesse maior: o imigrante agricultor.¹¹⁸

Dessa forma, Alberto Silva destacou que “o próprio governo procurou arregimentar imigrantes de outros países europeus e patrocinar a fundação de colônias de estrangeiros: pagava-lhes a viagem de navio e lhes concedia ao chegar, um trato de terra”.¹¹⁹

Nesse sentido, Giralda Seyferth apontou que a imigração passou “a ser representada como um amplo processo civilizatório e a forma mais racional de ocupação de terras devolutas”.¹²⁰ A autora pontuou ainda que o “pressuposto da superioridade branca, como argumento significativo para um modelo de colonização com pequena propriedade familiar baseado na vinda de imigrantes europeus”, necessariamente “distinto da grande propriedade escravista”, foi construído a partir dos meados do século XIX.¹²¹

Face à escravidão, Luiz Felipe de Alencastro e Márcia Luzia Renaux pontuaram que se combinou uma política imigrantista atrelada às ações restritivas ao tráfico. Os autores destacaram a iniciativa de 1818, em que foi aumentado em uma vez e meia, as tarifas definidas para a entrada de escravizados, cujo objetivo era que “o freio imposto à entrada de africanos devia ser acompanhado de medidas estimulando a chegada de europeus”.¹²²

Alencastro e Renaux ressaltaram a importância atribuída à necessidade desses colonos serem brancos e católicos, evidenciando que o “catolicismo institucional ajudou a travar a imigração europeia para o Império”.¹²³ Em contrapartida, ressaltaram que até meados do século XIX, a política agrária brasileira e a política de imigração foram ilusórias diante do comércio internacional de escravizados, que perdurou. Em sua análise, os fazendeiros comprometeram o país, pois “na sua própria

¹¹⁸ *Op. cit.* Seyferth, p.120.

¹¹⁹ *Op. cit.* Silva, p. 41.

¹²⁰ Seyferth, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, 2002. p.118.

¹²¹ *Op. cit.* Seyferth, p.118.

¹²² Dessa forma, a renda adquirida sobre o aumento da tarifa era encaminhada para a compra de ações no Banco do Brasil, para que através do rendimento dos lucros, fosse retirado o sustento do novo povoamento de brancos. Nesse caso, a colônia suíça de Nova Friburgo. Alencastro, Luiz Felipe de; Renaux, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: **História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional**. Companhia das Letras. p. 264.

¹²³ *Op. cit.* Alencastro e Renaux. p. 264.

política agrária: a introdução maciça de africanos expandia as fazendas e reforçava o escravismo”.¹²⁴

Tendo em conta essas considerações, Alencastro e Renaux apontaram as correntes sobre a política imigrantista a partir de pontos de reflexão tidos pela Imprensa e pelo Parlamento, com o avanço dos debates sobre imigração ao longo do século XIX:

Resumindo os interesses em jogo, podem-se definir as diferentes correntes que se enfrentavam na imprensa e no Parlamento no terreno da política imigrantista. No fundo, antes de responder à pergunta: “quem virá trabalhar em nosso país?”, os responsáveis pela política governamental deveriam ter resolvido uma questão prévia: “Para quem se virá trabalhar em nosso país?”. Se o imigrante viesse trabalhar por conta de outra pessoa, para fazendeiros, poderia ser de qualquer raça. Em compensação, se viesse cultivar terras por conta própria, deveria preencher as características étnicas e culturais desejadas pelos funcionários do Império. Tais eram as alternativas que se apresentaram.¹²⁵

Desse modo, os autores expuseram que a contraposição entre proprietários de terra e governo se tornou mais evidente quando os fazendeiros foram forçados a se ajustar à nova realidade de trabalho. Com base nisso, promoveram a angariação de proletários de qualquer parte do mundo. Enquanto isso, a burocracia imperial e a intelectualidade estiveram diretamente preocupadas em fazer da imigração um “instrumento de civilização”, com a associação da construção do mapa social e cultural do Brasil, diretamente ligado ao embranquecimento do país. Ambas as correntes encararam de forma “radicalmente distinta a ação do Estado e a política imigrantista”.¹²⁶

Diante disso, se pode inferir que as percepções sobre os caminhos possíveis para a imigração mudaram ao longo do tempo, contudo, seus primeiros passos foram dados a partir do estabelecimento de colônias compostas por estrangeiros, ainda no período da administração joanina. Entre as iniciativas de colonização que se destacaram, estiveram os projetos de colonização formados por chineses,¹²⁷ alemães,

¹²⁴ *Ibid*, p. 265.

¹²⁵ *Ibid*, p. 264-265.

¹²⁶ *Ibid*, p. 266-267.

¹²⁷ Sobre a presença chinesa no Brasil, Cf. Araújo, Marcelo. Chineses no Rio de Janeiro: o século XX e a migração em massa. **ENCONTROS** – ANO 13 – Número 25 – 2º semestre de 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Araujo-20/publication/371599127_CHINESES_NO_RIO_DE_JANEIRO_O_seculo_XX_e_a_migracao_em_massa/links/648b5df9c41fb852dd09443d/CHINESES-NO-RIO-DE-JANEIRO-O-seculo-XX-e-a-migracao-em-massa.pdf; BUENO, André et al. (Ed.). **Chineses no Brasil, Brasileiros na China: trajetórias em movimento**. Projeto Orientalismo/UERJ, 2022; BRAZ, Andressa. “Raça Amarela”: a ciência nos debates da imigração chinesa no Brasil do século XIX. In: **História da Ciência no Brasil**.

italianos e suíços, ao longo do período colonial e de Reino Unido, e posteriormente, de alemães e irlandeses, no Primeiro Reinado.

2.2 Chineses, italianos, suíços e alemães

De acordo com Juvêncio Lemos e Alberto Silva, a colônia chinesa esteve ligada à implantação do cultivo de chá por parte do governo luso, ou pelo menos a sua tentativa.¹²⁸ Não há conhecimento sobre a autoria desse empreendimento, no entanto, foram apontados como seus possíveis idealizadores, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, e, Dom Antônio de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca, ministros do Príncipe Regente, vindos com a Corte portuguesa, em 1808.¹²⁹

Como resultado dessa determinação, cerca de 300 chineses foram trazidos de Macau ao Brasil, em 1814, e alocados em dois sítios destinados à cultura do chá, um na Real Fazenda de Santa Cruz, e outro situado na Lagoa Rodrigo de Freitas – Jardim Botânico.¹³⁰

Apesar dos propósitos traçados, a colônia fracassou devido à falta de experiência desses imigrantes junto à prática de plantio e cultivo, além da má qualidade do chá produzido. Com isso, os chineses debandaram tanto das colônias quanto de sua ocupação, e se tornaram mascates, vendedores de rua, cozinheiros e plantadores de café. Por não se adaptarem a vida de colonos, alguns chegaram a cometer o suicídio.¹³¹

BN. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/historia-da-ciencia/raca-amarela-a-ciencia-nos-debates-da-imigracao-chinesa-no-brasil-do-seculo-xix/>

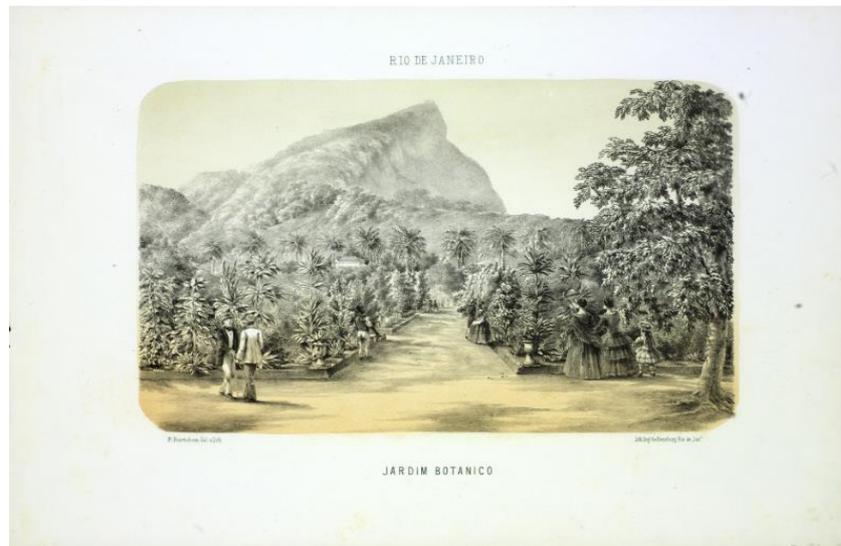
¹²⁸ LEMOS, Juvêncio Saldanha. Os mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824 – 1830). / Juvêncio Saldanha Lemos. – 2. Ed. – Porto Alegre: Letra & Vida, 2013. p. 17; *Op. cit.* Silva, p. 42-43.

¹²⁹ *Op. cit.* Lemos, p. 17.

¹³⁰ *Op. cit.* Lemos, p. 18; *Op. cit.* Silva, p. 42.

¹³¹ *Op. cit.* Lemos, p. 19.

Imagem 07 – Litogravura do Jardim Botânico.



Fonte: BN, BERTICHEN, Pieter Godfried. **O Brasil pitoresco e monumental:** Rio de Janeiro e seus arrabaldes. Prancha 31; Jardim Botânico. Rio de Janeiro, RJ: Imperial de Rensburg, 1856. 22 f. de estampa, litogravura, algumas color. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393045/icon393045.pdf. Acesso em: 14 Sep. 2023.

Imagem 08 – Gravura da colônia chinesa presente no Jardim Botânico



Fonte: BN, SABATIER. **Plantation chinoise de thé: dans le Jardin Botanique de Rio-Janeiro.** Paris [França]: Lith. de Thierry Frères, [1835]. 1 grav, pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_149.jpg. Acesso em: 17 Sep. 2023.

Outra tentativa de colonização foi a de italianos - napolitanos e sicilianos. Entre as exigências portuguesas esteve a determinação de que os colonos deveriam ser católicos apostólicos romanos, em busca de serviços na agricultura e fortuna lícita. A

demanda foi de 2.000 mil indivíduos, entretanto, apenas 200 embarcaram. Entre os que chegaram ao Brasil, em meados de 1820, havia indigentes e pessoas retiradas das cadeias de Nápoles.¹³²

De acordo com Lemos, o resultado foi a decadência da colônia e a antipatia por esses imigrantes, a ponto de ter sido reconsiderado qualquer tipo de colonização na esfera pública. Em 1825, a ideia de que outros italianos pudessem emigrar ao Brasil para atuarem na Marinha foi vetada pelos diplomatas em Londres, baseados na tentativa anterior.¹³³

Por outro lado, a imigração suíça foi a “primeira de consequências efetivamente marcantes”, nas palavras de Lemos. Sua negociação foi travada entre os anos de 1817 e 1818 e teve como agente recrutador Sebastião Nicolau Gachet, negociante e diplomata, natural de Gruyère.

Por meio do decreto de 16 de maio de 1818, D. João VI concedeu a permissão para o estabelecimento de uma colônia composta por 100 famílias suíças.¹³⁴ Para esse fim destinou a Fazenda do Morro Queimado, localizada no distrito de Cantagalo, região serrana do Rio de Janeiro, onde foi fundada oficialmente a Colônia de Nova Friburgo, e confiou seus cuidados ao monsenhor Pedro Machado Miranda Malheiros, a quem atribuiu à função de Inspetor da Colonização Estrangeira.

Entretanto, o transporte, a alocação e a permanência desses estrangeiros foram comprometidas desde o início, sobretudo pela maneira como foi administrada por seus responsáveis. Entre as dificuldades encaradas pelos suíços, estiveram: a alta mortalidade,¹³⁵ a não fertilidade do solo, a má administração dos funcionários na divisão dos lotes de terra.¹³⁶

E, mesmo diante da transição política travada pela Independência do Brasil, a colônia de Nova Friburgo permaneceu como uma fonte de problemas a serem resolvidos. Desse modo, D. Pedro I, em 1821, nomeou o coronel João Vieira de Carvalho como diretor dessa colônia, ainda que Monsenhor Miranda permanecesse

¹³² *Op. cit.* Lemos, p. 19-20.

¹³³ *Op. cit.* Lemos, p. 19-20.

¹³⁴ BRASIL, **Decreto de 16 de Maio de 1818**. Aprova as condições para o estabelecimento no Brasil de uma Colônia de suíços. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/dim/1818/dim-16-5-1818.html

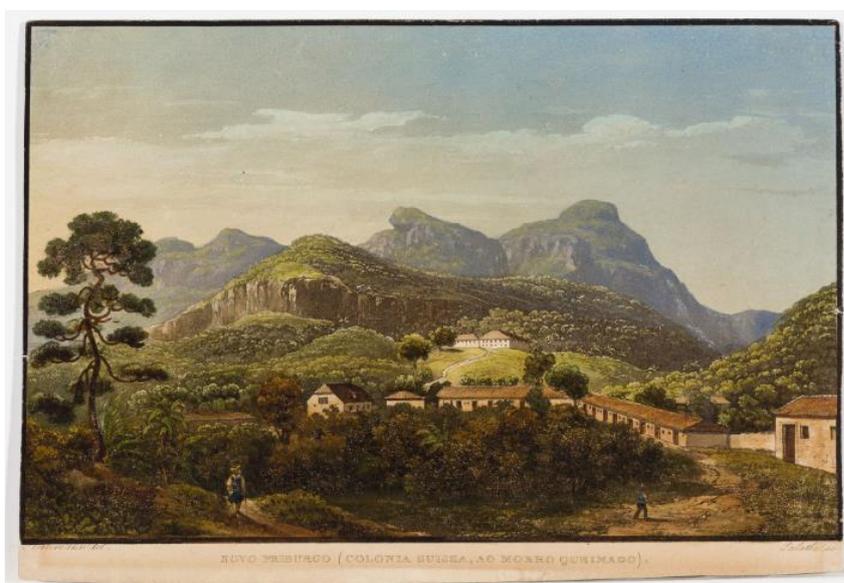
¹³⁵ Lemos apontou que dentre os 2.003 colonos que tiveram a entrada regular no Brasil, entre os anos de 1818 e 1819, 531 morreram entre a viagem e os primeiros nove meses no país. *Op. cit.* Lemos, p. 19-20.

¹³⁶ Lemos afirmou que em 1827, 11 anos após a chegada dos primeiros suíços, as terras ainda não haviam sido demarcadas. *Op. cit.* Lemos, p. 20-29.

no cargo de Inspetor da Colonização Estrangeira. Além disso, ordenou que o trânsito dos colonos fosse permitido, caso esses quisessem se retirar do assentamento e mudar para outros destinos do Brasil.

Desse modo, a colônia se esvaziou e poucos foram os que permaneceram. Segundo Lemos, os que deixaram Nova Friburgo tiveram três destinos: migraram para Minas Gerais e Rio de Janeiro, assentaram praça no então Exército Brasileiro “para não morrer de fome”, alocados ao Regimento dos Estrangeiros, e aqueles que ficaram em situação de rua.¹³⁷

Imagem 09 – Gravura de Novo Friburgo



Fonte: BN, SALATHÉ, Friedrich. **Novo Friburgo (Colônia Suíça, ao Morro Queimado)**. Bâle, Suíça: J. Steinmann, 1839. 1 grav, a água-tinta. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon35707/icon35707_06.jpg. Acesso em: 15 Sep. 2023. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19425/novo-friburgo-colonia-suissa-ao-morro-queimado>. Acesso em: 15 Sep. 2023.

Além dos suíços alocados no Rio de Janeiro, houve também o incentivo a criação de colônias alemãs na Bahia, ainda em 1816, fruto da idealização de naturalistas, com patrocínio do governo português.¹³⁸ A captação de alemães para a

¹³⁷ *Op. cit.* Lemos, p. 20-29.

¹³⁸ De acordo com Giralda Seyferth, a primeira corrente imigratória alemã foi iniciada de maneira pouco expressiva, em 1808, quando ocorreu a Abertura dos Portos. Desse modo, comerciantes de importação e exportação, artesãos e profissionais de diversas naturezas compuseram o primeiro grupo de imigrantes que se instalaram no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro. As colônias, posteriormente, se constituíram como uma estratégia para fixação dos estrangeiros alemães no Brasil. Em consonância com a autora, Sílvia Siriani pontuou que a presença de alemães remonta o período colonial, pois esses permaneceram no Brasil, mesmo em pequeno número, e entre eles estavam “estudiosos, artistas, engenheiros, artífices e militares de origem alemã dos quais podemos citar Hans Staden, Maurício de

formação de colônias no Brasil, segundo Giralda Seyferth, se baseou na sua inclinação à imigração, uma vez que os mesmos se encontravam em processo de trânsito aos Estados Unidos, seu destino principal, para onde mais de 5 milhões haviam imigrado por incentivo de protestantes não luteranos. Além disso, outra motivação envolveu a crença que pairava sobre esses estrangeiros, a de que eram bons agricultores, somada a premissa de que impulsionariam a civilização.¹³⁹

Entre as colônias alemãs estabelecidas estiveram a de São Jorge dos Ilhéus, formada em 1816, composta por alemães, e, a colônia de Leopoldina, edificada em 1818, com a presença de estrangeiros alemães e suíços,¹⁴⁰ além da colônia de Frankental, localizada no sul da Bahia, às margens do Rio Jacarandá, um afluente do Peruíbe.¹⁴¹

Rodrigo Trespach, no entanto, pontuou que:

Mesmo que tenham atingido, em parte, algum sucesso, não conseguiram assegurar o apoio dos investidores, tão pouco do governo português e, mais tarde do brasileiro. A ideia original de não utilizar escravizados falhou, a introdução de um número grande deles acabou com o projeto de colônias baseadas no minifúndio e mesmo da implantação da indústria. Segundo o relatório providencial, em 1861, Leopoldina não existia mais como colônia, tendo os colonos restantes se tornado fazendeiros e abandonado o sistema associativista original.¹⁴²

Nassau-Siegen, Francisco Adolpho de Varnhagen, João Henrique Böhm, entre outros”. Entretanto, Juvêncio Lemos defendeu que havia a presença de alemães no Brasil, sem que isso consistisse numa corrente imigratória antes do período da Independência. Nesse sentido, pontuou a presença de naturalistas e artistas que acompanharam D. Leopoldina na ocasião de sua vinda ao Brasil, e a fundação de algumas colônias que não prosseguiram na Bahia. De qualquer forma, Seyferth e Lemos elencaram sua capacidade de organização anterior a 1821, comprovada a partir da fundação da primeira associação de imigrantes alemães, nomeada de Sociedade Germânia/Germânica, estabelecida no Restaurante Wullfing-Rubel, localizado na rua do Ourives, Rio de Janeiro. Antes da independência do Brasil, a presente sociedade já possuía 30 sócios fundadores, e apenas oito não eram alemães. Seyferth, Giralda. **Imigração Alemã no Brasil**. Série Biblioteca Fazendo História. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Youtube, 18/03/2014. 1 vídeo (1h 24min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cMEE24UyroE>. Acesso em: 24/04/2023; SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX: aspectos políticos. **Revista Almanack Braziliense**, nº02. Novembro, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i2p91-100>; *Op. cit.* Lemos, p. 30-31.

¹³⁹ *Op. cit.* Seyferth, Giralda.

¹⁴⁰ Para saber mais sobre a colônia de Leopoldina, Cf. Carmo, Alane Fraga. Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888. Salvador, 2010; Correa, Lucelinda Schramm. O resgate de um esquecimento - A colônia de Leopoldina. **GEOgraphia**, v. 7, n. 13, 2005.

¹⁴¹ Por uma questão de proximidade, as colônias de Leopoldina e Frankental foram associadas como uma propriedade única. OBERACKER, Carlos H. A colônia Leopoldina-Frankental na Bahia Meridional: Uma colônia européia de plantadores no Brasil. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 24, n. 1, p. 455-479, 1987.

¹⁴² TRESPACH, Rodrigo. **1824: como os alemães vieram parar no Brasil, criaram as primeiras colônias, participaram do surgimento da Igreja protestante e de um plano para assassinar D. Pedro I**. São Paulo: LeYa Brasil, 2019. p. 87-88.

Imagem 10 - Pintura da Fazenda Pombal, Colônia Leopoldina, Bahia



Fonte: BN, LUZE, Bosset De. **Fazenda Pombal, Colônia Leopoldina, Bahia, 1820.** Pintura, Aquarela sobre papel. 36,3 x 61,1 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira/Fundação Estudar. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19833/fazenda-pombal-colonia-leopoldina-bahia>

Imagem 11 - Pintura da Vista da Fazenda Pombal, Colônia Leopoldina



Fonte: BN, LUZE, Bosset De. **Vista da Fazenda Pombal, Colônia Leopoldina, Bahia, 1820.** Pintura, Aquarela sobre papel. 22,5 x 30,3 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira/Fundação Estudar. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19831/vista-da-fazenda-pombal-colonia-leopoldina-bahia>

Dentre as demais colônias alemãs, Frankental se tornou importante, não pelo empreendimento em si, porque fracassou como as outras, mas por um de seus fundadores, Georg Anton Aloysius Schäffer, conhecido apenas como Schäffer. Nascido em Wirtzburgo, no Círculo da Francônia, tinha ascendência bávara, e já havia

atuado como Assessor dos Colégios Imperiais da Rússia, sendo ainda, súdito austríaco. Além disso, era médico dotado de conhecimentos sobre cirurgia e obstetrícia, e possuía uma experiência militar de 12 anos junto ao Czar Alexandre I.¹⁴³

Imagem 12 - Georg Anton Aloysius Schäffer.



Fonte: Russian Fort Elizabeth. Disponível em: <http://www.fortelizabeth.org>

As terras brasileiras não eram estranhas a Schäffer, pois já havia estado de passagem outras vezes, no entanto, só fixou sua estadia no país após alegar problemas de saúde. A esse respeito, Mário de Barros e Vasconcelos ressaltou que:

Apesar dos motivos de saúde que alegara, seu propósito era, sem dúvida alguma, o aproveitamento, no Brasil, dos milhares de desocupados de fardeta, blusa ou jaleco, que estavam a viver penosamente na maior parte dos Estados Germânicos, grupando-os em núcleos coloniais.¹⁴⁴

No Brasil, Schäffer se apresentou ao Barão de Tuyll, Ministro da Rússia junto à Corte, para que fosse executada a “dispensa de suas funções públicas que exercia por nomeação do Governo Moscovita”. Logo depois foi até D. João VI, a quem solicitou “tratos de terra à beira do S. João ou do S. Pedro, a título de: sesmaria em plena e perpétua propriedade” para que pudesse “fazer aí cultura de plantas do país e,

¹⁴³ ADI. Volume 4. Áustria e Estados da Alemanha. Ministério das Relações Exteriores. Ed. fac-similar. – Brasília: FUNAG, 2018. 6 v : il. – (Bicentenário Brasil : 200 anos:1822-2022). ISBN: 978-85-7631-751-7. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/29-29-arquivo_diplomatico_da_independencia_colecao

¹⁴⁴ ADI. Áustria e Estados da Alemanha. p. 40.

também, aclimação de outras, exóticas”.¹⁴⁵ Contudo, desviou suas intenções à Bahia, onde assentou a colônia de Frankental em terras devolutas, em 1822.

Pouco tempo depois partiu rumo ao Rio de Janeiro, com o objetivo de prestar serviços como secretário particular, não oficial, de D. Leopoldina, e por meio dessa aproximação com a família imperial, “foi nomeado Major da Guarda de Honra do Príncipe Regente, guarda organizada por esse à semelhança da dos Bohemios de Francisco I”.¹⁴⁶ Posteriormente, foi imbuído da missão que lhe rendeu a responsabilidade sobre a corrente imigratória alemã no Brasil, ao longo do Primeiro Reinado.¹⁴⁷

2.3 Os alemães, Georg Anton Aloysius Schäffer e sua missão enquanto agente de imigração

Apesar das colônias alemãs iniciais não terem permanecido organizadas, os alemães não deixaram de compor as estratégias do governo em relação ao Brasil, sobretudo, durante a transição política e administrativa instaurada com o processo de independência.

Ao contrário disso, foram integrados aos planos de Bonifácio, então ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, que propôs sua angariação para fins militares em prol da “causa do Brasil” nos conflitos pela emancipação política de Portugal, para além de sua vinculação à agricultura.

Para tanto, Schäffer foi recrutado por Bonifácio para a execução de uma missão confidencial, cujas orientações foram descritas nas “Instruções” particulares para servirem de regulamento ao Snr. Jorge Antonio Schaeffer na missão com que parte desta Corte para a de Viena de Áustria, e outras”.¹⁴⁸ O presente documento foi dividido em instruções de ordem pública e secreta.

Schäffer, a princípio, deveria entregar cartas pessoais de D. Pedro I e de D. Leopoldina a Francisco I, em que seriam apresentadas as justificativas para a sua permanência no Brasil. Nas palavras de Bonifácio a Schäffer, esse era o “objeto

¹⁴⁵ *Idem*.

¹⁴⁶ *Ibid.* p. 41.

¹⁴⁷ *Op. cit.* Lemos, p. 33.

¹⁴⁸ Instruções de José Bonifácio a Schaeffer, correspondência datada de 21 de Agosto de 1822, Rio de Janeiro. Arquivo diplomático da independência. Volume 4. Áustria e Estados da Alemanha. Ministério das Relações Exteriores. Ed. fac-similar. – Brasília: FUNAG, 2018. 6 v : il. – (Bicentenário Brasil : 200 anos:1822-2022). ISBN: 978-85-7631-751-7. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/29-29-arquivo_diplomatico_da_independencia_colecao

ostensivo da viagem que V. Mce. faz à Alemanha, e o único que deve transpirar no público”.¹⁴⁹

Por trás dessa iniciativa, Schäffer estava “secretamente encarregado” de “com todo o cuidado penetrar a política do Gabinete Austríaco, Prussiano, e Bávaro; pondo em prática todos os meios possíveis para alcançar a sua adesão à Causa do Brasil”, além de estabelecer “relação com os Agentes Brasileiros de Paris e Londres (...) secretamente”, e, “entrar no conhecimento dos projetos da Santa Aliança de travar as mesmas relações com os Diplomáticos das Cortes Estrangeiras, até mesmo com os das menores Potências”.¹⁵⁰

Bonifácio também destacou a Schäffer “outro ponto essencial da sua Missão”, o de ajustar:

uma Colônia rural-militar que tenha pouco mais ou menos a mesma organização dos Cossacos do Don e do Vral; a qual se comporá de duas classes, 1.º de atiradores que debaixo do disfarce de Colonos serão transportados ao Brasil, onde deverão servir como Militares pelo espaço de seis anos. 2.º de indivíduos puramente Colonos, aos quais se concederão terras para seu estabelecimento, devendo porém servirem como militares em tempo de guerra, à maneira de Cossacos, ou Milícia Armada, vencendo no tempo de serviço o mesmo soldo que tem as Milícias Portuguesas quando se acham em campanha.¹⁵¹

As distinções e atribuições entre os grupos foram descritas pelo idealizador ao seu executor, de modo que a “1.º classe composta dos indivíduos que” deviam atuar “como Militares pagos, ou Soldados” deveriam servir “pelo espaço de seis anos”, e logo que expirasse esse prazo entrariam “na 2.º classe, e” receberiam “terras para cultivarem”.¹⁵² Além disso, foi delimitada a porção de terra a que teriam direito em conformidade com as atividades desempenhadas.

As terras que o Governo pretende Conceder a ambas as classes para fundarem suas Colônias são no inferior de Minas na extrema do Norte da Província para o lado da Bahia; e no Rio Caravelas nas vizinhanças do Mar; regulando-se estas concessões e estabelecimentos pelo mesmo pé das Colonizações Inglesas em Nova Holanda e Cabo de Boa Esperança. O Governo isentará estes Colonos do dízimo pelo espaço de oito anos, e eles tornarão à seu cargo a abertura das estradas de comunicação com as Províncias vizinhas ou Portos de mar, para comodidade recíproca.¹⁵³

¹⁴⁹ ADI. Volume IV - Áustria, p. 285.

¹⁵⁰ *Idem.*

¹⁵¹ *Ibid.* p. 286.

¹⁵² *Idem.*

¹⁵³ *Idem.*

Ademais, as atribuições de Schäffer também compreenderam a apresentação dos uniformes e dos armamentos a serem utilizados pelos soldados estrangeiros. Nesse caso, as vestimentas podiam “ser como o dos Cossacos do Don, havendo as alterações que este clima” exigia,¹⁵⁴ “conservando porém sempre o sabre, pistola, espingarda, e lança”. Já os armamentos deveriam ser comprados “na Alemanha onde estes objetos” eram “de módico preço”, de modo que “estes Soldados” deveriam “vir já armados”.¹⁵⁵

Bonifácio ainda orientou que Schäffer deveria dar conta “de tudo isto às participações competentes, e a tempo, por esta Secretaria de Estado”, além de “traduzir em Alemão e imprimir todos aqueles papéis do Brasil que” fossem “favoráveis à Causa deste Reino, e para este fim se” aproveitassem “todas as ocasiões de se lhe remeter a Gazeta desta Corte, e outros Periódicos”.¹⁵⁶ Somado a isso, teria que estabelecer em:

suas conversações, correspondências, e escritos que julgar a propósito publicar desenganar os Europeus sobre o caráter que vulgarmente se dá naqueles remotos Países à nossa Revolução, Mostrará pois que o Brasil sim tem proclamado a sua Independência Política, mas não quer separação absoluta de Portugal; e pelo contrário S. A. R. tem protestado em todas as ocasiões, e ultimamente no seu Manifesto às Nações, que Deseja manter toda a Grande Família Portuguesa reunida politicamente debaixo de um só Chefe, que ora é O Snr. D. João VI, o qual porém se acha cativo e prisioneiro em Lisboa à mercê dos facciosos das Cortes; e por estes respeitos S. A. R. Há assumido todo o Poder e Autoridade em que os Povos do Brasil O tem Confirmado; e V. Mce. fará ver destramente que é do interesse dos mais Governos, e deve entrar no espírito da Santa Aliança o apoiar a Revolução do Príncipe Regente, e mandar a esta Corte os seus Agentes Diplomáticos e Enviados, que serão retribuídos por outros mandados por S. A. R.¹⁵⁷

Diante dessas e de outras prerrogativas estabelecidas por meio dessa incumbência, Schäffer deveria informar seu desempenho à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em correspondências cifradas que poderiam ser redigidas “em Francês ou em Latim, sem contudo ficar inibido de se corresponder” também em alemão. Com isso posto, Bonifácio finalizou com a afirmação de que “S. A. R.” confiava

¹⁵⁴ Referência aos Cossacos que estabeleceram colônias agro-militares na Rússia e na Ucrânia, sempre sob o comando de um oficial militar. Esses atuavam como lavradores de terra, e participavam da defesa do território quando necessário. Bublitz, Juliana. **Entre tradição e modernidade: dilema do desenvolvimento no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006, p. 62. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/719>

¹⁵⁵ ADI. Volume IV - Áustria, p. 287.

¹⁵⁶ *Ibid.* p. 288.

¹⁵⁷ *Idem.*

no seu “zelo, honra, e adesão à Causa do Brasil, e à Sua Augusta Pessoa”, frente ao “desempenho cabal da sua importante missão”.¹⁵⁸

A discricção e confidencialidade envolvida no processo de angariação de estrangeiros para o serviço militar, envolveu a questão da proibição do recrutamento no continente europeu. De acordo com Rodrigo Trespach, a “Áustria, desde há muito, via a emigração para a América como uma “moléstia moral””.¹⁵⁹ Além disso:

A contratação de soldados era terminantemente proibida desde as resoluções do Congresso de Viena. As grandes nações europeias estavam preocupadas com a reorganização do Velho Continente e viam com maus olhos a arrecadação de soldados, principalmente em países sul-americanos, muito ainda em colônias de países europeus ou já independentes na forma de república. D. Pedro I ainda não havia conseguido o reconhecimento da independência do Brasil e era visto na Europa como um rebelde que traíra a Santa Aliança agindo contra o próprio pai.¹⁶⁰

Ainda que ilegal, a jornada de Schäffer se iniciou com sua viagem rumo à Viena, lugar em que não foi recebido pelos representantes do gabinete austríaco, por conta de seu comportamento considerado suspeito. Segundo Isabel Lustosa, “Metternich impediu qualquer contato dele com o imperador, e foi-lhe sugerido que deixasse a Áustria o mais rápido possível”, levando em consideração que “as informações sobre seu caráter e seu comportamento enviadas do Rio de Janeiro por Mareschal contribuíram para o seu insucesso.”¹⁶¹

Foi logo substituído na Áustria, por Antonio Teles da Silva Caminha, o futuro Conde de Resende. Todavia, Schäffer redirecionou o foco de sua missão para a Alemanha, onde pôs em prática as determinações de recrutamento a ele confiadas. De acordo com Lemos, sua atuação na:

Baveira, Hannover, Brunswick, Oldenburgo, Walneck, Lippe, Mecklemburgo, Strelitz, Holstein, Baden, Wutemberg, Saxônia e cidades livres hanseáticas, tornaram-no, ainda que por vias transversas, o pai da imigração alemã, durante o Primeiro Reinado.¹⁶²

Schäffer foi até Hamburgo, onde:

montou uma arapuca - segundo alguns - e por conta própria nomeou “cônsules” para lhe auxiliá-lo naquela tarefa. Johann Wenzeslau Neumann, Joachim David Hinsch e Johann Christof Muller, em Hamburgo; Luiz

¹⁵⁸ *Ibid.* p. 289.

¹⁵⁹ *Op. cit.* Trespach, p. 98.

¹⁶⁰ *Idem.*

¹⁶¹ Lustosa, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.160.

¹⁶² *Op. cit.* Lemos, p. 33.

Frederico Kalmann, em Bremem; e o Famigerado Dr. Jacob Kretschmar, em Francfort.¹⁶³

Com base nessa iniciativa, em 1823, começaram a chegar entre 280 e 300 emigrados embarcados no navio holandês chamado “Argus”,¹⁶⁴ o primeiro de muitos outros que iriam aportar no país.¹⁶⁵ Desse modo foi iniciada, de fato, a primeira corrente imigratória alemã com o destino ao Brasil, que se estenderia até os anos finais do Primeiro Reinado.

2.4 Regimentos dos Estrangeiros e a inserção dos soldados alemães no exército brasileiro

O decreto de 8 de janeiro de 1823 foi responsável por criar o Regimento de Estrangeiros. Nele, João Vieira de Carvalho, ministro e secretário de Estado dos negócios da Guerra, fez saber que convinha às circunstâncias “aumentar a força do Exército e havendo estrangeiros, que voluntariamente se” ofereciam “ao serviço deste Império”, “por bem” mandaria “formar um Regimento, composto de um Estado-maior, e três Batalhões, o qual se” denominaria “Regimento de Estrangeiros”.¹⁶⁶

Com a rubrica de “Sua Majestade Imperial”, o decreto estabeleceu a organização de “um dos Batalhões, que” teria “a força de um Estado-maior e seis Companhias, na conformidade do plano que baixa com este”, “sendo formados os outros sucessivamente”, quando se apresentassem “voluntários”.¹⁶⁷ Desse modo, foram estabelecidos os batalhões 1º de granadeiros, e 1º e 2º de caçadores, com 834 homens cada um.¹⁶⁸

¹⁶³ *Op. cit.* Lemos, p. 40.

¹⁶⁴ Campos e Lemos divergiram sobre a quantidade de imigrantes, o primeiro informou um pouco mais de 280, enquanto o segundo apontou 300. *Op. cit.* Campos, p. 92; *Op. cit.* Lemos, p. 40.

¹⁶⁵ Entre as embarcações responsáveis pelo transporte desses estrangeiros, estiveram: Argus, Coraline (3 viagens), Anna Louise (2 viagens), Germânia, Georg Friedrich (2 viagens), Peter and Marie, Kranick, Triton, Wilhelmine, Fortuna (2 viagens), Friedrich Heinrich, Creole (2 viagens), Friedrich (2 viagens), Brodral, Betzy und Marianne, Harmonia, Charlotte Louise, Otto e Olbers. De acordo com Lemos, “com os contingentes vindos nos navios “Argus”, “Coraline”, “Anna Louise” e “Germânia”, completou-se a organização das duas primeiras unidades mercenárias totalmente alemãs, no Exército Imperial – o 2º Batalhão de Granadeiros e o 28º Batalhão de Caçadores””. *Op. cit.* Lemos, p. 86-87.

¹⁶⁶ BRASIL, **Decreto de 8 de janeiro de 1823**. Cria um regimento e três batalhões com a denominação de Regimento de Estrangeiros. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1823; Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ De acordo com Gustavo Barroso, o Regimento dos Estrangeiros passou por alterações ao longo dos anos, desse modo “Não achando bastante essas forças, criou mais, a 13 de novembro de 1824, outro batalhão, o 2º de granadeiros, que, com o 2º de caçadores, somente se organizaram de verdade em 1821. No plano geral da 1ª linha, em dezembro de 1824, receberam esta numeração: o 1º de

O presente regimento foi responsável pela incorporação de parte dos imigrantes suíços após sua saída da colônia de Nova Friburgo, assim como dos soldados alemães e demais estrangeiros que, pouco a pouco, passaram a aportar no Brasil com o intuito de integrarem o Exército Brasileiro.

Imagem 13 – Uniformes dos Batalhões Estrangeiros



Fonte: BN, THIERRY FRÈRES. **Costume militaire.** Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, pb, 28,1 x 22,2cm em 52,6cm x 34,6cm. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=9128. Acesso em: 14 Sep. 2023.

Além do ponto de vista da organização militar, esse período também foi marcado pela dissolução da Assembleia Constituinte, pela demissão de Bonifácio de Andrada e pela renovação dos ministérios. O último desses acontecimentos levou Luiz José de Carvalho Melo, o Visconde da Cachoeira, a assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

granadeiros estrangeiros ficou sendo 2º de granadeiros de 1ª linha; o 2º de granadeiros – 3º de granadeiros de 1ª linha; o 1º de caçadores estrangeiros – 26º de caçadores de 1ª linha; e o 2º – 27º. A 30 de junho de 1825, nova mudança: o corpo de 1ª linha de Sergipe passa a ser 26º de caçadores e os estrangeiros são, então, em lugar de 26º e 27º – 27º e 28º". BARROSO, Gustavo, 1888-1959. **História militar do Brasil** / Gustavo Barroso. – 1. reimpr. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. p. 39.

Face às suas novas atribuições, Carvalho Melo escreveu a Schäffer para que esse tomasse conhecimento de que ele e o imperador estavam cientes de suas ações, e o desautorizou a prosseguir com suas atividades.

Manda Sua Majestade o Imperador significar-lhe que tem merecido o Seu Imperial Agrado, e se faz digno do maior louvor o zelo e atividade que V. Mce, tem empregado no desempenho das Comissões de que foi encarregado, mas Tendo por outra parte em Consideração que não podem compadecer-se com as atuais circunstâncias da Fazenda Pública as despesas que seria mister fazer para V. Mce, continuar no amplo desempenho das Instruções com que partiu desta Corte (...) confirmo, inibindo-o de entrar em ajustes positivos, organizações, ou planos que pudessem ser lesivos ao Tesouro deste Império. (...) para supri-lo com os fundos precisos para a vinda dos Colonos, aplicando igualmente para este fim parte dos Diamantes que o Mesmo Senhor mandara remeter pela Fragata Inglesa; todavia é óbvio, que estes fundos são unicamente destinados para satisfazer as despesas que V. Mce. tiver legitimamente feito até o dia em que recebeu a Ordem proibitiva.¹⁶⁹

Apesar da “ordem proibitiva”, novos grupos de alemães compostos por pessoas distintas já estavam a caminho do Brasil. Nesse sentido, Lemos e Lustosa destacaram a presença de infratores, uma vez que os governos alemães viram na emigração para o Brasil uma forma de se livrarem dos mesmos.¹⁷⁰ Do mesmo modo, Gustavo Barroso destacou que parte deles eram “nobres decaídos, criminosos, refugos de velhas tropas e aldeões enganados”.¹⁷¹

Frente aos acordos estabelecidos para as angariações de imigrantes, Schäffer se viu obrigado a aceitar a sua incorporação, por ter sido negociada em prol do reconhecimento da Independência do Brasil, como foi o caso do Grão Ducado de Mecklemburgo-Schwerin.¹⁷² Nesse sentido, Lemos frisou que por “muito tempo, nas colônias teuto-brasileiras a palavra “mecklemburguês” foi sinônimo de criminoso”.¹⁷³

Sobre a origem desses imigrantes, Alberto Silva frisou que eram oriundos também de “Hesse, na Prússia, de Saxe, de Württemberg e de Oldemburgo”, e que dentre eles havia católicos e protestantes.¹⁷⁴ Quanto às suas ocupações, Lemos pontuou que “quase todos os alemães daquela geração eram veteranos das campanhas napoleônicas”,¹⁷⁵ e que além de militares haviam sapateiros, tecelões,

¹⁶⁹ Correspondência de Carvalho e Melo a Schäffer, datada de 7 de janeiro de 1824. *Op. cit.* Arquivo diplomático da independência. Volume IV - Áustria e Estados da Alemanha. p. 291.

¹⁷⁰ *Op. cit.* Lemos, p. 54, *Op. cit.* Lustosa, 2006, p. 161.

¹⁷¹ *Op. cit.* Barroso, p. 39.

¹⁷² *Op. cit.* Lemos, p. 54, *Op. cit.* Lustosa, 2006, p. 161; *Op. cit.* Trespach, p. 209-220.

¹⁷³ *Op. cit.* Lemos, p. 54.

¹⁷⁴ *Op. cit.* Silva, p. 41-42.

¹⁷⁵ *Op. cit.* Lemos, p. 57.

marceneiros, carpinteiros, sem profissão, poucos lavradores e dois padres católicos. Esses tinham uma média de idade de 26 anos.¹⁷⁶

Dentre os imigrantes que passaram a registrar sua passagem no Brasil em forma de diários e relatos de viagens se destacaram os alemães Carl Seidler,¹⁷⁷ Carl Schlichthorst e Eduard Theodor Bösche.¹⁷⁸ Eles retrataram o alistamento, o transporte, a adaptação e o cotidiano militar a serviço do Império do Brasil, mas antes de tudo, suas motivações para a imigração.¹⁷⁹

Schlichthorst, por exemplo, declarou que sua principal motivação para vir ao Brasil foi baseada nos seus “anseios extravagantes de ser feliz e gozar da vida, desejos que não se realizaram e esperanças que se frustraram”.¹⁸⁰ Sua obra ficou conhecida por seu título principal, *O Rio de Janeiro como é*, no entanto, repousou sobre o subtítulo a colocação que nortearia os seus relatos sobre os anos de 1824 a 1826, que frisou: *uma vez e nunca mais*.¹⁸¹

¹⁷⁶ *Op. cit.* Lemos, p. 87.

¹⁷⁷ Seidler, Carl. **Dez anos no Brasil: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil** / Carl Seidler; tradução e notas, Bertoldo Klinger nota ao leitor e notas, F. de Paula Cidade. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. 490 p. : il. -- (Coleção o Brasil visto por estrangeiros). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1069/652778.pdf?sequence=4&isAllowed=y>

¹⁷⁸ *Op. Cit.* Bosche, p. 139.

¹⁷⁹ Os relatos de viajantes estrangeiros já foram amplamente explorados pela historiografia brasileira para diversos fins. No entanto, no que concerne à questão militar e à organização de corpos estrangeiros no exército, destaca-se a dissertação de mestrado de Gilmar Pozo, que analisa as narrativas de Seidler, Bosche e Schlichthorst. Neste trabalho, optamos por focar nos relatos de Schlichthorst, para contextualizar a formação do exército brasileiro sob uma perspectiva estrangeira. Ainda assim, o debate encontra-se apenas parcialmente abordado, mas pode ser aprofundado no estudo de Gilmar Pozo. Para mais informações, cf. Pozo, Gilmar de Paiva dos Santos. **Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: Cotidiano e revolta no Primeiro Reinado.** / Gilmar de Paiva dos Santos Pozo (Dissertação de Mestrado). – Universidade de São Paulo: USP, 2010.

¹⁸⁰ Schlichthorst se comparou também a Leandro e Hero, da mitologia grega, um casal de apaixonados que moravam em localidades diferentes e que todas as noites se encontravam após Leandro atravessar o mar à nado. Enquanto ele o fazia por amor, Schlichthorst assim como Byron, disse que o faria por fama (Leander swan for love and I for fame!), o que acabou por ser uma contradição, já que quando estava prestes a desistir da viagem, soube da presença de uma jovem a bordo, fato que o fez mudar de ideia. Schlichthorst, C. **O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil** / C. Schlichthorst; tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso, apresentada, anotada e comentada por este. – Brasília: Senado Federal, 2000. VIII + 326 p. – (Coleção O Brasil visto por estrangeiros). p. 11. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1043/575415.pdf?sequence=4&isAllowed=y>

¹⁸¹ *Op. cit.* Schlichthorst, p. 13.

2.5 Cotidiano dos soldados alemães no interior do exército brasileiro, a partir do relato de Carl Schlichthorst

De todos os outros estrangeiros que registraram sua passagem pelo Brasil, Carl Schlichthorst foi o que descreveu características elementares sobre a organização militar brasileira, em sua fase inicial. Apesar de ter chegado tempos depois dos primeiros imigrantes alemães ao Brasil, Schlichthorst enumerou aspectos sobre a inserção desses imigrantes no interior do exército brasileiro, através do Regimento dos Estrangeiros.¹⁸²

A descrição de sua chegada à cidade foi clara e estampou as primeiras percepções sobre a vida que levaria no país entre os anos de 1824 e 1826, e como veria sendo repartidos os demais alemães, que em levadas continuaram a aportar, entre as funções que viriam a exercer.

Chegamos ao porto do Rio de Janeiro a 4 de abril. No dia seguinte, desembarcaram os homens destinados ao serviço militar de Sua Majestade o Imperador. Os colonos permaneceram a bordo até serem levados ao seu próximo destino – Almanson, amplo edifício do outro lado da baía, utilizado pelos pescadores de baleias do Sul como depósito de óleo de bacalhau. Ali se alojam nossos conterrâneos até haver oportunidade desembarcá-los para Porto Alegre, de onde são dirigidos à Colônia de S. Leopoldo. Como era meu propósito entrar para o serviço militar, também fui para terra, onde nos recebeu no Arsenal de Marinha o Imperador com sua esposa.¹⁸³

Como parte da recepção dos homens destinados ao serviço militar, D. Pedro I e D. Leopoldina acompanharam o seu desembarque, e os recepcionaram no Arsenal da Marinha, localizado ao lado do Morro de São Bento, onde estava localizado o Mosteiro, que abrigava “frades piedosos e soldados celerados”, forma com que

¹⁸² No capítulo destinado a abordar as “Tropas Alemãs no Brasil”, Schlichthorst pontuou que “em princípios de 1823, o Imperador criou para sua guarda pessoal um Corpo de Estrangeiros” que foi “constituído por um Batalhão de Granadeiros e comandado pelo Coronel Bellard”. Sua “formação foi marcada por um “quadro primitivo” composto “por suíços da colônia de Nova Friburgo ou Cantagalo, aos quais se ajuntaram vagabundos de todas as nacionalidades, marinheiros desertores e operários desempregados”, cujo “engajamento por três anos somente, o soldo elevado e exemplos isolados de promoções extraordinárias” incitaram “as ambições e, em pouco tempo, havia algumas centenas de homens”. O mesmo regimento passou a ser composto por “6 companhias, cada qual raramente com mais de 30 homens prontos para o serviço” e “as vozes de comando” eram proferidas “em língua francesa”. O coronel Bellard, “antigo Sargento da Guarda Nacional de Paris”, não conquistou sua simpatia, uma vez que o considerava “mais conhecedor do ofício de negociante do que do militar”, cujo “espírito mercantil” o levou a se tornar “o principal fornecedor do Corpo”, angariando para si a “maior parte das consideráveis quantias despendidas com o equipamento”, com o suprimento de fardamentos e armamentos, todos esses “mais ordinários do que os que fornecia por elevado preço”. Segundo Schlichthorst, o “Imperador gostava dele, por causa de sua aparência agradável e do descaramento com que supria o talento e a educação que lhe faltavam”. *Op. cit.* Schlichthorst. p. 273.

¹⁸³ *Op. cit.* Schlichthorst. p.23-24.

Schlichthorst passou a se referir aos monges beneditinos e parte dos soldados alemães que ali foram aquartelados. A partir disso, ressaltou que:

Os nossos soldados foram conduzidos para o quartel do 2º Batalhão de Granadeiros no Mosteiro de S. Bento. Ali os mediram e os repartiram pelo tamanho entre esse batalhão e o 27º de Caçadores, também formado por alemães. Os oficiais que os acompanhavam podiam ir para onde quisessem. Não se cuidou de seu alojamento e alimentação. Dias após a chegada, o sr. de Miranda ofereceu-lhes um jantar, que deu oportunidade à maioria, que pisava sem dinheiro o solo americano, a saciar sua velha fome.¹⁸⁴

Logo após, “cada um recebeu, até ser colocado, um cruzado ou 400 réis, mais ou menos meio táler em moeda corrente”,¹⁸⁵ que na sua percepção, se tratava de uma “verdadeira ninharia numa cidade onde todas as necessidades da vida europeia são caríssimas e só vive barato quem sabe aproveitar as oportunidades e restringir-se aos produtos da terra”.¹⁸⁶

Schlichthorst também descreveu o convívio que foi estabelecido entre os alemães, e a partir disso proferiu a seguinte colocação: “o que aqui pinto é o que se passa nos grupos de nossos conterrâneos no Rio de Janeiro, com poucas exceções”. Para ele:

Parece que só se reúnem para trocar grosserias. A preponderância do espírito somente se revela em brincadeiras porcas e sarcasmos rudes. É impossível desejar uma palestra leve que somente toque na superfície do assunto, sem esgotá-lo. A gente se afasta ofendida e amargurada. A inimizade crescente produz miseráveis mexericos, desenterram-se lembranças antigas para ridicularizar este ou aquele, acrescentam-se a velhas ligações novos e odiosos por menores, que se tornam públicos, e, dessa maneira, se destrói o resto da reputação que nos seguiu além do oceano. Esse bom renome não seria muito grande, pois estas observações se referem principalmente às tropas dali, compostas de gente que não deixou a Europa por ser modelo de virtudes. Mas, até entre os comerciantes alemães floresce a má educação e pouco é o seu gosto pela sociabilidade. Vivem como cães e gatos. Os únicos assuntos de suas palestras, quando ultrapassam o câmbio e as falências de Londres, são mulheres, cavalos e cães.¹⁸⁷

¹⁸⁴ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 29.

¹⁸⁵ Em seus comentários sobre a obra de Schlichthorst, Gustavo Barroso esclareceu as comparações e conversões de valores realizadas pelo autor, desse modo pontuou que táler consiste em uma “moeda alemã antiga, de prata, às vezes chamada em autores portugueses *escudo*. Seu nome vem das peças cunhadas no século XVI com o ouro das minas de Joachimsthal, que se denominaram ao princípio Joachimsthaler e finalmente Thaler. O Thaler dividia-se em 15 Batzen e 60 Kreuzers ou cruzados. Em 1666, cunharam-se os Reichs-Thaler, cujas principais variações foram o Current-Thaler ou táler corrente, comum, o Species-Thaler ou táler especial, de caráter comemorativo, e o Reichs-Thaler ou táler imperial. O táler comum valia 3 marcos modernos. Podemos calcular seu valor na época aqui referida em mais ou menos 660 rs. ou 66 centavos.” *Op. cit.* Schlichthorst. p. 30.

¹⁸⁶ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 29.

¹⁸⁷ *Ibid*, p.31-32.

Essa imagem sobre os alemães continuaria a ser reforçada por Schlichthorst, ao dizer que:

Em regra, o teuto-brasileiro é fingido e grosseiro. Tendo perdido a velha lealdade alemã, conservou somente a brutalidade trazida de além-mar. Seu amor não tem a menor delicadeza e nele se torna mais brutal, porque geralmente está bêbado. Supera longe seu modelo em preguiça. Desmedido em todos os gozos, sente as consequências dos vícios mais cedo e mais fortemente do que o filho do país, que se satisfaz com alimentos mais simples e quase sempre recusa as bebidas alcoólicas.¹⁸⁸

Diante desse cenário, afirmou que a “parte mais sensata” dos alemães vivia “para si e sua casa”,¹⁸⁹ e graças aos conhecimentos que desenvolveu frente a língua inglesa, pôde entrar em contato com outros estrangeiros que viviam na cidade, fora do convívio regular dos seus conterrâneos.¹⁹⁰ Essa atitude, certamente, não o fez “muito popular entre eles” e “em pouco tempo escasearam” seus “amigos alemães”, acontecimento do qual não se “importava, porque não pretendia servir com eles e sim arranjar um posto na Marinha”.¹⁹¹

Suas intenções, contudo, foram frustradas com a publicação do decreto imperial “datado de 19 de abril de 23 e publicado em Ordem do Dia do Comando Geral a 28 do mesmo mês”, que o nomeou ao posto de “Tenente do 2º Batalhão de Granadeiros de 1ª Linha”, e contrariou as “esperanças e expectativas” presentes no seu “pedido de colocação claramente explicado”.¹⁹² Mediante a isso, ele descreveu sua atitude para reverter a situação:

Fui a S. Cristóvão e pedi a alta interferência da Imperatriz em meu favor. Desejava tão somente a restituição das despesas que fizera e uma pequena soma para voltar à Europa. Sua Majestade respondeu-me, com a amável franqueza que caracteriza a Augusta filha da Casa de Habsburgo, que não

¹⁸⁸ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 70.

¹⁸⁹ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 32.

¹⁹⁰ Schlichthorst destacou que entre os estrangeiros de quem se aproximou estiveram os “bons e honestos capitães de navio”, pois eram “gente que, mesmo com poucos conhecimentos e habilidades” encaravam “a vida de maneira tão larga e com tal bom humor que se” tornava “um prazer a sua convivência”. Apesar do “preconceito da posição”, declarou que o “seu ambiente” era “moderado por alto grau de tolerância, que só se” adquiria “nas viagens, com a sua constante mudança de panoramas”. Em adição a isso, Schlichthorst também classificou os demais estrangeiros presentes no Brasil, de modo que definiu os ingleses como aqueles que trouxeram “seu espírito de usura judaica e” deixaram “em casa o seu nobre sentido nacional, se este aqui não” se havia degenerado “em orgulho ridículo a gabar as vantagens de sua pátria, falando a toda hora da liberdade e do liberalismo britânico, quando suas ações” provaram que neles não havia “o menor vestígios de tais virtudes”, e que em “intemperança”, rivalizavam “com o alemão, que, às vezes, o” vencia. Quanto aos italianos e franceses, afirmou que “o italiano não” perdia “sua avareza, nem o francês sua vaidade”, e o que “estas duas nações” tinham “de bom” não se encontrava “em seus rebentos no Novo Mundo”, e lhe parecia “incrível que, socialmente, o francês se” tornasse “o menos amável de todos”. Aos portugueses, se limitou a dizer que com eles houve pouco contato. *Op. cit.* Schlichthorst. p. 70-71.

¹⁹¹ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 32.

¹⁹² *Ibid*, p. 33.

dispunha de influência nem de dinheiro, tendo somente muita boa vontade para com seus patrícios alemães. Tive a honra de beijar as mãos de Sua Majestade Imperial, da Princesa Maria da Glória, e de todas as Pequenas, como chamam as princesas mais novas e, cheio de louvável resignação, voltei à cidade.¹⁹³

A tentativa de estabelecer D. Leopoldina enquanto mediadora de sua causa falhou, e como Schlichthorst mencionou, essa atitude continuaria a desapontar outros alemães que se destinaram ao seu encontro, pois ela justificava as ações de Schäffer frente ao recrutamento, ao dizer: “Que quer que Schäffer faça? Ele precisa mentir às vezes, para nos arranjar gente.”¹⁹⁴

Essa falta de confiabilidade centrada nas figuras imperiais e nos seus representantes foi reforçada por Schlichthorst, ao considerar que:

As promessas verbais do Imperador pouco valem. Ainda menos as de sua esposa, que, com a mais nobre franqueza, confessa não ter a menor influência. Por isso, as promessas escritas e assinadas pelo próprio punho da Imperatriz, às vezes distribuídas pelo Cavaleiro von Schäffer para dar maior crédito às suas promessas, pouco valem para os que as possuem. O mesmo se dá com as cartas de recomendação que ele fornece, dirigidas a pessoas que mal o conhecem ou dele fazem a pior ideia.¹⁹⁵

De acordo com Schlichthorst, “teria sido impossível completar um único batalhão, se então não tivessem começado a chegar as remessas de gente angariada pelo Cavaleiro von Schäffer, para aumentar os efetivos das tropas do Imperador”,¹⁹⁶ tendo em vista que a condição de formação dos batalhões foi ameaçada pelo nível de mortalidade associado a ingestão de bebidas alcólicas e pelas constantes deserções. Mediante a isso, fez a distinção dos novos estrangeiros incorporados ao exército:

Apesar de alistados em Hamburgo como colonos, no Rio de Janeiro eram imediatamente forçados a assentar praça. Só tinham liberdade de ir para onde quisessem os que haviam pago suas passagens; mas estes mesmo às vezes abandonavam suas colônias e voluntariamente se engajavam, sendo, nesse caso, reembolsados pelo Governo dos 40 mil-réis que custava a travessia ou pelo menos era por esse preço escriturada pelo Cavaleiro von Schäffer.¹⁹⁷

Uma vez inseridos no exército, os soldados alemães se depararam com a realidade a que estariam submetidos no âmbito militar, marcada por aspectos

¹⁹³ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 33.

¹⁹⁴ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 275.

¹⁹⁵ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 277-278.

¹⁹⁶ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 275.

¹⁹⁷ *Ibid.*

relacionados à administração de seus soldos, fardamentos, armamentos, alimentação e acondicionamento nos quartéis.

Carl Schlichthorst listou a quantia referente aos seus pagamentos, e afirmou que à “primeira vista o soldo parecia elevado”. Desse modo:

Cada soldado raso recebia 10 vinténs por dia, que, depois dos descontos de rancho, peças miúdas de equipamento e outros, ficavam reduzidos a 2. O soldo dos oficiais igualava ao dos oficiais brasileiros. Um subalterno tinha por mês 17 mil-réis, um capitão 22 mil-réis, um major 33 mil réis e assim por diante.¹⁹⁸

Entretanto, chegou à conclusão de que a remuneração alcançada pelos estrangeiros significava “pouquíssimo num país onde todas as utilidades vindas da Europa são extraordinariamente caras”.¹⁹⁹ Schlichthorst apontou que posteriormente, “os soldos de todos os postos foram aumentados de 10 mil-réis”.²⁰⁰

Quanto aos soldos dos oficiais estrangeiros, Schlichthorst destacou que por mais importante que parecesse “de longe”, não bastava “a cobrir as mais prementes necessidades”. Desse modo, os que chegaram ao Rio de Janeiro sem dinheiro, “a maioria dos oficiais”, era “obrigada a tomar grande adiantamento a ser descontado em seu futuro soldo”, que ao ser pago atrasado, os levava a cair nas “garras de agiotas” que cobravam “juros de 10% ao mês”.²⁰¹

De acordo com Carl Schlichthorst, seus fardamentos eram “sem gosto” e de “péssimo material”,²⁰² compostos por “casacas azuis compridas, de corte francês, com a gola e os canhões vermelhos”, cujas “companhias de flanco tinham ursos, as outras barretinas de couro”. Foram fornecidos uniformes internos, compostos por uma

¹⁹⁸ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 274-275.

¹⁹⁹ *Ibid*, p. 275.

²⁰⁰ Para que seus leitores, sobretudo europeus, pudessem estimar os valores apresentados, Schlichthorst declarou “de uma vez por todas, para maior clareza, que 1.000 réis ou 1 mil-réis equivalem a um táler espanhol, mais ou menos 1 reichs thaler e 12 groschen, em moeda convencional”. *Op. cit.* Schlichthorst. p. 274-275.

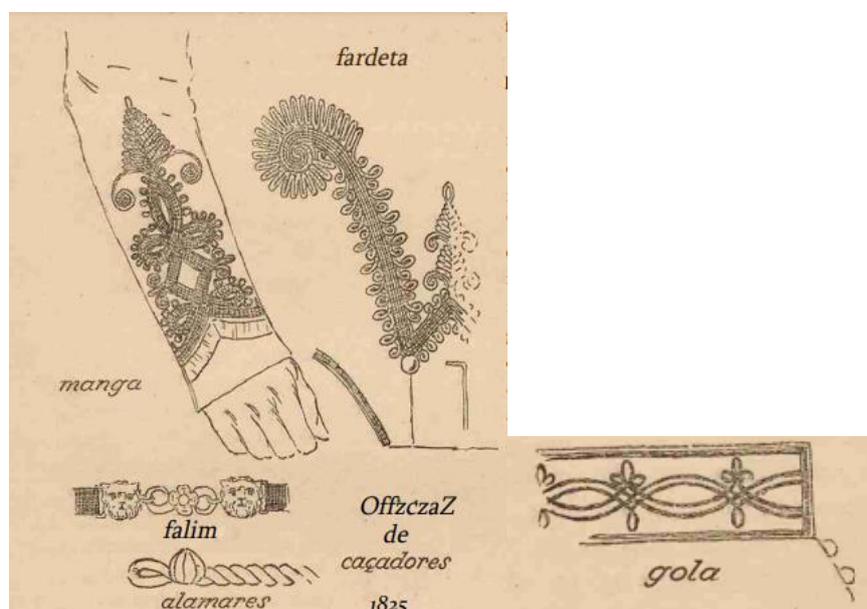
²⁰¹ Com base nessa realidade, Schlichthorst relatou que “A impossibilidade de viver decentemente sem procurar um ganha-pão secundário contra o que todo caráter íntegro se revolta, trapaças sem fim, brigas mesquinhas a que estão expostos, falta de diversões compatíveis, renúncia a todas as comodidades a que um europeu educado se acostumou e o rude, ignóbil tratamento por parte dos oficiais superiores, tudo isso torna o serviço militar brasileiro tão horrível que, de bom grado, a gente lança mão de outros recursos para equilibrar sua vida. Também são frequentes os exemplos de oficiais que, depois de haverem servido algum tempo, tornam a voltar ao antigo ofício de sapateiro ou alfaiate, e regressam à Europa até mesmo como cozinheiros de navio.” *Op. cit.* Schlichthorst. p. 283.

²⁰² Seidler confirmou a continuidade da situação dos uniformes, de modo que “os uniformes azuis do 27º Batalhão de Caçadores em menos de quatro semanas ficaram cor de raposa, as costuras se desfaziam e os sapatos, com toda a boa vontade, não era mais possível usá-los. Nem D. Pedro podia obviar a essa desordem, nem impedir a roubalheira. Ele ia várias vezes por semana a cavalo ao arsenal e era frequente assistir aos fornecimentos”. *Op. cit.* Seidler, p. 78.

“simples fardeta azul e boné de serviço com bicos, como o dos soldados franceses”, mas “nunca receberam capotes”.²⁰³

O fardamento dos granadeiros “consistia em compridas casacas azuis com vivos brancos, golas e canhões encarnados”, enquanto os dos caçadores “lembrava o das tropas ligeiras das antigas legiões anglo-alemãs: curtas fardetas azuis com pequenas abas, guarnecidas de vivos, golas e canhões verde claro”. Schlichthorst ressaltou que “cada soldado recebia a mais uma fardeta de exercício, um par de calças azuis e dois de brancas”, e que pagavam “de seu bolso sapatos, polainas e demais peças miúdas do equipamento”.²⁰⁴

Imagem 14 - Desenho dos uniformes do Batalhão dos Caçadores, a partir dos relatos de Schlichthorst



Fonte: Uniformes do exército brasileiro, 1730-1922”.²⁰⁵

²⁰³ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 274-275.

²⁰⁴ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 280.

²⁰⁵ Obra publicada em função das comemorações do centenário da Independência do Brasil. Cf. BARROSO, Gustavo; WASHT, José. **Uniformes do exército brasileiro, 1730-1922**. Publicação Oficial do Ministério da Guerra comemorativa do centenário da Independência do Brasil. Paris, 1922. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=83415>

Imagem 15 – Desenho dos uniformes militares, em 1825



Fonte: “O Rio de Janeiro como é”, de Schlichthorst, e na dissertação de Ruth Kato. UFRJ.1988.²⁰⁶

Quanto às armas utilizadas declarou “que todas as peças do armamento” estavam “sempre em péssimo estado”, e depois “de qualquer formatura em que se” davam “geralmente três salvas, parte das espingardas” tinha “de ser posta de lado”.²⁰⁷

No que tange a alimentação dos soldados, Schlichthorst externou suas insatisfações, pois era concedido por dia “meia libra de carne e meia de pão”, mas recebiam “tão pouco que suas refeições quase se” limitavam “a arroz e feijão”. Além disso, ressaltou que a “carne que lhes” davam era “da pior qualidade, isto numa terra como o Rio de Janeiro, onde a carne já” era “ruim”.²⁰⁸

Cozinham-se alternadamente, duas vezes por dia, arroz e feijão. Não se varia o alimento. Serve-se o rancho sem o menor asseio. O oficial de dia tem obrigação de provar a sopa, sendo realmente preciso grande força de vontade para engolir esse caldo nojento. O mais pobre escravo vive melhor, sem dúvida, do que o soldado estrangeiro no Brasil. Por 2 vinténs pode ter boa e gostosa refeição, enquanto este tem de se contentar com uma sopa insulsa e sem valor nutritivo, que só a fome pode fazer tragar.²⁰⁹

Apesar disso, a parte “mais intolerável” da vida de soldado para Schlichthorst estava relacionada à “falta absoluta de qualquer comodidade nos quartéis”. Quanto a esse fator, ressaltou que não havia “sequer tarimbas e os homens” dormiam “pelo

²⁰⁶ O primeiro representa dois soldados, um sargento dos granadeiros e outro dos caçadores, já o segundo retrata um granadeiro com ursa, pertencente à escol, e por último, um granadeiro e um oficial dos caçadores, com fardeta e gorro de serviço. *Op. cit.* Schlichthorst. p. 290; KATO, Ruth Maria. **Revoltas de Rua: O Rio de Janeiro em 3 momentos (1821–1828–1831)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.1988.

²⁰⁷ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 281.

²⁰⁸ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 281-282.

²⁰⁹ *Ibid.*

chão em esteiras, com um cobertor”,²¹⁰ sendo “atormentados por incontáveis insetos”, e procuravam “na cachaça alívio a seu martírio e curto esquecimento de sua desgraça”.²¹¹

De acordo com o alemão, essa bebida era de baixo custo e muitos vendiam “até o pão para comprá-la em demasia”, de forma que cometiam excessos em suas ações, que resultaram na aplicação de castigos corporais, “sendo raro o dia em que não” se aplicaram “castigos de 50, 100 e até 200 chibatadas, nas costas nuas de infelizes, cujo vício” era “tão invencível que nem o pavor dos açoites” impediu “satisfazê-lo novamente na primeira ocasião”.²¹²

Todas essas circunstâncias fizeram com que os hospitais estivessem cheios “com esses desgraçados”, de sorte que alguns passaram “ali metade de sua vida”, enquanto outros a perderam como “consequência das pancadas”, ou ficaram “completamente inválidos”. Schlichthorst ressaltou que aqueles “de natureza mais forte” sentiram “uma espécie de orgulho em dizer que suportaram durante seu tempo de serviço alguns milheiros de vergastadas”.²¹³

Diante desse cenário, Schlichthorst reconheceu que as deserções foram inevitáveis, assim os soldados estrangeiros buscavam a fuga por terra e mar, mesmo sob a ameaça de receberem severos castigos corporais em casos de recaptura:

Os que procuram o interior do país são logo agarrados, porém, os que tentam escapulir por mar raramente são descobertos, embora se revistem todas as embarcações antes da partida. Os navios de guerra estrangeiros estão livres de tais buscas e são justamente os que surrupiam os melhores soldados do Imperador. É raro partir um sem que faltem praças nos batalhões. Castiga-se a deserção com 200 chicotadas nas costas nuas, dadas com finas vergastadas de junco. Muitos as têm aguentado até quatro vezes, sem desistir de novas tentativas. Esses homens desesperados preferem tudo, até a morte, a uma situação que julgam a mais insuportável de todas.²¹⁴

Além das penalidades corpóreas como inibidoras das deserções, havia a estratégia vinculada ao acúmulo da “massa” ou “reserva”, que consistiu na “parte do soldo que devia ficar retida até perfazer a soma de 8 mil-réis” destinada “a assegurar

²¹⁰ Eram chamados de tarimba os estrados de madeira em que dormiam os soldados nos quartéis.

²¹¹ *Op. cit.* Schlichthorst. p. 282.

²¹² *Ibid.*

²¹³ *Ibid.*

²¹⁴ *Ibid.*

ao soldado que dava baixa pequeno capital, impedindo, ao mesmo tempo, as deserções”.²¹⁵ Apesar disso, Schlichthorst ressaltou que:

Aos soldados que davam baixa também nunca os comandantes de batalhão pagavam esse dinheiro na íntegra, pois tanto ele como o quartel-mestre faziam tais encontros de contas que os desgraçados ficavam muito satisfeitos se recebiam a metade do seu haver, porque sabiam perfeitamente que não tomariam em consideração as suas queixas.²¹⁶

Schlichthorst, apesar de não ter participado de nenhuma campanha militar no Brasil, expôs características do cotidiano vivenciado pelos estrangeiros alocados no exército brasileiro, que foram acrescidas pelos relatos dos outros alemães que registraram o seu período de serviço militar, como foi o caso de Seidler e Boche. Ambos reforçaram aspectos elencados por Schlichthorst, quando não os aprofundaram com suas narrativas de combate na Confederação do Equador e no conflito da Cisplatina.

Além disso, esses alemães puderam relatar de perto a revolta dos batalhões de estrangeiros realizada no Rio de Janeiro, em 1828, empreendida por alemães e irlandeses alocados no 2º e 3º Batalhão de Granadeiros, localizados em São Cristóvão e Campo da Aclamação, bem como do 28º Batalhão de Caçadores, lotado na Praia Vermelha.

2.6 Empecilhos à imigração e incorporação alemã ao Exército Brasileiro

Frente às motivações pessoais por parte desses imigrantes, as inclinações do governo imperial brasileiro se atrelaram a outro propósito, e com base nisso, Juvêncio Lemos destacou pontos importantes a serem considerados mediante a continuidade do recrutamento desses e de outros estrangeiros, e sua consequente incorporação no interior do exército brasileiro.

Para Lemos, a inclinação do governo partiu da premissa de que os militares brasileiros não eram de confiança absoluta, além de serem vulneráveis “à demagogia liberal dos políticos”, e resistirem ao serviço militar, praticado via recrutamento

²¹⁵ Schlichthorst esclareceu que era paga a quantia de “8 mil-réis por desertor capturado”, menos do que para os escravizados fugidos por quem era pago o valor de 12 mil-réis, desse modo “a caixa do batalhão se indenizava com essa reserva à custa do próprio culpado”, e se a soma da massa ainda não estivesse completa “o desertor, depois de cumprir a sua pena, tinha de servir de graça até perfazê-la”. *Op. cit.* Schlichthorst. p. 280.

²¹⁶ *Ibid.*

forçado.²¹⁷ Nesse sentido, o autor esclareceu que essa modalidade de composição do poderio militar do Império “era fonte de intermináveis reclamações das províncias, ao considerar que “tirava os braços do campo. Irritava o povo. Alimentava descontentamentos”.²¹⁸ Desse modo:

Trazendo soldados de fora, aliviaria a população brasileira dessa odiosa carga. Além disso, por descompromissados com qualquer causa nacional, outro povo, outra língua, outros costumes, outros interesses – não haveria o perigo de serem manobrados por políticos inescrupulosos.²¹⁹

Mediante a esse aspecto, as ordens para a angariação de soldados permaneceram durante os anos subsequentes. Invariavelmente, novos soldados continuaram a integrar as fileiras dos batalhões formados por estrangeiros, sobretudo alemães, porque essa atitude atendeu a prerrogativa imperial na sua esfera Executiva, representada pela figura de D. Pedro I. Em correspondência destinada a Schaeffer, o Imperador determinou o agenciamento de mais 3.000 homens solteiros, e contrariou as determinações ministeriais que haviam regulado a interrupção dessa ação.

Meu Shaeffer. Muito agradeço a boa gente que tem mandado para Soldados. A Imperatriz já lhe mandou da minha parte encomendar mais 800 homens para soldados, agora eu lhe ordeno que em lugar de colonos casados mande mais 3.000 solteiros para soldados, além dos oitocentos, O Ministro de Negócios Estrangeiros lhe mandou dizer que não mandasse mais, mas eu quero que mande os que por esta lhe encomendo, e faça de conta que não recebeu ordem para não mandar. Mande, mande, mande, pois lho ordeno, que o há de desculpar e premiar, pois é seu Imperador.²²⁰

Diante da impossibilidade de atender diretamente às ordens de D. Pedro, Schäffer angariou soldados e colonos, que foram incorporados a essa empreitada para mascarar o recrutamento para fins militares. Contudo, o governo imperial se disponibilizou a pagar as despesas dos militares, e não dos demais imigrantes.²²¹

Dessa forma, muitos não conseguiram custear suas passagens e despesas, e tiveram que se submeter ao serviço militar. Foi estimado que cerca de 2000 pessoas

²¹⁷ *Op. cit.* Lemos, p. 56.

²¹⁸ *Ibid.*

²¹⁹ *Op. cit.* Lemos, p. 282.

²²⁰ A presente correspondência de D. Pedro I enviada a Schäffer, encontra-se totalmente reproduzida nas obras de Carlos H. Oberacker Jr. e Juvêncio Lemos, e parcialmente no livro de Rodrigo Trespach, que a relacionou ao Arquivo do Museu Histórico Imperial: AHMI, carta de 13 jun. 1824, I-POB-13.06.1824-PI.B.do, e carta de 14 set. 1824, I-POB-14.09.1824-Sch.c. Cf. OBERACKER JR., Carlos H. Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre. 1975. *Op. cit.* Lemos, p. 58; *Op. cit.* Trespach, p. 100-101.

²²¹ *Op. cit.* Lustosa, 2006, p. 161.

tenham embarcado,²²² e “apesar dos protestos, esses miseráveis foram para os quartéis e suas famílias para a mendicância”, nas palavras de Lemos.²²³

Com base nas pesquisas de outros autores e nas listas de passageiros das embarcações utilizadas, Lemos estimou o número de alemães que imigraram como resultado das ações de Schäffer, a partir de 1824. O autor concluiu que cerca de 8.000 pessoas desembarcaram em terras brasileiras, dos quais 3.500 eram colonos, entre homens, mulheres e crianças, e 1.500 eram “homens adultos entrados como colonos”.²²⁴ Além deles, ressaltou a contabilização de 4.500 soldados.²²⁵

Contudo, o autor também destacou que “o total de alemães incorporados ao Exército Imperial não excedeu ao número de 3.000 homens”, assim como apontado por Sílvia Siriani.²²⁶ Entre as explicações para esse acontecimento, apontadas por Lemos, esteve a possibilidade de que Schäffer tivesse registrado colonos enquanto soldados, para que fossem isentos de pagar os custos da viagem, ou que tivessem sido dispensados por incapacidade e inaptidão ao serviço militar, e, de que houvesse a presença de aventureiros que se alistaram sem a real intenção de se unir ao Exército.²²⁷

De todo modo, os imigrantes alemães que aportaram no Brasil ao longo dos anos foram distribuídos em três lugares diferentes: a Armação da Praia Grande, a colônia de Nova Friburgo, e posteriormente, a recém-formada Colônia de São Leopoldo, no sul do país.²²⁸

Na imprensa, a chegada e alocação desses estrangeiros foi notificada nas páginas dos jornais. Nesse sentido, Gustavo Campos destacou jornais como o *Diário do Rio de Janeiro*, que registraram sua presença no Brasil.

Os colonos se dirigiram à região do Vale do Rio dos Sinos, próximo a Porto Alegre, Rio Grande do Sul, chegando à colônia São Leopoldo em julho de 1824. A edição de 15 de abril deste ano do *Diário do Rio de Janeiro* 250, por exemplo, publicou que a galera hamburguesa Carolina 251 chegara em 80 dias trazendo 164 alemães “dos quais uns vem para o serviço do Império, e

²²² *Op. cit.* Lemos, p. 61-63.

²²³ *Op. cit.* Lemos, p. 63.

²²⁴ *Op. cit.* Lemos, p. 86.

²²⁵ *Ibid*; Alberto Silva apontou a entrada de mais de 6.800 alemães entre os anos de 1811 e 1830. *Op. cit.* Silva, p. 41-42.

²²⁶ Sílvia Siriani também estimou o destino de cerca de 3.000 alemães ao serviço militar. *Op. cit.* Siriani, p. 92.

²²⁷ *Op. cit.* Lemos, p. 86.

²²⁸ Para saber mais sobre a chegada e alocação desses imigrantes. Cf. Lemos, p. 43-50.

outros para Colonos”. Outra embarcação, vinda de Bremen, trazia outros dois alemães.²²⁹

Para Campos “o Diário do Rio de Janeiro e outros órgãos da imprensa tinham uma importante função pública, por vezes organizando os serviços de imigração”,²³⁰ tarefa relevante ao ser considerado o número elevado de imigrados durante o Primeiro Reinado, sobretudo de alemães aliciados por Schäffer.

A partir de 1827, a proporção desses imigrantes diminuiu drasticamente, sobretudo porque novas levas de estrangeiros foram solicitadas por D. Pedro I, sem que houvesse financiamento próprio para sua execução. Somado a isso, a figura de Schäffer se encontrava fragilizada na Alemanha, por conta das incongruências do seu comportamento, falsas promessas e boatos sobre o acondicionamento de estrangeiros no interior das tropas brasileiras.

Coincidentemente, esse ano também marcou os questionamentos na Câmara dos Deputados sobre a presença dos soldados alemães no Brasil, e a atuação de representantes do governo no exterior, vinculados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao corpo diplomático do Império. Essa questão surgiu na sessão de 20 de agosto de 1827, destinada às despesas e orçamentos consumidos pelas pastas ministeriais, com destaque especial às falas de Sr. Lino Coutinho e do Sr. Vasconcelos.²³¹

Nesse sentido, Lino Coutinho apontou algumas questões e colocações:

Mas Sr. presidente, para que um diretor de colonização estrangeira? A soldados com baionetas se dá o sagrado nome de colonos? Como tem entrado no império regimentos inteiros de estrangeiros sem permissão da assembleia e sem urgente necessidade? Estes estrangeiros não são colonos: eu lhes daria o verdadeiro nome: porém não convém agora, e nem o devo fazer. São porventura os soldados armados, que vem trazer a indústria e os benefícios ao Brasil? Não decerto, antes bem pelo contrário eles vêm estragar a nossa indústria, e nos vem oprimir. (Apoiado geralmente). Não sei de que sirva este desgraçado lugar de diretor da colonização na Alemanha. Esse homem também parece estrangeiro e está ganhando 600\$! Quando, Sr. presidente, nos países estrangeiros há muitos que só pela honraria de trazerem farda bordada e terem as armas do império se oferecem a servir de graça, estaremos nós a dar sem precisão o nosso dinheiro, quando dele nos achamos tão necessitados? Economia e mais economia: porque o nosso país não é o país do Eldorado, e nem nós possuímos as minas de Potosí. (...) À vista pois da análise que tenho a este orçamento da repartição dos negócios

²²⁹ Campos, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015** / Gustavo Barreto de Campos. Rio de Janeiro, 2015. p. 92

²³⁰ *Op. cit.* Campos, p. 92.

²³¹ BRASIL. **Anais do Parlamento Brasileiro. Tomo IV [1827]**; sessão de 20 de agosto de 1827. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28319>

estrangeiros, concluo que muito o devemos reduzir, porquanto alguma de seus parcelas são desnecessárias e outras ilegais, e que uma justa e razoável reforma devemos nós levar ao atual estado da nossa diplomacia.²³²

Em composição à fala anterior, Sr. Vasconcelos declarou:

E que temos nós, Sr. presidente, com Mecklembourg, com Frackfort, com esse desgraçado reino de Nápoles, com as apostólicas cortes de Viena e de Paris? O que temos nós com a velha Europa? A América é da América, seja a Europa da Europa, e tudo irá o melhor possível. (Apoiado geralmente). (...) A tropa estrangeira é importada a título de colonização, e esta tropa pertence às nações da aliança denominada santa. Reflitamos sobre os passos do governo, e nos convenceremos de que nem fui, nem sou caluniador, quando disse qual era a minha opinião, e que ela era contrária a do governo, porque parece que ele mais se inclina aos sistema da França ou da Espanha, do que ao da Inglaterra, que tanto convém a América, e sem o qual nunca poderá ser feliz.²³³

Diante desse quadro, Trespach ressaltou que “acuado na Alemanha e com d. Pedro cada vez mais pressionado a encerrar os gastos destinados à imigração, Schaeffer encerrou sua atuação na Europa e retornou ao Brasil”.²³⁴ Entretanto, diante da diminuição do número de soldados estrangeiros integrados ao Exército Imperial brasileiro, a prerrogativa para o recrutamento de novos imigrantes se fez presente, sobretudo, diante do desdobramento da Guerra da Cisplatina. Dessa forma, os irlandeses se constituíram enquanto alternativa da vez.²³⁵

2.7 Os irlandeses, William Guilherme Cotter e sua incorporação ao Exército Brasileiro

Os irlandeses foram recrutados ainda em 1826, pelo Coronel William Guilherme Cotter,²³⁶ oficial de origem britânica/irlandesa que comandava o 3º Batalhão de

²³² BRASIL. **Anais do Parlamento Brasileiro. Tomo IV [1827]**; sessão de 20 de agosto de 1827. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. p. 167. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28319>

²³³ *Ibid*, p. 169.

²³⁴ Após outros infortúnios e diante da falta de reconhecimento de seus serviços junto ao Império do Brasil, Schaffer faleceu, não se sabe ao certo quando e onde, mas há deduções sobre ter acontecido entre os anos de 1836 e 1838, no Sudeste, entre Espírito Santo e Minas Gerais, ou na Bahia. *Op. cit.* Trespach, p. 102.

²³⁵ Essa não foi a primeira vez em que se constituíram como opção, já que ainda em 1822, Bonifácio de Andrada e Silva aceitou a proposição de Brant Pontes, encarregado de negócios em Londres, para o alistamento de irlandeses nas fileiras militares do Brasil. A estratégia empregada foi a mesma que se repetiria com os alemães, a de que deveriam ser recrutados como soldados disfarçados de colonos. Entretanto, foi em 1825 que os irlandeses foram realmente cogitados para essa função, mediante ao agravamento da Guerra da Cisplatina e à dificuldade de obter apoio por vias diplomáticas. Isso fez com que uma nova missão para angariação de tropas ocorresse de maneira não oficial, assim como a de Schaeffer, mas dessa vez nas mãos de Cotter. *Op. cit.* Lemos, p. 282.

²³⁶ Atuou a serviço do Exército Português durante as guerras napoleônicas e, por dois anos participou na Campanha da Península, quando serviu como capitão de infantaria do Regimento de Viana,

Estrangeiros. A base da missão de Cotter consistiu no seu envio à Irlanda, onde deveriam ser recrutados 500 homens destinados a prestar o serviço militar junto ao Exército Imperial.

A ordem foi comunicada pelo Barão de Lages, o então Ministro da Guerra,²³⁷ em nome de sua Majestade Imperial, D. Pedro I, e deveria ser executada no período de nove meses. De acordo com Seidler, em comparação aos alemães, era esperado dos irlandeses uma “mentalidade católica mais escrava”.²³⁸

Em compensação por seus serviços e por estar à frente da “Comissão de Recrutamento”, a remuneração de Cotter seria correspondente ao “respectivo soldo de Coronel, e competentes vantagens como Comandante de Brigada”.²³⁹ Para que desse por concluído o recrutamento almejado, Cotter foi autorizado a oferecer condições atrativas para aqueles que desejassem imigrar ao Brasil. Dentre as orientações para o cumprimento de sua missão, estiveram:

4° O Coronel Cotter fica autorizado a conceder condições razoáveis, e vantajosas aos Interesses do Império, aos Indivíduos que houver de engajar, os quais desde o dia do seu contrato vencerão os soldos e mais vantagens indicadas nas tabelas N° 1 e 2, podendo o mesmo Coronel segurar em nome do Governo do Brasil, aos engajados, que findo o prazo por que se obrigam a servir como militares, serão considerados no Brasil como Colonos, dando-se-lhes terras para se estabelecerem.

5° Os Indivíduos engajados se obrigarão a servir no Exército do Brasil, pelo menos por seis anos contados do dia em que entrarem nas fileiras do Exército, devendo o Coronel Cotter ter um livro em que transcreva as condições com que tais indivíduos contratarão, e por onde conste o seu engajamento.

6° Logo que tais indivíduos forem alistados e contratados para o serviço do Império, dar-se-lhes-á, à custa do Governo, um fardamento de Polícia.

participando de conflitos como o combate do Vitória e do assalto ao castelo Bandajóz, de onde saiu carregado de diversos ferimentos de guerra. Cotter teria chegado ao Brasil em 1816 e logo assumiu o posto de Major do Estado-Maior do 4° BC, sendo encaminhado para a Banda Oriental entre os anos de 1816 e 1820, onde comandou 300 homens e 4 peças, em Maldonado. Foi nomeado governador das Ilhas Goritti, passando também por Montevidéu, Pernambuco e Santa Catarina, em diferentes cargos, até que assumiu o comando do 3° Batalhão de Granadeiros, no Rio de Janeiro. *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 283.

²³⁷ Dom João Vieira de Carvalho, o Conde de Lages, nasceu em Portugal, e teve sua trajetória militar iniciada em 1796, quando assentou praça no Colégio dos Nobres. Lutou contra os franceses, em 1808, e depois seguiu para o Brasil com a Família Real. Foi veterano das Campanhas de 1811-1812 e na Guerra contra Artigas, e em 1817, destacou-se na Batalha de Catalão. Membro do Partido Conservador e partidário de D. Pedro I, foi Ministro em diversas Pastas, por nove períodos diferentes. Foi um dos articuladores da Maioridade de D. Pedro II, além de senador do Império e Presidente da Província do Ceará. Faleceu em 1° ABR 1847. Para mais detalhes sobre sua biografia, Cf. <https://www.eb.mil.br/regencia-e-segundo-reinado>

²³⁸ *Op. cit.* Seidler, p. 259.

²³⁹ Informação presente no ofício enviado pelo Barão de Lages a William Cotter, onde são explicitadas as características da missão. O presente documento se encontra no Arquivo do Exército, RJ – Livro 146, fls. 115v/117, além de estar reproduzido no livro de Juvêncio Lemos. *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 283-285.

7° Esta despesa, bem como a que mais se fizer na conformidade do Artigo 4°, e bem assim com o transporte dos engajados para esta Corte, será abonada ao Coronel Cotter pelo Ministro de Sua Majestade em Londres, a quem se deverá entender.

8° se algum dos indivíduos engajados for casado e tiver filhos, poderá o Coronel Cotter permitir-lhe que os traga consigo, tendo porém nesta concepção toda a circunspeção e descrição.

9° Iguamente fica autorizado o Coronel Cotter a trazer no número de recrutados aqueles Oficiais Inferiores, que forem indispensáveis para a disciplina e arranjos dos Recrutados, assim como a contratar para cada cem homens um Oficial de Patente, que terá, entrando no serviço do Império, um posto imediato ao que tinha no Exército em que serviu, mas que não excederá ao de Capitão no Exército Brasileiro, onde terá as vantagens das Tabelas N° 1 e 2.

10° O Coronel Cotter se obriga a apresentar na Corte do Rio de Janeiro o mais tardar dentro em nove meses os indivíduos que houver de engajar na conformidade do Artigo 3°.²⁴⁰

De acordo com Edmundo Murray, Cotter foi “tão inescrupuloso quanto Schäffer”,²⁴¹ por exceder os benefícios destinados àqueles que migraram, e de estabelecer um vão entre o que lhe foi permitido oferecer, e o que foi, de fato, ofertado. A lista de concessões foi reunida pelo sacerdote inglês Robert Walsh,²⁴² em seu diário de viagem, com base nas informações coletadas “de muitos com quem tinha conversado, que permaneceram no Brasil, e de outras fontes”.²⁴³

Entre as atribuições e benefícios prometidos por Cotter aos irlandeses, mencionados por Walsh, estiveram: que cada homem receberia o pagamento de 1 xelim por dia, junto a uma porção de carne e outra de pão como ração; que deveriam empregar 4 horas diárias ao aprendizado de exercícios militares, para estarem preparados para atuar como soldados se fossem convocados, não podendo servir fora da província do Rio de Janeiro, a não ser em caso de guerra ou invasão; e que ao fim de 5 anos de comprometimento, seriam dispensados do serviço militar, e alocados como fazendeiros, cada um recebendo 50 acres de terra.²⁴⁴

Em complemento ao relato de Walsh, podemos destacar as informações colhidas por John Armitage,²⁴⁵ que incluíram: a provisão de bons mantimentos, o

²⁴⁰ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 283-285.

²⁴¹ Murray, Edmundo. William Cotter Irish officer in Dom Pedro's army of imperial Brazil. In: **Irish Migration Studies in Latin America**. Vol. 4, No. 3: July, 2006. p. 1. Disponível em: https://www.irlandeses.org/0607_173to174.pdf

²⁴² Robert Walsh foi médico e capelão da Colônia britânica. Desembarcou no Rio de Janeiro em 1828, aos 56 anos, passando também pelas cidades de São João Del Rey, Vila Rica e São José (atual Tiradentes). Sua obra intitulada *Notícias do Brasil: 1828-1829*, publicada em 1830.

²⁴³ Walsh, Robert. **Notices of Brazil in 1828 and 1829**. F. Westley and A. H. Davis. London, 1830. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518704>

²⁴⁴ *Op. cit.*, Walsh, p. 279.

²⁴⁵ John Armitage foi um comerciante inglês nascido em 27 de setembro de 1807, em Failsworth, Inglaterra. Veio ao Brasil quando tinha apenas 21 anos, após ter aceitado o convite para trabalhar junto

pagamento das suas passagens e o “vestuário apropriado a um clima quente”, com a diferença que o pagamento no valor de um xelim seria, na verdade, destinado aos “homens robustos”.²⁴⁶

Armitage acrescentou que aos “artistas e lavradores” seriam assegurados “constante ocupação, e destes, os que trouxessem os seus próprios utensílios, receberiam cada um uma data de terra de quarenta geiras”,²⁴⁷ e, “para mais os animar, se lhes assegurou que nenhum seria obrigado a ficar contra a sua vontade; e nada se disse a respeito de serviço militar”.²⁴⁸

Segundo Walsh, o Coronel Cotter anunciou e fixou a novidade nas portas das capelas, e instruiu aos clérigos que sua divulgação fosse realizada nos altares de Cork e de diferentes partes do sul da Irlanda. Segundo o reverendo, a notícia foi recebida com muita alegria, tendo em vista o “desgosto excessivo do campesinato pobre daquela parte da Irlanda, tanto de população exuberante como falta de emprego”, e que “eles estavam ansiosos para aproveitar a proposta”.²⁴⁹ Para Walsh:

A terra era o grande objeto de sua competição em casa, e aqueles que pensavam tiveram a sorte de obter alguns acres com um aluguel exorbitante na Irlanda, foram transportados com a ideia de receber uma bolsa de cinquenta hectares, sem aluguel, no Brasil.²⁵⁰

Walsh afirmou que muitos desses irlandeses firmados nessa promessa, venderam por um pequeno soldo suas propriedades na Irlanda, no intuito de adquirir instrumentos para cuidar da terra, e acreditaram que caso houvesse a prestação de serviço militar, o mesmo se assemelharia a função exercida junto aos “Yeomanry Cops”.²⁵¹

a firma mercantil Philips, Wood & Co, sendo enviado a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1828, lugar onde ficou sob o gerenciamento de Mr. John Holland. Sua estadia no Brasil se estendeu até o ano de 1835, período que serviu de base para o registro de suas considerações sobre o país, registradas na obra *História do Brasil*, e para a sua aproximação do grupo liberal de oposição, que lhe proporcionou a aproximação de Evaristo da Veiga, um dos redatores da Aurora Fluminense. Para saber mais sobre Armitage e sua obra, ver: Varella, Flávia Florentino. Repensando a História do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. **Almanack Brasileiro**, nº 08, novembro de 2008. p. 117-121.

²⁴⁶ Armitage, John, 1807-1856. **História do Brasil** / João Armitage. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. p. 271. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580736/000970204_Historia_Brasil.pdf

²⁴⁷ “Geiras” ou jeiras correspondiam a uma medida agrária; terra que poderia ser arada em curto espaço de tempo, com o auxílio de dois bois.

²⁴⁸ *Op. cit.*, Armitage, p. 271.

²⁴⁹ *Op. cit.*, Walsh, p. 279.

²⁵⁰ *Ibid.*

²⁵¹ Atividade que consistia no trabalho de guarda obrigatório atrelados às milícias de 2º Linha, e não atrapalhavam a agricultura ou vida cotidiana.

Baseado nos termos apresentados para a imigração, Armitage declarou que esses “eram muito vantajosos, e acharam imediata aceitação, de maneira que no espaço de três semanas já navegavam para o Rio de Janeiro cerca de três mil emigrados, homens, mulheres e crianças”.²⁵²

Referente a composição desse grupo e de suas ocupações, Walsh destacou a presença de mecânicos que “procuravam frente para exercer sua vocação com vantagem no Rio”, que haviam trazido consigo “os implementos do seu comércio”. Além deles, constatou a existência daqueles “cujos hábitos ociosos” os levariam “a preferir uma vida militar”, e que “estavam prontos para se engajar como soldados, descuidados com os termos de seu serviço”.²⁵³ Somados a eles, estiveram outros:

como era de se esperar, de indiferença personagens e maneiras dissolutas; mas a maioria de pessoas decentes e respeitáveis, que trouxeram com eles suas esposas e famílias, e que seriam uma aquisição para qualquer país, pois colonos, mas principalmente para o Brasil.²⁵⁴

Quanto à viagem, Walsh afirmou que tudo foi preparado para que fossem embarcados rumo ao Brasil, com os transportes devidamente carregados de boas provisões, a ponto das pessoas se sentirem “altamente afortunadas neste modo de emigração”.²⁵⁵ Nesse sentido, o historiador Luís Basto se arriscou a traçar o custo aproximado dessa viagem, e chegou à quantia de 512.931,811 libras para o custeio dessa empreitada.²⁵⁶

Com parte dos irlandeses já embarcados, a Câmara dos Deputados tomou conhecimento sobre o empreendimento. Posteriormente, o Ministro de Guerra se apresentou ao Senado, para abordar a delimitação e o contingente das forças do

²⁵² *Op. cit.*, Armitage, p. 271.

²⁵³ *Op. cit.*, Walsh, p. 279.

²⁵⁴ *Ibid.*

²⁵⁵ Seu traslado foi promovido pelas embarcações: Archurus/Arcturus, Camdem, Charlotte Maria, Clarence/Clarence, Combatent/Combatente, Edward/Eduard, Elisa, Euphrates, Phisicienne, Promise, Retrieve, Reward. Além dessas, houve uma embarcação que naufragou cujo nome é desconhecido, sendo os seus sobreviventes recebidos na cidade de Campos, de onde foram sendo enviados aos poucos por outros transportes marítimos. A listagem dessas embarcações e da quantidade de irlandeses enviados para a Corte imperial foi publicada pelo jornal *Diário Fluminense*, tanto as que transportaram irlandeses em maior número, quanto as que fizeram o traslado em partes, tendo em vista, a questão do naufrágio. As edições correspondem aos jornais dos dias: 29 e 30 de setembro de 1827; 10, 12, 28 de outubro de 1827; 3 e 26 novembro de 1827; 22 e 23 de dezembro de 1827. Disponível para consulta em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imperio-brasil-diario-fluminense/706744>. Essas informações também foram baseadas na junção das referências apresentadas pelos autores Juvêncio Lemos e Luís Basto, em suas respectivas obras, citadas ao longo dessa dissertação e na bibliografia do presente trabalho. Ver: Basto, Fernando Lázaro de Barros. **Ex-combatentes da ilha de Taperoá**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1971. p.11; *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 290.

²⁵⁶ *Op. cit.* Basto, 1971, p. 11.

exército, até que a participação estrangeira passou a ser debatida a partir de alguns pontos, como a possibilidade do Regimento dos Estrangeiros comportarem “gente do país” como recrutas.²⁵⁷

A esse respeito, o Ministro da Guerra foi claro:

É unicamente para os corpos nacionais que se fazem recrutas; nem é possível preencher com estes os corpos de estrangeiros, porque nesse caso perdia-se a ideia da organização desses corpos. O Governo está na opinião de que esses corpos sejam preenchidos com os estrangeiros voluntários, que se oferecerem. Além dos quatro corpos de estrangeiros, há dois de caçadores e um de artilharia de posição. Para estes são recrutados os pretos livres; porém a oficialidade é branca, por assim convir para a boa conservação da sua disciplina.²⁵⁸

Frente a essa colocação, o Senador José Inácio Borges solicitou que lhes fosse informado “sobre a maneira porque se tem feito, e vai continuando o engajamento dos estrangeiros”. Em resposta, o Ministro de Guerra disse que “pela Repartição dos Negócios Estrangeiros. A Repartição dos Negócios da Guerra não tem mais do que recebê-los”. Dito isso, Borges solicitou esclarecimentos sobre o “boato de que se achavam “três mil irlandeses engajados para o Brasil”.²⁵⁹ Em resposta, o Ministro se limitou a dizer que:

Principiou esse negócio pela necessidade de setecentos recrutas; mas depois aumentaram esse número de pessoas com a mistura de homens casados, mulheres e crianças. O Governo não sabe que número de gente mandaram; mas dizem dois mil, outros três mil, porém a conta do Governo foram setecentos.²⁶⁰

Conforme o que foi apresentado, o debate se voltou para a questão do recrutamento e sobre a necessidade de medidas como essas serem apresentadas ou não, à Câmara dos Deputados. Quanto a isso, o Ministro da Guerra concluiu que as prerrogativas do recrutamento deveriam permitir, de maneira geral, a permissão para um depósito de recrutas:

O recrutamento não se faz senão com força, porque infelizmente os homens não querem vir para a praça por sua vontade. Nestas circunstâncias parece indispensável que este negócio corra pela Repartição dos Negócios da Guerra, até para se evitarem os obstáculos das requisições do Ministro desta Repartição ao Ministro dos Negócios do Império. No mais não descubro embaraço, porque a maneira de fazer o recrutamento, quer seja por uma,

²⁵⁷ BRASIL, **Anais do Senado do Império do Brasil**, sessão de 14 de setembro de 1827. p.15-16. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1827/1827%20Livro%203.pdf

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Idem.

quer seja por outra repartição, é a mesma. Por esta ocasião não posso deixar de observar que seria muito conveniente, haver um depósito de recrutas, porque na ocasião de sofrer-se uma perda não é que se hão de dar as ordens para se recrutar, nem é com essa gente que se ha de suprir a falta que ficar. Penso que neste artigo se deve autorizar o Governo para estabelecer um tal depósito.²⁶¹

2.8 Chegada dos irlandeses ao Brasil

De um modo ou de outro, entre o final de 1827 e início de 1828, chegaram ao Brasil entre 2.200 e 2.800 irlandeses.²⁶² E apesar de Walsh ter retratado positivamente as condições de embarque, sua chegada foi descrita por ele com impressões necessariamente opostas, pois “quando os transportes chegaram, nada estava pronto para a acomodação dos homens”, e desse modo foram “mantidos por três ou quatro dias a bordo”.²⁶³

A descrição desse episódio não escapou à imprensa e no dia 7 de janeiro de 1828, *A Aurora Fluminense* escreveu a respeito da chegada dos imigrados irlandeses, pouco tempo depois de sua própria fundação enquanto jornal político, no dia 21 de dezembro de 1827.²⁶⁴ No presente número ficou estampada a recepção destinada aos irlandeses, e a ênfase sobre a possibilidade de impedir a visão proporcionada pela miséria evidente nos rostos dos recém-chegados, nos largos do Paço e da Carioca, ambos localizados no Rio de Janeiro.

Um grande número de Irlandeses desembarcados no largo do Paço Sexta feira excitavam a compaixão de numerosos espectadores, que estavam postos ao redor de mulheres em trajos esfarrapados com seus pequenos ao colo, de homens brancos da Miséria, e de meninas de uma figura esbelta, cujos semblantes, e olhos azuis contrastavam com os rostos já decrepitos de muitas velhas Irlandesas, que vinham entre elas. Entretanto que esta cena das quatro para cinco horas depois do meio dia, feria as vistas dos habitantes desta capital, uma outra quase de igual natureza se passava no largo da Carioca; uma multidão de Irlandeses precedia de música militar havia atravessado a praça, aos gritos e assobios de um sem número de moleques, que se não puderam dispensar nem a poder de armas, nem de pedradas.

²⁶¹ Idem.

²⁶² O registro do número de irlandeses desembarcados varia entre os autores mobilizados. Armitage estimou em “perto de três mil emigrados, homens, mulheres e crianças”. *Op. cit.*, Armitage, p. 271. De acordo com Fernando Basto, 2.686 irlandeses desembarcaram no Brasil, enviados por 10 embarcações, sendo 2.000 homens destinados ao serviço militar no Exército imperial, “tendo os demais perecido durante o trajeto, desertado ou se negado a engajar nos batalhões”. *Op. cit.* Basto, 1971, p. 11; Em contrapartida, Edmundo Murray coloca que 3,169 passageiros viajaram em 10 embarcações, dos quais 2,450 eram homens, 335 eram mulheres, 123 jovens de ambos os sexos, e, 230 crianças, e apenas 400 homens engajaram no serviço militar. *Op. cit.* Murray, 2006, p. 173; Para Lemos, foi um total de 2.265, estando entre eles 1.436 homens, 303 mulheres, 239 crianças e 270 náufragos. *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 290.

²⁶³ *Op. cit.*, Walsh, p. 281.

²⁶⁴ *A Aurora Fluminense*, 1828, 07/01/1828, nº 06, p. 22.

Tais cenas deixam sobre o povo uma impressão penosa, de dever-se-ia poupar a vista de um espetáculo, que ocasiona reflexões de uma natureza sumamente grave; mas que meios se poderão empregar de impedi-lo? ²⁶⁵

Imagem 16 - Gravura do Largo do Paço



Fonte: BN, STEINMANN, Johann Jacob. Largo do Paço. gravador, Frédéric Salathé, a partir de, Victor Barrat. 1839. Gravura, água-tinta e aquarela sobre papel. 11,7 x 16,8 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira/ Fundação Estudar. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/20071/largo-do-paco>. Acesso em: 14 Sep. 2023.

As condições de desembarque descritas revelaram não só a condição a que esses estrangeiros foram expostos durante a viagem ao Brasil, como também a composição geral dos grupos de imigrantes, com a presença de ambos os sexos, feminino e masculino, e de diferentes faixas etárias, de crianças²⁶⁶ a pessoas com a idade mais avançada.

Além disso, o momento marcado pela “música militar” e pelos “gritos e assobios de um sem número de moleques, que se não puderam dispensar nem a poder de armas, nem de pedrada” evidenciaram dois pontos importantes a serem considerados:

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ De acordo com Alexandre Belmonte e Julia Toledo, se tornaria comum a visão de crianças, filhas dos estrangeiros aquartelados nos batalhões dos estrangeiros, recorrerem a mendicância para a sua sobrevivência. Belmonte, Alexandre; Toledo, Julia. A revolta dos Mercenários vista pela imprensa. In: **Anais do Congresso Intelectuais na América Latina: pensamento, contexto e instituições. Dos processos de independência à globalização.** Rio de Janeiro: UERJ/LABIMI, 2014, p. 550.

as inclinações militares por trás da imigração desses estrangeiros, e a dinâmica provocativa estabelecida entre esses imigrantes e os “moleques”.

O episódio de sua chegada também foi retratado por John Armitage, a quem ficou claro que “a intenção do governo era obrigar a maior parte a pegar em armas”, fato que “tornou-se logo fora de toda a dúvida”. Armitage ressaltou que “havia-se generalizado a maior antipatia contra tropas estrangeiras”, e destacou a forma como eles foram recepcionados, uma vez que os “habitantes não haviam contado com a sua chegada”, e por esse motivo os “irlandeses foram por eles muito mal recebidos”.²⁶⁷

Armitage reforçou o retrato da precariedade de sua situação, “condição que, em outras circunstâncias, teria movido à compaixão”, com a presença de “mães com os filhos em seus braços”, de “meninas próximas à puberdade” e de “lavradores atléticos no primor da vida”, que “desembarcavam em estado de quase completa nudez”.²⁶⁸ Eduard Boeche confirmou semelhantes circunstâncias, ao descrever que:

Em fins de 1827 chegaram ao Rio, procedentes de Cowes, os irlandeses que o Coronel Cotter fora aliciar. Estes homens vieram cobertos com os mesmos trapos que usavam na Irlanda, os quais lhes escondiam suficientemente a nudez. Traziam consigo grande número de mulheres e prostitutas...²⁶⁹

Uma vez no Brasil, Walsh declarou que “eles foram jogados em quartéis sujos e vazios, sem a menor preparação de qualquer tipo com seus confortos ou desejos”.²⁷⁰ Em consonância com essa informação, Armitage destacou que os imigrados irlandeses chegaram e foram “logo conduzidos para os quartéis da Rua dos Barbonos”, caminho que foi realizado “entre os insultos da população, e escárnio da multidão dos negros, vozeando e batendo palmas, pela aparição dos escravos brancos, como se dignaram apelidar, os desgraçados irlandeses”.²⁷¹ Uma vez alocados, Walsh atestou que:

Eles não tinham camas para dormir, nem mesmo um tapete para os manter fora do solo descoberto, que é sempre fornecido para os soldados Brasileiros. Esse estado desconfortável ainda foi aumentado pela falta de provisões, eles foram mantidos famintos por dois dias sem qualquer distribuição de rações, e quando por fim foram feitas, elas eram de tão má qualidade que os homens não as podiam comer, mas as venderam por uma bagatela aos Ingleses para alimentar seus cavalos; elas também eram deficientes em quantidade, e tão

²⁶⁷ *Op. cit.* Armitage, 2011, p. 271

²⁶⁸ *Op. cit.* Armitage, 2011, p. 271-272.

²⁶⁹ *Op. cit.* Boche, p. 167.

²⁷⁰ *Op. cit.* Walsh, p. 281.

²⁷¹ *Op. cit.* Armitage, 2011, p. 271-272.

irregularmente dadas, que eles frequentemente passavam quarenta e oito horas sem receber nada.²⁷²

Ao retratar e ironizar o “extraordinário acolhimento”, Armitage declarou que isso fez com que “os colonos se julgassem traídos”, de forma que “logo reclamaram o cumprimento do contrato feito pelo Coronel Cotter”.²⁷³ Desse modo, Armitage evidenciou que:

Como, porém, este agente não tivesse sido autorizado pelo governo a conceder condições tão liberais, o seu cumprimento foi recusado; deu-se a entender claramente aos homens que outra alternativa lhes não restava, mais do que assentar praça, ou morrer de fome. Por algum tempo não acreditaram no que passava; podiam conceber como o governo de uma nação civilizada consentia em sancionar uma tão grande falta da boa fé, pela qual haviam sido seduzidos na sua pátria: publicaram as condições do seu engajamento, e conhecendo os receios que deles tinha o povo, declararam que tinham vindo como pacíficos colonos, e não como soldados: muitos resolutamente se negaram a assentar praça, na esperança de que algum dia se lhes faria justiça.²⁷⁴

Em boa parte, os irlandeses retidos e obrigados aos serviços militares junto aos quartéis recorreram ao Sir Robert Gordon, embaixador inglês no Brasil. Segundo Juvêncio Lemos, ele “diplomaticamente, protelou a sua intervenção nesse tão delicado assunto, limitando-se, inicialmente, a fornecer ajuda médica aos seus infelizes “compatriotas”, através dos dois médicos da Legação, Drs. Coates e Dixon”.²⁷⁵

Esses médicos, de acordo com Murray, não se limitaram a isso, e “forneceram medicamentos para os doentes, em grande parte às suas próprias custas”, sobretudo porque as condições de vida desses irlandeses estiveram precárias a ponto de muitos morrerem de doenças, após os pedidos de medicamentos às autoridades brasileiras caírem “em ouvidos moucos”.²⁷⁶

Walsh relatou o episódio associado ao estado de saúde desses estrangeiros e retratou que:

Muitos deles contraíram febres e outras doenças, de privação e ansiedade, e neste estado de debilidade foram vistos rastejando pelas ruas do Rio. Um requerimento foi feito ao governo Brasileiro para lhes fornecer medicamentos e necessidades, mas nenhum aviso foi dado; e eles teriam perecido nas estradas, onde às vezes eram obrigados a se deitar, se não fosse pela humanidade dos Doutores Coates e Dixon, que lhes forneceram remédios do seu próprio bolso. Por algum tempo eles não receberam nenhum pagamento

²⁷² Op. cit, Walsh, p. 281.

²⁷³ Op. cit. Armitage, 2011, p. 271-272.

²⁷⁴ Op. cit. Armitage, 2011, p. 272.

²⁷⁵ Op. cit. Lemos, 2013, p. 285.

²⁷⁶ Op. cit. Murray, 2006, p. 173.

e, quando finalmente foram ordenados, era muito menos do que havia sido prometido.²⁷⁷

Walsh informou que o pagamento recebido foi equivalente a “sete vinténs, o que, à taxa de troca quando” ele “estava no Rio, não custaria em média seis centavos, e foi-lhes prometido um xelim”.²⁷⁸ Nesse sentido, Carl Seidler afirmou que quem conhecia “a Irlanda e seus habitantes, facilmente” compreenderia “que estes homens não ficariam muito tempo satisfeitos sob o rigoroso jugo que lhes seria imposto na terra estrangeira selvagem”, tendo em vista que “nem se pensava em cumprir ao menos pela metade as vantagens com que lhes haviam acenado”.²⁷⁹

Baseado nisso, Seidler afirmou que esses se recusaram “a prestar serviço militar, declarando que não se haviam engajado para soldados, mas para colonos, e que se quisessem obrigá-los reagiriam violentamente”. Nesse sentido, o alemão expôs que os oficiais militares arregimentados por Cotter na Irlanda:

eram equivalentes aos soldados e não cessavam de instigar a estes para se amotinarem, principalmente porque desde o começo os alemães eram para eles um espinho no olho e talvez pensassem que deste modo lograssem nos preterir ou inteiramente afastar.²⁸⁰

Diante da forma com que a situação dos irlandeses foi conduzida, Gordon elevou o tom nos seus posicionamentos, principalmente, quando foi confrontado pelo Marquês de Aracaty, Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre a deserção de irlandeses, que se encaminharam aos portos para tentarem embarcar nos navios ingleses.²⁸¹ Quanto à postura adotada por Gordon, Murray afirmou que “o diplomata não desistiu e continuou a pressionar o governo brasileiro em nome dos irlandeses”.²⁸²

Seidler reforçou a interferência do diplomata inglês em favor dos irlandeses, ao dizer que o mesmo “amparou naturalmente seus semipatrícios com a conveniente firmeza, e declarou abertamente ao governo brasileiro que esses homens, livres súditos de S. M. Britânica, não podiam ser obrigados a prestar serviço militar”.²⁸³ Contudo, frisou que Gordon também procurou “amigavelmente induzir os irlandeses a

²⁷⁷ Op. cit, Walsh, p. 282.

²⁷⁸ Op. cit, Walsh, p. 282.

²⁷⁹ Op. cit. Seidler, p. 259-260.

²⁸⁰ Op. cit. Seidler, p. 260.

²⁸¹ Op. cit. Lemos, 2013, p. 296.

²⁸² Op. cit. Murray, 2006, p. 173-174.

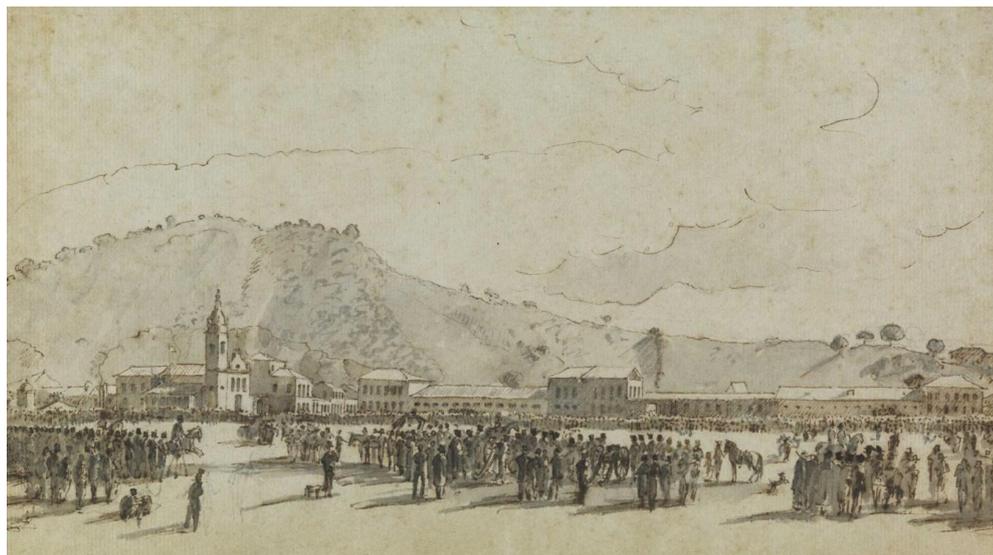
²⁸³ Op. cit. Seidler, p. 260.

se engajarem para soldados” com a promessa de um “soldo diário de um xelim, ração dobrada e supressão do castigo corporal”.²⁸⁴

Murray ressaltou que a partir do desempenho de Gordon foram garantidas aos irlandeses “pequenas melhorias na sua situação e a recusa ao alistamento”. Na visão do autor, diante desse cenário “quaisquer planos para a criação de uma Legião Irlandesa tiveram que ser abandonados”.²⁸⁵ Apesar de tudo, alguns desses irlandeses aceitaram sua integração ao exército, enquanto soldados.

Murray e Lemos divergiram sobre o número de estrangeiros incorporados, de forma que o primeiro pontuou que, dada a oportunidade de recusa, menos de 400 irlandeses se submeteram ao serviço militar, enquanto o segundo elevou o número a 500 indivíduos introduzidos à linha de defesa da cidade do Rio de Janeiro.²⁸⁶ Ao abordar a temática, Seidler informou que apenas “400 homens assentaram praça” e “foram incorporados ao 3º Batalhão de Granadeiros, alemães, cujo efetivo então estava muito reduzido e era do comando do Coronel Cotter e aquartelado no campo de S. Ana.”²⁸⁷

Imagem 17 - Parada militar no Campo de Santana



²⁸⁴ *Op. cit.* Seidler, p. 260; Além da informação ter sido relatada por Seidler, os historiadores Iara Souza, Alexandre Belmonte e Júlia Toledo afirmaram que em comparação aos alemães, os irlandeses que assentaram praça e se tornaram soldados do exército brasileiro, contaram com melhores condições para a realização de suas funções, como melhor remuneração, imposição de menos tempo de serviço militar e não submissão a castigos corporais, garantidos por contratos impressos. Souza, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 331; *Op. cit.* Belmonte e Toledo, p. 549.

²⁸⁵ *Op. cit.* Murray, 2006, p. 173-174.

²⁸⁶ *Op. cit.* Murray, 2006, p. 173; *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 297.

²⁸⁷

Fonte: BN, UGENDAS, Johann Moritz. [Parada no Campo de Sant'Ana]. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 18--]. 1 desenho, bico de pena, aguada de nanquim, color., 14,8 x 25,3cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon28728/icon28728.jpg. Acesso em: 14 Sep. 2023.

Quanto à organização e relacionamento estabelecido no interior do batalhão, Seidler apontou que os militares alemães permaneceram no quadro de oficiais mais antigos, enquanto os irlandeses passaram a servir como soldados recentes, com a presença de distinção de tratamento entre os dois grupos de estrangeiros. De modo geral, Seidler sintetizou que:

Era pois comandante do batalhão um irlandês, que naturalmente favorecia de todos os modos os seus patrícios; os oficiais e sargentos eram na maioria alemães, mas os soldados na maioria irlandeses. Com semelhante mistura e acrescentando que em identidade de serviços os homens mais antigos no batalhão só recebiam metade do soldo pago aos mais novos e eram preteridos de um modo geral no tratamento, era naturalmente impossível que os alemães pudessem por mais tempo esconder sua hostilidade e, se não rompia desde logo uma revolução no meio deles, isso só se pode atribuir ao exato conhecimento que os antigos soldados do 3º Batalhão possuíam sobre subterrânea fermentação que lavrava em todas as outras tropas estrangeiras. Sabiam muito bem que essa fermentação era generalizada e por isso preferiram aguardar o começo do levante a fazerem-no eles.²⁸⁸

Ainda que ambos os grupos estivessem associados ao mesmo propósito, ou que repartissem a mesma condição enquanto estrangeiros, frente aos brasileiros, a distinção realizada entre eles expôs a potencialidade de mediação e intervenção inglesa, a predileção por parte de seu superior, o desrespeito à hierarquia e a desorganização do serviço militar no Brasil, em especial, na cidade do Rio de Janeiro.

Quanto aos demais irlandeses que não foram anexados ao exército, Seidler afirmou que “foram surdos a todas as propostas e procuravam de vez em quando os seus patrícios fardados só para mofarem deles ou filarem, em todo caso, um copo de aguardente”.²⁸⁹

Apesar das circunstâncias precárias a que foram submetidos durante esse período, Walsh elencou o tipo de comportamento adotado pelos irlandeses desde sua chegada ao Brasil, ao afirmar que mesmo “nesse estado de decepção e crescente descontentamento”, não houve a “menor dor que lhes desse qualquer hábito de ordem ou regularidade”.²⁹⁰ Diante disso, eles permaneceram:

²⁸⁸ *Op. cit.* Seidler, p. 260.

²⁸⁹ *Op. cit.* Seidler, p. 260.

²⁹⁰ *Op. cit.* Walsh, p. 282.

em seus alojamentos, ociosos e desempregados, sujos e negligenciados, e com as mesmas roupas nas quais eles chegaram, esfarrapados e esqueléticos, sem os hábitos ou a aparência da decência comum. Às vezes eles eram autorizados a deixar seus quartéis quando e como quisessem, e a permanecer enquanto fosse conveniente ao seu humor, nas vendas, ou bares. Aqui se vende um tipo de rum barato e ruinoso, chamado de caxas, e isso lhes foi permitido, se não foi encorajado, a se entregar livremente. Por isso situado e altamente suscetível de excitação, um motor de irritação foi aplicado a eles, de todas as maneiras de aborrecimento tão intolerável, que nenhuma pessoa, sob qualquer circunstância, poderia suportar pacientemente.²⁹¹

Semelhantemente, Armitage destacou que tão logo chegaram, os irlandeses procuraram “uma distração temporária na embriaguez; propensão fatal que, envolvendo-os em contínuas rixas com os habitantes” aumentaram “a aversão contra eles e a sua miséria”.²⁹² Com base nisso, Armitage afirmou que:

As continuadas desordens que ocorriam nos bairros em que estavam aquartelados fizeram com que fosse a maior parte removida aos mais distantes quartéis, onde aqueles que tiveram a pertinácia de insistir sobre o cumprimento do contrato do Coronel Cotter, foram privados de suas rações, e reduzidos a viver de esmolas.²⁹³

A presença irlandesa também promoveu descontentamentos e embates para além dos limites do aquartelamento, vinculados aos conflitos que se tornaram recorrentes entre esses estrangeiros e os negros livres e escravizados, nas ruas do Rio de Janeiro.

Walsh, enquanto estrangeiro, partilhou suas impressões sobre os escravizados e o comportamento atribuído a eles nos episódios que marcaram os seus enfrentamentos com os imigrantes irlandeses:

Eles primeiro os insultavam sempre que os encontravam, chamando-os de white slaves, "escravos brancos", e apontavam para seus trapos e sujeira, como prova de que não eram tão bons, ou tão bem tratados, como eles próprios. Sempre que apareciam fora do quartel, eles foram atacados desta forma, e constante escaramuças e tumultos ocorreram entre indivíduos e partidos de ambos os lados. Nesses encontros, se os oficiais Irlandeses interferissem e apreendessem qualquer escravo, que eles sabiam serem os agressores e que começaram a perturbação, para entregá-los à polícia, eles eram detidos por apenas algumas horas e depois liberados para repetir a ofensa; se, pelo contrário, algum dos estrangeiros fosse reclamado, eles seriam acometidos para as masmorras das fortalezas, e se não confinados, seriam arrastados para fora apenas para serem trabalharem como escravos de galley; e desta forma, pessoas respeitáveis me disseram, muitas vezes viam eles acorrentados na mesma cadeia com escravos negros, como se o

²⁹¹ Op. cit, Walsh, p. 282.

²⁹² Op. cit. Armitage, 2011, p. 272.

²⁹³ Op. cit. Armitage, 2011, p. 272.

sistema fosse degradá-los a esse posto, e não permitir que eles fossem mantidos em maior consideração.²⁹⁴

As versões sobre esses enfrentamentos ocuparam espaço nos relatos dos estrangeiros, bem como nas correspondências e publicações dos jornais em circulação na capital. Partindo do pressuposto de que os jornais desse período divulgavam e partilhavam seus postulados e opiniões, esses acontecimentos deram prerrogativa para que os irlandeses, e demais estrangeiros, estivessem em foco, e que considerações a seu respeito fossem proferidas, sobretudo nas páginas do jornal *A Aurora Fluminense*.

²⁹⁴ Op. cit., Walsh, p. 283-284.

Capítulo 3 - Os estrangeiros nas páginas dos jornais

3.1 Os irlandeses após sua chegada ao Rio de Janeiro

Os irlandeses recém-chegados ao Brasil começaram a protagonizar episódios que foram retratados com maior frequência nas páginas dos demais jornais, que além de publicarem informações sobre sua estadia, começaram a emitir considerações sobre a presença de estrangeiros no país, assim como a assumir posicionamentos e opiniões sobre o tema, sobretudo, o jornal *A Aurora Fluminense*.

Ao manter contato com outros periódicos, *A Aurora* publicou na edição de 01 de fevereiro de 1828,²⁹⁵ uma passagem do nº 8 do jornal *O Espelho Diamantino*,²⁹⁶ que dizia que “Os Irlandeses chegados ultimamente a esta Corte” padeciam da “enfermidade da bebedice, e desgraçadamente” caíam e adormeciam “nas ruas públicas, merecendo bem pouca atenção ao Povo” que passava.

No comentário que teceu logo após a citação, a *Aurora* estendeu a mesma constatação a outros estrangeiros, já que segundo a folha, o fato “cuja verdade não” podia “recusar também se” realizava “com a tropa Alemã”, dando seguimento à crítica que seguiria construindo sobre a presença desses emigrados, que:

a custo de incalculáveis somas, teve o nosso Governo (ou Ministro, a quem isso tocava) a habilidade de importar para o Brasil meros consumidores de aguardente, sem nenhum outro préstimo mais que, o de praticarem roubos, e desordens inevitáveis em gente que se entrega aos excessos da embriaguês.²⁹⁷

A Aurora deixou claro uma denúncia que se repetiria em suas edições, a de que tanto os estrangeiros irlandeses quanto os alemães abusavam da ingestão de bebidas alcoólicas, e que sob seu efeito praticavam delitos que não eram condizentes à posição que, supostamente, viriam a exercer. Antes, contrariavam a justificativa para sua presença no Brasil, sobretudo relacionada à questão da defesa militar. Somados

²⁹⁵ *A Aurora Fluminense*, 1828, 1/02/1828, nº 13, p. 50.

²⁹⁶ *O Espelho Diamantino*: periódico de política, literatura, bellas artes, teatro e modas, dedicado as Senhoras Brasileiras, publicado entre 20 setembro 1827 e 28 abril 1828, tendo como editor-responsavel Chevalier, e redator Julio Floro das Palmeiras. Foi impresso pela tipografia Imperial Typ. de P. Plancher-Seignot, com periodicidade de um jornal bimensal. Para mais informações, consultar: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=97983. Disponível para a consulta em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/O-Espelho-Diamantino/700312>. Para saber mais, ver: Brasil, Bruno. *O Espelho Diamantino*, para as senhoras brasileiras. Artigos Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/espelho-diamantino-senhoras-brasileiras>

²⁹⁷ *A Aurora Fluminense*, 1828, nº 13, 1/02/1828, p. 50.

a esses “excessos da embriaguês”, foram acrescentados os saques executados nas ruas da Corte, bem como os embates travados entre estrangeiros e escravizados, causadores de transtornos gerais.

A passagem do *Espelho* reproduzida nas páginas da *Aurora* foi conduzida, contudo, a um curso diferente da que foi originalmente publicada. Em seu nº 8, O *Espelho Diamantino* na seção de *Crônicas e Anedotas*, de fato, retratou a condição de embriaguês associada aos irlandeses, tendo como base o caso de um irlandês como ponto de partida.²⁹⁸ Na continuidade de sua publicação, foi exposto pelo *Espelho* que:

Há poucos dias um Soldado Irlandês caiu na rua do Ouvidor à porta de um rico proprietário: os escravos o lançaram ao meio da rua com toda a desumanidade dos Cafres, sem atenderem que ali seria esmagado pela primeira sege. Contudo logo que entrou o dono da casa mandou recolher o infeliz Soldado, e deu ordem que o tratassem com maior humanidade. Nós vimos este ato de beneficência, e em nome dos estrangeiros agradecemos a bondade do rico proprietário nosso vizinho.²⁹⁹

Ao comentar o acontecido, o *Espelho Diamantino* colocou em perspectiva o tratamento recebido pelo estrangeiro por parte dos escravizados, de quem foi exigido uma “maior humanidade”. Assim, foi destacado o “ato de beneficência” por parte do “rico proprietário” e “dono da casa”, a quem o jornal agradeceu “em nome dos estrangeiros”.

A *Aurora*,³⁰⁰ nesse sentido, deixou de contemplar toda a passagem da publicação do *Espelho*, e reproduziu apenas um trecho do relato, seguindo uma nova direção ao retratar o ocorrido em suas próprias páginas, onde contrapôs os “filhos da Pátria” aos estrangeiros, uma vez que:

Os filhos da Pátria perecem de fome e de nudez por falta de impulso vivificador, que os anime, e abra os caminhos da indústria, entulhados pela ignorância e pelo egoísmo; e ao mesmo tempo milhões se escoam por Mecklembourg, e outros países do Norte, para varrerem o refugio das suas cadeias, e aproveitarmos para o nosso país os forçados Terra infeliz sempre Madrasta de seus filhos, e Mãe dos Estranhos!³⁰¹

Nesse momento, a *Aurora* estabeleceu um paralelo com os acontecimentos recentes do ano de 1828, já que em outros números seguiu destacando o desgaste

²⁹⁸ O *Espelho Diamantino*, 1828, nº 8, 11/01/1828, p. 154.

²⁹⁹ A expressão “Cafre” consta como um sinônimo de “escravizado”, enquanto a palavra “sege” denomina uma carruagem fechada puxada por dois cavalos, de duas rodas, varais e um só assento, com a frente fechada por cortinas ou vidraças.

³⁰⁰ A *Aurora Fluminense*, 1828, nº 13, 1/02/1828, p. 50.

³⁰¹ *Ibid.*

provocado pela crise que se estabelecia. Em meio a isso, pareceu inadequado à *Aurora* constatar a presença estrangeira de irlandeses e alemães, financiada pelo governo imperial aos altos custos, tendo em vista, seu comportamento, particularmente na função que vieram exercer nas tropas e não na indústria, como passou a defender em seus escritos.

Mecklembourg foi citada, assim como aqueles que emigraram no norte da Alemanha, levando em consideração aqueles que foram retirados das cadeias e destinados a servirem ao Brasil. Apesar disso, a *Aurora* colocou em evidência a possibilidade de um novo rumo a ser seguido:

Mas isso mudará: o Governo já conhece que nada aproveita a ruinosa importação de tropas estrangeiras, que o clima inteiramente alheio, ao que eles habitavam, e os excessos da bebida, vão desbastando todos os dias. O Governo já conhece, que pode confiar seguro nos braços dos Brasileiros, que amam de coração o seu Monarca Constitucional, e as instituições livres: Um Povo nascido neste abençoado Continente Americano, não nasceu para ser escravo, nem para temer no seu solo ameaçadoras armas dessas estátuas inanimadas do Norte.³⁰²

A *Aurora* deixou evidente que discordava da “ruinosa importação de tropas estrangeiras” e da implementação de imigrantes na esfera militar, e ainda reforçou sua associação aos “excessos da bebida”. Para os seus redatores, a monarquia constitucional deveria ser defendida pelos “braços dos Brasileiros”, e não pelas “ameaçadoras armas dessas estátuas inanimadas do Norte”, de quem temiam ser “escravos”.³⁰³

3.2 Embate entre os jornais *A Astréa*, *L'écho* e a *A Aurora Fluminense*

Até esse momento, *A Aurora Fluminense* havia emitido considerações pontuais sobre os estrangeiros, tendo como ponto de partida a chegada e alocação dos irlandeses à Corte. No entanto, deu os primeiros passos para a sua inserção no debate sobre a presença estrangeira no Brasil, com os outros jornais, a partir do embate promovido em reação às considerações de K***.³⁰⁴

³⁰² *Ibid.*

³⁰³ *Ibid.*

³⁰⁴ As publicações de K*** também foram mencionadas, comentadas e reproduzidas em outros jornais, como *Espelho Diamantino* e *Astréa*. Nesta dissertação, as considerações de K*** foram destacadas por terem levado à publicação de uma seção extraordinária em *A Aurora Fluminense*, dedicada a respondê-lo e a tratar da questão estrangeira no Brasil. Embora esse debate esteja reproduzido de forma parcial, ele pode ser consultado de maneira mais completa no trabalho de Isabel Lustosa, que o abordou em profundidade. Para mais detalhes, ver: Lustosa, Isabel. A honra dos brasileiros ofendida

Com sua identidade assegurada pelo pseudônimo,³⁰⁵ K*** foi o interlocutor de uma publicação que teve por tema a contribuição estrangeira à sociedade brasileira,³⁰⁶ presente no jornal *L'écho*,³⁰⁷ que por sua vez foi redigida em resposta às colocações presentes numa correspondência publicada pelo jornal *Astréa*.³⁰⁸

A *Astréa*, em seu nº 231, do dia 08 de janeiro de 1828, concedeu espaço aos questionamentos apresentados por *Um filho do Brasil* acerca da presença dos estrangeiros no Brasil:

Que lucro tira o Brasil em consentir que os Estrangeiros venham aqui estabelecer tabernas, casa de pasto, botequins, sapatarias, etc.? Permite-se porventura que os Brasileiros façam o mesmo lá entre eles, quando se passam para a Europa? Pois ainda assim a diferença é grande: os Brasileiros que vão para a Europa, não vão buscar meios de subsistência, e sim gastar o seu dinheiro, porque vão para viajar e instruir-se; e tem sabido respeitar os Países onde vivem. E pode dizer-se outro tanto dos que de lá vem para o Brasil? e uma tão ampla franqueza será proveitosa à prosperidade da indústria, das Artes e Ofícios no Rio de Janeiro? Neste sentido, Snr. Redator, é que faço a pergunta; porque ninguém me pode censurar que eu por todos os modos apeteça o aumento de prosperidade; e de quanto é e possa ser vantajoso à minha Pátria.³⁰⁹

Diante dessas colocações, o jornal *L'écho*, na edição nº 58, apresentou uma pequena crônica publicada em 23 de janeiro de 1828, redigida por K***. Conforme

em um jornal francês de 1828. In: **Mediações transnacionais e imprensa estrangeira publicada no Brasil**/organizado por Luigi Biondi, Terciane Ângela Luchese, Valéria dos Santos Guimarães. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2023, p.364-386.

³⁰⁵ Não se sabe ao certo a motivação que levou aos correspondentes da época (missivistas) a preservarem suas identidades nas suas contribuições aos jornais. Podemos conjecturar, no entanto, algumas razões que justificariam essa ação, entre elas: o medo por represálias, preservação da imagem, não comprometimento com as autoridades e legislações, liberdade na hora de criticar e expressar opiniões, entre outras.

³⁰⁶ No caso de K***, Isabel Lustosa defende que o pseudônimo encobria a identidade de Henri Plasson, imigrante francês que permaneceu no Brasil entre os anos de 1816 e 1831, e que chegou a engajar nas lutas pela Independência do Brasil. *Ibid*, p. 368.

³⁰⁷ *L'Echo de L'Amerique du Sud: journal politique, commercial et litteraire*, mencionado nos jornais nacionais como "O Echo". Publicado em francês, de junho de 1827 a março de 1828, bissemanalmente, pela tipografia Imperial Typ. de P. Plancher-Seignot. Sua redação foi atribuída a R. Ogier e Pierre Plancher-Seignot. Teve por epigrafe: "Il n'y a qu'un echo en Amerique, lorsqu'on prononce les mots de Patrie et de Liberte", de General Foy, cuja a tradução corresponde a "Há apenas um eco na América, quando pronunciamos as palavras de Pátria e Liberdade". Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=702404>. Acesso em: 4 set. 2023.

³⁰⁸ *Astrea*. Teria sido fundado por João Bráulio Muniz, tendo como seus redatores, Antonio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto. Foi publicado entre junho de 1826 e agosto de 1832, e disponibilizado três vezes por semana, às terças-feiras, quintas-feiras e sábado. Foi vendido na própria tipografia e na rua dos Pescadores, nº 49, além de ser encontrado nas lojas de Evaristo Veiga, na rua da Cadeia, nº 144, na loja de João Batista dos Santos e na Praça da Constituição, nº 51, e, na loja de Silviano José de Almeida. Entre as tipografias que o imprimiram, estiveram: a Typ. Mercantil, Typ. do Diario; Typ. de Torres; Typ. de Astrea. Cf. *Astrea*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Mercantil, 1826-1832. 31x21 cm. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=749700>. Acesso em: 10 Nov. 2023. Disponível em: <http://bdn.digital.bn.br/acervo-digital/astrea/749700>. Acesso em: set. 2023.

³⁰⁹ *Astréa*, 1828, 08/01/1828, nº 231, p. 956.

observa Isabel Lustosa, trata-se “de um texto alegórico, uma obra de ficção, pontuada por um refrão repetido com variações: “Ah, les vilains étrangers qui nous ont apporté tout cela!” [“Ah, os malditos estrangeiros que nos trouxeram tudo isto!”].³¹⁰

A publicação do jornal retrata a rotina familiar de um “Deputado às Cortes deste Império, homem de espírito, e de alguma instrução”, de “boa fortuna na agricultura, pela sua aplicação, economia, e prudente ensaio dos métodos modernos”, que havia alugado “há quase dois anos uma casa cômoda, montada com bastante decência” na Capital, para residir junto a sua família e se dedicar aos “seus deveres políticos, e a educação de seus filhos”.³¹¹

A família apresentada por *K**** estava “acostumada à vida do campo, dificilmente se prestava à suas vistas, e tinha saudades da abundância selvagem, da ociosidade e da soltura da roça”.³¹² Diante disso, o autor apresentou a composição, a estruturação e os aspectos de sua dinâmica familiar, e procurou referenciar de que forma ela estava associada aos estrangeiros no Brasil.

Um filho, que tinha de idade de 12 a 13 anos, ignorante, como um filho do mato, mas dotado de inteligência precoce, como quase todos os Brasileiros, fazia singulares reflexões. A Mãe, boa laia de mulher, excelente dona de casa ao seu modo, mas costumada a passar o dia sem colete, e quase em camisa, sentada na sua esteira, governando com a palmatória na mão as negras acocoradas ao redor dela, e fazendo a sua tarefa, maldizia os canapés, as cadeiras, as barbatanas de baleia, as companhias, as mesas bem servidas, de que era preciso fazer honras, e acabava todas as suas Jeremiadas com este estribilho: *Ah! malditos estrangeiros, que nos tem trazido tudo isto! As Irmãs, moças formosas, e tímidas não desgostaram de ver, e de experimentar os bonitos chapéus, os vestidos elegantes, os enfeites frescos e delicados, que a Rua do Ouvidor lhes oferecia, mas o Mestre de Piano, o Mestre de Francês, o Mestre de línguas, e o Mestre de Dança as faziam suspirar e repetir o estribilho materno: Ah! malditos estrangeiros, que nos ensinam tantas cousas!*³¹³

Somados ao núcleo familiar, *K**** descreveu ainda a situação de “Uma Tia velha” que clamava contra esses “*malditos Estrangeiros, que faziam encarecer os alugueres*”, “sem se lembrar a boa senhora, que um terreno, que lhe coubera em herança, e pelo qual não quiseram dar-lhe na sua primeira viagem 20\$ réis era hoje procurado a 500\$ réis a braça”, e, de “Um Tio Avô” que havia servido por “35 anos como Capitão nos antigos Regimentos da Bahia, onde nobremente se fazia transportar a revista, e ao exercício de *Cadeirinha*”. Esse “rosnava contra estes

³¹⁰ *Op. cit.* Isabel Lustosa, 2023, p. 364.

³¹¹ L'écho de L'amérique Du Sud, 1828, 23/01/1828, n° 58, p. 1-2.

³¹² *Ibid.*

³¹³ *Ibid.*

malditos Estrangeiros, que queriam por o pé adiante dos velhos Militares, só pelo merecimento de subirem primeiro à brecha, ou à bordagem".³¹⁴

Além dos membros pertencentes à família, também retratou a interação estabelecida entre os estrangeiros e os escravizados:

Os negros, que carregavam os produtos das fazendas, vendo os Estrangeiros disputar entre si o café, e algodão do senhor, concluíam daí, que os seus trabalhos não haviam de ter fim, e davam o diabo esses *malditos Estrangeiros, que pagavam tão caro os gêneros de sinhô*. As negras da sua parte, que não tinham mais o gostinho de cochichar, e murmurar o dia inteiro com suas senhoras, quase de igual a igual, exceto a palmatória, praguejavam estes malditos estrangeiros, que tinham feito a sinhá, e sinharinas grandes Donas.³¹⁵

Diante disso, K*** utilizou como artifício de escrita um diálogo estabelecido entre pai e filho, em que o menino “constrangido a comer decentemente se lembrava do seu angu, da sua tarofa, e dos seus guisados de *guimgombós*, temperados com pimenta, que devorava com a mão!”, e amaldiçoava esses “*malditos Estrangeiros, que inventaram as Gramáticas, os Dicionários, as facas e garfos, &c. &c. &c*”, até que “um dia tendo resolvido na cabeça todas estas imprecações, veio ter com o Pai”.

Diante dele, o filho questionou: “Mas Papai, que serviços vêm os Estrangeiros fazer ao Brasil? que ganhamos nós, em que eles aqui formem estabelecimentos de todo o gênero?... Pouco mais, ou menos, o que diz o *Filho do Brasil na Astréa N. 231*”. Em face dessa pergunta, “O Pai lhe respondeu gravemente” uma extensa resposta.

Na tua idade meu filho, não se podem compreender as considerações de filosofia transcendental, que fazem derivar a perfectibilidade da espécie humana, de uma intenção primária do Autor de todas as cousas, perfectibilidade buscada por uma parte no desenvolvimento da inteligência, e da moralidade, e pela outra parte no desenvolvimento das faculdades físicas, e da indústria, que satisfaz, previne, dignifica as precisões, e engrandece indefinidamente a esfera de ação; mas tu podes perceber a diferença, que existe na pompa, ocupações e maneiras, entre as pessoas bem criadas desta Cidade, e o Capitão Mór e outros figurões do lugar, em que foste educado. E se bem que todo o luxo, e polidez, que aqui encontras, seja pouca cousa, comparado ao, que se vê na Corte do menos Rei da Europa, isso que há, nós o devemos aos Estrangeiros. Basta considerar o, que era este país há menos de 20 anos, para sentir de quanto lhes somos devedores. Ainda mais, meu caro filho, a nossa meia civilização do campo; os nossos grosseiros métodos de cultura, os nossos costumes a penas esboçados, é com tudo aos Estrangeiros, que os devemos. Ah! a nossa própria existência, não a devemos nós aos Europeus! Sem eles tu não terias nem Papai, nem Mamães, nem *titi*, nem *tonton*, nem *maninhas*, e tu mesmo não seria tu. E descendo a escala das raças humanas, tu não terias *nhonho* Tomé, teu aio mulato, nem *nhãnhã* Maria, tua ama, nem *nhãnhãzinha* Casuza, tua irmã de leite, cujo Pai é caboclo. Sem eles enfim os nossos negros, que cultivam em nosso

³¹⁴ *Ibid.*

³¹⁵ *Ibid.*

proveito o açúcar, o algodão, o café, e tantas cousas boas, não estariam aqui.³¹⁶

Com base no exposto, o filho indagou: “Como, Papai, não haveria então ninguém no Brasil?”, seguido da explicação do pai: “Não, meu filho; haveria os Pananis, os Catetes, os Aymuras, os Bugrios...”. Ainda assim o menino, perguntou: “Como Papai esses selvagens, que vivem nus nos matos como feras, que metem pedaços de pau nas orelhas, e nos beiços, para ficarem tão feios, que rasgam com as flechas as suas próprias mulheres; que comem sapos, serpentes, e mesmo homens, com quem me metiam tanto medo, quando eu era mau?”. Logo após a confirmação do pai, o filho chegou à conclusão de que “Neste caso”, “vivam os Estrangeiros! Que venham aos milheiros, e aos milhões!!!”.³¹⁷

A partir dessas colocações, K*** procurou estabelecer a contraposição entre brasileiros e estrangeiros e traçou, em sua percepção, uma linha de influência e intervenção exercida pelo segundo grupo sobre o primeiro, nos âmbitos sociais, culturais, econômicos e intelectuais. Com base nisso, a publicação de K*** gerou reações nas páginas da *Aurora* e *Astréa*.

Na *Aurora*, o correspondente intitulado *De um brasileiro ofendido* ressaltou que se encheu de “indignação, apesar de estar a muito acostumado a ouvir insultar” o seu “País, e os seus filhos, por estrangeiros ingratos, que assim” apagavam “a mais franca hospitalidade”. De acordo com ele, “qualquer miserável, foragido da sua Pátria, escapando da fome, e à miséria” poderia “vir para o Brasil; achar em seus habitantes todo o acolhimento, ser preferido mesmo aos Nacionais”, bem como “trocar a penúria em opulência, e finalmente encher-nos de baldões, e vomitar quantas injúrias, e sarcasmos lhe” ditassem “ou os hábitos de uma grosseira educação, ou os sentimentos de um ânimo mal agradecido!”.³¹⁸

Para *De um brasileiro ofendido*, “o tal Mr. K., além de haver fugido da questão, de ter caído em todos os lugares comuns dos homens prejudicados do antigo Hemisfério” era “aquilo, que os seus Patrícios” chamavam “*um mauvais plaisant*, e um péssimo raciocinador”. Em sua reflexão, o correspondente questionou:

Quem nega que nós somos descendentes dos Europeus, ou dos antigos conquistadores, e cultores destas regiões, cuja conquista e serviços nos ficaram em legado? Que homem sensato deixará de conhecer, que todos os

³¹⁶ *Ibid.*

³¹⁷ *Ibid.*

³¹⁸ A *Aurora* Fluminense, 1828, n° 13, 1/02/1828, p. 51-52.

Povos se pulem e civilizam com as relações comerciais, e comunicação dos outros Povos, e que muito havemos ganhado com o trato dos Estrangeiros, que nos foi franqueado pela abolição do sistema Colonial? Segue-se porém daí, que devemos sacrificar a nossa prosperidade, indústria, e riquezas aos interesses dessas Nações estranhas? Por ventura os Portugueses, os Franceses, os Espanhóis &c. concederam algum privilégio, ou foro particular aos Seitas, Tártaros e Escandinavos, de quem descendiam? Assuntos são estes hoje postos em tal luz, que seria escusado repetir semelhantes argumentos; se homens incivis, e imprudentes não viessem excitar a cólera daqueles, que desejam fazer esquecer antigos ódios, e sarar as feridas indiscretas rivalidades.³¹⁹

Tendo isso posto, *De um brasileiro ofendido* procurou demonstrar não ter sido atingido com a tentativa de K*** de lançar sobre os brasileiros “o ridículo em mencionar os *angus* os *quingombos*, a *farofa*, (a que ele chama de *tarofa*) e outras iguarias usadas”, pois esse homem polido e culto “ignorava que em cada Povo, e mesmo em cada Província” havia “certas comidas, e guisados, que lhes” eram “peculiares!”.³²⁰

Entretanto, deixou claro que “A feição que adotou da família de um Deputado” presente na “classe de homens acima do comum, para melhor aviltar os Brasileiros” era “em extremo odiosa, e” tornava “ainda mais acre a ironia e escárnio da sua carta”. Em contraposição aos escritos de K***, o correspondente da *Aurora* questionou sobre como seria encarado por ele, uma descrição semelhante do povo francês:

O que diria Mr. K. se por uma justa represália nós imaginássemos algum pelotiqueiro vagabundo, que sáisse por exemplo de França a fazer fortuna, e que se apresentasse no Rio de Janeiro com seu pequeno pacote sobraçado, formando o plano de montar um armazém de modas à custa alheia, e não se poupando a nenhuns meios lícitos ou ilícitos, para chegar ao seu fim? Que diria, se nós o pintássemos com a safada casaquinha, os sapatos alcançados, as calças de furtadores, a fazer afetados cumprimentos e medidas, arvorando alguma *donzela do Palais Royal* em Sacerdotisa do Templo das modas, armando assim por todos os jeitos redes ao nosso dinheiro? Se o descrevêssemos no brilhante armazém, aonde tudo se sacrifica à aparência, cercado de vidrilhos e louçainhas, fazendo jejuar diariamente os escravos, e caixeiros; gabando a salubridade das laranjas, quando e tempo delas, fazendo consistir o aparato da mesa, toda de esfaimada miniatura, no prato de fofa salada com o competente molho gordo, e oferecendo em garrafinhas de cristal aguado zurrapa de Bordéis?³²¹

Em resposta às suas próprias perguntas, *De um brasileiro ofendido* afirmou que K*** “Queixar-se-ia de que intenção era generalizar neste quadro o maior número de Franceses que aqui se tem vindo estabelecer, *em todo o gênero de profissões*”, sem

³¹⁹ *Ibid.*

³²⁰ *Ibid.*

³²¹ *Ibid.*

que os mesmos trouxessem ao “menos fundo nem de cabedal, nem credulidade, e condescendência, mostraria que esta censura apenas” recairia “sobre alguns”.³²²

Apesar das críticas, o correspondente da *Aurora* declarou que fazia “justiça aos Estrangeiros” que viviam entre os brasileiros enquanto “homens civis, delicados, e de excelente probidade”, e que dentre os Franceses, conhecia “pessoas de louvável caráter, e distinto merecimento, e esses” se indignavam “quando algum indecente Bufarinheiro se” lembrava “de inventivar os costumes de um Povo, que eles” amavam, “e a cuja sorte, ao menos por algum tempo” estavam “ligados”.³²³

Entretanto, isso não o fazia sofrer “a sangue frio os insultos, e gratuitos sarcasmos com que Mr. K., na sua Correspondência quis ludibriar os Brasileiros”, tendo em vista que já era “inveterado estilo destes Srs. falarem” dos costumes “sem os conhecerem, e escreverem na nossa linguagem sem dela entenderem uma só palavra”. Em conclusão, *De um brasileiro ofendido* aconselhou Mr. K. sobre a forma que deveria proceder durante sua estadia no Brasil:

Portanto Mr. K... será melhor que Vm. se deixe de agravar tão injustamente, quem em nada o ofendeu, e de maltratar a terra aonde talvez veio achar o pão (ou o angu) que lhe faltava; ocupe antes o tempo em arranjar alguma loja de espelhos e quinquilharias, que sempre dão um lucro sofrível, muito principalmente se Vm. na forma do que aconselha em seu patrício no Echo N°. 54 – aí por alguma irmã, prima, mulher, ou sobrinha *tant soit peu jolie*. Ou se é de mais elevada esfera, e quer ser verdadeiramente útil a esta gente semi bárbara, a estes filhos do mato, pode estabelecer uma *cadeira* de Filosofia transcendental, em que se digne explicar-nos o sentido das frases metafísicas, e místicas, semelhantes àquelas, que Vm, pôs na boca do Pai de famílias, e Deputado Brasileiro; a qual sem dúvidas no gênero sublime, pertence a essas belas coisas, que os Srs. Estrangeiros nos tem ensinado, como diz o estribilho da sua canção em prosa.³²⁴

Em contrapartida, K*** voltou a defender o tema do papel dos estrangeiros no cotidiano brasileiro nas páginas de *L'écho*, na edição de 6 de fevereiro de 1828, nº 61, onde expressou sua surpresa com o desenrolar das publicações geradas a partir de sua primeira observação. Ele afirmou que o “gigante da Astréa tinha jogado sem pensar a luva na arena contra os estrangeiros: Eu levantei esta luva em minha carta inserida no Echo, nº 58... Qual foi a minha surpresa encontrar apenas o Anão da *Aurora*”.³²⁵

³²² *Ibid.*

³²³ *Ibid.*

³²⁴ *Ibid.*

³²⁵ Tradução livre, do francês para o português, do extrato de texto “Le géant de l’Astrée avait inconsidérément jeté son gant dans l’arène contre les étrangers: j’avais relevé ce gant dans ma lettre

Ao longo de sua resposta sobre as acusações proferidas a ele, *K**** declarou à *Aurora* “Você se dá por um brasileiro ofendido, eu por um estrangeiro ofendido. Vamos explicar, então vamos vir a golpes, se necessário”, sendo chegada a hora de responder à questão da *Astréa* a respeito da necessidade de estrangeiros no Brasil.³²⁶

Entre as possíveis respostas, *K**** alegou que preferiu uma abordagem mais suave quando retratou a sua visão sobre uma família brasileira, e que era “cruel nunca ser compreendido”. Além disso, se defendeu ao alegar que não encenou “seres cruéis ou ridículos, mas pessoas de mérito”. Tem isso em mente, o correspondente apontou que poderia ter respondido de uma “forma direta e peremptória”, como:

No palco você encontrará tudo o que está relacionado com a existência social aperfeiçoada, os objetos de primeira necessidade, como o luxo, a educação séria, como as artes do prazer...; suas roupas, suas camas, suas mesas, seus utensílios domésticos, suas cortinas, suas estantes, seus livros: tudo é estrangeiro, tudo, até a tinta e caneta que você usa para ameaçar a estabilidade de seu estabelecimento. Você deve-lhes as pequenas comodidades que sua cidade tem; e se... você deve a eles canais, instalações públicas, belas estradas, e talvez vitórias em terra e mar”.³²⁷

Mediante às contribuições estrangeiras apresentadas por *K****, ele perguntou aos “senhores da Aurora”: “nos dizem, mas na consciência, se vocês não estão um pouco sob a influência estrangeira, e se às vezes não buscam noções, ideias, inspirações, dados do certo Mentor?”. Nesse sentido, *K**** indicou algumas orientações para *A Aurora*:

Bem, este Mentor deveria ter-vos dito que os jovens devem ser modestos; que não queiram reformar a linguagem de seus pais e anciãos, que não podem insultar os convidados de sua pátria; Que eles não devem alimentar e ainda menos detetar as intenções dos organizadores, e que há até mesmo algum perigo em permitir-se artigos semelhantes **aos que olham para os batalhões alemães, no seu Nº 13; O Ministro da Guerra, a Promotora ou o Chefe do Corpo, chamam-te para o júri como difamadores; indivíduos desses batalhões tomam sobre si mesmos para vingar...** Mas não tome o alarme: Sua segurança tem para salvaguardar o desprezo, **e os batalhões alemães, satisfeitos em manter a pessoa do Soberano, para manter a**

insérée dans l'Écho, N° 58... Quel a été mon étonnement de ne trouver au rendez-vous que le Nain de l'Aurore”. L'écho de L'amérique Du Sud, 1828, 06/02/1828, n° 58, p. 3.

³²⁶ Tradução livre, do francês para o português, do extrato de texto: “Vous vous donnez pour un Brésilien offensé, moi pour un étranger offensé. Expliquons-nous, ensuite nous en viendrons aux coups, s'il est nécessaire”. *Ibid.*

³²⁷ Tradução livre, do francês para o português, do extrato de texto: “On pouvait le faire d'une manière directe et péremptoire... “Vous de vez aux étrangers tout ce qui tient à l'existence sociale perfectionnée, les objets de première nécessité, comme ceux de luxe, l'instruction sérieuse, comme les arts d'agrément...; vos habits, vos lits, vos tables, vos ustensiles de ménage, vos tentures, vos bibliothèques, vos livres: tout est étranger, tout, jusqu'à l'encre et à la plume qui vous servent à menacer la stabilité de leur établissement. Vous leur devez le peu de commodités dont jouit votre ville; et si...vous leur deviez des canaux, des établissements d'utilité publique, de belles routes, et peut-être des victoires sur terre et sur mer”. *Ibid.*

tranquilidade pública, para serem exterminados no campo de batalha no Rio-Grande, para salvar o exército, finalmente cumprir todas as condições de seu compromisso, não pense em você nem nos insultos que você lhes dá (Grifo da autora).³²⁸

Com algumas outras provocações sobre finanças, K*** concluiu que era “indelicado, injusto, desumano maltratar pessoas que foram chamadas a grandes gritos das quatro partes do mundo”, com a promessa de “asilo, proteção, alívio, segurança, e o exercício de todos os direitos sociais, entre os quais se” expressava o “pensamento, verbalmente ou por escrito” e finalizou ao dizer:

Concordam que anfitriões, amigos, colegas voluntários, professores, que trouxeram seus fundos, seja em dinheiro, seja em mercadoria, indústria ou conhecimento, não devem ser insultados em seu caráter, ou perturbados em seus estabelecimentos, com cada piada de mau humor, com cada coceira bélica de um escritor. Concordar tacitamente; Eu, do meu lado, estarei em silêncio, e a paz será restaurada em Abraque. Fui atacado como campeão de estrangeiros, e proponho a paz: O sentimento de força e justiça da minha causa me obriga. Não se engane sobre isso!³²⁹

Em seção *Extraordinária* anexa a publicação de 14 de fevereiro de 1828, nº 16, a *Aurora* estendeu seu número usual de páginas exclusivamente para rebater os posicionamentos assumidos pelo correspondente do *L'écho*, pois foi necessário aos seus redatores sair “a campo, a defender” a honra de sua Pátria. Apesar de “muito fracos e pequenos diante do denodado Campeão”, esclareceram que “nem sempre os *Anões*” eram “desprezíveis combatentes nas pelepas literárias”.³³⁰

³²⁸ Tradução livre, do francês para o português, do extrato de texto: “Eh bien! ce Mentor aurait dû vous dire que des jeunes gens doivent être modestes; qu'ils ne doivent pas vouloir réformer le langage de leurs pères et de leurs anciens, qu'ils ne doivent pas insulter les hôtes de leur patrie; qu'ils ne doivent pas nourrir et encore moins déceler des intentions des organisatrices, et qu'il y a même quelque danger à se permettre des articles semblables à celui qui regarde les bataillons allemands, dans votre N° 13; soit que le ministre de la guerre, le promoteur, ou le chef du corps, vous appellent au jury comme calomnieux; soit que des individus de ces bataillons prennent sur eux de venger... Mais n'allez pas prendre l'alarme: votre sûreté a pour sauvegarde le mépris, et les bataillons allemands, satisfaits de garder la personne du Souverain, de maintenir la tranquillité publique, de se faire exterminer sur le champ de bataille à Rio-Grande, pour sauver l'armée, de remplir enfin toutes les conditions de leur engagement, ne songent ni à vous ni aux insultes que vous leur prodiguez”. *Ibid.*

³²⁹ Tradução livre, do francês para o português, do extrato de texto: Convenez, Messieurs de l'Aurore, qu'il est impoli, indélicat, injuste, inhumain de maltraiter des gens que l'on a appelés à grands cris des quatre parties du monde, en leur promettant asile, protection, secours, sécurité, et l'exercice de tous les droits sociaux, entre lesquels celui s'exprimer sa pensée, verbalement ou par écrit, est un des plus chers aux gens bien nés. Convenez que des hôtes, des amis, des concitoyens volontaires, des instituteurs, qui ont apporté leurs fonds, soit en numéraire, soit en marchandises, en industrie ou en savoir, ne doivent pas être insultés dans leur caractère, ou inquiétés dans leurs établissements, à chaque boutade de mauvaise humeur, à chaque démangeaison guerroyante d'un rédacteurs. Convenez-en tacitement; moi, de mon côté, je me tairai, et la paix sera rétablie dans Abraque. J'ai été attaqué comme champion des étrangers, et je propose la paix: le sentiment de la force et de la justice de ma cause m'y oblige. Qu'on ne s'y méprenne pas! *Ibid.*

³³⁰ A *Aurora Fluminense*, 1828, nº 16, 14/02/1828, p. 1-4. Por se tratar de uma edição *Extraordinária*, a numeração da publicação não seguiu a contagem de páginas usual.

Quanto às contribuições comerciais e econômicas referidas por Mr. K., a *Aurora* questionou:

Mas visto que Mr. K. nos fala de fundos em numerário, e em mercadorias para aqui transportadas, queira dizer-nos que espécie de capitais nos tem trazido os seus patrícios Franceses? Que Negociante, que Especuladores, que grandes capitalistas tem vindo aqui estabelecer-se? Serão esses, que enfeitam a rua do Ouvidor com seus bonitos armazéns de modas *et nouveautés*? Serão os Cabeleireiros, Alfaiates, Perfumadores e Dentistas, todos de Paris? Senão as Damas do *Pallais Royal*, (*quelques unes comme au N° 113*), que além dos seus safados encantos, passassem também para o Rio de Janeiro essas riquezas, e fundos? Serão todos esses os Varões chamados em altos gritos, como nos diz Mr. K., a quem se prometeu asilo, proteção e socorro, e que atualmente se acham insultados, e ameaçados por quem?...³³¹

Baseado nisso, *A Aurora* estabeleceu uma comparação entre imigrantes de origem francesa e inglesa.

Os Ingleses, cujo orgulho nacional passa em provérbio, os Ingleses que possuem de certo no nosso país capitais muito fortes, e que são os grandes compradores dos nossos produtos, nunca nos injuriaram por tal maneira, nem se valeram ainda da liberdade de imprimir, para nos lançarem inventivas, e profanarem o respeito devido a melhor porção do gênero humano com sarcasmos insolentes; e os Franceses?... Porém quem não sabe, que não é pela espuma de um Povo, que este deve ser avaliado.³³²

A natureza do embate periódico entre as folhas foi levada adiante à medida que *A Aurora* encarou o “período mais saliente da carta de Mr. K.” referente à participação dos estrangeiros na composição do exército brasileiro, sobretudo a condição de vingança reclamada pelo correspondente francês, aos militares alemães alocados nas tropas do Brasil.

O que significa a instigação dirigida aos indivíduos dos Batalhões Alemães, para que se vinguem em nós! Estamos em Anarquia? Existimos por ventura nos lugares, e na época dos *massacres* de Setembro, ou dos assassinatos de Avinha? Aparece aqui o nosso *honrado* antagonista com ar de Delator, e nos acusa ao Promotor, ao Ministro da Guerra, e aos Comandantes dos Corpos Estrangeiros por dizermos no N. 13 da *Aurora*, que só havíamos o refugio da população dos Estados do Norte, e os forçados das suas galés, para os trazermos a grande preço para o nosso solo: e quem o duvida? Leia Mr. K. leia na *Astréa* N. 230 o artigo Mecklembourg, e desenganar-se-á, de que não ofendemos a verdade.³³³

Uma das publicações da *Astréa*³³⁴ fomentou, novamente, o debate entre a *Aurora Fluminense* e *L'écho*, e se deu mediante a reprodução de um artigo presente

³³¹ *Ibid.*

³³² *Ibid.*

³³³ *Ibid.*

³³⁴ *Astréa*, 1828, 05/01/1828, n° 230, p. 951.

na *Gazeta de Lisboa*, que expôs informações impressas nos jornais da Alemanha, a respeito dos alemães que imigraram ao Brasil. No presente artigo, a *Gazeta de Lisboa* reproduziu a seguinte informação:

Na quinta petição manifestam o desejo de que S. M. houvesse por bem, à maneira do Governo Grã-Ducal de Mecklemburgo-Schwerin, de entabolar negociações com o Governo do Brasil a fim de deportar para aquele país os criminosos, vagabundos, e mais indivíduos perigosos para a segurança pública, que se acham detidos em casa de correção, no caso que convenha sofrer expatriação.³³⁵

A respeito dos soldados alemães, *A Aurora* reforçou a imagem de que esses se embriagavam “de contínuo”, e que até os “*moleques*” tinham conhecimento sobre essa condição, posto que eles “amiudadas vezes os” contemplavam “pelas ruas, com as pernas mal seguras, formando ângulos imperfeitos, ou mesmo estirados por terra, e exalando os aromas do Bacho de Paraty”, e que não seria “por essa arguição, que eles” iriam “voltar as suas armas contra” os brasileiros.³³⁶

No que se refere aos argumentos utilizados pelo “Campeão e Intérprete dos Estrangeiros” sobre a atuação desses soldados no exército, e na proteção do Imperador D. Pedro I, a *Aurora* afirmou que não se podia “levar a mais afronta feita ao Imperador, e a um Povo fiel, e amigo das Leis”.³³⁷

Então os Brasileiros são inimigos do Soberano, e detestam a ordem? O Monarca necessita rodear-se de Alemães, para firmar a sua autoridade, e mesmo, para segurar a sua sagrada pessoa? Os Brasileiros, os honrados Militares, de que se compõe a nossa Tropa Nacional não merecem a sua confiança? Que desatino! E por cúmulo de ultraje, depois, de nos haver pintado de idiotas, ignorantes, sem artes, e sem indústria passa Mr. K. a taxar-nos de covardes, dizendo atrevidamente que *os batalhões Alemães se contentam com morrer no campo de Batalha no Rio Grande, para salvar o exército*. De sorte que o único Corpo Estrangeiro, que se achou na ação, a que alude, apenas composto de 700 peças foi quem privatamente salvou o Exército Brasileiro? É abater-nos, e aviltar-nos em excesso! Aos briosos Cidadãos, que seguem a carreira das armas toca responder-lhe, se acaso semelhantes atentados valem respostas!³³⁸

A ideia de que a seguridade da pessoa imperial e do Império do Brasil fossem asseguradas, exclusivamente, pelos militares estrangeiros alocados no exército nacional, foi encarado como ofensa aos brasileiros, tanto àqueles que também exerciam a carreira militar, como aos demais cidadãos. Na tentativa de encontrar

³³⁵ *Gazeta de Lisboa*, 1827, 07/09/1828, n°. 212.

³³⁶ *A Aurora Fluminense*, 1828, 14/02/1828 n° 16, p.1-4.

³³⁷ *Ibid.*

³³⁸ *Ibid.*

justificativas para esse “desprezo e rancor, que este forasteiro” professava “contra os Brasileiros”, a *Aurora* passou a questionar:

Julgará ele mal pagos alguns serviços, que houvesse prestado? Queixe-se ao Governo, e não de nós, que não somos culpados. Perderia em França (como é provável) grandes empregos, e fortunas? Porém quem foi, que o chamou cá? Por estarmos privados dos *canais, belas estradas, e estabelecimentos de utilidade pública, e das vitórias por terra e mar*, em que nos fala, não nos era necessário a sua pessoa, bastantes Charlatães nos tinham vindo; mas talvez o seja para... para nos excitar às virtudes Cristãs, das quais uma muito essencial, e que os Brasileiros praticam continuamente é o perdão das injúrias.³³⁹

Com isso, *A Aurora Fluminense* assumiu uma postura combativa frente às colocações que centralizaram os estrangeiros e suas supostas contribuições ao Brasil, sobretudo aos empregados nos ofícios das armas, pontuados por *Mr. K*, nas páginas do *L'écho*. Para a *Aurora*, era “em consequência disso que” desprezava “os ultrajes, que” lhes “diziam respeito, desafiando só os da Pátria”, e assegurava ao correspondente francês:

que em qualquer ocorrência nos encontrará prontos, para combater as suas doutrinas, toda a vez, que foram ofensivas à glória, aos interesses, e decoro do País, aonde nascemos, e a que votamos o mais cordial afeto, e nesta justa causa não tememos nem o *sentimento*, que tem *da sua força*, nem as suas equívocas ameaças.³⁴⁰

Diante desse cenário, esse embate se estendeu para além das páginas do jornal e culminou no atentado contra Emile Sévene, editor de *L'Écho*, ocorrido entre os dias 14 e 15 de fevereiro de 1828, logo após a publicação da seção extraordinária de *A Aurora*. A esse respeito, Isabel Lustosa conjectura que esse episódio foi “promovido possivelmente por alguém que levava ao pé da letra as tantas ameaças feitas aos estrangeiros”.³⁴¹

Após um recesso temporário nos enfrentamentos entre os jornais sobre a questão estrangeira ao país, *A Aurora Fluminense* voltou a publicar informações sobre os estrangeiros irlandeses, que estavam em fase de adaptação à nova realidade, bem como sobre a dinâmica estabelecida entre eles e os brasileiros.

³³⁹ *Ibid.*

³⁴⁰ *Ibid.*

³⁴¹ *Op. cit.* Isabel Lustosa, 2023, p. 367.

3.2 Os irlandeses, de volta, às páginas da *A Aurora Fluminense*

No dia 07 de março de 1828, no nº 23, seção do *Rio de Janeiro*, houve duas passagens que privilegiaram assuntos relacionados aos irlandeses. O primeiro deles tratou sobre um incidente que envolveu o Coronel Antonio de Souza, “bem conhecido pela honrosa defesa da Ilha de Itaparica, e pela guerra, que fez aos Lusitanos em favor do país”,³⁴² e o Presidente da Bahia, José Egídio Gordilho.

De acordo com *A Aurora*, Antonio de Souza “que havia adotado” o Brasil “por Pátria”, teria sofrido “golpes da prepotência” e perseguição, por consequência “de umas supostas pancadas, que ele havia dado em um Irlandês, seu destilador, homem acostumado a bebedice”,³⁴³ e que por essa razão “o constitucional Presidente pôs em movimento o Céu e a Terra para prender aquele benemérito Cidadão, ora privando-o do Governo de Itaparica e tratando-o por escrito de ex Governador”.³⁴⁴

Apesar de Antonio de Souza e José Egídio Gordilho partilharem a origem portuguesa, apenas o primeiro foi considerado aderente à causa da nação brasileira, enquanto o outro foi acusado de ultrapassar os “limites da moderação”, ao defender seu semelhante, o estrangeiro irlandês. Nas palavras da *A Aurora*:

Todo o gênero de opressão e de terror foi posto em efeito neste negócio, como se daí pendesse a sorte da Pátria; mal talvez o humano Presidente se encheu de indignação, vendo um seu semelhante maltratado, e transpôs por isso os limites da moderação. É sem dúvida por essa causa, que ele proibiu em termos grosseiros o Coronel Lima, a transitar pela Ilha de Itaparica, aonde tem as suas propriedades, intimando-lhe que não continuaria a exercer o emprego, que ocupava, enquanto S. M. o não determinasse, sem embargo de o haver o Conselho de guerra absolvido de todas as imputações, que se lhe faziam com triunfo completo de sua inocência.³⁴⁵

Na mesma seção, já de volta aos relatos situados no Rio de Janeiro, os irlandeses foram protagonistas de um ataque realizado na Rua da Ajuda, no dia 03 de março de 1828, onde “vários oficiais Irlandeses vestidos à paisana e armados à militar”, dotados de “sua marcha mal segura” e “seu sensório envolvido nos vapores do Bacho de Paraty”, acometeram um cachorro que “dormia à porta de seu dono”.³⁴⁶

³⁴² *A Aurora Fluminense*, 1828, 07/03/1828, nº 23, p. 89-90.

³⁴³ *Ibid.*

³⁴⁴ *Ibid.*

³⁴⁵ De acordo com a *Aurora Fluminense*, esse incidente foi relatado no nº 7 do jornal *Constitucional Bahiense*, onde a descrição das atitudes de José Egídio Gordilho foram reprovadas pelo redator do periódico. O presente jornal não se encontra digitalizado.

³⁴⁶ *A Aurora Fluminense*, 1828, 07/03/1828, nº 23, p. 90-91.

Ao desembainhar a espada contra “o inocente animal”, seus latidos despertaram o dono da casa, que abriu “a porta de repente, viu voltar-se contra ele o ímpeto guerreiro daqueles campeões; mas como este lhes falasse em Inglês, apenas lhe” disseram que eles queriam “Brasileiros e não Estrangeiros”.³⁴⁷

Após esse acontecimento, os mesmos irlandeses tentaram forçar a entrada de uma Botica “que ficava fronteira” e que se abriu “como para entrar um preto, que vinha de fora”, e diante disso “o dono da casa assustado fez todo o esforço possível para dar volta à chave, o que conseguiu com grande dificuldade”.³⁴⁸

A *Aurora* registrou que ao se verem vencidos, os irlandeses depredaram as portas das casas ao longo de toda a Rua da Ajuda, e acutilaram “vidraças, portas, rótulas, quebrando, cortando, distribuindo &c. &c. o que a todos” foi “fácil observar passando por aquela rua”.³⁴⁹

Em contrapartida, os “moradores e suas famílias assustadas” chegaram “às portas” e avisaram a “uma ronda, que no canto se achava”, todavia, “esta respondera, que nada podia fazer, porque eram oficiais!!!”. Uma ronda de cavalo também “nem se quer se animou a mandá-los, ao menos, ir em sucesso, para não incomodar a vizinhança”.³⁵⁰ Diante da descrição desses ataques, a *Aurora* questionou:

Porventura terão os Cidadãos pacíficos obrigação de sofrerem de serem assim injustiçados, e prejudicados nas suas fazendas por ociosos, que além de custarem já grandes somas à Nação, vem de mais a mais perturbá-los nas suas mesmas moradas! Qual é pois a disciplina Militar que se observa para com tais indivíduos? Estarão porventura estes Snrs. isentos de obedecer às Leis?³⁵¹

Diante dos acontecimentos descritos, o presente jornal procurou abrir espaço para que fossem manifestados outros relatos e opiniões sobre esses imigrados, de modo que na sessão de *Variedades*, leitores e contribuintes passaram a discorrer nas suas correspondências, acerca dos episódios que tiveram os irlandeses enquanto protagonistas.

Com suas narrativas e versões sobre os conflitos travados nas ruas da Corte, os correspondentes anônimos se comunicaram e complementaram os relatos uns dos

³⁴⁷ *Ibid.*

³⁴⁸ *Ibid.*

³⁴⁹ *Ibid.*

³⁵⁰ *Ibid.*

³⁵¹ *Ibid.*

outros. Em carta assinada por *Um amigo do seu País*,³⁵² foram apresentados os questionamentos:

Srs. Redatores – Aonde estamos nós? É isto *terra de conquista*, ou Cidade entregue ao assalto? Não bastava que a tanto custo se tivesse trazido ao nosso país inúteis e desmoralizados Estrangeiros, se não sermos por eles insultados, e vermos esses homens pagos, para manter a tranquilidade, perturbarem o sossego, e ameaçarem mesmo as nossas vidas?...³⁵³

Segundo *Um amigo do seu País*, que afirmou ter sido testemunha ocular do acontecido, irlandeses armados e embriagados causaram dissensões nas ruas dos Barbonos e da Ajuda por dois dias seguidos. O grupo foi composto de “oficiais Irlandeses em número de 12 e mais, armados de espadas desembainhadas, e seguidos da soldadesca insolente”, que levavam consigo “pedras e cassetes”, e dessa forma:

passaram aquelas ruas acutilando, espancando sem distinção todos os pretos, que encontravam; entrando violentamente pelas casas, aonde estes buscavam refúgio; ultrajando, e maltratando os donos delas; e praticando todo gênero de hostilidades, que a ferocidade e a embriaguês podiam inspirar àquele refugio da canalha da Irlanda.³⁵⁴

Nas palavras de *Um amigo do País*, essas atitudes fizeram com que os moradores dessas ruas fechassem “as suas portas” consternados, “por se verem abandonados ao furor daqueles acelerados, sem poderem contar com apoio algum; como se os bandidos de *S. Patrício* viessem exercer sobre a Cidade o direito da conquista!”.³⁵⁵

Na sequência de suas ações, “uns poucos de miseráveis pretos foram amassados a bordoadas”, dentre eles “três ou quatro” foram “acutilados, com grandes golpes pelo corpo e cabeça; e de dois referem, que logo no quartel expiraram: o caixeiro de uma venda fronteira foi por eles espancado”. A busca pelo confronto com os escravizados fez com que entrassem em ambientes com “machados a perseguirem pretos que, fugiam”.³⁵⁶

Nesse relato, duas frentes foram confirmadas: a de que não havia proteção contra os militares estrangeiros, uma vez que eles mesmos integravam a frente de defesa da cidade, e, de que esses, além de causarem transtornos à população local

³⁵² A Aurora Fluminense, 1828, nº 25,14/03/1828, p. 73.

³⁵³ *Ibid.*

³⁵⁴ *Ibid.*

³⁵⁵ *Ibid.*

³⁵⁶ *Ibid.*

que vivia nos arredores dos quartéis, tinham como principal alvo os escravizados, a quem recorrentemente atacavam.

Em sua carta, o correspondente procurou enfatizar o caráter testemunhal da sua descrição, e se utilizou de expressões como “eu mesmo vi”, “eu não exagero Snrs. Redatores” e “fui espectador, e quase vítima”, para transmitir um grau de veracidade a sua perspectiva, mas afirmou que “muitos outros fatos desse gênero ocorreram”, e que não os apontava por “não saber com individuação”, no entanto, referenciou como “testemunhas todos os moradores da rua da Ajuda, Barbonos, Mangueiras, Marrecas, e Arcos, e entre outros o Desembargador José Ricardo da Costa Aguiar, cuja casa e família não escapou dos ultrajes”.³⁵⁷

Para finalizar o retrato do seu desgosto, *Um amigo do seu País* afirmou que “todas as rondas da Polícia” cruzaram “muito descansadas aqueles lugares, sem nada fazerem, como se ali tivessem vindo, para presenciar tão vergonhoso espetáculo”. E que como reação aos episódios de violência e insubordinação desses estrangeiros, foi alocada, dias depois, “patrulhas de cavalaria da Polícia nos cantos da rua dos Barbonos, para não permitirem a entrada aos pretos!”.³⁵⁸

Com base nisso, *Um amigo do País* se voltou aos redatores da *Aurora* para questionar:

E que lhes parece Snrs. Redatores, o bloqueio posto aos habitantes daquela rua, que não poderão receber o, que haviam mandado buscar pelos seus escravos? Viu-se jamais um direito tão absurdo, em que o inocente é punido, e o malvado agressor escapa sem castigo?!...³⁵⁹

O argumento de preterimento dos cidadãos brasileiros em detrimento dos estrangeiros sintetizou o cerne da correspondência, de modo que coube aos “infelizes, que ficaram maltratados, ou que tiveram os seus escravos moídos, e mutilados” se conformarem com a forma que a situação havia sido conduzida. Apesar disso, parte dos irlandeses foi transferida para a Praia Vermelha, e por esse motivo, *Um amigo do seu País* aconselhou aos lesados nos ataques que se contentassem, “pois não foi pequena mercê tirar-se-lhes dali semelhantes vizinhos”.³⁶⁰

³⁵⁷ *Ibid.*

³⁵⁸ *Ibid.*

³⁵⁹ *Ibid.*

³⁶⁰ *Ibid.*

Após a longa narrativa, o *Um amigo do seu País* se colocou a respeito dos soldados estrangeiros alocados no exército e da finalidade que acreditava estar por trás dessa iniciativa:

Eis aí a utilidade, que nos dão esses colonos de baioneta, esses soldados forasteiros, que a política e sabedoria do Ministério passado chamou para a nossa Pátria, talvez para intimidar os Brasileiros, e estabelecer entre nós uma nova milícia de Mamelucos, pronta sempre para hostilizar cidadãos, a quem nenhum laço de simpatia os prende, e instituições, que a bruteza desses homens ferozes não pode conhecer; e muito menos apreciar. Srs. Redatores, queiram ter a bondade de inserir na sua Aurora esta pequena relação de sucessos, de que fui expectador, e quase fui vítima; ainda que todos os Promotores do mundo o hajam de chamar a Jurados.³⁶¹

Os irlandeses foram encarados em tom depreciativo como “colonos de baioneta”, “soldados forasteiros” e “nova milícia de Mamelucos”, associados principalmente, a uma postura política vinculada aos ministérios anteriores da administração imperial. Nas colocações de *Um amigo do seu País* foram apontados pontos de vista que seriam resgatados ao longo de outras publicações, sobretudo, ao relacionar a imigração e a prática de estabelecimento de colônias estrangeiras no Brasil, à perspectiva de defesa adotada pelo Império Brasileiro.

A colonização foi de fato um argumento para a abertura do Brasil aos estrangeiros, principalmente ao considerar a possibilidade de auxílio no trato da terra e na gestão da agricultura, bem como no povoamento das áreas inóspitas do território do país. No entanto, a forma com que foi enfatizado o fato de portarem “baionetas” demonstrou que os irlandeses vieram ao Brasil por outros motivos e propósitos, que não envolveram a justificativa original atribuída a imigração dessa modalidade.

De um modo ou de outro, os irlandeses já se encontravam no Brasil, e frente aos confrontos estabelecidos entre irlandeses e escravizados nas ruas do Rio de Janeiro, a Repartição dos Negócios da Justiça expediu ordens para assegurar a segurança dos moradores da Corte, bem como comedir e punir novos conflitos entre esses grupos. A presente determinação, datada de 12 de março de 1828, foi publicada no jornal *Diário Fluminense*:

Manda S. M. o Imperador recomendar igualmente a V.S. toda a vigilância, e cuidado sobre os negros, para que não insultem, nem provoquem os mesmos Irlandeses, como por vezes tem acontecido, fazendo-os V. S. castigar correccionalmente, como julgar conveniente, a fim de conseguir-se o perfeito sossego, que muito convém manter entre os habitantes desta Capital; ordenando V. S. para esse efeito às patrulhas, que costumam por ela rondar,

³⁶¹ *Ibid.*

que hajam, não só de pôr sobre este objeto a maior atenção, mas até evitar que os referidos negros pratiquem ações indecentes, e usem de palavras obscenas, que tanto ofendem a decência, e a moral pública. Deus Guarde a V. S. Paço em 12 de Março de 1828. – Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. – Sr. José Clemente Pereira.³⁶²

Medidas como essa fizeram com que em seu nº 29, a *Aurora* se posicionasse firmemente em relação à convocação das tropas estrangeiras e sobre os irlandeses, deixando claro suas cobranças às luzes da Constituição, já que a desordem realizada pela Tropa irlandesa “satisfez os bons Brasileiros, que pelo antigo estilo já contavam com a impunidade daqueles celerados”.³⁶³ Na sua concepção, os princípios constitucionais haviam sido desobedecidos com a vinda de imigrados sem a autorização da Assembleia:

Aqui não pode deixar de lembrar a manifesta infração do nosso Código Constitucional, com que, sem consentimento da Assembleia, se mandou por vezes reiteradas angariar tropa estrangeira. Esperamos, que na Sessão deste ano a Câmara dos Srs. Deputados, zelosa sempre das Liberdades Nacionais, chame à responsabilidade o ministro, ou ministros traidores, que assim calcaram aos pés um dos artigos mais preciosos da Lei fundamental, sem cujo cumprimento a LIBERDADE, a INDEPENDÊNCIA, e o TRONO CONSTITUCIONAL, tudo é efêmero e vacilante.³⁶⁴

Na mesma edição, há a presença de outra correspondência referente aos ataques e saques dos irlandeses nas ruas da Corte,³⁶⁵ dessa vez narrados por *Um sitiado na Rua dos Barbonos*, que iniciou sua carta com o questionamento: “Que chuva de males desfecha a mão poderosa da Providência sobre as nossas cabeças?”. Desse modo, se preocupou em apresentar o contexto vivido pelos cidadãos brasileiros no ano de 1828.

Não basta estarmos na extrema carestia de toda a qualidade de moeda metálica: não basta que em despeito de uma esquadra formidável venham Corsários até a barra insultar nosso pavilhão, e fazer com que os preços de tudo, quanto é necessário para as primeiras necessidades da vida, estejam pelo triplo do seu justo valor: não basta que os ladrões dos Quilombos infestem todos os subúrbios da Cidade: não basta, que o Campo da Aclamação à noite seja vedado, alguém quer por ali passar: não basta... havemos ainda sofrer o ser espancados por indisciplinada soldadesca Estrangeira, ainda havemos sofrer, que essa gente, que tantas somas nos tem custados amotinem e esbordoem, quase impunemente os Cidadãos pacíficos, que dormem à sombra das Leis!!!...³⁶⁶.

³⁶² Diário Fluminense, 1828, nº 61, 13/03/1828, edição 00002(4) p. 212.

³⁶³ A Aurora Fluminense, 1828, nº 29, 28/03/1828, p. 86-87.

³⁶⁴ *Ibid.*

³⁶⁵ Essa mesma correspondência foi republicada na A Aurora Fluminense, 1828, 31/03/1828, nº 30, p. 89.

³⁶⁶ A Aurora Fluminense, 1828, 28/03/1828, nº 29, p. 86-87.

A situação vivenciada na Corte imperial, somada ao comportamento exercido pelos irlandeses acentuou a insatisfação apresentada por seus moradores, que conviveram com a instabilidade e incertezas do período, e simultaneamente, lidaram com o que acreditaram serem excessos cometidos por esses estrangeiros.

Nesse sentido, recorrer ao aspecto da cidadania foi uma atitude regular para exigir a garantia do cumprimento dos direitos do cidadão, estabelecidos em Constituição, e para que fosse estabelecido um vão entre os cidadãos brasileiros e estrangeiros, como um recurso de distinção sobre quem deveria ter seus clamores atendidos pelas autoridades imperiais.

Além disso, também se tornou recorrente o argumento de que as forças militares compostas por irlandeses eram sustentadas pela angariação de fundos recolhidos pelos impostos, somado à diferenciação entre os comportamentos adotados por ambos os lados, de forma que um representava a ordem, a cidadania, a lei e a paz, enquanto o outro, no caso o imigrante, vulgo o irlandês, representava a desordem, a anarquia, a embriaguez e a guerra.

Entre outras situações comuns, se destacou a relação estabelecida entre esses estrangeiros e os negros, escravizados ou não. A rivalidade e diferenciação eram manifestadas à medida que os irlandeses acreditavam que tanto os livres quanto os escravizados, pelo fato de serem negros, estariam ao seu serviço, levando por vezes alguns deles sob ameaça ou castigos físicos a executarem tarefas.

Essa atitude não foi bem recebida pelos proprietários, principalmente porque esses enxergavam essa ação como uma afronta e uma violação a sua propriedade, sobretudo nos momentos quando os escravizados saíram feridos desses encontros. Os casos se agravaram quando houve resistência por parte dos escravizados a esse tipo de comportamento, o que gerou embates físicos nas ruas da Corte, e ao redor dos quartéis onde estavam aquartelados.

A zombaria também fez parte de uma rotina de provocações que se referiam aos irlandeses como “escravos brancos”, já que por muitas vezes o cenário de exploração do trabalho desses imigrantes se assemelhou ao dos escravizados, gerando dessa maneira, o contraponto em relação ao discurso de que os escravizados deveriam ser inferiores, e logo submissos a esses soldados.

Do ponto de vista desses estrangeiros, sua equiparação à condição de vida escravizada não foi um cenário em que se viam representados, o que agravou esses embates, claros na correspondência *De hum sitiado na Rua dos Barbonos*:

E quais serão Srs. Redatores os justos motivos de semelhantes atentados? Serão por ventura os sonhados insultos feitos pelos miseráveis pretos, a quem o abatimento moral, fruto necessário da escravidão, é mais que suficiente, para os tornar incapazes de cometerem delitos de tal natureza? Somente penso que os pretos serão causa indireta, por se verem obrigados, como todos nós presenciamos, por esses imundos indivíduos, a comprar-lhes pães de extraordinária dimensão, que com mão larga lhes dá a Nação Brasileira, cujo produto, se transtorna logo em água-ardente (...) exalta as endiabradas imaginações dessa gente perversa, que no estado de embriaguês dá bem a entender, quais as intenções, que nutrem nos peitos inimigos de tudo quanto é justo, e tudo, que nos diz respeito.³⁶⁷

A construção de um repertório de ofensas marcou o discurso *De um sitiado na Rua dos Barbonos*, e indiretamente, da *A Aurora Fluminense*, que o levou a público:

existem na ociosidade, em que foram conservados esses colonos militares, sendo visto manhãs, e dias inteiros sentados à porta dos quartéis sem nada fazerem, a não ser incomodar de alguma maneira as pessoas, que por ali passavam, entenderem sempre com os pretos, e embriagarem-se de contínuo nas tabernas vizinhas; não é máxima bem sabida ser a ociosidade a Mãe de todos os vícios?³⁶⁸

A questão do pagamento do soldo foi apresentada novamente, ao ser levada em consideração a quantia destinada ao pagamento dos salários dos soldados nacionais, que seria inferior ao dos estrangeiros. A maneira enfática e até irônica com que sua fala foi escrita pressupõe a decepção em relação à administração ministerial frente ao manejo e coordenação das tropas, e partiu da reflexão sobre o ministério anterior, para traçar uma visão crítica sobre o futuro de sua atuação.

Demais consta, que os seus soldos são também mais avultados, que os da tropa Brasileira; tão grandes dão os serviços, que destes estrangeiros temos de esperar, que já de antemão lhos paguemos e com vantagem relativamente aos nossos soldados, que já temos visto cobertos de cicatrizes recebidas em defesa da nossa Pátria?! *Desgraçada terra sempre Madrasta de seus filhos, e Mãe dos estranhos!* Mas não; confiemos nas autoridades constituídas, que de certo não hão de querer sua conduta administrativa seja marcada com o mesmo ferrete de ignomínia, com que tão justamente foi a do Ministério transacto, origem fatal de quase todas as desgraças, que nos afligem. A portaria do Sr. Ministro da Guerra de 15 deste mês é uma prova, do que vimos a dizer.³⁶⁹

Em nº 31, a *Aurora* narrou outro incidente envolvendo as desordens provocadas pelos soldados estrangeiros, em que a “Tropa Irlandesa continuou a dar provas da

³⁶⁷ *Ibid.*

³⁶⁸ *Ibid.*

³⁶⁹ *Ibid.*

sua insolência, e má disciplina”, dessa vez no Campo da Aclamação, ou Campo de Santana, que foi “agora o teatro de um novo combate”.³⁷⁰

Ao perturbarem a tranquilidade do “Povo hospitaleiro”, eles seguiram “apedrejando, e espancando diferentes pessoas; atrevendo-se mesmo acometer o quartel da Guarda da Polícia, aonde despedaçaram as armas, que ali existiam”, de modo que “Todas as ruas circunvizinhas estavam em terror” e:

os Cidadãos mostravam no semblante os sinais da indignação reconcentrada; receava-se alguma cena mais vasta de destruição; e os habitantes do Rio de Janeiro julgavam ver reproduzidos os dias infaustos da *Divisão auxiliadora*.³⁷¹

O episódio se findou com a presença do próprio Imperador D. Pedro I, que “pôs termo aquelas desordens”, entretanto, a *Aurora* deixou claro que nada podia lhes afiançar que essas dissensões não fossem continuar e de que tomassem “um aspecto ainda mais formidável”, e levantou a desconfiança sobre a possibilidade de “armar esta gente insubordinada, que mandamos vir dos confins da Irlanda, para nos ultrajarem, e caçarem; enquanto não” podiam “atentar contra a nossa Liberdade”.³⁷²

Além disso, também questionou sobre as punições aplicadas aos irlandeses frente aos seus episódios de insubordinação:

Os castigos, a que se mandou proceder contra os criminosos, deverão ser em extremo severos para cortar mal na sua origem, mas quais serão esses castigos? Porventura um atentado, a todos patente, não deveria receber uma punição igualmente manifesta e vista por todos? É no segredo das Fortalezas, que devem satisfazer pelo seu crime aqueles, que delinquiram em toda a publicidade do Campo de S. Anna?³⁷³

³⁷⁰ A *Aurora Fluminense*, 1828, nº 31, 05/04/1828, p. 127; Nessa mesma edição, seção do *Interior*, foi publicado um extrato da obra “Application de la Morale à la Politique”, de Droz, que abordou os “Exércitos Permanentes, e o Espírito de Conquista”, que visava a revisão da necessidade de arregimentação dos exércitos, uma vez que eles eram “isca funesta para a sede das conquistas, serão por longo tempo, e talvez para sempre um obstáculo aos progressos da civilização. Neles acha, ora o despotismo, ora a anarchia um instrumento apto a seus fins”. A passagem não foi comentada pela *Aurora Fluminense* ou adaptada à realidade brasileira, no entanto, há uma nota dos redatores, que diz: “O Autor fala da Europa, aonde a vizinhança de Potências ambiciosas e armadas obriga todas as Nações a terem exércitos permanentes. Na América porém a localidade pode salvar os Povos deste flagelo, logo que acabe o ruinoso sistema militar, filho dos nossos antigos prejuízos”.

³⁷¹ *Idem*; Mencionada pela *Aurora*, a *Divisão Auxiliadora* foi composta de tropas de linha portuguesa que participaram do motim realizado por Avilez, em reação à decisão de D. Pedro I em permanecer no Brasil, em 1822. De acordo com Richard Enbel, “o posicionamento de D. Pedro em continuar no Brasil não foi recebido pacificamente no Rio de Janeiro. As tropas da Divisão Auxiliadora entenderam a permanência como anarquia, ao recusar as ordens lusitanas. A fim de defender os interesses das Cortes lisboetas, os soldados iniciaram um motim com a intenção de prender D. Pedro e forçar seu retorno para Portugal”. Para saber mais, Cf, Enbel, Richard. **Motim militar contra o fisco de D. Pedro I. Impressões Rebeldes**. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/motim-militar-contra-o-fisco-de-d-pedro-i/>

³⁷² A *Aurora Fluminense*, 1828, 05/04/1828, nº 31 p. 127.

³⁷³ *Ibid.*

Frente a isso, foi levantada a desconfiança sobre a natureza e efetividade das correções que seriam aplicadas a esses militares, somada à perspectiva de que essas medidas deveriam ser aplicadas em público. Nesse sentido, a necessidade de exposição sobre o cumprimento da ordem disciplinar refletia na adequação desses estrangeiros ao exército brasileiro enquanto instituição imperial, e na retratação pública com os cidadãos e moradores da Corte.

A *Aurora* amplificou suas considerações acerca da finalidade de angariação de “tropas heterogêneas”, ao se pautar no questionamento sobre o seu compromisso com os costumes e instituições brasileiras:

Eis para que serve essa Tropa heterogênea, afastada dos nossos costumes, avessa às nossas instituições, que com tamanho empenho fizeram vir de todas as partes do mundo, como se não confiassem na fidelidade Brasileira!³⁷⁴

Para a *Aurora*, o acolhimento de estrangeiros na composição da defesa do Brasil colocou em voga, de maneira geral, a questão do próprio comprometimento brasileiro com a manutenção do Império do Brasil, e da sua natureza constitucional, que em sua perspectiva, deveria ser assegurada pelos cidadãos e nacionais.

Desse modo, a preferência e mesmo a dependência da atuação militar de imigrantes fizeram com que a *A Aurora Fluminense* levasse adiante a premissa de que “Desgraçado” era “o Povo, que” sofria “o jugo do estrangeiro!”, e de que “Os seus mesmos benefícios” eram “amargos, e” se pagavam “a peso de outro”. Com isso, questionou: “os seus insultos, quem os tolerará?”.³⁷⁵

Por conseguinte, foi notória a defesa relativa ao aspecto Legislativo e as atribuições asseguradas pela Assembleia Geral, quanto às decisões sobre as forças militares. Para a *Aurora*, não se podia “compreender; a maneira, por que alguns” pretendiam “torcer o claro sentido do parágrafo 12, artigo 15 da nossa Constituição”. Com base nessa premissa, questionou em tom irônico “Serão os Batalhões Alemães, e Irlandeses força estrangeira? Por Brasileiros, não os conhecemos nós; e os que não são Brasileiros, a que designação pertencem?”.³⁷⁶

Em continuidade a sua argumentação, a *Aurora* levantou a indagação sobre “quantos mil homens” comporiam “uma *força* militar? Terá número marcado?”. Além

³⁷⁴ *Ibid.*

³⁷⁵ *Ibid.*

³⁷⁶ *Ibid.*

disso, colocou em voga a participação da esfera Executiva nesse processo, centralizada na atuação ministerial, com a questão:

Será lícito aos Ministros iludir o artigo Constitucional, mandando vir, à custa do nosso dinheiro, e sem o consentimento da Assembleia, homens do outro mundo a título de Colonos, e armando-os depois no nosso país? Que zombaria!³⁷⁷

O enfrentamento às autoridades ministeriais foi marcado pela sua responsabilização frente à empreitada relacionada aos estrangeiros, sobretudo aos irlandeses, contemplando as etapas de vinda, custeio, alocação no exército e armamentação militar.

Diante disso, a *Aurora* elencou os seus “supostos” idealizadores, e os enquadrou junto às punições que deveriam ser enfrentadas pela violação da Constituição, e conseqüentemente, pelos atos cometidos por esses imigrantes, de modo que não supôs “que os, que assim escarneceram da nossa Lei fundamental” escapassem “à justa vingança, que lhes” estava “impendente”.³⁷⁸ Desse modo, fez questão de lembrar a aproximação da reunião da Assembleia Geral.

A Assembleia está próxima a reunir-se; ela tem diante dos olhos a Constituição, e bem sabe que sem espírito de *Nacionalidade*, não há nem amor de Liberdade, nem espírito público, nem sistema representativo; e que não pode haver *Nacionalidade*, aonde a ordem pública e a dignidade dos Cidadãos são de continuo ameaçadas, e enxovalhadas por hostis baionetas estrangeiras.³⁷⁹

A *Nacionalidade* exaltada pela *Aurora* foi encarada como responsável por assegurar os elementos de funcionamento vinculados à monarquia constitucional representativa, e deveria servir de critério para a Assembleia no processo de deliberação acerca dos estrangeiros. Nessa perspectiva, os imigrados já seriam avaliados em posição de desvantagem.

Em seu nº 33, a *Aurora* celebrou as mudanças ocorridas na Rua dos Barbonos com a presença de “soldados da Província do Espírito Santo, e recrutas de Minas” que ali foram aquartelados, de modo que se sentia “tão grande sossego, que bem se” assemelhava “ao silêncio, que no reino de Netuno se” observava “depois de *procelosas tempestades*”, pois aos que passavam pelo local era possível ouvir a “terna voz de alguns daqueles pacíficos soldados Brasileiros, que assim” pareciam “expressar

³⁷⁷ *Ibid.*

³⁷⁸ *Ibid.*

³⁷⁹ *Ibid.*

o sentimento tão natural, que os” acompanhava “de se verem longe dos seus lares, e dos braços fagueiros de suas famílias”. Com sua presença ali, os “Cidadãos Brasileiros” puderam usufruir de uma “tão suspirada, tão necessária” paz, assim como dos “saborosos e salutíferos frutos, que” lhes prometiam “a completa execução do nosso Código fundamental!”.³⁸⁰

Em contraposição aos irlandeses, que fizeram daquela localidade verdadeiros “sítios”, que na parte da noite eram “quase intransitáveis, eram mesmo de dia assaz incômodos” para “quem tinha de por eles passar”, pois eram perseguidos por “aquela mal morigerada e insubordinada gente Irlandesa os indivíduos mais decentes, para deles extorquirem”, para sustentarem “sua continuada embriaguez, ora jogando entre si o pugilato, e cambaleando irem de encontro, aos que por ali transitavam; ora entendendo, e brigando com os pretos” de modo que “tais lugares se observavam tumultos maiores ou menores, cujos resultados funestos, já ninguém” ignorava.

Ainda em seu nº 33, a *A Aurora Fluminense* se voltou para a análise dos dois primeiros números publicados pelo novo jornal político de caráter liberal, o *Censor Brasileiro*,³⁸¹ a quem “apesar do elogio fúnebre, que” lhe fizera, era “por ora um Jornal decente, e bem escrito”, cujo elogio ao sistema representativo lhe contentou. O mesmo jornal, em contrapartida, abordou a questão relacionada aos irlandeses e pontuou suas discordâncias sobre os acontecimentos retratados, na seção *Interior*, do seu nº 3, publicada no dia 11 de abril de 1828.

3.3 Embates e considerações dos jornais *A Aurora Fluminense* e *O Censor Brasileiro* sobre os irlandeses

Em sua publicação, *O Censor* constatou como a “inocente *Aurora*” era “escrita por jovens”, que não sabiam “bem dar valor aos acontecimentos”, se tomavam “por bagatelas” e esgotavam o “seu entusiasmo patriótico em combater quimeras” como, por exemplo, o “barulho dos Irlandeses”.³⁸²

³⁸⁰ *A Aurora Fluminense*, 1828, 12/04/1828, nº 33, p. 134-135.

³⁸¹ O jornal *O Censor Brasileiro* começou a ser publicado em 02 de abril de 1828, e logo em seu primeiro número, ao elencar os jornais em circulação naquele ano, proferiu comentários sobre a *Aurora Fluminense*, que já estava ativa há cinco meses. Em sua percepção, até aquele momento, ainda não podia “adivinhar o fim à que a *Aurora*” estava dirigida, tendo em vista que ela mesma “ainda não o conhece bem”, e o público esperaria o sol estar “mais alto no seu Horizonte para assentar uma opinião”. *O Censor Brasileiro*, 1828, 01/04/1828, nº 1, p. 1.

³⁸² *O Censor Brasileiro*, 1828, 11/04/1828, nº 3, p. 2.

Para esse jornal, “os homens experimentados não” tinham “visto senão momentânea efervescência de Soldados há pouco alistados, talvez descontentes por muitos dos *disappointements*, que o alistar-se sempre” trazia “consigo, e na qual o Bacho de Parati para falar a moda da *Aurora*, não” tinham “tido pouca influência”. Dessa forma, o mesmo sugeriu “umas cipoadas” como solução, e se caso a indisciplina continuasse, “algum exemplo capital” que desse “cabo para sempre de tais barulhos”.³⁸³

Em seguida, *O Censor* questionou sobre a relação que “as desordens dos Irlandeses embriagados” poderia ter “com as da Divisão Auxiliadora movida por intenções maquiavélicas em harmonia com o movimento revolucionário de Portugal, dirigido contra a Independência do Brasil”. Ao considerar as possíveis respostas, apenas contribuiu com mais perguntas sobre a intenção da *Aurora* em sugerir tal comparação.

Será cegueira, ou maldade a tal comparação? Será crueldade desejosa de ver executar em público castigos militares? Será zombaria o querer incomodar a Augusta Câmara com sua intervenção em uma desordem, cujo fim e castigo pertence à varinha de um cabo?³⁸⁴

A esse respeito, *O Censor* ponderou que a *Aurora* considerava “os Irlandeses como únicos criminosos nesta balbúrdia, e dignos por isso de quantas horrendas penas” pudesse “haver”. Além disso, pontuou que os mesmos episódios haviam sido retratados por outro jornal, o *The Rio Herald*, que contava os fatos “de outra forma”.³⁸⁵ Apesar de não ter feito menção a edição, *O Censor* se referiu ao nº 05 do periódico inglês, onde foram abordados os desentendimentos ocorridos no Campo da Aclamação.

O *The Rio Herald*, ao invés do que foi retratado pela *Aurora*, afirmou que os soldados irlandeses instauraram o conflito, pois haviam sido insultados e maltratados pela patrulha da polícia, e, com base nisso, reagiram.³⁸⁶ Por conseguinte, *O Censor*

³⁸³ *Ibid.*

³⁸⁴ *Ibid.*

³⁸⁵ *Ibid.*

³⁸⁶ De acordo com o *The Rio Herald*, os irlandeses voltaram ao quartel, onde reuniram forças e retornaram para assaltarem a guarita armados de 50 armas, sem que houvesse um confronto, tendo em vista o recuo dos policiais, que perceberam a aproximação dos irlandeses. Segundo o jornal, o imperador e sua família passaram por esses irlandeses enfu recidos enquanto estavam a caminho do Jardim Público, quando D. Pedro, da carruagem, acenou com seu chapéu, e logo os estrangeiros deixaram seus bastões e paus e retornaram ao seu quartel. O imperador chegou a ser questionado se era necessário o envio de uma tropa/patrulha nacional ao local, mas a negou. A ordem teria sido restaurada pelas ações de Pereira Valente e de Cotter, com a prisão, no fim da noite, dos estrangeiros mais violentos envolvidos no caso. Com a apresentação do ocorrido, o *Rio Herald* afirmou que mediante

não acusou a *Aurora* diretamente de manipulação, mas declarou que “de informação, juízo, e oposição ponderada, e até violenta, o *Rio Herald*” podia “dar lições aos jovens da *Aurora*”.³⁸⁷

No entanto, *O Censor* ressaltou que “nem o *Rio Herald*, nem a *Aurora*” determinariam a sua “opinião a respeito dos crimes dos Irlandeses”, e quanto “aos seus crimes” esperava “as sentenças das alçadas militares, e pelo que” respeitava “aos crimes que poderiam ter cometido contra Cidadãos”, aguardava “as sentenças dos Magistrados, aos quais se” remeteriam “semelhantes culpas”. Para finalizar sua colocação frente ao que foi publicado pela *Aurora*, esclareceu que:

Talvez a *Aurora* tivesse mostrado mais prudência em seguir a mesma conduta: as suas declamações prematuras tornar-se-ão tanto mais irrisórias, que ela não nos parece ter percebido bem o verdadeiro sentido da questão do serviço dos Estrangeiros, questão que o parágrafo 12 do Art. 15 da nossa Constituição não decide, visto que ele se aplica unicamente às forças de mar e terra, ao serviço de uma Potência Estrangeira, e não aos Soldados estrangeiros alistados debaixo das nossas bandeiras. A Questão do serviço dos estrangeiros merece muita reflexão, e não deve ser tratada ligeiramente com meras exclamações, e jaculatórias de patriotismo.³⁸⁸

A *Aurora* dedicou a seção *Interior* do nº 34 à sua réplica, desse modo, em “*Duas palavras ao Censor*”, alegou que não considerava os “Irlandeses, como os únicos culpados nas balbúrdias do Campo de S. Anna, Rua do Barbonos &c.”, e sim aos “outros”, a quem atribuía “a maior culpa”. Nesse sentido, “as suas jaculatórias de patriotismo não” assentaram “tanto sobre as desordens, que esses soldados *ébrios*” tinham “praticado, como sobre as intenções, que parecem ter tido os, que para o Brasil mandaram vir àquela tropa”.³⁸⁹

Quanto ao pressuposto de “efervescência momentânea” referente aos irlandeses, a *Aurora* declarou que essa rompeu “em atos reiterados” que turbaram “a tranquilidade dos Cidadãos, e sendo punida *às escuras*”, deixaram “sempre um sentimento equívoco sobre a aprovação ou desaprovação, que lhe infligiram as Autoridades”.³⁹⁰

aos outros relatórios, esse era o que acreditava ser o caso real, e que esperava não anunciar novamente situações semelhantes a essa. Com isso, advertiu ao governo que maus tratos e golpes não fariam os irlandeses se tornarem bons soldados, e sim, um bom tratamento e restrita disciplina. *The Rio Herald*, 1828, nº 05, 05/04/1828, p. 3.

³⁸⁷ *O Censor Brasileiro*, 1828, 11/04/1828, nº 3, p. 2.

³⁸⁸ *Ibid.*

³⁸⁹ *A Aurora Fluminense*, 1828, 12/04/1828, nº 34, p. 140.

³⁹⁰ *Ibid.*

A partir disso, se defendeu ao alegar que seus redatores não eram “bárbaros”, e nem tinham “por ora manifestado sede de sangue”, para desejarem “por crueldade ver executar em público castigos militares”. Ao contrário, tinham “horror à efusão de sangue humano”, mas ainda assim desejavam “que a disciplina” soubesse “reprimir uma gente insubordinada, que” vinha “agravar os males do nosso país”.³⁹¹

No tocante ao parágrafo 12, artigo 15 da Constituição, a *Aurora* ratificou que “a distinção do transcendente” do *Censor* era “digna da sagacidade Jesuítica”, pois entendiam “que *força estrangeira, e batalhões estrangeiros*” eram “expressões sinônimas, e que a circunstância de estarem a soldo no nosso Governo não” influía “sobre a qualidade de *Estrangeiros, que só*” poderiam “perder pela naturalização”. Em conclusão, assegurou que:

A *Juventude* dos Redatores da *Aurora* talvez os impossibilite de dar ao artigo em questão seu genuíno sentido, e de bom grado tomariam por guia o sábio *Censor*, se simpatizassem com os que habilmente insinuam a *Censura* prévia, que procuram intimidar o Povo sobre a influência da Assembleia Legislativa, e costumá-lo a sofrer golpes, e atitude ameaçadora da *força estrangeira. Sic valeas, ut farina es.*³⁹²

De volta ao debate no seu nº 05, O *Censor* passou a questionar e discorrer sobre o artigo da Constituição de 1824 mobilizado pela a *Aurora*, dessa forma, propôs sua contextualização e aplicabilidade:

Quanto ao §. 12 do Art. 15 da Constituição, eis o seu contexto: “Conceder ou negar a entrada de forças estrangeiras de terra e mar dentro do Império, ou dos portos dele...Dirigindo-nos à boa fé dos *Redatores da Aurora*, nós lhes perguntamos, onde encontraram ele aqui a menos cousa, que possa aplicar-se a *Batalhões* formados no Rio de Janeiro, comandados, sempre que o Governo queira, por *Oficiais Nacionais*, sujeitos às *Leis do Império*, e trajando o *Uniforme Brasileiro*: Que comparação podem estabelecer entre eles, por exemplo, e os *Suíços* nos serviço da *França*, que não podem ser comandados senão por *Oficiais Suíços*; que estão sujeitos unicamente as *Leis Suíças*; que chegam a *França* já *arregimentados*, e em virtude de *convenções de Governo* com *Governo*; e que além do tope nada tem de comum com os *Soldados Franceses*? Estas sim, são *forças estrangeiras*: a estas, e outras semelhantes é que pode aplicar-se aquele Art.³⁹³

A partir dessa colocação, O *Censor* defendeu que as questões relacionadas ao emprego aos *Batalhões Estrangeiros* se tratavam, estritamente, de uma questão de

³⁹¹ *Ibid.*

³⁹² Tradução livre do extrato de jornal, do latim para o português: “para que você possa ser tão bom quanto você é”. *Ibid.*

³⁹³ O *Censor Brasileiro*, 1828, 18/04/1828, nº 5, p. 2.

conduta, da qual não hesitaria em repetir que era “um ponto de disciplina militar prevista pelas Leis existentes”.³⁹⁴

Nas suas palavras, caso “conviesses aos *Redatores da Aurora* tratar a questão debaixo do seu verdadeiro aspecto”, deveriam considerar “se era mais conveniente ao bem geral, ter Batalhões compostos de Estrangeiros”, com o intuito de “distrair menos braços da agricultura, e da indústria, ou converter esses Estrangeiros em colonos, e trabalhadores”, desse modo, poderiam entrar em acordo. Em seguida, *O Censor* declarou:

Pelo que respeita à nossa sagacidade *Jesuítica* não tardaremos em dar a conhecer aos *Redatores da Aurora*, as nossas opiniões sobre os filhos de Loyca; e de certo não hão de ser tentados a taxar-nos de conveniência com eles. Entre tantos diremos, que há Jesuítas de todas as formas, e de todas as cores; de roupas, e de roupas; Jesuítas de servilismo; Jesuítas de liberalismo, e que todos eles têm por divisa considerar a *boa-fé*, com objeto de uma utilidade secundária.³⁹⁵

Os embates entre *O Censor* e a *Aurora* continuaram, e se deram a partir de diferentes temáticas nos seus números seguintes, relacionados principalmente às questões envolvendo a atividade ministerial, à prática e influência da Assembleia Legislativa sobre os governos monárquicos representativos, à censura aos periódicos, e, aos abusos da liberdade de imprensa.

O tópico dos estrangeiros, contudo, permaneceu sob o foco da *Aurora Fluminense*, que em seu nº 35, comentou a obra publicada por um alemão chamado M. Schumacher sobre sua estadia no Brasil, e as circunstâncias enfrentadas por aqueles que imigraram ao país. Segundo o jornal, o propósito por trás da publicação era afastar “de seus compatriotas a ideia de passarem ao Brasil, ou para entrarem no serviço militar, ou debaixo de qualquer outro título”. Em resumo, a *Aurora* pontuou que nela se pintaram “com cores pouco favoráveis a posição dos Colonos Estrangeiros no Brasil”.³⁹⁶

Com base nisso, declarou que esse posicionamento era fruto dos abusos cometidos, que trouxeram um “grande número de queixosos: algumas vezes aqueles mesmos, que os” exercitaram, sentiram “a sua envenenada influência”. De acordo com o trecho reproduzido no jornal, o autor afirmou que no Brasil “lançaram mão dos colonos, que sob a fé das promessas” foram “cultivar a terra; e à força os incorporaram

³⁹⁴ *Ibid.*

³⁹⁵ *Ibid.*

³⁹⁶ *A Aurora Fluminense*, 1828, 18/04/1828, nº 35, p. 144.

na tropa”, e que apesar de se tornarem soldados, eles eram “mal alimentados; e não se” tratava “de cumprir as condições; com que eles embarcaram”.³⁹⁷

Sobre a participação de imigrantes na composição do Exército Brasileiro, Schumacher teria escrito que “Os quatro Batalhões estrangeiros a serviço do Brasil” eram “comandados em grande parte por aventureiros Italianos, Franceses e alemães”.³⁹⁸

Em sua perspectiva, se tratava de “um singular corpo de exército”, por considerar “essa miscelânea de homens de todas as Nações” que se acharam “reunidos noutra parte do Mundo, para servir uma causa e senhores, que inteiramente lhes” eram “indiferentes, de homens que de balde se” pretendiam “submeter à disciplina severa, em um clima de todo contrário aos seus hábitos, e entre Povos, que” tinham “costumes e ideias opostas as deles”.³⁹⁹

Assim, a divulgação sobre os abusos sofridos pelos estrangeiros, ainda que de maneira pontual, também ocupou as colocações publicadas pela *Aurora Fluminense*. No entanto, a publicização dessas informações cedeu lugar, novamente, para a contestação à presença estrangeira no seu nº 37, representada, nesse momento, pelos alemães e irlandeses.

Essa reação foi suscitada por uma publicação presente no *Jornal do Comércio*, reproduzida e comentada na *Aurora*, sobre a chegada de “dois transportes, tendo a seu bordo Soldados Alemães, destinados a formar a guarda de S. M. o Imperador”.⁴⁰⁰

A descrição também contemplou os irlandeses retratados como aqueles que “andavam errantes pelas ruas, amaldiçoando o Coronel C...”, que os havia enganado, gritando que morriam “de fome, e pedindo por favor aos Capitães de Navios de Guerra Ingleses, para os tornarem à sua Pátria”.⁴⁰¹ Diante dessa colocação, a *Aurora* desmentiu essa versão:

Nós vemos como todas as notícias se desfiguram, nem a tropa Alemã vem para guarda da Augusta Pessoas de S. M. I., nem os Irlandeses correm as ruas, amaldiçoando o Coronel C... É verdade que eles correm as ruas; mas é espancando o Povo, e cometendo toda a sorte de excessos.⁴⁰²

³⁹⁷ *Ibid.*

³⁹⁸ *Ibid.*

³⁹⁹ *Ibid.*

⁴⁰⁰ A *Aurora Fluminense*, 1828, 25/04/1828, nº 37, p. 151.

⁴⁰¹ *Ibid.*

⁴⁰² *Ibid.*

Nessa mesma edição, a *Aurora* já havia questionado na sua seção de Rio de Janeiro: “-Que precisariam os Brasileiros, para serem dos maiores, e mais felizes Povos do Mundo?”, e em resposta sintetizou: “Três cousas: *desterrar de seu país a ignorância; estimar a indústria, e o trabalho; e proscrever o espírito militar*”.⁴⁰³

Em seu nº 39 destacou, todavia, a tradução de uma papeleta que continha as condições divulgadas no momento de contratação dos irlandeses, e com isso abaixou o tom ministrado aos irlandeses, com quem mantinha uma postura combativa. O documento publicado teve por título “Emigração para o Brasil”, e repassava as seguintes informações:

Os emigrados terão passagem livre; dar-se-lhes-ão as melhores provisões, e roupas próprias para um clima quente. Por causa do grande número de famílias, que já estão a bordo dos navios, excedendo as mulheres e meninos o número dos homens, só se receberão homens solteiros. Assegurar-se-á a todos os Artistas ocupação constante, e os Lavradores encontrarão igual favor; dar-se-lhes-ão roupas, e terras em lotes de 40 acres, e ainda mais. Ninguém será obrigado a ficar naquele país contra sua vontade. Para mais ampla informação, procura-se Wm. Cotter, Agente de sua Majestade Imperial. Cove, 5 de Setembro de 1827.

N. B. Os Artífices trarão os seus utensílios.⁴⁰⁴

Em face ao exposto, a *Aurora* admitiu a “ausência de qualquer palavra, que respeite ao serviço militar”, de modo que essa “circunstância bem curiosa” dava “força à voz comum, de não quererem os Irlandeses alistar-se, como soldados, e de reclamarem contra esta contravenção manifesta ao seu contrato”. Nesse sentido, o presente periódico considerou, pela primeira vez, a colocação desses estrangeiros sobre as circunstâncias de sua convocação.⁴⁰⁵

Apesar disso, a postura conciliadora frente às circunstâncias enfrentadas pelos irlandeses desde sua chegada ao Brasil, não alterou a abordagem de como eram retratados em suas páginas, tendo em vista que em seu nº 45, o jornal noticiou a transferência de parte dos imigrados irlandeses para o quartel da Praia Vermelha, e afirmou que “As desordens dos Irlandeses” tinham continuado e como logo havia suposto, “a mudança de lugar não lhes mudou as manhas”.⁴⁰⁶

Conforme o próprio jornal notificou, havia algum tempo que não possuía os “*últimos boletins do exército Irlandês*”, desse modo, sua descrição estava baseada “no que geralmente” se atribuía como parte de suas práticas, como é o caso de que

⁴⁰³ *Ibid.*

⁴⁰⁴ A *Aurora Fluminense*, 1828, 02/05/1828, nº 39, p. 158.

⁴⁰⁵ *Ibid.*

⁴⁰⁶ *Aurora Fluminense*, 1828, 19/05/1828, nº 45, p. 185.

insistiam “em não querer sentar praça”, e praticavam “repetidos atos de insubordinação, a ponto de acometerem, e insultarem oficiais superiores encarregados do seu regime”.⁴⁰⁷

De acordo com a *Aurora*, a recusa à prestação de serviços ao exército brasileiro permaneceu constante entre esses estrangeiros, ao ponto de ter sido utilizada como ferramenta de coação, a negação à razão àqueles que exigiram “o cumprimento dos ajustes”.⁴⁰⁸

A *Aurora* ironizou “esta maravilhosa ideia”, pois em sua visão, nenhum outro resultado seria capaz de produzir a não ser o de “aumentar o número de ladrões, de que atualmente” estava “infestado o Rio de Janeiro”. A partir disso, concluiu que “se quer iludir a verdade” e “escarnecer as Leis”, recorre-se “a todo o gênero de astúcias, circuitos, e subterfúgios, sem que por isso o Poder melhore a sua posição”.⁴⁰⁹

Como de costume, o alinhamento da *Aurora* à defesa das Leis pautou a contraposição às medidas de coerção empreendidas, de modo que essas estratégias de manejo e contenção foram repreendidas como atos indevidos e de abuso de poder. Apesar disso, o enfoque concedido aos irlandeses permaneceu a contemplar esses estrangeiros de forma depreciativa, mesmo depois de expor as circunstâncias a que, supostamente, estavam submetidos.

Essa publicação rendeu, contudo, uma reação à versão dos fatos apresentados e publicados nas páginas da *Aurora*, posto que o correspondente do jornal *Diário Fluminense*, intitulado *Um inimigo da mentira*, afirmou que faltaram “aos jovens Redatores daquela folha os documentos necessários para comprovar a verdade e imparcialidade, com que” publicaram “as suas notícias relativas aos emigrados Irlandeses estacionados na Praia Vermelha”.⁴¹⁰

O *Um inimigo da mentira* destacou “a moralidade daquela fábula” escrita pela *Aurora*, e anexou três documentos que lhes “vieram à mão”, referentes às ordens e orientações relacionadas aos irlandeses, destinados a reprodução no *Diário*.⁴¹¹ O primeiro deles partiu do Quartel General do Governo das Armas, ofício estabelecido entre Manoel José de Oliveira e Francisco de Lima e Silva, onde foram ordenados que

⁴⁰⁷ *Ibid.*

⁴⁰⁸ *Ibid.*

⁴⁰⁹ *Ibid.*

⁴¹⁰ *Diário Fluminense*, 1828, 03/06/1828, n° 125, p. 501.

⁴¹¹ *Ibid.*

os irlandeses fossem estabelecidos como colonos, e que não fossem incorporados na defesa militar.

Illust. E Excel. Sr. – Sendo necessário fazer novamente constar aos Irlandeses sem praça e existentes no depósito do Comando de V. Ex. que (...) não só são considerados como Colonos, mas também nenhum mais se admite a sentar praça e jurar bandeiras: ordens S. Ex. o Sr. Conde do Rio Pardo, Governador das armas da Corte e Província, que V. Ex. chamando-os a foram-lhes faça outra vez saber esta superior determinação...⁴¹²

O segundo apresentou uma listagem de irlandeses que solicitaram o alistamento no Exército Imperial, e esperavam pela autorização do Imperador, para que fossem incorporados ao 28º Batalhão de Caçadores, lotados na Praia Vermelha.⁴¹³ Já o terceiro, apresentava as respostas solicitadas em ofício, a respeito das condições com que os irlandeses haviam sido recebidos, trocadas entre o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e Vicente Paulo de Oliveira Vilas Boas.

Em resposta ao ofício, que acabo de receber, tenho a honra de informar a V. Ex., que na ocasião em que chegaram os primeiros emigrados Irlandeses a este depósito, se concebeu a todos os recrutas nele existente, a mesma ração que tem os corpos destacados; constando de uma libra de carne, duas onças de toucinho, e quatro onças de arroz, e igual porção de farinha, sal, e lenha, que se dá a tropa Nacional, vencendo os Irlandeses pão, em lugar de farinha, como vencem os mais estrangeiros; cuja ração tem sido constantemente dada sem a menor alteração de aumento, nem diminuição, nem em qualidade, nem em quantidade, não só até a separação daqueles Irlandeses, que voluntariamente juraram bandeiras, mas ainda depois disso, para aqueles que são considerados como colonos. Deus Guarde a V. Ex. Depósito Geral 25 de Maio de 1828. – Illust. e Excel. Sr. Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. – Vicente Paulo de oliveira Vilas Boas, Major.⁴¹⁴

Em resposta ao *Inimigo da mentira*, no seu nº 52, de 06 de junho de 1828, a *Aurora* partiu de um lugar em que problematizou a censura às informações contidas nos jornais, e reafirmou o poder da imprensa em opinar e influenciar as decisões tomadas nas esferas de decisão e poder.

Quanto vale a censura exercida pelos Jornais! O artigo da Aurora de 19 de Maio sobre os Irlandeses, e seus motins, deu causa a publicação não espontânea de alguns interessantes documentos acerca deles, donde se vê que o Governo ouviu a voz pública nos Periódicos, ou conheceu a impossibilidade de reduzir por força os Irlandeses a sentar praça, contra a fé dos ajustes.⁴¹⁵

⁴¹² *Ibid.*

⁴¹³ Entre os presentes na listagem, estiveram: Edmund Shanatan, Christopher Dillion, Timothy Hyde, James Coony, John Callagtan, Pat. English, Dan Hyde, Richard Collins, Pat. Reca, Henry Holland, Daniel Kelcher, William Shostae, Eduard Iroy e Patrick Seanlan. *Ibid.*

⁴¹⁴ *Ibid.*

⁴¹⁵ A Aurora Fluminense, 1828, 06/06/1828, nº 52, p. 212.

Em relação à informação sobre a suspensão da ração, a *Aurora* afirmou que “o correspondente do Diário Fluminense julgou ter feito um achado, apresentando os nomes de 14 Irlandeses, que voluntariamente se ofereceram ao serviço militar, e provando por documento que nunca se lhes suspendeu a ração”. O ato de apresentar outra versão sobre o que havia acontecido na Praia Vermelha, fez com que a *Aurora* questionasse:

Apesar de termos dado aquela circunstância, sem asseverarmos, porém sim como voz comum, perguntaremos ao Sr. *Inimigo da mentira*, se não se faltou algum tempo aos Colonos com o soldo, que antes recebiam? Se daí não podiam provir só resultados, que lembramos? E se se pode reputar mentira aquilo que se publica, como boato ou rumor, só porque difere do acontecido em uma circunstância indiferente?⁴¹⁶

A *Aurora* tirou sobre si a responsabilidade de asseverar as informações publicadas a respeito dos irlandeses, antes retrucou com questionamentos que destacaram a posição do jornal no processo de instigar, provocar e promover um ambiente para fins de mobilização e embate de ideias.

Para concluir sua resposta ao *Inimigo da mentira* e aos demais apoiadores dos estrangeiros, a *Aurora Fluminense* deixou claro que “Aqueles, que se tem declarado patronos dos excessos da tropa Irlandesa se devem envergonhar; pois a medida, que adoção agora, prova quanto se enganaram no seu cálculo”.⁴¹⁷

No mesmo dia, *O Censor Brasileiro* retornou ao tema relacionado aos irlandeses e ao argumento de que esses haviam sido forçados ao serviço militar do Império do Brasil, no seu nº 18, com a publicação de uma carta anônima, em forma de denúncia, redigida por *Um amigo dos Oprimidos*, datada de 22 de maio de 1828.

Sr. *P. L.* Em consequência de ter Ilustre Deputado José Custódio Dias movido a questão na Câmara dos Deputados sobre como se cumpria o ajuste com os Colonos Irlandeses, e se com efeito eles tem assentado voluntariamente, ou se tem sido constrangidos a isso, convém muito a benefício daqueles infelizes, atraçoadamente arrancados de sua Pátria debaixo do pretexto de virem como Colonos, e que hoje violentados para serem Soldados, que sua voz pudesse chegar à Câmara dos Deputados por via de uma Petição para terem pronto alívio a seu mal. É por isso que se lembra de V. m. como Compatriota deles, a fim de insinuar alguma pessoa capaz entre os mesmos Soldados para fazer um requerimento a Augusta, e Digníssima Câmara dos Senhores Deputados da Nação Brasileira, narrando o como foram ajustados para virem ao Brasil, se se lhe tem cumprido exatamente com o ajuste, se vieram engajados para serem Soldados aqui, se tem assentado praça voluntariamente, se têm sido obrigados a isso, e de que forma, cingindo-se religiosamente a verdade, e fazendo assinar tal Petição pelo maior número possível de Soldados e Colonos, e remetê-la em carta fechada ao referido Sr.

⁴¹⁶ *Ibid.*

⁴¹⁷ *Ibid.*

José Custódio Dias, que mora na rua da Moeda para cima, indo para o Campo de Santa Ana. A Petição pode ser escrita em Inglês, a fim de se poder guardar o segredo necessário. A maior pressa, e segredo se recomenda a V. m., e que o Requerimento seja assinado pelo menos 50 indivíduos. Não tema V. m. nada porque quem esta escreveu é = *Hum Amigo dos Oprimidos*. 22 de Maio de 1828.⁴¹⁸

Diante do apresentado, O *Censor* declarou que julgou seu “dever publicá-la, para que todos” conhecessem “as maquinações ocultas, que os inimigos do Governo não” cessavam “de empregar para o deprimir”. Ao sair em defesa da administração imperial, declarou que faltavam “meios legais para fazer guerra ao Governo, e não tendo coragem para a atacar com a cara descoberta”, utilizavam a “máscara do anônimo” e as “armas da intriga”. Diante dessas proposições, O *Censor* ponderou que:

No meio de tudo isso ocorre naturalmente a seguinte observação. Ou o Sr. *Custódio Dias* tem na sua mão a prova de que o Governo violentou os Irlandeses a assentar Praça, e então não precisa desse Requerimento, que o = *Amigo dos Oprimidos* = solicita, para lhe servir de bordão; ou não tem provas algumas; e nesse caso será necessário concluir, que procedeu com repreensível precipitação em acusar o Governo de fatos, que ele não pode provar. E que para que fim havia o = *Amigo dos Oprimidos* = aconselhar ao Sr. P. L. que remetesse o tal Requerimento = *em carta fechada ao referido Sr. José Custódio Dias, que mora na Rua de Traz do Hospício etc. etc.? Dicant Paduani.*⁴¹⁹

O Sr. Custódio Dias foi mencionado por *Um amigo dos Oprimidos*, pelo motivo de ter solicitado esclarecimentos sobre a presença de irlandeses no Brasil, ao longo das sessões da Câmara dos Deputados, do ano de 1828. Custódio Dias, ao longo do mês de maio, solicitou esclarecimento sobre a quantidade de irlandeses emigrados, e quantos deles haviam sido estabelecidos enquanto colonos e soldados. O deputado foi motivado, sobretudo, pelo conhecimento das crescentes desordens nas ruas do Rio de Janeiro, além das notificações na esfera periódica, de que muitos desses estrangeiros haviam sido forçados ao serviço militar.⁴²⁰

Haja vista o que foi apontado, O *Censor Brasileiro* defendeu que a censura aos “erros da Administração” era “muito louvável, e até necessário no Sistema Constitucional”. Apesar disso, criticou que essa atitude fosse realizada “por vias tortuosas, às escondidas” e que “atraiçoadamente” se solicitasse “meio de inquietar o

⁴¹⁸ O *Censor Brasileiro*, 1828, 06/06/1828, n° 18, p. 2.

⁴¹⁹ *Ibid.*

⁴²⁰ Sobre os irlandeses e as requisições de Custódio Dias, Cf. Sessões dos dias 09/05/1828, p. 36; 16/05/28, p. 82; 21/05/1828, p. 125; 29/05/28, p. 187. BRASIL. Anais do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados. 1828. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1828_00001.pdf

Governo, e perturbar a sua marcha”. Com base nisso, declarou que essa iniciativa só podia “aprazer aqueles que” procuravam “dispor-lhe a queda; que não” amavam “o Sistema Constitucional; e que finalmente” promoviam e desejavam a anarquia.⁴²¹ O *Censor Brasileiro* finalizou sua colocação com a presente reflexão sobre Custódio Dias:

Fortíssima deve ser a atração da simpleza, ou boa fé do Sr. José Custódio Dias para Comissões de semelhante natureza, pois já (segundo dizem) de Buenos Aires há anos se lhe enviou carta de ordens para uma outra não menos desorganizadora.⁴²²

3.4 Embates e considerações dos jornais *Aurora Fluminense* e *The Rio Herald* sobre os irlandeses ⁴²³

Em seu nº 47, de 23 de maio de 1828, a *Aurora* voltou suas atenções ao *Rio Herald*,⁴²⁴ e comentou a respeito de sua conduta para com outro redator inglês, responsável pela condução do jornal *British Packet*, publicado na cidade de Buenos Aires.⁴²⁵ A *Aurora* fez referências aos embates entre o *Inglês Brasileiro* e o *Inglês Argentino* e proferiu colocações sobre ambos frente a Guerra da Cisplatina:

Mas há um ponto, em que eles se entendem maravilhosamente, e coincidem inteiramente: este ponto de contato é a guerra. Não há nada que se possa comparar ao seu furor belicoso, ao patriotismo de um e outro pelo país onde fazem os seus interesses; e a ouvi-os, a guerra, que arruína os dois estados, não deve acabar nunca para felicidade de ambos. Haverá neste negócio algum mistério!⁴²⁶

O *Rio Herald* alegou, em resposta, que não havia nada de mais iliberal do que os posicionamentos assumidos pela *Aurora* em seu nº 47, afirmando que esse jornal não entendia de modo algum suas publicações. A “Jovem Aurora”, como a conveio chamar o *Rio Herald*, se limitava, em suas palavras, a “traduzir injúrias grotescas e

⁴²¹ O *Censor Brasileiro*, 1828, 06/06/1828, nº 18, p. 2.

⁴²² *Ibid.*

⁴²³ O jornal *The Rio Herald* não se encontra totalmente digitalizado. Das 18 edições que foram publicadas entre 08 de março de 1828 e 05 de julho de 1828, os números 12, 16 e 17, não se encontram disponíveis para a consulta. Desse modo, há alguns pontos do debate entre o *The Rio Herald* e da *Aurora Fluminense*, que são contemplados unilateralmente.

⁴²⁴ A *Aurora Fluminense*, 1828, 23/05/1828, nº 47, p.193.

⁴²⁵ *The British Packet and Argentine News*, foi publicado entre os anos de 1826 e 1859, semanalmente, na cidade de Buenos Aires. Teve como seu redator principal o inglês Thomas George Love, e foi impresso pela tipografia Jones & Co. Para mais informações, Cf. <https://lccn.loc.gov/sn94048193>

⁴²⁶ A *Aurora Fluminense*, 1828, 23/05/1828, nº 47, p.193.

ataques”, entre outras formas de perseguições ao periódico inglês, que tinha por premissa defender a causa de seu país adotado.⁴²⁷

Em sua edição de nº 49, a *Aurora* retornou, dessa vez, para se defender das colocações que passaram a integrar as reflexões do *Rio Herald* sobre o seu jornal, e sobre os seus discursos relacionados aos estrangeiros, sobretudo, os irlandeses, frente às desordens que tiveram a sua participação.

Segundo o modo de pensar do *Rio Herald*, a *Aurora* é culpada de muitas das desordens dos Irlandeses, Irlandeses, inflamando o ânimo do Povo contra eles; mas o Povo do Rio de Janeiro é caluniado em semelhante asserção, e outra é a origem das desordens, que havemos mencionado.⁴²⁸

Em contrapartida, a *Aurora* questionou ao *Herald*: “Tem por acaso a *Aurora* persuadido aos Irlandeses que se embriaguem, que acometam gente pacífica; que insultem guardas, que faltem ao respeito aos seus chefes, e que enfim ameacem a Cidade de anarquia?”. Antes se defendeu das acusações ao responder as perguntas anteriores:

Nada disto tem feito a *Aurora*, nem a ela se deve atribuir a má-fé, que se diz haver da parte do Governo, em não querer cumprir as condições do contrato. Bem longe disso, a *Aurora* foi quem reclamou em favor desses Estrangeiros a execução do, que se ajustara com eles, e quem fez publicar as clausulas do seu trato; porque nada abomina do pertence à humanidade, e sabe aplicar os princípios da filantropia, ainda aos Povos mais degenerados do mundo.⁴²⁹

Apesar de publicar, de fato, o exemplo da papeleta com informações relativas ao contrato firmado com os irlandeses, a *Aurora* não “foi quem reclamou em favor desses Estrangeiros”, como se fez crer. A “má-fé” atribuída a ela envolveu a contestação sobre a finalidade da presença de estrangeiros no Brasil, e as constantes descrições aos atos de insubordinação apresentados nas ruas da Corte.

Além disso, se tornou perceptível a construção de um discurso que propunha mobilizar a *opinião pública* por meio da depreciação e questionamento da presença desses estrangeiros, a ponto de outros jornais passarem a apontar e discorrer sobre essa característica na redação do jornal *Aurora Fluminense*, inclusive o *The Rio Herald*.

Ao dar seguimento a sua colocação frente ao que foi escrito pelo *Herald*, a *Aurora* colocou que não desejava, e nem podia aceitar “que forasteiros, despidos do sentimento de Pátria”, viessem “empunhar armas sobre a nossa terra, servir de dóceis

⁴²⁷ The Rio Herald, 1828, 30/05/1828, nº 13, p. 3.

⁴²⁸ A Aurora Fluminense, 1828, 30/05/1828, nº 49, p. 200.

⁴²⁹ *Ibid.*

instrumentos ao Poder, e aviltar o espírito Nacional, que faz a grandeza dos Estados”.⁴³⁰

Em complemento a essa colocação, deixou claro que esses “forasteiros” não deviam desfrutar de “comodidades, e vantagens superiores, às que” tinham “a tropa do país, a título de ajudarem a manter a tranquilidade, e a ordem, e por último” que voltassem “a sua força contra Cidadãos, e Povo inerme”, rompessem “a paz pública, a troco da hospitalidade, que” recebiam.⁴³¹

Nas suas palavras, os “jovens da Aurora” se magoavam com as misérias da espécie humana, e quando” encontravam “um Irlandês, mendigo, ou ébrio, o que muitas vezes lhes” tinha acontecido, o socorriam e lastimavam, “como a um homem, que ainda envelhecido, não” perdia “os seus direitos à compaixão”.⁴³²

Para mais, ainda afirmou que o redator do *The Rio Herald* estava enganado ao crer que a moderação adquirida pelos brasileiros era fácil se destruir, e que o “Povo do Rio de Janeiro” acolhia “com bondade os homens de todas as regiões do Universo; e os grosseiros hábitos de *John Bull*”, que ocupava e maltratava os estrangeiros do seu gênio e inclinações.⁴³³ O conselho da *Aurora* para o *The Rio Herald* foi “lhes prestasse o Jornalista Britânico, e fora melhor pugnar pela libertação dos Emigrados Irlandeses, do que trabalhar, para fazer deles, instrumentos de escravidão.”⁴³⁴

O *The Rio Herald* respondeu às alegações até então proferidas, em seu nº 14, dizendo que nunca afirmou que a *Aurora Fluminense* havia persuadido “os irlandeses a quebrar a paz”, contudo, sua opinião ao longo do tempo foi de que o jornal “por seus contínuos clamores contra esses pobres miseráveis infelizes, inflamou a mente do povo contra eles, e, conseqüentemente, tinha sido o meio (mesmo que indiretamente) de muitos dos distúrbios”. Com base nisso, *The Rio Herald* ressaltou:

A Aurora pode argumentar até hoje, mas nunca nos convencerá que a culpa é inteiramente dos irlandeses. Temos sido testemunhas oculares de mais de uma ação brutal cometida sobre essas pobres criaturas, e meramente porque eles eram *irlandeses*, estes, que a Aurora se lembre, não são meras *opiniões* mas *fatos*.⁴³⁵

⁴³⁰ A *Aurora Fluminense*, 1828, nº 49, p. 200-201.

⁴³¹ *Ibid.*, p. 201.

⁴³² *Ibid.*

⁴³³ *Ibid.*

⁴³⁴ *Ibid.*

⁴³⁵ Tradução livre do extrato de jornal: “We never asserted that the Aurora persuaded the Irish to break the peace, but our opinion merely was (and we still hold it) that the Aurora by her continual clamors against these poor unfortunate wretches had inflamed the minds of the people against them, and had consequently been the means (tho’ indirectly) of many of the disturbances. The Aurora may argue till

Apesar disso, o *The Rio Herald* pontuou que estava feliz em perceber que a *Aurora* tinha “alguma ideia de humanidade, mas que ela raramente ou nunca” fazia “uso dela”, e quanto a isso tinha “provas”. Ademais, partilhou da posição de que ainda discordariam sobre a temática, sensação que categorizou como angustiante.⁴³⁶

Tendo isso posto, afirmou que não tinha como intenção “usar uma linguagem tão forte com um vizinho com quem” era o seu “desejo mais querido estar em termos amigáveis”, no entanto, “ser espectadores silenciosos de tal bombardeio vazio, onde tão poucos são as pretensões”, excedia com a “pouca paciência” a que foi abençoado. Não somos, portanto, rancorosos de motivos pessoais, não!⁴³⁷ Ao ter sido referido como um *Inglês Brasileiro*, contudo, reclamou seu lugar enquanto *Brasileiro adotivo*, fato que não passou despercebido pela *Aurora Fluminense*, que se colocou a respeito em seu nº 51:

Ao *Rio Herald* pedimos perdão, por lhe haveremos chamado *Inglez Brasileiro*. Pelo que entendemos do seu derradeiro número, ele é *Brasileiro adotivo*. Feliz terra que tanta gente quer buscar por Mãe, mordendo sempre o seio, que os alimenta! Trate o *Rio Herald* da pauta da Alfândega, dos tributos do consulado, sempre pugnando zeloso pelos interesses dos seus compatriotas isso lhe faz honra pois cada um ama os seus; porém deixe-se de se envolver em políticas profundas sobre os negócios do Brasil, que de certo bem pouco lhe hão de importar, e em cujos desmanchos tanta gente especula.⁴³⁸

As discordâncias com a *Aurora Fluminense* seguiram, como o *The Rio Herald* havia apontado que aconteceria, atreladas essencialmente à presença de estrangeiros no Brasil, aprofundadas pela deflagração da revolta dos soldados estrangeiros.

doomsday but will never persuade us the blame entirely rests with the Irish. We have been eye witnesses of more than one brutal action committed on these poor creatures, and merely because they were *Irishmen*, these, let the *Aurora* recollect, are not mere *opinions* but *facts*.” *The Rio Herald*, 1828, 07/06/1828, nº 14, p. 2-3.

⁴³⁶ Tradução livre do extrato de jornal: “We are happy to perceive the *Aurora* has some idea of humanity, but that she seldom or never makes use of it we have so many proofs, that on this score we must still disagree; it is distressing”. *Ibid*, p. 3.

⁴³⁷ Tradução livre do extrato de jornal: “and much against our wont to be obliged to use such strong language with a neighbor with whom it is our dearest wish to be upon amicable terms, but really to be silent spectators of such empty bombast, where so few are the pretensions, exceeds what little patience we are blessed with; We are not thus rancorous from personal motives, no!”. *Ibid*, p. 3.

⁴³⁸ *Aurora Fluminense*, 1828, 04/06/1828, nº 51, p. 210.

Capítulo 4 - A revolta dos soldados alemães e irlandeses no Rio de Janeiro ⁴³⁹

4.1 O estopim da revolta: o 2º Batalhão de Granadeiros, em São Cristóvão

Um motim militar, um levante repentino de soldados Alemães e Irlandeses enluteceu de improviso a Capital do Império, sepultando-a na consternação. Uma soldadesca furiosa, perdendo todo o respeito e toda a disciplina, entregou-se aos excessos mais criminosos; e o que levou o espanto a seu cúmulo, foi a espontânea arrebenção da trovoadas nos 3 pontos ocupados pela tropa estrangeira, deixando supor aos cidadãos que havia conluio maquinado de antemão para saque da cidade, destruição do governo e os piores e mais horrendos atentados. Graças ao céu nada disto existiu - o crime não tendo sido premeditado, não produziu senão males efêmeros.⁴⁴⁰

A passagem acima faz parte da introdução de um folheto, que circulou nas ruas da Corte e teve por título o “Fiel esboço dos acontecimentos do dia 9, 10, 11, e 12 de Junho de 1828”, estruturado na forma de relato, onde o interlocutor de identidade desconhecida, narrou os acontecimentos a partir do que afirmou ser seu testemunho ocular, em composição a outras informações recolhidas.⁴⁴¹ Desse modo, se constituiu como uma das versões sobre a revolta dos soldados alemães e irlandeses, entre muitas outras.

O espírito de partido fatal discórdia se apoderaram dos fatos, os desnaturam, narram-os ao arbítrio para benefícios das suas paixões e a opinião pública geme de um mal que se exagera e despesa do remédio. (...) Nós tendo presenciado os fatos, em todas as relações a vista e depois de consultarmos pessoas mais respeitáveis que foram testemunhas oculares empreendemos apresentar um verídico quadro de quanto tem acontecido de mais notável durante estes três lamentáveis dias.⁴⁴²

⁴³⁹ O presente capítulo tem como propósito a apresentação da revolta dos soldados estrangeiros pelas ruas da Corte, levando em consideração, os acontecimentos de maneira mais descritiva. Para a sua composição foram utilizadas três bases: a primeira delas foi a representação do motim em seu caráter informal e formal, com a mobilização de um panfleto que circulou informalmente pela Corte, em 1828, e do relatório de Pereira Valente, Conde do Rio Pardo e Comandante das Armas, sobre o levante, apresentado à Câmara dos Deputados, no mesmo ano; a segunda, está relacionada aos relatos dos estrangeiros, em especial de Carl Seidler e Robert Walsh, que descreveram os acontecimentos relacionados a esse evento através de seus olhares e perspectivas de imigrantes, presentes no Brasil, em meio à revolta; e em terceira, a base historiográfica, tendo em vista, as produções que abordaram previamente o tema com a mobilização de diferentes documentações, apresentadas por Luis Basto (1971), Ruth Kato (1989), Iara Souza (1999), Gilmar Pozo (2010) e Rodrigo Trespach (2019).

⁴⁴⁰ BN, [FOLHETO Fiel esboço dos acontecimentos do dia 9, 10, 11, e 12 de Junho de 1828]; Rio de Janeiro, II, 34, 16, 18. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional.

⁴⁴¹ Folheto de autoria desconhecida. A versão manuscrita a que se tem acesso na Biblioteca Nacional trata-se de uma “Cópia literal do impresso”, que tem por data de reprodução “Junho de 1865”. No próprio documento é relatado que tem por origem o “Rio de Janeiro. Na Imperial Typ. De Pedro Plancher-Seinot, rua do Ouvidor, N° 95”. Apesar de se tratar de uma cópia, o conteúdo divulgado no panfleto original foi reproduzido em diferentes jornais como o Aurora Fluminense e Censor Brasileiro, desse modo, é detectável que se trata de uma versão fidedigna do relato divulgado em sua primeira versão. Idem.

⁴⁴² Idem.

De caráter informal, o “Fiel esboço” ou “Panfleto”, como foi retratado nas páginas dos periódicos, se tornou o fio condutor e ponto de encontro para as demais informações sobre o motim,⁴⁴³ sendo a partir dele que jornais como a própria *Aurora*, o *Censor Brasileiro* e o *Rio Herald* se basearam para retratar a revolta, bem como a partir dele, assumir consigo e com seus leitores, seus posicionamentos frente ao acontecido.⁴⁴⁴

Segundo o redator do “Fiel esboço”, a motivação para a revolta foi agregada a outras insatisfações que foram cultivadas junto à tropa estrangeira, sobretudo em meio aos soldados alemães aquartelados no Rio de Janeiro. Desse modo, o próprio *Folheto* reconheceu que:

O 2º batalhão de granadeiros alemães aquartelados no campo de S. Cristóvão, achava-se queixoso e mal disposto, ora por algumas infidelidades verdadeiras ou imaginadas na Administração, ora pela demasiada arbitrária severidade do Major, ora porque tendo expirado o tempo de engajamento não se dava solução do seu destino; porém estas sementes de descontentamento não passariam de murmurações ou motins momentâneos, se um castigo

⁴⁴³ Além de relatar a revolta dos soldados estrangeiros, o “Esboço fiel” elencou as razões em que o governo imperial teria se apoiado para o seu recrutamento. Apesar de longa citação, torna-se interessante a sua menção, porque em meio as versões disseminadas acerca da revolta, essa é uma das poucas que procuraram justificar a sua presença, bem como atenuar a atuação do governo imperial diante do levante. Nesse sentido, destaco a passagem a seguir: “O princípio que a nosso ver guiou o governo, foi a consideração que era preciso tirar a agricultura nas províncias centrais, ao comércio fábricas nas cidades marítimas, o menos número de braços possíveis pelo recrutamento substituindo numa parte dos homens necessários aos diversos serviços militares por indivíduos vindos da Europa, aumentando ao mesmo tempo a população livre e branca no seio de um Império onde o número de escravos está em proporção dobrada. Tal foi o preponderante motivo da introdução no Brasil de alemães e Irlandeses e era justo que esses mesmos homens importados com grande custo pelo governo o indenizassem por um serviço pessoal em prazo limitado, antes que fossem abandonados a si mesmo para se aplicarem aos trabalhos e ofícios mecânicos, cujo exercício os teria posto em situação abastecida. A introdução, a cultura pois das artes da Europa, o acréscimo da população branca e a gradual emancipação para o Império da dependência em que está da Europa, a respeito de gêneros de primeira necessidade e fabrico elementar era benefícios do dito sistema. Como uma infeliz guerra a sustentar era natural que o governo hesitasse em licenciar homens cujo prazo apenas expira e era até perigoso soltar últimos chegados, homens bisonhos, de gênio ferino, sem conhecimento da língua, sem indústria, nem meios para viver dois dias, e antes de tudo indenizar-se os desembolsos que obrigaram. Sabe-se diga que melhor era não os ter mandado vir; se considerarmos os fatos, diremos que sim; se o princípio observaremos que o governo foi enganado, e que animadversão pública deve reverter sobre os intrigantes que tem iludido e o fraco e o imprevidente ministério que se tem deixado iludir - Porém eles tinham chegado; o novo ministério os tinha sobre os braços, e ninguém pode estranhar que no seio das dificuldades e circunstâncias que ponderamos supra, houvesse alguma demora, e incerteza no que se havia de fazer. Neste estado de causas, uma casualidade deplorável, e motim do 2º batalhão de soldados alemães, surpreendeu o governo.” *Idem*.

⁴⁴⁴ O próprio panfleto empreendeu críticas sobre a forma com que a revolta estava sendo retratada nos jornais, e apontou que “certo jornal pode dar por desculpa ao errôneo, a pressa quando apresentou fatos ao público, se bem que alguns mais severos do que nós, o acusam de parcial e alterado de vingança”. Além das críticas, o “Esboço fiel” também colheu informações dos periódicos, como por exemplo, do *O Censor* de nº 20, publicado no dia 17 de junho de 1828, que menciona no desfecho de sua narrativa. *Ibid.*

bárbaro cuja justiça ficara mais que duvidosa, não acendiasse espíritos já preparados por anteriores desgostos.⁴⁴⁵

A revolta dos estrangeiros soldados alemães e irlandeses alocados no Exército Brasileiro teve como estopim a aplicação de castigos corporais a um soldado alemão, de identidade desconhecida,⁴⁴⁶ que pertencia ao 2º Batalhão de Granadeiros, localizado em São Cristóvão, composto majoritariamente por alemães.

O soldado em questão estava às ordens do capitão Pierre Joseph Pezerat,⁴⁴⁷ arquiteto francês do Imperial Corpo de Engenheiros, a quem prestava serviços diretamente. O capitão Pezerat, como comumente ficou conhecido até mesmo nos jornais, estava responsável por obras na residência imperial da Quinta da Boa Vista, e contava com o auxílio desse soldado para a execução de suas funções.⁴⁴⁸

A motivação que impulsionou o castigo corporal ao soldado estrangeiro foi o fato dele não ter prestado continência a um alferes de ronda, brasileiro, em uma venda, no dia 04 de junho de 1828. Por esse motivo, o oficial brasileiro que pertencia ao mesmo batalhão do alemão prestou uma queixa contra ele, ao Major Pedro Francisco Guerreiro Drago,⁴⁴⁹ que ordenou sua prisão e o condenou ao castigo físico, por ordem do coronel Luiz Dell' Hoste,⁴⁵⁰ responsável formal pelo batalhão.⁴⁵¹

A punição teve como justificativa o fato do soldado ter permanecido fora do quartel após o toque de recolher das tropas, além de seu mau comportamento e falta de respeito à hierarquia. Diante disso, foi condenado a receber 25 chibatadas por tais

⁴⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁴⁶ Soldado anônimo, mas Juvêncio Lemos indicou que os dados disponíveis demonstraram que ele teria chegado ao Brasil na primeira viagem do “Kranich”, em janeiro de 1825. *Op. cit.* Lemos, p. 326.

⁴⁴⁷ Pierre Joseph Pezerat, francês, arquiteto, emigrou ao Brasil em 1825. Foi nomeado 2º Tenente do Corpo de Engenheiros nesse mesmo ano e alocado na “Comissão de Levantamento da Carta da Província do Rio de Janeiro”. Seis meses depois, foi promovido a 1º Tenente, sendo designado a prestar serviço na Imperial Fazenda de Santa Cruz, onde atuou até ser recrutado pelo próprio imperador, em 1827, como responsável por uma obra no Palácio de São Cristóvão, sendo elevado ainda ao posto de capitão. *Op. cit.* Lemos, p. 325.

⁴⁴⁸ A obra estava voltada para a construção de uma nova ala, do lado direito da frontaria do Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, tendo o orçamento de cento e seis contos, quatrocentos e cinquenta mil réis, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 1827. Como supervisor de tal empreendimento, foi concedido a Pezerat o auxílio de um soldado do 2º Batalhão de Granadeiros, para o secretariar. *Ibid.*, p. 325.

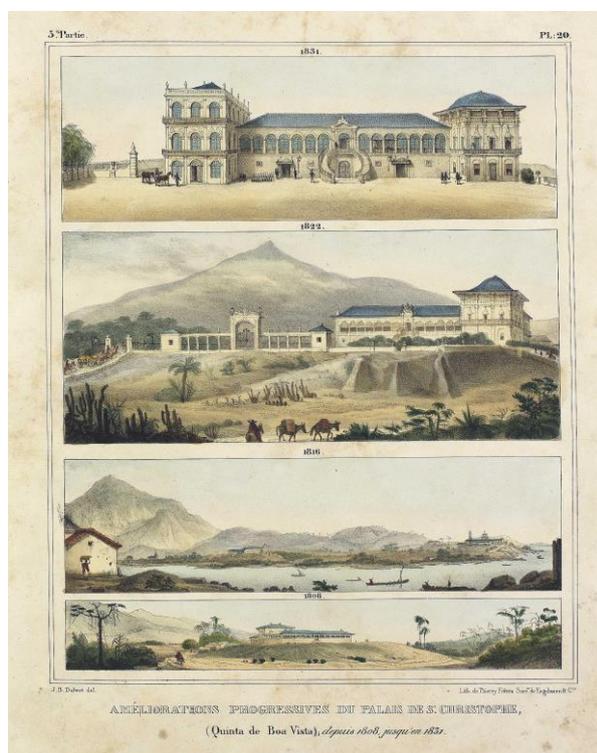
⁴⁴⁹ Major Pedro Francisco Guerreiro Drago, brasileiro, que ocupava a posição de subcomandante do 2º Batalhão de Granadeiros, e estava responsável pelo trato diário com os estrangeiros, sendo esse já experiente nessa tarefa, pois atuava junto deles desde 1824. *Op. cit.* Lemos, p. 327.

⁴⁵⁰ Coronel Luiz Dell' Hoste, ítalo-austríaco, já avançado em idade. Estava no comando do 2º Batalhão de Granadeiros, ainda que de maneira figurativa como afirma LEMOS (2013), que defendeu que quem geria verdadeiramente o batalhão seria Drago. *Ibid.*, p. 327.

⁴⁵¹ *Op. cit.* Pozo, p. 135.

delitos,⁴⁵² com a aplicação da correção física marcada para o dia 09 de junho de 1828.⁴⁵³

Imagem 18 - Palácio de São Cristóvão, ou Quinta da Boa Vista



Fonte: BN, THIERRY FRÈRES. **Améliorations progressives du Palais de St. Christophe : (Quinta de Boa Vista); depuis 1808, jusq'en 1831.** Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 29,1 x 23cm em f. 52,6 x 34,6. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=18186. Acesso em: 14 Sep. 2023.

⁴⁵² As aplicações das penas corporais eram recorrentes no serviço militar brasileiro, resultado da herança deixada pelo exército português, muito influenciado pelos Artigos de Guerra do Conde Lippe, nas quais as penas poderiam ser limitadas dos açoites até a pena de morte. *Op. cit.* LEMOS, 2013, p. 315; *Op. cit.* POZO, 2010, p. 134. De acordo com Ruth Kato, “sem abrir inquérito, somente pela denúncia de um superior, o soldado era punido com cem chibatadas. Pelo decreto de 23 de fevereiro de 1823 as surras eram assistidas por um médico. Havia uma legislação sobre a maneira de castigar os soldados ditada pelos decretos de 1823 e pelas decisões do ministro da guerra em 1824”. *Op. cit.* Kato, 1988, p. 127. Para saber mais sobre os castigos aplicados no Exército Brasileiro no período referente ao Primeiro Reinado Cf. SANTOS, Pedro Henrique Soares. **Recrutamento, castigo e direitos do cidadão no Exército do Primeiro Reinado.** 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20666>

⁴⁵³ Em “Esboço fiel”, o motim da revolta foi descrito de forma semelhante, com a alteração de alguns detalhes, como o motivo do insulto causador da prisão do soldado alemão “que não tirou o seu boné”, e a pena inicial a ser aplicada, de “50 chibatadas”. Apesar disso, essa parte foi elaborada a partir do encontro de informações baseadas no campo da historiografia, que apontou para uma outra abordagem sobre os mesmos acontecimentos. Diferentes autores reafirmaram esse castigo como o estopim da revolta dos soldados estrangeiros, entre eles estão Luis Basto (1971), Iara Souza (1999), Gilmar Pozo (2010) e Rodrigo Trespach (2019), bem como os jornais, a serem trabalhados posteriormente.

Com base no histórico de 4 mortes por condenações corpóreas nos meses anteriores,⁴⁵⁴ a notícia a respeito da condenação não demorou a se espalhar entre os demais estrangeiros dos batalhões aquartelados na Praia Vermelha e no Campo da Aclamação - também conhecido como Campo do Santana,⁴⁵⁵ que lidavam com a possibilidade de penitências diariamente. Nesse sentido, o estrangeiro Carl Seidler pontuou que:

A notícia dessa punição injusta espalhou-se com incrível rapidez pelos outros batalhões e como o granadeiro fosse conhecido como homem bem comportado, mesmo muito estimado pelo seu oficial, um francês, não podia deixar de suceder que os ânimos já excitados se inflamassem na mais alta indignação. Estava dado o impulso inicial, o raio ferira o barril de pólvora.⁴⁵⁶

A esse respeito, Juvêncio Lemos considerou que como o castigo foi marcado para o dia 9, isso “permitiu que a notícia se espalhasse pela guarnição, causando indignação entre os alemães, pois o soldado a ser castigado era muito respeitado e estimado pelos companheiros”.⁴⁵⁷

Na manhã do dia 09 de junho de 1828, o soldado alemão foi convocado pela manhã a se pôr em posição para aplicação da pena, que seria executada durante a Parada Diária.⁴⁵⁸ Ao estar em São Cristóvão, no quartel a que originalmente pertencia, e cercado dos seus companheiros, procurou se defender das acusações que lhe foram proferidas.⁴⁵⁹

Em resistência, argumentou que não havia visto o oficial brasileiro adentrar o recinto naquela noite, e que não havia prestado sinal de respeito posteriormente, porque naquele horário já havia terminado o seu tempo de serviço, logo estava dispensado. Somado a isso, se passava do pôr do sol e do horário da última Ave Maria, que o isentava de tal formalidade.⁴⁶⁰ Além disso, afirmou que se tratava de uma injustiça e que esse castigo lhe seria humilhante, principalmente pelos três anos e seis meses de serviços prestados ao Imperador, sem nenhum tipo de penalidade.⁴⁶¹

⁴⁵⁴ *Op. cit.* Lemos, p. 328.

⁴⁵⁵ *Op. cit.* Pozo, p. 135.

⁴⁵⁶ *Op. cit.* Seidler, p. 261.

⁴⁵⁷ *Op. cit.* Lemos, p. 327.

⁴⁵⁸ De acordo com Lemos, parada diária consiste na primeira atividade do Corpo, marcado pelo momento em que são trocadas as guardas; formatura cerimoniosa. *Op. cit.* Lemos, p. 327.

⁴⁵⁹ *Op. cit.* Lemos, p. 326.

⁴⁶⁰ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 326-327; *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 134; *Op. cit.* Trespach, p. 250.

⁴⁶¹ *Op. cit.* Pozo, p. 136.

Ademais, a posição que ocupava enquanto auxiliar de Pezerat também o liberava das rotinas do quartel, que incluíam a dispensa da revista ao recolher do batalhão. E, diante de todas essas alegações, ele exigia ser submetido a um Conselho de Disciplina, antes que fosse aplicado o castigo, conforme as regras militares ordenavam.⁴⁶²

No entanto, ao se posicionar dessa maneira, seu superior não só ordenou que a pena fosse aplicada, como também acrescentou ao número anterior mais 100 chibatadas - 125, no total, e emitiu ordens para que o soldado fosse despido e amarrado a uma cruz de madeira alocada no centro do pátio do quartel.⁴⁶³ Seidler descreveu como foi procedida a aplicação do castigo:

O condenado foi conduzido para o quadrado e Drago, que não em balde possuía este nome de dragão, ordenou que despissem a farda ao delinquente, ao que este se recusou tenazmente, declarando em voz alta que a punição era injusta e que reclamava conselho de guerra. O major português ordenou então aos tambores que tirassem a blusa ao soldado rebelde; mas estes ficaram imóveis, irresolutos, por que o grande número dos assistentes lhes era suspeito, e enquanto isso o delinquente em animada catilinária [sic] instigava a seus camaradas que lhe acudissem. As caras da multidão exprimiam profunda raiva, violenta indisposição e, como abafado longínquo rolar de trovão de temporal que se aproxima, um murmúrio crescente perpassava todo o quadrado. Furioso, Drago ordena que em vez de 25 se apliquem 125 chibatadas.⁴⁶⁴

Após esse episódio, o Major Drago levou ao conhecimento de todos que foram aplicadas somente as chibatadas destinadas ao cumprimento da ofensa ao oficial brasileiro, mas seriam empregues outras 100 chibatadas correspondentes a desobediência e argumentação diante da ordem que lhe havia sido determinada.⁴⁶⁵

A sessão de corretivos foi testemunhada pelos demais estrangeiros que estavam presentes no local, a maioria composta por alemães, somados aos soldados irlandeses do 3º Batalhão de Granadeiros, originalmente alocados no quartel do

⁴⁶² No relatório de Pereira Valente sobre a revolta, apresentado à Câmara dos Deputados na sessão de 25 de junho de 1828, o então Comandante de Armas declarou que o Major Drago foi ao seu encontro para notificá-lo sobre a insurreição, “servindo-lhe de pretexto o castigo que ele mandara fazer a um soldado a quem o coronel ordeneou se dessem cem chibatadas, depois de se haver procedido ao competente conselho de investigação”, e que “alterara a ordem a seu arbítrio, fazendo-lhe dar 220 chibatadas”. Essa foi a única menção em que se pontuou que o soldado alemão foi julgado antes de receber o castigo, os outros relatos presentes nos jornais e nas obras de outros estrangeiros como Armitage, Seidler e Walsh diferiram dessa afirmação. Cf. BRASIL, Sessão de 25 de junho de 1828, Anais do Parlamento Brasileiro - Ano de 1828. p. 198. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1828_00002.pdf. *Op. cit.* Basto, 1971, p. 22; *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 327.

⁴⁶³ *Op. cit.* Basto, 1971, p. 22; *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 136.

⁴⁶⁴ *Op. cit.* Seidler, p.261-262.

⁴⁶⁵ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 328.

Campo da Aclamação, que foram até o local presenciar a aplicação do castigo. De acordo com Seidler, “apareceram soldados de todos os outros batalhões estrangeiros, inclusive irlandeses, que iam presenciar a ação injusta ou, caso o 2º Batalhão se revoltasse, lhe prestaria auxílio”.⁴⁶⁶

Seidler apontou que “como para fazer explodir cabalmente o motim”, apareceu “nesse momento o capitão de engenheiros de quem o soldado era ordenança”.⁴⁶⁷ Pezerat interveio na aplicação do castigo, após a aparição da cunhada do condenado em sua casa, insistindo para que ele entrasse em defesa de seu subordinado.⁴⁶⁸

Entretanto, Pezerat chegou tarde demais, pois quando conseguiu interromper o ato já haviam sido aplicadas entre 210 e 230 chibatadas aos olhos dos demais,⁴⁶⁹ que em alinhamento batiam o couro das espingardas no chão, em sinal de protesto à cena que presenciaram.⁴⁷⁰

Diante do acontecido, o Capitão Pezerat foi de encontro ao oficial de ronda responsável pela denúncia causadora de toda aquela ocasião e o confrontou diretamente. Por isso, acabou sendo expulso do quartel pelo Major Drago aos gritos. De acordo com Pezerat:

Ao sair encontrei embaixo no pátio o Alferes, que na quarta feira tinha mandado prender meu camarada por o não ter saudado, às 9 horas menos um quarto da noite; argui de alguma maneira o Alferes relativamente à severidade, que ele tinha ostentado naquela ocasião, e sem me desviar do respeito, que devo a um homem de honra, lhe disse com vivacidade, que ele não tinha previsto as consequências de um castigo infligido por um tal delito. Foi a estas palavras que o Major, que não me tinha ainda visto sair do pátio,

⁴⁶⁶ *Op. cit.* Seidler, p.261.

⁴⁶⁷ *Op. cit.* Seidler, p.261-262.

⁴⁶⁸ O capitão Pezerat descreveu sua versão dos acontecimentos referentes a revolta em carta publicada no jornal *Courrier du Brésil*, após ter sido acusado por “*O Desesperado*”, correspondente do periódico *A Astréa*, de ter insuflado os demais estrangeiros a se revoltarem. A mesma foi traduzida e reproduzida em diferentes jornais, inclusive na *Aurora Fluminense*, de nº 58, e na *A Astréa* nº 297. Nas palavras do militar francês: “Segunda feira pelas oito horas da manhã, solicitado pela cunhada do meu camarada, que me pedia o favor de ir ao quartel, para suplicar ao Major que não deixasse expirar seu cunhado sob as bastonadas; cri pelo grito de minha consciência, dever exercer este ato de humanidade, e no mesmo instante fui ao quartel, aonde o Major, aquém dirigi polidamente, e não sem emoção algumas palavras, pedindo-lhe diminuísse o número das bastonadas infligidas no castigo; ao meu simples pedido, e que todo o homem de bem não pode desaprovar, o Major respondeu: *Agora Sr., o seu camarada já está perdoado; vá-se embora*. Confiando por esta resposta no perdão pronunciado pelo Major, voltei para minha casa”. Cf. *A Aurora Fluminense*, 1828, 23/06/1828, nº 58, p. 239-240; *A Astréa*, 1828, 26/06/1828, nº 297, p. 1229-1230. A participação de Pezerat nesse episódio também foi evidenciada pelos historiadores Fernando Basto e Juvêncio Lemos. *Op. cit.* Basto, 1971, p. 23; *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 328.

⁴⁶⁹ Em sua carta, Pezerat não apontou o número de açoites recebidos pelo soldado alemão até o momento em que interveio na penalidade, no entanto, a historiografia apontou entre 210 e 250 chibatadas. Nesse sentido, Pozo afirmou que foram 220, enquanto Trespach apontou para o número de 250. *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 137; *Op. cit.* Trespach, p. 250.

⁴⁷⁰ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 328; *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 136.

gritou-me que me fosse embora; e se bem que pela grande distância, em que ele se achava, assim como os soldados, que se retiravam da parada, não poderiam ter ouvido uma só palavra das frases por mim dirigidas ao Alferes em voz ordinária; obedeci no mesmo instante à ordem do Major e tornei para minha casa.⁴⁷¹

Segundo Lemos, o sentimento de fúria e revolta desses estrangeiros cresceu, já que "a intervenção de Pezerat excitara ainda mais os granadeiros", ao ponto em que se "aumentaram os murmúrios, começaram as pragas, surgiram as vaias e então, do meio da massa, ecoou o anônimo grito da revolta, há tanto tempo preso na garganta: Matem o cão português!!!".⁴⁷²

O Major Drago, então, teve que se esconder em seus aposentos para fugir da perseguição a que se colocaram os demais soldados,⁴⁷³ e pela janela de seu quarto conseguiu escapar para o quartel liderado por Thomas Joaquim Pereira Valente,⁴⁷⁴ o Conde do Rio Pardo e Governador de Armas da Corte, que intrinsecamente, iniciaria sua atuação na contenção dos soldados estrangeiros.⁴⁷⁵

Ao constatarem a fuga de Drago, os soldados se voltaram para a deploração de seus bens, sendo todos os seus móveis quebrados, assim como seus "uniformes, peças de montaria, roupas diversas, tudo recolhido e lançado às águas da baía de Guanabara. As economias do Major - cem mil réis - foram confiscadas e rapidamente transformadas em cachaça".⁴⁷⁶ Além disso, se dirigiram às baias do quartel, e nem mesmo o seu cavalo foi salvo da ira, já que ele foi "barbaramente abatido a baionetados".⁴⁷⁷

⁴⁷¹ A Aurora Fluminense, 1828, 23/06/1828, nº 58, p. 239-240; A Astréa, 1828, 26/06/1828, nº 297, p. 1229-1230.

⁴⁷² *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 329.

⁴⁷³ *Op. cit.* Basto, 1971, p. 23.

⁴⁷⁴ Thomas Joaquim Pereira Valente, português, nascido em 1790, na cidade do Porto. Iniciou sua carreira militar em 1807, como Praça de Cadete, e alcançou diferentes posições no exército português, e posteriormente, no brasileiro, chegando ao posto de Marechal de Campo, no Brasil, em 1841. Chegou ao país em 1818, e fez parte do 3º Batalhão de Caçadores incorporado às Forças de Portugal, presentes no Rio de Janeiro. Entre os cargos que ocupou ao longo dos anos, estiveram o de: Governador de Santa Catarina, até ser eleita a Junta do Governo Provisório da mesma Província, em 1821; de Ajudante de campo junto à pessoa de D. Pedro I, em 1822; de Governador das Armas da Corte e província do Rio de Janeiro, em 1828; o de Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, entre os anos de 1829 e 1831; de Comandante-em-Chefe do Exército em operações na província do Rio Grande do Sul, em 1842; e o de Presidente da província do Piauí, em 1844. Entre os títulos nobiliárquicos obtidos por ele estiveram o de Barão e Conde do Rio Pardo, em 1825 e 1826, respectivamente. Cf. **Biografias dos Ministros**. Superior Tribunal Militar. Disponível em: <https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/50546>

⁴⁷⁵ *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 137.

⁴⁷⁶ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 329.

⁴⁷⁷ *Ibid.*

Para mais, começaram a agredir outros oficiais, enquanto o Coronel Dell' Hoste tentava em vão acalmá-los. Ainda se posicionaram nas janelas do quartel, com vista para a Estrada Real de Santa Cruz, de onde passaram a lançar pedras nos andantes, de modo que começaram a levar para além dos muros do quartel, seu sentimento de insatisfação e revolta, fazendo com que as notícias chegassem rápido ao Palácio Imperial, de onde o Imperador, seus ministros e Pereira Valente, decretaram como medida preventiva a prisão de Pezerat ainda pela manhã, do dia 09 de junho.⁴⁷⁸

A esse respeito, Pezerat relatou que no período de uma hora e meia após o retorno a sua casa, “um Oficial da parte de Sua Majestade Imperial” se apresentou a ele para que fosse levado “preso para a Ilha das Cobras”, que o seguiu “no mesmo instante”.⁴⁷⁹ Nesse meio tempo, cerca de 60 estrangeiros se dirigiram à Quinta da Boa Vista para solicitar uma audiência com o próprio imperador, carregando consigo Dell' Hoste,⁴⁸⁰ mas D. Pedro I recusou a reunião.

De acordo com Seidler, de “começo D. Pedro não queria negociar e censurou os amotinados em termos severos, raivosos”, no entanto, a estima que “as tropas alemãs antes sentiam por ele estava irrevogavelmente dissipada e mais energicamente elas reclamavam satisfação do que pediam, ameaçavam mesmo apoderar-se, pela força das armas, de tudo quanto melhor pudesse convencê-lo”, e, “alguns disparos de fuzil demonstravam que hoje tudo ia a sério.”⁴⁸¹

Inserido em meio a esse cenário, Pereira Valente afirmou, em posterior relatório, que conhecia as “sérias consequências” a que seriam levados, “se ao mesmo tempo se armasse e reunissem todos os corpos de estrangeiros”, e com base nisso se voltou a “S. M. Imperial” para esclarecer que o “espírito e o interesse de toda aquela gente era o mesmo, não parecendo por isso de prudência, que à frente da sua

⁴⁷⁸ *Ibid*, p. 329-330.

⁴⁷⁹ A Aurora Fluminense, 1828, 23/06/1828, nº 58, p. 239-240; A Astréa, 1828, 26/06/1828, nº 297, p. 1229-1230.

⁴⁸⁰ *Op. cit.* Trespach, 2019, p. 251.

⁴⁸¹ *Op. cit.* Seidler, p. 262; O “Fiel esboço” relatou o mesmo episódio de forma diferente, e ressaltou que “os soldados indignados romperam em urras e correram em chusma para a Imperial Quinta, SMI recusou ouvi-los, mandando-lhes dizer digna e humanamente que se tivessem que representar viessem dois ou três e não em bando, e que se lhes havia de fazer justiça prova de que o coração reto e benfazejo de SMI já estava de antemão inclinado a contemplá-los. Com a resposta do Augusto chefe, eles foram outra vez para o quartel dando vivas ao Imperador e rompendo em queixas e ameaças contra o Major e o quartel mestre, os quais se esconderam: porém a noite/passou-se sem desordem aparente”. *Op. cit.* Fiel Esboço.

guarda composta de tais indivíduos se apresentasse um objeto que podia tomar o caráter de rebelião por estar o batalhão armado”.⁴⁸²

Dessa maneira, a indicação de Pereira Valente foi a de que o Imperador o “deixasse ouvir um ou dois representantes”, para que fosse possível “marchar todos para fora do paço, fazendo recolher o batalhão ao quartel, para então averiguar mais de longe o que poderia dizer com uns e outros”,⁴⁸³ assim, foi concedida a oportunidade dos insubordinados de apresentarem devidamente seus requerimentos.

O encontro foi descrito pelas narrativas de Seidler e de Pereira Valente, que sintetizaram as exigências dos soldados alemães nesse momento de insubordinação. Nesse sentido, Seidler apontou que o 2º Batalhão de Granadeiros “reclamou impositivamente do Imperador que castigasse severamente o major, que concedesse por escrito aos soldados a fixação do engajamento em três anos”, bem como “soldo e tratamento iguais aos que recebiam os soldados irlandeses”.⁴⁸⁴ Em consonância, Pereira Valente resumiu, em sua perspectiva, esse encontro:

Dirigi-me depois aos soldados representantes, e mandei que um falasse por todos, expondo moderadamente o que pretendiam: disse o primeiro que todo o batalhão não podia servir mais debaixo das ordens do major Pedro Francisco, porque tratava os alemães pior que pretos; (...) que o batalhão não tinha contratos, havendo soldados que já serviam há 14 meses, além do tempo do seu ajuste; que a ração era má; e que finalmente queiram se lhes entregasse o dinheiro da massa, porque era seu; dizendo mais que não obstante estavam prontos a fazer a guarda de S. M. o Imperador, até em 8 dias se realizassem as suas convenções. Respondi-lhes que levaria ao conhecimento de S. M. Imperial as suas representações, porém que ficassem sossegados e tivessem a devida confiança nas autoridades; assim o prometeram, acrescentando que até o cumprimento dos seus ajustes fariam não só a guarda da imperial quinta da Boa Vista, mas também a do quartel.⁴⁸⁵

Frente ao acordo, os soldados retornaram ao seu batalhão, mas não sem antes cometer assaltos e outros tipos de violência no caminho de volta, que incluíram a invasão de casas, agressões pelas ruas e o conflito direto com negros escravizados e livres, a quem os soldados estrangeiros permaneciam nutrindo inimizade recorrente, diante do comportamento confrontante de ambas as partes.⁴⁸⁶

Ainda no dia 09 de junho, outra reunião foi realizada entre Pereira Valente e os escolhidos do Batalhão, no quartel, e congregou as petições e exigências que

⁴⁸² *Op. cit.* BRASIL, Sessão de 25 de junho de 1828, p. 198.

⁴⁸³ *Idem.*

⁴⁸⁴ *Op. cit.* Seidler, p. 262.

⁴⁸⁵ *Op. cit.* BRASIL, Sessão de 25 de junho de 1828, p. 198; *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 330; *Op. cit.* Trespach, 2019, p. 251; *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 138.

⁴⁸⁶ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 331; *Op. cit.* Trespach, 2019, p. 251.

deveriam ser levadas ao Imperador.⁴⁸⁷ Apesar disso, uma notícia foi responsável por uma transição violenta nos rumos do motim, até então incipiente,⁴⁸⁸ os soldados foram notificados sobre a prisão de Pezerat, informação que até o momento era desconhecida deles.⁴⁸⁹

Além dessa notificação, a bebida alcoólica, fruto de seus roubos, integrou o desenrolar dos acontecimentos e elevou o nível dos comportamentos inadequados por parte desses estrangeiros, ao ponto desses alemães começarem a escolher seus líderes, a enviar patrulhas e a estar com as espingardas a postos, caso fosse necessário.⁴⁹⁰

A presença dos irlandeses do 3º Batalhão de Granadeiros propulsionou essas ações, incluindo o saque à residência do Major Drago e de outros oficiais,⁴⁹¹ que fez com que Pereira Valente retornasse ao quartel de São Cristóvão para acompanhar o rumo com que se procediam os fatos.⁴⁹² Segundo ele:

Depois de chegar ao meu quartel, foi-me participar o ajudante daquele batalhão da parte do coronel que os soldados estavam outra vez inquietos, tendo ido em grande número à casa do major que havia fugido, e então tive de voltar para S. Cristóvão, onde me conservei o resto do dia na companhia dos oficiais, sem que pudesse acomodar aquela gente, que se achava ainda mais inquieta pela embriaguez, e pela concorrência de grande porção de soldados irlandeses do campo da Aclamação, que ali apareceram: sendo a minha única consolação no meio de tal desordem o ver respeitar o nome de S. M. o Imperador, a quem davam vivas, e sistema do governo constitucional estabelecido, não se soltando uma só expressão que não fosse relativa nos objetos acima mencionados, merecendo eu, se não obediência, no menos respeito.⁴⁹³

Desse modo, Pereira Valente foi de encontro ao Imperador novamente, para que esse tomasse conhecimento sobre a situação deflagrada no 2º Batalhão de Granadeiros, e lhe rogou que o “autorizasse para prometer aquela gente o cumprimento dos seus ajustes, e o pagamento do que se lhe devesse dentro do espaço de oito dias”.⁴⁹⁴

⁴⁸⁷ *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 138.

⁴⁸⁸ *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 139.

⁴⁸⁹ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 330.

⁴⁹⁰ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 330.

⁴⁹¹ De acordo com o “Esboço fiel”, os irlandeses foram os que deram os contornos de motim às reivindicações apresentadas pelos alemães, atribuindo a eles a transição violenta das ações dos demais estrangeiros envolvidos. Desse modo, destacou que: “alguns irlandeses do Campo da Aclamação, chegaram isoladamente e foram recrutados por 30 ou 40, vindos de barcos. Esta feroz e desesperada canalha já está cheia, inflamou por suas vociferações os alemães”. *Op. cit.* Esboço fiel.

⁴⁹² *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 330.

⁴⁹³ *Op. cit.* BRASIL, Sessão de 25 de junho de 1828, p. 198.

⁴⁹⁴ *Idem.*

Com isso, S. M. Imperial o atendeu e ordenou “que desse de tudo parte ao Exm. ministro da guerra, o qual aprovou aquela providência”, de forma que retornou “ao quartel onde com tal notícia pareceu ficar tudo em sossego”.⁴⁹⁵ Entretanto, a paz não permaneceu no ambiente, pois Pereira Valente pontuou que:

No dia 10 pela manhã tive parte de continuar o batalhão em desordem, havendo alguns soldados que procuravam o major por toda a parte, e indo eu ali ao meio dia, como tinha prometido, para assistir a distribuição do rancho voltei depois ao imperial paço da Boa Vista, aonde expus com respeito e franqueza a S. M. o Imperador quanto tinha observado, e qual era minha opinião, e então estando presente os Exms. Ministros de estado, se resolveu que se expedissem ordens, como logo se expediram, para se reunirem todas as milícias dos distritos mais próximos da cidade, e que entretanto se cuidasse em realizar os contratos dos estrangeiros para que depois não tivesses motivo de desculpa, quando com a força fossem rigorosamente punidos como mereciam.⁴⁹⁶

Apesar do comportamento adotado pelos soldados alemães 2º Batalhão de Granadeiros, os militares responsáveis pela guarda do palácio permaneceram a postos no dia anterior, e foram acrescidos de outros que se apresentaram normalmente ao serviço pela manhã do dia 10, desse modo, aparentemente, estava sendo cumprido o acordo quanto à manutenção da prestação dos seus serviços.⁴⁹⁷

Em contrapartida, a ingestão de bebidas alcoólicas havia sido retomada pelos demais estrangeiros que permaneceram no quartel, e com os “instintos relaxados, os soldados alemães decidiram que era chegada a hora de acertar algumas velhas contas com alguns de seus oficiais, também alemães”.⁴⁹⁸

Por conseguinte, novos ataques a oficiais foram realizados, como o que aconteceu ao Capitão Ajudante, que só foi salvo por ter sido arrastado para fora do quartel por um Cabo, e, o Capitão encarregado do rancho, conhecido “pelas falcatruas que promovia, desviando mantimentos destinados à alimentação da tropa e responsável maior pela péssima e pouca comida que era servida aos soldados”.⁴⁹⁹

Entre os dois, o último já havia sido ferido na noite anterior e descansava, quando teve a porta arrombada, momento que resultou no seu assassinato a pauladas, e nos seus olhos perfurados a canivetadas.⁵⁰⁰ Com base nesses

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ Idem.

⁴⁹⁷ De acordo com o “Esboço fiel”, “A mesma guarda Imperial Quinta do dia 9 e a que ia render esta no dia 10 conservaram-se reunidos no posto, puras do contágio e dispostos a derramar o último pingo de sangue em defesa do Imperador”. *Op. cit.* Esboço fiel; *Op. cit.* Trespach, 2019, p. 251.

⁴⁹⁸ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 331.

⁴⁹⁹ Idem.

⁵⁰⁰ *Ibid*, p. 332.

acontecimentos, os oficiais que ainda não haviam sido expulsos, fugiram por medo do que lhes podia acontecer. Apesar disso, Dell' Hoste permaneceu.⁵⁰¹

Um grupo de 15 soldados alemães que permaneceu no quartel saiu à procura de Drago, e chegou a hostilizar o quartel de Polícia onde o major se abrigava. Ao retornarem, trouxeram consigo cerca de 200 soldados pertencentes ao 3º Batalhão de Granadeiros do Campo da Aclamação, sendo metade deles composta por irlandeses, que se encontravam de folga e, se juntaram aos demais estrangeiros no batalhão de São Cristóvão, para onde se destinaram.⁵⁰²

De acordo com Lemos, retornaram “cometendo as maiores estripulias, agredindo indiscriminadamente todos os brasileiros que encontravam”, além disso, permaneceram “assaltando vendas e armazéns pelo caminho, arrecadando assim uma formidável quantidade de vinho e cachaça”,⁵⁰³ acontecimento esse, que só elevou o clima de insatisfação, seguido de um crescimento desordenado de insubordinação.⁵⁰⁴

Como forma de garantir a proteção de Drago, o próprio Imperador D. Pedro I, ordenou que ele fosse recolhido à Ilha das Cobras,⁵⁰⁵ de onde mandou que fosse solto o capitão Pezerat.⁵⁰⁶ Em seu próprio relato, o oficial francês descreveu que:

No dia seguinte pelas 10 horas da manhã fui solto por ordem de S. M. I. que reconhecendo depois de uma ampla informação, que eu não tinha culpa alguma, e que nenhuma conivência havia entre minha presença no quartel e o caráter e estrondo da rebelião, se apressou logo a mandar pôr-me em liberdade.⁵⁰⁷

Paralelamente, às iniciativas de contenção desse movimento seguiram em andamento, com o atendimento das prerrogativas exigidas pelos alemães, como forma de acalmar os ânimos dos soldados estrangeiros, bem como evitar o alastramento da revolta para os demais quartéis que lotavam imigrantes.⁵⁰⁸ De acordo com Pozo:

Os responsáveis pela contenção do movimento seguiam tentando resolver as exigências dos soldados. Assim, o capitão dos engenheiros, Pezerat, foi solto às dez horas da manhã, partindo imediatamente para o Palácio Imperial de

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² Idem.

⁵⁰³ *Ibid*, p. 333.

⁵⁰⁴ *Op. cit.* Trespach, 2019, p. 252; *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 333.

⁵⁰⁵ *Op. cit.* Basto, 1971, p. 23.

⁵⁰⁶ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 332.

⁵⁰⁷ A Aurora Fluminense, 1828, 23/06/1828, nº 58, p. 239-240; A Astréa, 1828, 26/06/1828, nº 297, p. 1229-1230.

⁵⁰⁸ *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 140.

São Cristóvão. A regulamentação do tempo de serviço dos soldados alemães seguia seus trâmites, tanto assim que às dezenove horas do dia anterior “uma relação numérica com alemães que completaram já o tempo de seu engajamento e outra dos que ainda há de completar”, junto com um contrato para regular suas condições, já havia sido remetido para os amotinados. No mesmo dia 10, o Conde do Rio Pardo enviava, para os comandantes dos quartéis da cidade, um aviso sobre o que estava se passando com as tropas estrangeiras.⁵⁰⁹

Ao retornar ao Palácio, Pereira Valente se reuniu com o Imperador e seus ministros para prestar relatório do que acontecia no 2º Batalhão de Granadeiros, de onde partiu a decisão da “expedição de ordens para a convocação de milícias de 2º linha, nos distritos próximos ao Rio de Janeiro, e que a Artilharia Montada, cujo quartel era na Praia de São Cristóvão, fosse colocada em estado de alerta”.⁵¹⁰

Essa ordem foi pautada no fato de que não havia tropas nacionais na cidade que fossem numerosas e experientes, e não se queria confiar a supressão desse movimento aos demais batalhões compostos por estrangeiros, já que naquele momento, nenhum deles era de plena seguridade. Contavam-se apenas com pequenos destacamentos, um batalhão reserva e a Imperial Guarda de Honra.⁵¹¹

O próprio palácio de São Cristóvão estava com a segurança comprometida, e contava unicamente com os soldados alemães que se apresentaram logo de manhã, para se juntarem aos demais da guarda do dia anterior, pois não tiveram sua saída autorizada para retornarem ao batalhão insurgido.⁵¹² Esses puderam contar com reforços de outros alemães que deixaram o quartel por efeito de todos os excessos cometidos, tendo em vista que os mesmos se apresentaram no palácio, “colocando-se voluntariamente à disposição da segurança de D. Pedro I”.⁵¹³

Nas ruas, uma patrulha da Artilharia Montada posta em vigilância foi desarticulada e expulsa da região, as casas aos arredores começaram a ser saqueadas, e foram cometidos assassinatos, de maneira que muitos negros foram mortos. Diante desse cenário, os guardas do palácio que pertenciam ao mesmo batalhão chegaram a trocar tiros com demais estrangeiros aliados à revolta.⁵¹⁴

Novos ataques foram proferidos em São Cristóvão, onde os granadeiros praticaram “toda a sorte de saques e atentados (...). Mais de cinquenta casas foram

⁵⁰⁹ *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 140.

⁵¹⁰ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 333.

⁵¹¹ *Ibid.*

⁵¹² *Ibid.*, p. 334.

⁵¹³ *Ibid.*, p. 333.

⁵¹⁴ *Ibid.*, p. 334.

derrubadas. Assassinatos sem o menor motivo, principalmente de negros”.⁵¹⁵ Isso tudo ocorreu depois que os irlandeses que foram agregados ao conflito, e “lideraram o arrombamento do paiol do batalhão, ficando assim os amotinados, além de bêbados, armados e municidados, média de cem cartuchos por homem”.⁵¹⁶

Em sua abordagem, o “Fiel esboço” resumiu esses acontecimentos, ao seu modo, e destacou a participação dos irlandeses, essa “feroz e desesperada canalha”, que “inflamou por suas vociferações os alemães”, na transição violenta adotada pela revolta:

O motim tomou 1 aspecto espantoso; o armazém de munição foi forçado; o tumulto chegou ao cúmulo; as casas do Major e quartel mestre foram saqueadas; o 1º se refugiou na guarda principal da Polícia e na manhã do dia 11 perseguido pelos Irlandeses do Campo, até as portas do Arsenal, achando abrigo e prisão na Ilhas das Cobras - A esta época o barulho, cegueira e furor soldadesca tinha subido a ponto de já não suspeitarem as casas do também quisto Cap. Pezerat e outros oficiais estimados, cujas famílias fugiram; e as trevas de noite favorecendo e completando a confusão, os tiros e saques das vendas e todos os excessos da rebelião se reproduziram c/ aspecto tão ameaçador que o mesmo Imp. chamou a guarda de Honra ao redor de si e que as tropas receberam ordem de estarem prontas a la. voz. Entretanto devemos fazer justiça aos alemães de reconhecer que eles pecaram mais por enganados e contagiados pelo furor irlandês do que por sua vontade.⁵¹⁷

Diante desses acontecimentos e da falta de ação por parte das autoridades na supressão da revolta, a resposta aos ataques veio da própria população, de forma que “os moradores armaram seus escravos, para a defesa de suas vidas e de seus bens”.⁵¹⁸ Ao se defenderem, os soldados estrangeiros “responderam atirando”,⁵¹⁹ mas em “compensação o granadeiro encontrado sozinho era sumariamente executado pelos negros, a faca e porrete”.⁵²⁰

A reação contra a rebeldia desses estrangeiros se iniciava, à medida que se combatia com os que se apresentavam para o conflito, como aqueles que se defendiam dos seus ataques. Não obstante, pelo fim da tarde, “os amotinados de São Cristóvão ainda tiveram fôlego para incendiar as moradias de seus oficiais, que ficavam nas proximidades do aquartelamento. Após isso, foram recolhendo-se ao batalhão, rendidos ao cansaço e tensões daquele dia”.⁵²¹

⁵¹⁵ Idem.

⁵¹⁶ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 333.

⁵¹⁷ *Op. cit.* Esboço fiel.

⁵¹⁸ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 334.

⁵¹⁹ Idem.

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ Idem.

Ao se refugiarem no interior do quartel, uma aparente calma proporcionou a Pereira Valente a saída do Palácio, onde estava abrigado, e possibilitou o seu retorno ao quartel do Campo da Aclamação, onde obteve notícias sobre um novo episódio de revolta por parte dos soldados estrangeiros, dessa vez, por parte dos soldados lotados na Praia Vermelha, inspirados pelo que ouviram a respeito do ocorrido em São Cristóvão, no dia 09 de junho.

Como medida de contenção, Pereira Valente já havia notificado os demais quartéis do que se passava, e expediu ordens que determinaram “o recolhimento obrigatório de todos os soldados estrangeiros ao interior dos respectivos quartéis”.⁵²²

O quartel da Praia Vermelha ficava a cerca de duas horas de distância da capital do Império e agregava o 28º Batalhão de Caçadores, composto por estrangeiros alemães que já eram considerados soldados veteranos, por terem combatido em campanha no Nordeste, na supressão da Confederação do Equador.⁵²³

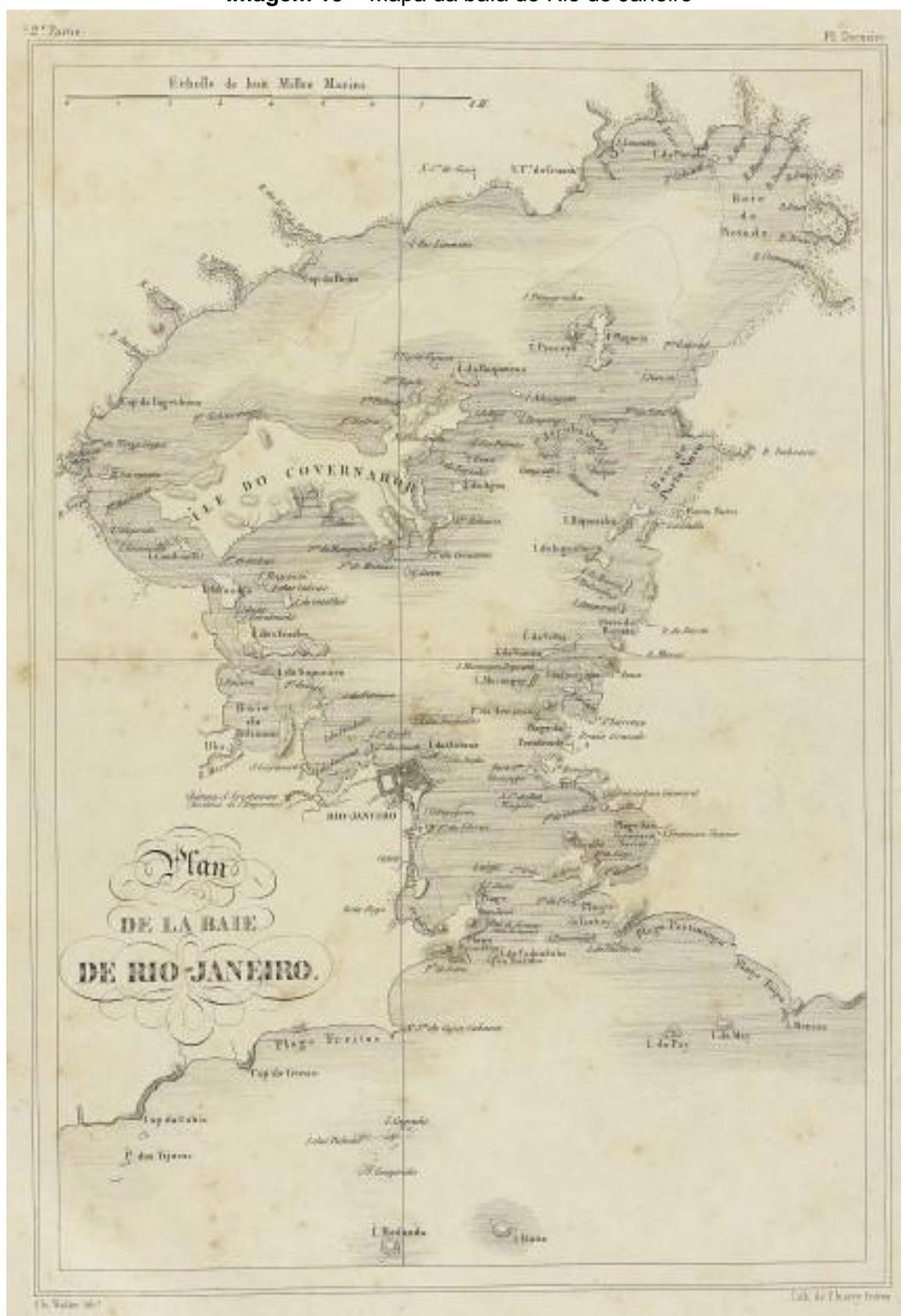
Além disso, o quartel também abrigava 2.000 imigrantes irlandeses entre homens, mulheres, velhos e crianças, todos trazidos por Cotter, que aguardavam serem destinados a uma colônia, tendo em vista, que a maioria dos homens haviam se recusado a assentar praça no Exército Imperial.⁵²⁴

⁵²² *Ibid*, p. 335.

⁵²³ *Idem*.

⁵²⁴ *Idem*.

Imagem 19 – Mapa da baía do Rio de Janeiro



Plan de la Baie de Rio-Janeiro, por Ch. Walter, a partir de Thierry Frères e Jean-Baptiste Debret, 1834. Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.brasiliainconografica.art.br/obras/17382/plan-de-la-baie-de-rio-janeiro>

Imagem 20 - Recorte do Mapa Plan de la Baie de Rio-Janeiro



Recorte do Mapa intitulado Plan de la Baie de Rio-Janeiro, por Ch. Walter, a partir de Thierry Frères e Jean-Baptiste Debret, 1834. Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17382/plan-de-la-baie-de-rio-janeiro>

4.2 O desenrolar da revolta: o 28º Batalhão de Caçadores, na Praia Vermelha

O 28º Batalhão de Caçadores partilhava do desgosto aos seus oficiais e superiores, e teve contato com as notícias de São Cristóvão ainda pela manhã do dia 10. De acordo com Carl Seidler, os “soldados haviam achado meio de informar ao 28º Batalhão de Caçadores (...) tanto a respeito da revolta iniciada, como de seus esperançosos planos, e esse batalhão não trepidou em aderir ao 2º de Granadeiros, tal qual o fizeram os colonos irlandeses”.⁵²⁵

Lemos ressaltou que eles tomaram para si a oportunidade do momento, e

de forma natural, espontaneamente, sem qualquer prévio entendimento, os alemães do 28º BC chegaram à conclusão, lá pelo meio da tarde, de que aquele clima de rebeldia mercenária era a oportunidade, há tanto tempo esperada, para acertar velhas contas com seu subcomandante - major Benedecto Thiola - um italiano odiado por todo o batalhão, por corrupto e cruel.⁵²⁶

A respeito de Benedecto Thiola,⁵²⁷ Seidler descreveu que “atraíra ele em sumo grau o ódio de seus subordinados por causa de seus ludíbrios, extorsões e crueldades de toda a espécie”. Como forma de exemplificar os traços de conduta dele, narrou o caso em que esse havia “mandado castigar com 800 chibatadas, por insignificante infração, a um soldado quando o batalhão se achava sob seu comando em Pernambuco”.⁵²⁸

Após suportar 500 chibatadas, o soldado “disparou de repente como louco, rompeu o quadrado, precipitou-se ao mar”, no entanto, alguns “negros que estavam perto conseguiram pescá-lo, mas era tarde, o coitado sucumbira de congestão cerebral”. Ainda assim, o major Thiola ordenou que seu cadáver fosse reconduzido “ao quadrado e de espada desembainhada e fúria canibalesca” impôs “aos tambores que” aplicassem “ao morto as 300 pancadas que faltavam”.⁵²⁹

Seidler expôs que eram ditas “dele diversas outras coisas parecidas, provavelmente não sem base, ao que ainda acrescia que era muito bem sabido que, para satisfazer a seus gozos, muitas vezes defraudara a caixa do batalhão”. Diante

⁵²⁵ *Op. cit.* Seidler, p. 263.

⁵²⁶ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 335.

⁵²⁷ Benedecto Thiola, italiano, comandou a unidade de alemães do 26º BC, que combateu a Confederação do Equador. Em meados de 1827, foi elevado ao posto de Major, e em 1828 voltou à Corte, sendo alocado como subcomandante do quartel da Praia Vermelha. *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 157.

⁵²⁸ *Op. cit.* Seidler, p. 263.

⁵²⁹ *Op. cit.* Seidler, p. 263.

desse histórico, Seidler afirmou que a “boa oportunidade para se livrarem de semelhante tirano não ficou inaproveitada pelos soldados enfurecidos e em toda a fortaleza procuraram o Major”.⁵³⁰

Thiola, em contrapartida, estava ciente do que havia acontecido com os demais soldados estrangeiros, e tentou pedir abrigo ao comandante do batalhão, o Coronel MacGregor, que “não suportava o italiano velhaco, e simplesmente mandou-o embora”.⁵³¹ Desse modo, Thiola que há horas estava sendo caçado, se trajou de roupas civis como alternativa para tentar escapar, mas foi barrado no portão do quartel.

De acordo com Seidler, “a massa sanguissedenta o descobriu e o atacou a pedradas, mas ainda teria sido possível salvá-lo se o oficial que comandava a guarda, já formada, se tivesse seriamente interposto”. Entretanto, o “destino traçara que a justiça se cumprisse”, pois “o oficial, que nunca concordara com as fraudes do major, fora certa vez por ele duramente ofendido e talvez a lembrança dessa injustiça que sofrera o abstinisse agora de intervir”.⁵³² Segundo Seidler:

Em vez de obstar de baionetas caladas que os amotinados continuassem a perseguição do major, que chorando se lhe atirou aos braços e como uma criança implorava socorro, o oficial lhe respondeu friamente: “Tenho ordem para não deixar sair ninguém da fortaleza”.⁵³³

Com isso, Thiola “foi arrancado por diversos possantes braços, abatido a pedradas, surrado com achas de lenha”, além de “literalmente despedaçado pela massa furibunda, cuja loucura canibalesca ia crescendo e a cada novo excesso recrudescia”, sobretudo porque seu “cadáver horrivelmente mutilado foi atirado aos pés da esposa desmaiada”.⁵³⁴

Diante desses acontecimentos, Seidler afirmou que estava “dado o sinal da revolta geral; as tropas, reunidas aos colonos irlandeses, irromperam do quartel da Praia Vermelha e saquearam as vendas próximas”. Baseado nisso, apontou uma característica que seria reforçada em relatos posteriores da revolta, a de que “o governo totalmente inerte”, deixou “que roubassem e matassem quanto lhes aprouvesse”.⁵³⁵

⁵³⁰ *Op. cit.* Seidler, p. 263.

⁵³¹ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 335.

⁵³² *Op. cit.* Seidler, p. 264.

⁵³³ *Ibid.*

⁵³⁴ *Ibid.*

⁵³⁵ *Ibid.*

Frente ao ocorrido, a maioria dos oficiais fugiu do local e deixaram a fortaleza da Praia Vermelha entregue aos soldados. Nesse sentido, Seidler afirmou que crescia a “fermentação no forte, e na capital a efervescência chegava ao seu auge”, de forma a levar “os particulares” a armarem a si e seus escravizados, pois já “se esperava no Rio, a cada momento, que os batalhões de estrangeiros se reunissem e dessem um assalto à cidade”.⁵³⁶

A tentativa para a conciliação entre esses estrangeiros partiu de alguns oficiais do 28º Batalhão e do 2º Granadeiros. Em o “Fiel esboço”, foi destacado que “alguns oficiais foram massacrados enquanto se forçaram a sossegar o motim; outros já vendo sua autoridade desprezada e sem remédio procuraram asilo, assim como os sargentos, cabos e soldados capazes”.⁵³⁷

Semelhantemente, apontou Seidler, que os oficiais “confiados no seu prestígio”, “ousaram tentar de reduzir os soldados à obediência e à ordem”, contudo, “as pedradas dos irlandeses e tiros dos alemães, contra seus próprios patrícios e superiores, os convenceram de que ali só haveria remédio pela força”.⁵³⁸ A exemplo dessa atitude, esteve o:

Coronel Dell’Hoste, italiano de nascimento, que fiado nas suas boas relações com os soldados alemães se lançou no tumulto para atuar como mediador, foi desconsiderado; puseram-lhe um avental, levaram-no à cozinha do batalhão e aí o obrigaram, apesar de toda a relutância, a comer toda uma ração de soldado. “Prova a comida que nos dás”, diziam, e empurravam-lhe um pratarraz com feijão preto e arroz meio cru, e a coronhadas o forçaram a engolir a ração até o último bocado.⁵³⁹

Nesse sentido, Pereira Valente notificou em seu relatório o recebimento das informações por meio de “um ofício do coronel Mac Gregor, comandante na praia Vermelha”, quando “eram onze horas da noite”, no qual informava “que alguns soldados do batalhão envolvidos com irlandeses amotinados, haviam matado a seu major às sete horas da mesma noite”, “sem que todavia o corpo pegasse em armas, depois do que ficara tudo em sossego”.⁵⁴⁰

Na manhã do dia 11, a insubordinação por parte dos soldados estava totalmente cedida na Praia Vermelha, sendo a “Parada Diária rendida sem alteração, guardas gerais assumidas, oficiais fujões haviam retornado, tropa em ordem e sob

⁵³⁶ *Ibid.*

⁵³⁷ *Op. cit.* Esboço fiel.

⁵³⁸ *Op. cit.* Seidler, p. 264.

⁵³⁹ *Ibid.*, p. 264-265.

⁵⁴⁰ *Op. cit.* BRASIL, Sessão de 25 de junho de 1828, p. 199.

disciplina. E todos felicíssimos com o decesso de Thiola...”.⁵⁴¹ Em compensação, “os irlandeses ainda curtiam a formidável bebedeira da noite passada”,⁵⁴² que resultou posteriormente na prisão de 50 homens irlandeses.⁵⁴³

Mediante a esses acontecimentos, Pereira Valente temendo a reação generalizada de todos os estrangeiros aquartelados no Rio de Janeiro, decidiu regularizar o soldo atrasado dos soldados do 28º Batalhão de Caçadores, a pedido do comandante McGregor, que pensava na prevenção de um levante desses soldados, bem como evitar uma possível associação dos mesmos, aos colonos irlandeses que estavam no local.⁵⁴⁴

De volta ao quartel de São Cristóvão, os alemães sentiram “que estava na hora de parar com as desordens. Mas os irlandeses do 3º Btl Gran, que haviam pernoitado em São Cristóvão, estavam decididos em continuá-las”,⁵⁴⁵ de maneira que no interior do quartel “eclodiu o atrito entre as duas facções, tendo os alemães expulsado os irlandeses, na base da coronhada e baioneta”,⁵⁴⁶ e resultou na morte de três irlandeses, e no ferimento de outros mais, que retornaram ao quartel do Campo da Aclamação. De acordo com o “Esboço fiel”:

Os mesmos alemães que ficaram no quartel e que tomaram parte ativa no motim e bebedice, horrorizados ao amanhecer do dia 11 da sua conduta, expulsaram os irlandeses motores e agentes mais desesperados e desapiadados da desordem, e esta expulsão foi novo infelicidade, pois estes retrocedendo para o quartel da praça da aclamação foram contamar os camaradas comunicando-lhes sua raiva, e turbulenta insubordinação.⁵⁴⁷

O 2º Batalhão de Granadeiros permaneceu em motim, mas internamente, deixando de lado os ataques violentos em espaços públicos e privados em São Cristóvão. Em contrapartida, no aquartelamento do 3º Batalhão de Granadeiros, uma ação levada adiante por Pereira Valente, colocou em voga a estabilidade da segurança novamente.⁵⁴⁸

⁵⁴¹ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 337.

⁵⁴² *Ibid.*

⁵⁴³ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 366.

⁵⁴⁴ Segundo Pereira Valente, “Logo pela manhã me pediram os comandantes deste batalhão [2º Granadeiros], e do 28 de caçadores algumas providências que prontamente dei, remetendo-lhe ao mesmo tempo alguns exemplares dos contratos para os soldados alemães”. *Op. cit.* BRASIL, Sessão de 25 de junho de 1828, p. 199; *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 337.

⁵⁴⁵ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 337.

⁵⁴⁶ *Idem.*

⁵⁴⁷ *Op. cit.* Esboço fiel.

⁵⁴⁸ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 338.

Antevendo que a atitude de pagar os soldos atrasados aos alemães da Praia Vermelha poderia causar dissensão entre os quartéis, ou mesmo ressentimento por parte dos outros estrangeiros alemães, Pereira Valente estendeu o pagamento aos alemães do 3º Batalhão de Granadeiros lotados Campo da Aclamação, como forma de evitar os desentendimentos, acalmar os ânimos de todos e angariar sua confiança e admiração.⁵⁴⁹

Antagonicamente, o que se acreditou ser a medida propícia para o momento, resultou no agravamento da situação. Enquanto na Praia Vermelha, a rotina voltou ao normal depois do acerto de contas com seu oficial, no Campo de Aclamação, o cenário mudou completamente.

4.3 O episódio final da revolta: o 3º Batalhão de Granadeiros no Campo de Aclamação

Após os alemães terem recebido o pagamento dos soldos atrasados, os recursos foram destinados à compra de bebida alcoólica, que em nada contribuiu para abaixar a tensão que pairava no ambiente militar. Contaram ainda com a presença dos irlandeses com quem dividiram o quartel, que mais uma vez, se posicionaram como impulsionadores dos acontecimentos e, o “resultado não poderia ser outro: a excitação das vésperas e os vapores do álcool transformaram, em pouco tempo, os granadeiros imperiais”.⁵⁵⁰

À tarde do dia 11 no Campo da Aclamação, foram iniciadas novas desordens por parte dos soldados no interior do quartel, com o 3º Batalhão de Granadeiros tomado pelo efeito do álcool, com alemães e irlandeses não mais sintonizados, e agora em disputa. Os oficiais que estavam presentes, tentaram mediar o conflito, inclusive Cotter, no entanto, a “desordem havia tomado conta do quartel; e sob credíveis ameaças de morte - principalmente ao Major Antonio de Moura e Britto, o odiado subcomandante - o Cel. Cotter e seus oficiais saíram de cena, definitivamente”.⁵⁵¹

Como resultado do desentendimento desses grupos, alguns alemães morreram - um soldado do 2º Btl Gran e dois soldados do 3º Btl Gran-, o que levou os demais a se recolherem em seus alojamentos, enquanto os irlandeses “embriagados cruzaram

⁵⁴⁹ Idem.

⁵⁵⁰ Idem.

⁵⁵¹ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 341.

o portão do quartel, em busca das ruas e de ação”.⁵⁵² Esses irlandeses entraram em confronto com um grupo de negros curiosos em frente ao quartel, e após os expulsarem, passaram a atirar pedras “tendo por alvo as cabeças dos negros que buscavam água no chafariz das Lavadeiras”.⁵⁵³

Diante disso, começaram a se formar agrupamentos de negros aos arredores do quartel que revidaram as agressões irlandesas, os forçando de volta para dentro do quartel, partindo dos “escravos negros a primeira reação efetiva que os estrangeiros amotinados encontraram”.⁵⁵⁴ Em resposta, os irlandeses arrombam o depósito de armas, retornando às ruas atirando, perseguindo os negros confrontantes pelos arredores, levando a morte alguns deles.

Chegaram a atacar também o posto policial próximo ao quartel, deixando seis policiais mortos e levando a fuga os demais, com quem nutriam desavenças ao longo do tempo. No local, apreenderam mais de cinquenta fuzis, que usaram ainda para confrontar uma patrulha de cavalaria brasileira, assaltar vendas e depredar residências por volta da Rua Larga de São Joaquim, deixando um rastro de mortes de homens, mulheres e até mesmo crianças.⁵⁵⁵

Seidler sintetizou os presentes acontecimentos, e destacou que:

Irrompendo pelos porões do quartel, começaram sua obra despejando uma chuva de pedras sobre os espectadores, e os negros responderam no mesmo tom. Os irlandeses, porém, apesar de suas boas pontarias, reconhecendo a superioridade numérica dos adversários, recolheram-se ao quartel, em busca das armas, e em seguida, de parceria com os alemães, que dantes não teriam podido considerar como amigos, entraram a despejar mortífero fogo sobre os brasileiros. As armas bem apontadas não falharam seus alvos: em todas as direções espirrou a multidão assustada, a procurar salvação em louca disparada para as ruas mais próximas. Mas aí continuou em seu enalço a despertada fúria assassina dos soldados. A recordação dos inúmeros companheiros traiçoeiramente assassinados pelos brasileiros, inflamava os alemães, como os irlandeses, para a máxima fúria, e sem piedade derrubavam os adversários que pudessem apanhar. Nem o grito triunfal de “vivam os estrangeiros”, livrava da morte; nem a criança no berço estava segura da vida nesse dia.⁵⁵⁶

Em meio a tudo isso, Lemos destacou que poucas eram as preocupações com os estrangeiros nos outros pontos do Rio de Janeiro, já que a cidade estava em clima

⁵⁵² *Idem.*

⁵⁵³ *Idem.*

⁵⁵⁴ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 342.

⁵⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁵⁶ *Op. cit.* Seidler, p. 265.

festivo para a celebração do dia 13 de junho, dia de Santo Antônio, levando em consideração que os:

acontecimentos dos dias 9 e 10 pouco modificaram o ânimo festivo da população. São Cristóvão e a Praia Vermelha eram longe. As notícias sobre as insubordinações dos estrangeiros eram ainda muito vagas, pouco alarmantes, e mesmo não surpreendiam; aquelas não eram as primeiras, e certamente não seriam as últimas arruaças aprontadas pelos soldados estrangeiros.⁵⁵⁷

O cenário mudou, no entanto, quando a notícia da morte do Major Thiola foi disseminada na manhã do dia 11, momento em “que a cidade deu-se conta da gravidade da situação”,⁵⁵⁸ com “estafetas que passavam a pleno galope e a convocação de milicianos da 2° Linha que confirmavam a anormalidade”,⁵⁵⁹ levando o comércio ao fechamento e os ricos a fuga para lugares mais seguros.

O Boato dos acontecimentos de S. Cristóvão tinha causado na cidade um grande alvoroço, e durante o dia 10 e na manhã do dia 11: o transporte e enterro do cadáver do major do batalhão de caçadores assassinado na Praia Vermelha, e a condução para o hospital da misericórdia de 2 oficiais do mesmo, gravemente feridos, exaltou os receios. Publicou-se que os soldados estrangeiros estacionados nas duas saídas da cidade marchavam para se reunir aos do quartel do Campo da Aclamação; que o batalhão 3 ali aquartelado tinha pegado em armas, fato inteiramente falso e que todos, quando reunidos, tomaram posse dos arsenais, para então saquear a cidade a salvo. Estas novidades alteram os cidadãos e o comportamento das autoridades não parecia achar decisivo e enérgico para inspirar confiança, pois que, ou por estarem inteirado do verdadeiro estado das cousas, ou por julgarem que igual perigo haveria no rigor da indulgência e ficaram titubeantes na escolha dos meios de repressão, mas não davam providências patentes e rápidas.⁵⁶⁰

De modo que, os que ficaram:

vendo que as autoridades nada faziam para conter a sanha destruidora dos amotinados do 3° Btl Gran, não restou outra alternativa para a defesa de suas vidas e de seus bens, que apelar aos seus negros: porretes e facões foram distribuídos aos escravos, que foram mandados às ruas, com instruções para liquidar sumariamente todo o soldado estrangeiro que encontrassem.⁵⁶¹

Os irlandeses se preparavam para invadir o educandário de moças “Collegio de Missis Harris”, quando foram impedidos por escravizados armados com

⁵⁵⁷ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 343.

⁵⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁵⁹ *Ibid.*

⁵⁶⁰ *Op. cit.* Esboço fiel.

⁵⁶¹ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 343.

autorização de matar, restando poucos sobreviventes. Assim, se iniciou a sua perseguição.⁵⁶²

Em meio a esses acontecimentos, também haviam aqueles soldados estrangeiros que não estavam participando da insurreição, ao contrário, alguns alemães estavam a serviço em prédios públicos, assim como outros irlandeses, no entanto, os primeiros permaneceram em seus postos, enquanto os últimos se uniram aos demais de volta ao quartel. Ao serem armados, entretanto, os negros e demais que integraram os grupos de combate, não fizeram distinção entre os imigrantes, agredindo e matando todos os que pudessem ser identificados como estrangeiros.⁵⁶³

De acordo com Lemos, a mobilização dos escravizados ocorreu de tal forma que “matando e morrendo, os particulares do Rio de Janeiro empurraram os sublevados do 3º Btl de volta para o Campo do Santana, e lá os contiveram”,⁵⁶⁴ mantendo patrulhamento armado nas ruas, de forma que esses substituíram “as rondas policiais, no centro da cidade, sem a ocorrência de roubos, assaltos, saques ou ofensas à ordem pública”.⁵⁶⁵

De dentro do quartel, em seu escritório, Pereira Valente observou o desenrolar dos acontecimentos promovidos pelo 3º Batalhão de Granadeiros, decidindo enviar mensageiros por conta própria para a mobilização dos braços de combate disponíveis para a contenção dos estrangeiros, sendo esses corpos: a artilharia de posição,⁵⁶⁶ o esquadrão de Minas⁵⁶⁷ e o batalhão de caçadores nº 24.⁵⁶⁸ Enquanto a Artilharia

⁵⁶² De acordo com Lemos, “começou a caça pelas ruas do Rio de Janeiro, aos escravos negros juntados em assustadora algazarra os demais deserddados de sorte - mulatos, cafuzos e até brancos - indivíduos de baixa extração”. *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 343.

⁵⁶³ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 344.

⁵⁶⁴ *Ibid*, p. 345.

⁵⁶⁵ *Ibid*.

⁵⁶⁶ A artilharia de posição era composta pelo 1º e 2º Corpo, e prestavam serviço da Praia Vermelha à Ilha da Cobras, com pequenos destacamentos guarnecendo fortalezas e fortins; conseguiram trazer duas peças. *Ibid*, p. 346.

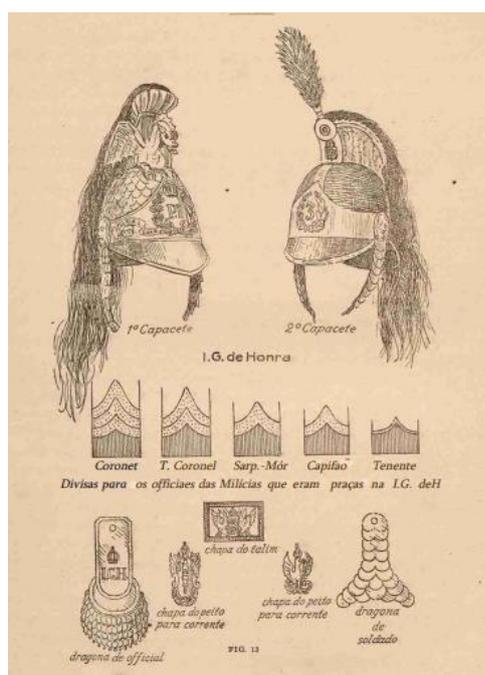
⁵⁶⁷ O esquadrão de Minas pertencia a Imperial Guarda de Honra, que era composta por homens escolhidos pelo Imperador, e “foi criada em 1º de dezembro de 1822, data da coroação e sagração de Dom Pedro. Era composto por três esquadrões de cavalaria: o 1º, com sede no Rio de Janeiro; o 2º, com sede em São Paulo; e o 3º, com sede em São João D’El Rey, em Minas Gerais. Pretendia-se com isso homenagear as três províncias que haviam pedido a permanência do Brasil do então Príncipe Dom Pedro, em dezembro de 1821”; seus integrantes pertenciam as principais famílias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; o convite para pertencer a guarda era tido como uma honra, no entanto, era custoso permanecer na Guarda, pois os uniformes eram muito caros; “Em 1828, apenas o 3º Esquadrão estava convocado para o serviço ativo, no Rio de Janeiro, seu quartel ficava em Mataporcos”. *Ibid*.

⁵⁶⁸ Os soldados do Batalhão de Caçadores nº 24 residiam nos distritos vizinhos ao Rio de Janeiro, que tratava-se do 24º BC de 2º Linha, sendo esse convocado, na tarde do dia 11 já estavam prontos, e se uniram a eles, os soldados da Intendência Geral de Polícia.

Montada permanecia em São Cristóvão para vigiar o Segundo Batalhão de Granadeiros.

Pereira Valente só conseguiu fugir do quartel do Campo da Aclamação por volta das 17:00h, para se juntar às forças brasileiras, enviando emissários para negociar a rendição, abordagem essa, mal-sucedida.⁵⁶⁹ Na sua primeira tentativa de contenção dos revoltosos, encaminhou uma carga de cavalaria promovida pela Imperial Guarda de Honra, que teve seu ataque frustrado e ridicularizado, foram efetuados também disparos de festim por dois canhões, para a intimidação.⁵⁷⁰

Imagem 21 - Desenho do uniforme da Guarda de Honra



Fonte: “Uniformes do exército brasileiro, 1730-1922”, publicada em função das comemorações pelo centenário da Independência do Brasil. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=83415>

⁵⁶⁹ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 347.

⁵⁷⁰ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 348.

Imagem 22 - Gravura Costume des archers



Fonte: BN; THIERRY FRÈRES. **Costume des archers.** Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 30,8 x 23,6cm em f. 52,6 x 34,6. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=18188. Acesso em: 14 Sep. 2023.

Do outro lado, o avanço dos irlandeses forçou o recuo dos artilheiros, e já chegando à noite o combate se acirrou sob as ordens de Pereira Valente, que ordenou uma carga de infantaria (duas peças) a tiros de lanterna, que forçou a volta dos irlandeses ao quartel.⁵⁷¹ Com o portão fechado, “os granadeiros ocuparam as janelas do quartel, começando a fazer fogo de fuzil contra os soldados imperiais, que respondiam à altura”.⁵⁷²

Segundo Lemos, o tiroteio “não podia durar muito, de vez que alguém, pela tarde, possivelmente por ordem do Conde, havia inutilizado a pólvora existente no depósito, jogando água sobre ela”, de maneira que limitou os recursos do 3º Batalhão de Granadeiros em reagir às tropas brasileiras, os mantendo sob controle.⁵⁷³

Com a apresentação dessa conjuntura, o Ministro de Guerra, o Brigadeiro Bento Barroso Pereira, que até então não havia participado de nenhuma ação para

⁵⁷¹ Nas palavras de Pereira Valente: “Vendo depois que os tumultuosos tentavam opor resistência, marchei em pessoa com uma companhia e uma peça com direção ao portão, onde a pouca distância mandei fazer fogo e logo depois dar uma carga de baioneta, com o que se recolheram; porém conhecendo imediatamente que eles se reuniam no portão como furiosos, fazendo fogo dali e das janelas contíguas, mandei que o esquadrão de minas carregasse, e a artilharia fizesse fogo mesmo dentro do quartel, com o que terminou a luta e eles fecharam o portão”. *Op. cit.* BRASIL, Sessão de 25 de junho de 1828, p. 199.

⁵⁷² *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 348; *Op. cit.* Kato, 1988, p. 132.

⁵⁷³ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 348.

travar as ações desses estrangeiros, ordenou a Pereira Valente que todos fossem atacados.⁵⁷⁴ O reverendo Walsh enfatizou que as ordens de Barroso Pereira para essa ação foram claras: “Mata tudo Sr. Conde, não dá quartel a ninguém, mata esses estrangeiros”. Armitage, destacou a mesma postura assumida pelo ministro.⁵⁷⁵

Já ao anoitecer do dia 11, a revolta estava devidamente controlada e se esperava a rendição dos sediciosos, que em algum momento teriam de ceder. Nesse sentido, Ruth Kato salientou que “os rebeldes recuaram para o interior do quartel onde permaneceram até o dia doze”.⁵⁷⁶

As forças angariadas para controlar o motim ainda estavam reunidas, bem como as rondas de negros armados aos arredores estava mantida, quando surgiu um boato “que tomou conta da cidade: o 28º BC preparava-se para vir juntar-se ao 3º Btl Gran; e o 2º Btl Gran planejava ocupar o Palácio Imperial, fazer refém o Imperador, e depois também marchar sobre o Campo de Santana”.⁵⁷⁷ Quanto a novidade, Seidler descreveu o impacto causado por ela:

corre repentinamente a notícia de que o 2º Batalhão de Granadeiros e o 28º de Caçadores estavam em vias de marchar contra a cidade e tomar ligação com as tropas aquarteladas no Campo de Santana, o que pôs o governo ainda indeciso na maior perplexidade – primeiro, porque lhe faltavam forças para opor eficazmente a essa massa empreendedora; segundo, porque era de esperar que com as combinações já tramadas entre os revoltosos a luta até agora irregular poderia transformar-se em batalha regular; até se afirmava que diversos oficiais possuidores da confiança dos soldados se colocariam à testa deles, que se apoderariam do paço de S. Cristóvão, com os canhões lá existentes, e que o imperador seria conservado prisioneiro até a ultimção da revolta. O susto infundido por essa bem fundamentada notícia de Hiobe foi tamanho, não só na população do Rio, como também no seio da corte imperial.⁵⁷⁸

Esse rumor gerou diferentes reações, no sentido de que enquanto a população estava se preparando para o combate casa a casa, as autoridades de quem se esperava uma ação contundente, estavam se refugiando do possível ataque, tendo os ministros do governo se abrigado no “Arsenal da Marinha, onde uma embarcação foi preparada, com vista a eventual fuga, exceto o Ministro de Guerra, que se refugiou no Arsenal do Exército”.⁵⁷⁹ O Imperador, em contrapartida, permaneceu em São Cristóvão, onde permanecia sob a guarda dos soldados alemães que lhes foram fiéis,

⁵⁷⁴ *Ibid*; *Op. cit.* Kato, 1988, p. 132.

⁵⁷⁵ *Op. cit.* Walsh, p. 290; *Op. cit.* Armitage, p. 272.

⁵⁷⁶ *Op. cit.* Kato, 1988, p. 132.

⁵⁷⁷ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 348.

⁵⁷⁸ *Op. cit.* Seidler, p. 267-268.

⁵⁷⁹ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 348.

junto ainda, de seu conselheiro, Francisco Gomes da Silva, conhecido como Chalaça.⁵⁸⁰

Em resposta as atoardas, Pereira Valente organizou um bloqueio aos “caminhos que, desde a Praia Vermelha e São Cristóvão, davam acesso ao Campo de Santana”, alinhando ainda, uma “companhia de infantaria da Intendência Geral de Polícia, com uma peça de artilharia” que foi “destacada às pressas para Mataporcos, bloqueando o caminho de São Cristóvão”.⁵⁸¹ Além disso:

o Conde cobriu-se na ponte do Catete, para lá deslocando uma companhia do 24° BC de 2° Linha, com duas peças de artilharias retiradas do fortim da Glória. No comando dessa força ficou o Brigadeiro Lima e Silva, o velho soldado de tantas guerras e que, agora acomodado em uma honorífica Ajudância de Ordens do Imperador, não hesitara em abandonar sua poltrona e apresentar-se voluntariamente para, mais uma vez, colocar sua espada e sua vida a serviço do Império.⁵⁸²

Mesmo com os preparativos para uma possível reviravolta, Pereira Valente procurou tomar conhecimento do que realmente se passava na Praia Vermelha, enviando o Cel. Jaques Augusto Cony, para obter informações. Enquanto isso, Pereira Valente deixou ao comando do cerco, o Cel. Antonio Elisário de Miranda e Brito, para que ele pudesse ir ao encontro do Imperador em São Cristóvão,⁵⁸³ onde:

Dom Pedro I queixou-se da incompetência do Ministro de Guerra, da covardia dos outros ministros, informou-lhes que o 2° Btl gran estava em calma, e assegurou-lhe estar na mais absoluta segurança, segurança essa aliás fornecida pelos granadeiros alemães em serviço. E que, além do mais, a Artilharia Montada do Ten. Cel. Pardal estava ali pertinho, em prontidão.⁵⁸⁴

Ao retornar ao Campo de Santana, recebeu notícias por parte do Cel. Cony de que o 28° Batalhão de Caçadores estava em paz e, que “se por acaso os irlandeses alojados na Praia Vermelha intentassem qualquer marcha sobre a cidade, que não ficassem dúvidas que o 28° BC os atacaria pela retaguarda”.⁵⁸⁵

Nesse momento, deixando os rumores de lado e com uma visão mais clara do que realmente se passava, Pereira Valente “intimou os rebelados à imediata rendição, caso contrário arrasaria o quartel a canhões e degolaria sumariamente os

⁵⁸⁰ Francisco Gomes da Silva, comumente conhecido pelo nome Chalaça, ocupava nesse momento o cargo de secretário do gabinete imperial e de conselheiro do imperador. *Op. cit.* LEMOS, 2013, p. 354.

⁵⁸¹ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 348.

⁵⁸² *Ibid*, p. 349.

⁵⁸³ *Idem*.

⁵⁸⁴ *Idem*.

⁵⁸⁵ *Idem*.

sobreviventes”, de maneira que “os canhões começaram a fazer tiros diretos contra o aquartelamento”.⁵⁸⁶ Desse modo, em pouco tempo o quartel do Campo de Santana estava ocupado, e ao raiar do dia 12, a principal preocupação era “a de trancafiar os alemães e irlandeses do 3º Btl Gran em um lugar seguro, fora da cidade”.⁵⁸⁷

A essa altura, não se contava, todavia, com o desembarque de militares ingleses e franceses no Rio de Janeiro. O motivo por trás dessa ação era atender a rogativa de contenção da rebelião, impulsionada pelo temor gerado com os rumores da reorganização do levante nos quartéis de São Cristóvão e da Praia Vermelha.

O pedido de intervenção partiu de autoridades como Chalaça, sendo enviado aos próprios comandantes dos navios,⁵⁸⁸ e, do Marquês de Aracaty, o Ministro das Relações Exteriores, que se utilizou dos canais diplomáticos em seu refúgio no Arsenal da Marinha, ainda pela tarde do dia 11.⁵⁸⁹

O almirante Lemarant, responsável pela parte francesa da missão atendeu ao chamado, e:

⁵⁸⁶ Idem; *Op. cit.* Kato, 1988, p. 133.

⁵⁸⁷ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 357.

⁵⁸⁸ A participação de Chalaça nesse processo foi descrita em suas “Memórias”. De acordo com ele, diante da ausência dos ministros do Império no processo de decisão sobre a revolta, o Marquês de Barbacena o aconselhou a solicitar reforços aos marinheiros estrangeiros surtos no porto, enquanto estavam em companhia de D. Pedro I. O mesmo descreveu esse episódio ao retratar as rusgas que teve com o Marquês, a quem atribuiu a indicação para essa ação. Segundo Chalaça, “quando o partido revolucionário do Brasil em Junho de 1828 excitara a revolta dos Irlandeses, o que deu grande cuidados ao Imperador, e chegou até a pôr a sua pessoa em algum risco, achou-se S. M. sem ministros a seu lado: diziam uns que estes senhores estavam nas suas respectivas repartições trabalhando com grande atividade; outros, que se preparavam para fugir, e que com este fim haviam mandado aprontar, e ficar às suas ordens um barco de vapor. Fosse o motivo qual fosse, eu, que nunca me tinha afastado da presença do Imperador, nem jamais atentara se havia ou não perigo em acompanhá-lo, confesso que não vi secretário de Estado algum. Depois de passado certo tempo, apareceu o marquês de Barbacena; e foi voto seu que eu, *em meu nome, e como secretário do gabinete imperial, escrevesse aos almirantes inglês e francês, pedindo-lhes que fizessem desembarcar alguma tropa, com o objeto de apaziguar o tumulto dos Irlandeses. Assim o fiz. Se isto se pode chamar indevida ingerência em negócios do governo, foi a única de que eu deva ser tachado; mas cumpre que o seja por qualquer homem, menos o marquês de Barbacena. Este não é só conselheiro de tal ingerência, mas até do teor das cartas por mim escritas então aos sobreditos almirantes. Pode ser delito a minha ação: não trato agora de a justificar; porém o momento era crítico; ministros não apareciam; o Imperador achava-se só; a causa pública requeria pompas medidas: e qual foi o resultado da minha criminosa ingerência então? O pôr-se termo à desordem, durante a qual os zelosos fiscais das faltas do Imperador, e de seus amigos e criados, estiveram talvez limpando as espadas *Que a ferrugem da paz gastadas tinha*, para saírem a campo no fim da batalha. À vista do que deixo dito sobre a ingerência do gabinete, e da opinião que dessa ingerência tivera sempre o marquês de Barbacena, parece-me poder-se deduzir que este político se esquecerá demasiado breve de quanto havia dito e escrito repetidas vezes a tal respeito; ou que, não tendo opiniões em objeto algum mais do que as de utilidade, e proveito próprio, cura pouco de passar por um homem de princípios, e de caráter firme, de que por outra parte faz o escandaloso alarde”. Silva, Francisco Gomes da. 1791-1852. **Memórias oferecidas à nação brasileira pelo Conselheiro Francisco Gomes da Silva**. Londres: L. Thompson, 1831. p. 123 - 124. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20781>*

⁵⁸⁹ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 354.

Às dez horas da noite, desembarcou na Praça do Paço um contingente de quinhentos marujos franceses: três companhias de Equipagem da "Surveillante", comandadas pelo capitão de Fragata Gilles François Trotel; uma companhia da Equipagem da "Nymphe", comandada pelo Tenente Cecille; e uma companhia da Equipagem do navio de carga "Lybio", comandada pelo Capitão de Fragata Michel Joseph de Rabaudy, oficial a quem o almirante delegou o comando geral das tropas desembarcadas.⁵⁹⁰

Já da parte inglesa, o Almirante Otway foi orientado pelo embaixador inglês Robert Gordon a atender o pedido das autoridades brasileiras, com a limitação de sua esfera de participação em duas prerrogativas bem definidas: a de que deveriam ter a "missão única, específica, de, apenas, proteger a pessoa do Imperador Dom Pedro I", e de não entrar em conflito direto com os irlandeses, que eram cidadãos britânicos. Dessa forma, 200 marinheiros sob o comando do Capitão Samuel Hood Inglefield, desembarcaram já na madrugada do dia 12, rumo a São Cristóvão.⁵⁹¹

Já em São Cristóvão, dia 12, depois de terem marchado pelas ruas do Rio de Janeiro com suas bandeiras desfraldadas, ingleses e franceses assumiram a posição de garantirem a segurança do Palácio Imperial, deslocando e desarmando os soldados alemães que até então protegiam o Imperador.⁵⁹²

Sua função, nesse momento, consistiu em garantir a proteção do Imperador, e na desarticulação do 2º Batalhão de Granadeiros refugiado no interior do quartel, e que até então, não havia mais causado insurgências no ambiente externo, mas seguia sem rendição.

Dessa forma, os ingleses permaneceram na garantia da seguridade imperial na Quinta, enquanto os franceses avançaram em direção aos amotinados, com a participação de parte da força brasileira atuante no controle da revolta, no intuito de acatar a ordem de D. Pedro I, que era a de que os soldados sublevados apresentassem suas armas diante dos franceses e se rendessem definitivamente, o que ocorreu, encerrando assim, a revolta dos soldados estrangeiros na Corte do Rio de Janeiro.⁵⁹³

⁵⁹⁰ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 356.

⁵⁹¹ *Ibid*, p. 355.

⁵⁹² *Ibid*, p. 357.

⁵⁹³ *Ibid*.

4.4 Consequências imediatas provocadas pela revolta dos estrangeiros

Ao decorrer do dia 12, os esforços se voltaram para garantir o destino desses estrangeiros à sua prisão inicial, de forma que os integrantes do 3º Batalhão de Granadeiros foram divididos entre dois grupos, um composto por oficiais e sargentos e o outro integrado por soldados. O primeiro foi encarcerado no próprio quartel do Campo da Aclamação, enquanto o segundo foi destinado à Presiganga,⁵⁹⁴ tendo a nau “Dom Affonso” para cumprir essa função.

Seu deslocamento “do Campo do Santana até o embarque, no cais, foi entre as alas de baionetas do 24º BC de 2º Linha e sob apupos da população”.⁵⁹⁵ Em São Cristóvão assim como no Campo da Aclamação, o destino do Segundo Batalhão de Granadeiros foi semelhante no dia 13, com os oficiais sendo levados ao cárcere na Fortaleza de Santa Cruz, enquanto os demais foram encaminhados para as Presigangas, onde a maioria foi alocada na “Dom Pedro I”, sob a tutela francesa e ordens do Brigadeiro Lima e Silva.⁵⁹⁶

Em sequência, as forças francesas e inglesas foram dispensadas e a guarda do Palácio passou a ser responsabilidade do Corpo de Artilharia Montada.⁵⁹⁷ Para mais, o resto dos dias 12 e 13 também foi dedicado ao recolhimento dos mortos e feridos, sem o conhecimento do número exato dos que pereceram.⁵⁹⁸

Em “O Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11 e 12” foi mencionado que por não ter sido premeditada, a revolta “não produziu senão males efêmeros”.⁵⁹⁹ Apesar disso, o número de mortes pelo conflito se tornou parte das consequências do levante dos soldados estrangeiros. Em uma das notas desse “Folheto” foi afirmado

⁵⁹⁴ “Prisões flutuantes”. Embarcações antigas que já não atendiam aos propósitos para que foram criadas, sendo retirados delas o leme, o velame e o armamento, para que servissem ao carregamento e transporte de produtos, ou mesmo enquanto prisões. De acordo com o “Relatório do exame das prisões, cárceres, hospitais, e estabelecimentos de caridade”, apresentado à Câmara Municipal no ano de 1837, essa modalidade de aprisionamento deixou de existir, e os “galés” de modo geral, passaram a ser recolhidos nas prisões da Ilhas das Cobras, “as quais ainda que algum tanto úmidas são suportáveis a pequeno número de presos”. Azeredo, Claudionor Antonio de. Relatório do exame das prisões, cárceres, hospitais e estabelecimentos de caridade apresentado à ilustríssima Câmara Municipal da Corte. 1837. p. 21. Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4585/49833.pdf?sequence=1>

⁵⁹⁵ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 359.

⁵⁹⁶ *Ibid*, p. 360.

⁵⁹⁷ *Idem*.

⁵⁹⁸ *Ibid*, p. 361.

⁵⁹⁹ *Op. cit.* Esboço fiel.

que apesar de suas “diligências para saber exatamente o número das vítimas”, não puderam “senão apresentar probabilidade”.⁶⁰⁰

Dos Irlandeses faltam 100, e 50 dos Alemães. Ora muitos naturalmente existem extraviados, ou desertados: nestes termos se calcularmos, que estes têm perdido aos 30 dos seus, e aqueles 70, não erraremos muito. A perda Nacional não passando de dez ou doze, inclusive os escravos: portanto entre mortos, e feridos podemos estabelecer, que a totalidade não se eleva a 120; e posto que seja lastimável, contudo à vista do barulho, e exasperação, devemos considerar-mos quase como felizes.⁶⁰¹

Já Pereira Valente, afirmou em seu relatório que:

Ficaram mortos da nossa parte 4 e feridos 10, e dos irlandeses e alemães no fogo 23 mortos e 50 feridos, pouco mais ou menos, entrando neste número os soldados alemães que se achavam de sentinelas, os quais morreram nos seus postos, onde permaneceram sempre em sossego, e bem assim os que se achavam nas guardas do museu e Catete, e destacamento da imperial fazenda de Santa Cruz.⁶⁰²

As baixas contabilizadas pelos periódicos *A Aurora Fluminense* e *O Censor Brasileiro* também se basearam em estimativas, em meio a ausência de informações oficiais sobre o número de mortes. De um lado, *A Aurora* afirmou que:

Se acreditar-nos a voz pública, único norte, que nos resta, no meio do silêncio dos papéis oficiais, morreram mais de cem pessoas de um e outro lado, entre os quais há a lastimar dos nossos 12 ou 14, afora os pretos, de que não se sabe a conta: grande foi também a quantidade de feridos, e podemos seguramente avaliá-los em outro tanto.⁶⁰³

O Censor Brasileiro tomou por base o “Folheto” para retratar os acontecimentos, de onde extraiu informações para serem republicadas em suas páginas, inclusive sobre o número de baixas, dessa forma, o mesmo deu “Graças ao Céu que o ato insano senão perpetrou. O número dos mortos não” passou “de legítimo, atenta a natureza das desordens, e ponto a que elas se exaltaram”.⁶⁰⁴ Enquanto isso, o jornal *The Rio Herald* notificou que não podia precisar “o número exato de mortes”, mas pontuou que não haviam sido “tantas como geralmente” foram “relatadas”.⁶⁰⁵

⁶⁰⁰ Idem.

⁶⁰¹ Idem.

⁶⁰² *Op. cit.* BRASIL, Sessão de 25 de junho de 1828, p. 199-200.

⁶⁰³ *A Aurora Fluminense*, 1828, nº 55.

⁶⁰⁴ *O Censor*, 1828, nº 22.

⁶⁰⁵ Tradução livre do extrato de jornal: “We have not heard the exact number of deaths but we believe they are not so many as generally reported”. *The Rio Herald*, 1828, 16/06/1828, nº 15.

Boche e Armitage também fizeram suas estimativas, onde o primeiro afirmou que “morreram em combate setenta e três homens do” seu “batalhão, entre os quais dezenove eram alemães, sem contar os feridos, dos quais muitos vieram a falecer posteriormente”, acrescentando ainda que “os brasileiros perderam noventa e sete infantess e vinte e três soldados de cavalaria, sem contar os feridos”, e que o “número dos civis e dos negros mortos foi ainda maior”.⁶⁰⁶ Já o segundo colocou que foram “mais de setenta irlandeses mortos, e cem feridos”.⁶⁰⁷

Ainda no dia 13, foram tomadas decisões políticas de impacto, como a demissão do Ministro de Guerra por D. Pedro I, tendo em vista a ausência de esforços na contenção do conflito, assim como o aceite do pedido de demissão dos demais ministros do Império, que tomaram essa atitude em solidariedade ao seu companheiro, com a permanência apenas do Ministro das Relações Exteriores, deflagrando assim uma crise ministerial, que conseqüentemente inaugurou uma fase desgastante para a articulação do Poder Executivo.⁶⁰⁸

De acordo com Ruth Kato, a demissão dos ministros “gerou na Câmara dos deputados descontentamento”, pois “populares e imprensa reclamavam da lenta ação da polícia e das tropas, acusando o Comandante de armas de condescendência e demasiada prudência”.⁶⁰⁹

Ao ser reinstaurado o equilíbrio sobre a situação de conflito, a atenção foi voltada não só para as medidas a serem estabelecidas para a culpabilização dos envolvidos na iniciativa do motim, mas também sobre aspectos voltados às esferas de poder, levando em consideração, a responsabilidade daqueles que garantiram a inserção e permanência de estrangeiros no exército, e no interior do território brasileiro, de maneira geral.

O debate sobre a sedição dos soldados alemães e irlandeses mobilizou questionamentos que se alastraram até a imprensa, que não só noticiou o desdobramento da revolta, mas também proferiu discursos sobre a presença estrangeira no Brasil, a partir dela. Nesse sentido, o próprio Armitage expôs suas considerações sobre a abordagem periódica do tema, ao dizer que os liberais “exultaram com este doloroso sucesso, que foi representado nas páginas de alguns

⁶⁰⁶ *Op. cit.* Boche, p. 192.

⁶⁰⁷ *Op. cit.* Armitage, p. 272.

⁶⁰⁸ *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 361; *Op. cit.* Kato, 1989, p. 135.

⁶⁰⁹ *Op. cit.* Kato, 1989, p. 135.

jornais, recentemente publicados, como um magnânimo de esforço da parte do povo”.⁶¹⁰

Para Ruth Kato, este incidente influenciou a política do Primeiro Reinado pois “fortaleceu e deu vantagem à oposição”, assim como consolidou 1828 como “o ano da exaltação de ideias, e o jornal *Aurora Fluminense* como o seu divulgador”. A autora ainda destacou que a Câmara e a Imprensa se tornaram personagens mais importantes a partir deste ano até o final do Primeiro Reinado, tendo em vista que a “rebeldia do povo brasileiro começa aparecer “o povo miúdo está atrevido”, dizia-se em 1828”.⁶¹¹

Nesse caso, pode ser destacado as colocações do jornal *A Aurora Fluminense*, que tomou o levante dos estrangeiros como exemplo a ser refletido sobre a inserção de imigrantes no interior do império, disseminando opiniões e posicionamentos, tendo em vista, as suas concepções sobre as possibilidades de incorporação de estrangeiros, aos seus projetos de nação.

⁶¹⁰ *Op. cit.* Armitage, p. 273.

⁶¹¹ *Op. cit.* Kato, 1989, p. 136.

Capítulo 5 - A revolta dos soldados alemães e irlandeses nos jornais

5.1 As primeiras versões do motim na *Aurora Fluminense* e na *Astréa*

Eis que foi publicada a primeira notificação da revolta dos soldados alemães e irlandeses entre os últimos artigos da seção do *Rio de Janeiro*, no seu nº 54, datado de 11 de junho de 1828, enquanto o motim já tinha sido deflagrado em São Cristóvão e na Praia Vermelha, e ainda se deslocava para o Campo da Aclamação.

A descrição apresentada se baseou exclusivamente na “voz geral” que a *Aurora* creu ser verdadeira, até que “alguma importante coleção de Documentos” lhes mostrasse o contrário, “que no dia 9 do corrente, o 2º Batalhão de Estrangeiros, aquartelado em S. Cristóvão, se pôs em tumulto, acometendo um dos seus chefes, e ameaçando a tranquilidade de todos os moradores circunvizinhos”.⁶¹²

A *Aurora* se aproveitou do momento para provocar o jornal *The Rio Herald*, a quem solicitou que descobrisse “alguma coisa oculta, que produzisse mais esta desordem”, e trouxe destaque ao *Jovem Brasileiro* que prestava “tão bons exemplos de subordinação e disciplina”, assim como os demais brasileiros, cujo “sofrimento, e tolerância” animavam “esta gente mercenária a” lhes “calcarem, e os seus Patronos a servirem-se deles, como instrumentos, para conservar o terror *na ordem do dia.*” Afinal, “Um Povo de Cidadãos, ligados pelo mútuo interesse da conservação da ordem pública, e contidos pelo respeito, que se” devia “à Lei; não” agradava “a muita gente, que” tinha “a *tarimba* por modelo do edifício social.”⁶¹³

A ordem e disciplina atribuída aos brasileiros, elementos tão caros ao serviço militar, permaneceram constantemente associados à cidadania refletida nos parâmetros legais, encaradas como indissociáveis às características nacionais, enquanto o contrário foi atribuído aos militares estrangeiros, a quem o periódico adjetivou negativamente enquanto “gente mercenária”, como também lhe atribuiu o terror e a desordem como vinculados a “tarimba”, elemento relacionado ao serviço militar, referente ao local de repouso dos soldados, ou termo empregado para se referir a alguém que prestou serviço militar.

⁶¹² A *Aurora Fluminense*, 1828, 11/06/1828, nº 54, p. 221.

⁶¹³ *Idem.*

Em suas colocações, *A Aurora Fluminense* chegou a estender a compreensão sobre a dinâmica estabelecida entre estrangeiros e nacionais, e sugeriu que a conduta “correta” dos brasileiros incitava o mau comportamento dos imigrados, de forma a insinuar que tanto o fato de serem forasteiros quanto o de serem militares, não condizia com os atributos esperados aos habitantes do Brasil.

Além da *A Aurora*, outro jornal que esteve entre os primeiros a publicar sobre a revolta foi a *Astréa*, por meio de uma correspondência redigida por *O desesperado*, datada do dia 14 de junho de 1828, onde foi descrito mais detalhes sobre os acontecimentos referentes ao evento.

Nela, o correspondente apresentou como o motivo do estopim, o castigo ao soldado alemão, e a motivação para a revolta, a incitação à sublevação promovida pelo Capitão Pezerat, a quem responsabilizou pelo desdobramento do motim.⁶¹⁴ Além disso, levantou acusações contra Pereira Valente, baseado no desempenho de suas funções:

Se S. Exc. quando eles forçaram o Quartel da Polícia, e fizeram outros muitos desaforos, os castigasse exemplarmente eles se não atreveriam até a oferecer lama e arremessar pedras para uma casa onde viam os seus Delegados e sua própria pessoa. Não é com banhos mornos que se curam pleurises; S. Ex. além de se mostrar fraco, ostentou-se condensamente com uma Tropa de diabos, e a sua demasiada prudência ia cobrindo esta Cidade de luto e pranto. Se S. Exc. ultimamente fizesse prender os amotinadores naquele Batalhão, e os castigasse exemplarmente, eles não se atreveriam derramar-se pelas ruas em busca do seu Major para o assassinar, e nem os da Praia Vermelha matariam também o seu Major; e a de mais canalha não ousaria praticar o que fez. Se S. Exc. é inclinado a tal gente, os Brasileiros sempre foram, são e serão de opinião contrária.⁶¹⁵

Após um período de cinco dias desde a primeira notificação sobre a insurreição, *A Aurora Fluminense* ressurgiu para apresentar a seção *Interior* do seu nº 55, do dia 16 de junho de 1828, onde foram descritas as informações que deram conta dos desdobramentos do acontecido, e que trataram da revolta que havia sido empreendida pelos soldados alemães e irlandeses, aquartelados no exército imperial brasileiro.

Nesse momento, as informações ainda se encontravam limitadas, todavia, foram publicizadas nas páginas do jornal em posição de destaque, com a presença de uma nota de rodapé ao final do relato, com o parecer de que as informações transcritas foram recebidas “ou da voz comum, e mais bem averiguada, ou de

⁶¹⁴ Entre os dados apresentados por *O desesperado*, estiveram: o número de golpes do castigo, que foram “cem chibatadas”, e que o capitão Drago ordenou “dobrar a doze” a pena a ser aplicada ao soldado. Além disso, também acrescentou informações sobre os soldados alemães que se dirigiram à Quinta da Boa Vista. *Astréa*, 1828, 14/06/1828, nº 293, p. 1213-1214.

⁶¹⁵ *Idem*.

informações de pessoas fidedignas”. A nota reconheceu a possibilidade de inexatidão dos dados apresentados, e esclareceu que com prazer os redatores aceitariam “qualquer aviso” que tivessem “por objeto a verificação de fatos”.⁶¹⁶

No presente número, os alemães e irlandeses foram retratados como aqueles que já estavam fora de controle, e *A Aurora* como aquela que havia alertado sobre a previsibilidade do ataque, e, desde a primeira linha impressa nessa publicação foi retratado que “O Dia 11 de Junho fez época no Rio de Janeiro”.⁶¹⁷ Desse modo, acabou por corroborar a visão que vinha construindo desses estrangeiros, que ao se revoltarem, renovaram as desconfianças sobre sua estadia no Brasil.

A tropa estrangeira depois de repetidos atos de insubordinação, que por vezes apontamos na nossa Folha, sem merecermos por isso, se não talvez animadversão de certas Autoridades; animada finalmente com o patronato e impunidade, que as antecedências lhe prometiam, rompeu em deploráveis excessos.⁶¹⁸

As notícias retomaram os acontecimentos do dia 09 de junho, em São Cristóvão, onde se passaram os primeiros ataques, sendo divulgada a tentativa de assassinato do Major responsável pelo batalhão sediado nessa mesma localização, no caso o Major Drago, e que os soldados diante da impossibilidade de tentar contra a sua vida, se voltaram aos ataques nas ruas de São Cristóvão, de modo que “empregaram o seu furor em alguns pacíficos habitantes daquele lugar, e puseram a saque vários armazéns de víveres e bebidas, praticando todo o gênero de desordens”.⁶¹⁹

Não foram elencadas as possíveis motivações para o levante, a não ser o descontentamento dos estrangeiros com o seu superior, não obstante, foi descrito que a repercussão da notícia provavelmente havia alcançado os quartéis do Campo da Aclamação e, inspirado o assassinato do Major Benedicto Tiola, na Praia Vermelha.

Estas notícias espalhando-se pela Cidade, deram logo a suspeitar que os movimentos sediciosos se comunicariam à tropa estrangeira aquartelada no Campo da Aclamação; e os Cidadãos começaram a temer pela tranquilidade pública. Estes receios se agravaram com a voz geral, de que nenhuma providências se haviam dado, para impor medo aos amotinados; que pretendia ganhá-los por concessões, e meios de brandura; e muito mais cresceram com o assassinato perpetrado na Praia Vermelha na manhã do

⁶¹⁶ *A Aurora Fluminense*, 1828, 16/06/1828, n° 55, p. 223-224.

⁶¹⁷ *Idem*.

⁶¹⁸ *Idem*.

⁶¹⁹ *Idem*.

dia 11, por parte de um dos Batalhões Alemães sob a pessoa do seu Major *Benedicto*.⁶²⁰

Diante desse cenário de consternação, os brasileiros, nas palavras da *A Aurora* “lançaram os olhos ao redor de si, e viram a terra entregue sem defesa a uma força de mais de três mil estrangeiros”, sem a presença de “corpos Nacionais” e com “as milícias extintas de todo”, mediante a sedição que fazia “progressos rápidos no espírito da gente Irlandesa e Alemã”,⁶²¹ a ponto de na tarde do mesmo dia chegar ao momento em que:

o Povo correu, ou a recolher-se nas suas moradas, ou a tomar chuços e outras armas, com que tentou impedir o ingresso dos sediciosos no centro da Cidade. Estes em magotes, armados de fuzis, ou de baionetas principiavam já a fazer hostilidades; infelizes vítimas, paisanos desarmados, que passavam, foram sacrificados, e a rua larga de S. Joaquim contava já alguns cadáveres. Então o Povo do Rio de Janeiro mostrou que não era esse Povo, que se crê tímido, e efeminado: a indignação se pintava em todos os rostos, e não pequeno número de homens, brancos, pardos, e pretos se colocaram nas bocas das ruas, e com destreza e coragem incomodaram, e cortaram o passo aos sediciosos.⁶²²

Um dos pontos destacados pela *Aurora* foi a participação popular, baseada na “destreza” e “coragem” do povo brasileiro, sem a exclusão da participação dos “pardos e pretos”, de quem pouco se falou na contenção da rebeldia, pela perspectiva estrangeira ou pelo relatório oficial apresentado por Pereira Valente, pelo menos não com a relevância atrelada ao seu potencial de defesa. Os “pardos e pretos”, ou mesmo “os moleques”, como foram descritos os escravizados e negros livres, atuantes nesse processo, ainda ocupariam algumas linhas nas publicações periódicas referentes ao diálogo desse tema.

De acordo com *A Aurora*, “os maus feitos da tropa estrangeira tinham excitado a cólera de toda a classe de pessoas”, mas os “habitantes da Capital” souberam “acudir ao lugar do perigo, e defender com denodo os seus bens e vidas”, sobretudo porque o “Governo tarde tinha aplicado os seus cuidados a um negócio de tamanha ponderação”, e “só quase ao anoitecer do dia 11” foi que “apareceu tropa regular do país no Campo da Aclamação, ainda sem ordem do atacar”.⁶²³

A Aurora destacou a participação do “batalhão de Milícias, e Cavalaria de Minas” que fizeram frente aos estrangeiros revoltosos, e “que se conduziram com

⁶²⁰ Idem.

⁶²¹ Idem.

⁶²² Idem.

⁶²³ Idem.

grande disciplina e bravura”, no entanto, o “temor de tornar longo este artigo” a obrigou “a calar circunstâncias bem honrosas, para os Militares Brasileiros”. Esse espaço foi dedicado, em contrapartida, a uma nova exposição sobre a atuação dos populares, suas desconfianças e conclusões sobre os estrangeiros:

O Povo corria ao lugar de combate, e lastimava a sorte da nossa Pátria, condenada a mandar vir da Alemanha e de Irlanda à custa de tanto dinheiro os seus próprios inimigos; lembravam-se que a força existente em S. Cristóvão, e na Praia Vermelha poderia romper os obstáculos, que lhes impediam a passagem, e reunir-se aos seus irmãos de armas; mas ou lhes não foi possível executarem-no, ou não havia entre eles um plano fixo e determinado. Esta última hipótese é tanto mais acreditável, porque os do Campo da Aclamação se acharam abandonados dos seus mesmos oficiais, e não davam ideia de um fim concertado; mas sim desse vago desejo de assassinar e roubar, próprio de gente feroz e indisciplinada.⁶²⁴

Para *A Aurora*, a defesa brasileira aos ataques proferidos representou a tomada de rédeas da população do Rio de Janeiro sobre a dinâmica até então estabelecida com os alemães e irlandeses, e exemplificou o caráter dos brasileiros, que deram o exemplo, ao considerar que a cidade estava “abandonada parte do dia, sem rondas”, e a “população” não se aproveitou “das circunstâncias, para cometer um roubo ou um insulto: que maior testemunho em favor do caráter Brasileiro!”⁶²⁵

Nesse sentido, *A Aurora* defendeu os “nacionais” como os responsáveis pela salvação da “invasão Germânica e Irlandesa”, e questionou qual seria o futuro dado às tropas estrangeiras:

Foi essa gente, que tanto se despreza, e calúnia, que manteve a ordem; quem defendeu as casas; que expôs a vida sem coação, sem mando de autoridade alguma, para nos salvar da invasão Germânica e Irlandesa. O coração se aperta de horror ao referir ainda os resultados da imprudência e cega confiança posta nestes homens mercenários! (...) Quanto sangue derramado! Quantas vidas sacrificadas ao desleixo, ao capricho, e ao espírito de partido! Que se fará agora da tropa estrangeira? Ainda veremos batalhões Alemães, e Irlandeses pisarem o solo, que ensoparam do nosso sangue; ainda passearão armados por diante de nós para insultarem a indignação daqueles, que amam a sua Pátria?⁶²⁶

Diante dos próprios questionamentos, *A Aurora* afirmou não ser desfavorável à presença de estrangeiros no Brasil, desde que fosse desvinculada às armas, e que os imigrantes viessem para serem inseridos na agricultura e no trabalho, e criticou a preferência por expatriados ao invés de brasileiros:

⁶²⁴ Idem.

⁶²⁵ Idem.

⁶²⁶ Idem.

Nós não abominamos os Forasteiros, não temos em ódio nem Irlandeses, nem Alemães; desarmados, vivendo pacíficos no meio de nós, empregados na agricultura, e no trabalho, nós os prezamos, e encaramos neles homens iguais a nós; irmãos nossos. O que abominamos é o Despotismo, o terror, e os seus instrumentos; detestamos essas opiniões, que levam alguns homens a menosprezar, a ter-se em guarda contra tudo o, que é do Brasil.⁶²⁷

Um ponto a ser levado em consideração a respeito das citações anteriores é a menção ao “capricho”, ao “espírito de partido” e ao “despotismo” no que se referia à vinda de estrangeiros voltados à defesa, atribuindo responsabilidade àqueles que organizaram essa empreitada, estendendo sobre eles o resultado do ocorrido no desenrolar dos acontecimentos que sucederam a chegada dos irlandeses, sobretudo frente às consequências da revolta, e o preterimento aos brasileiros.

Embora tenha alegado não ser contra imigrantes, *A Aurora* permaneceu a reforçar a ideia de que, em comparação, os brasileiros deveriam ser priorizados em detrimento aos estrangeiros na escolha sobre quem deveria defender o país, e se colocou, indiretamente, como porta voz da “opinião geral” ao reforçar as desconfianças sobre “a força estrangeira”, a quem seguiu a categorizar e distinguir negativamente:

desejaríamos que esta severa lição lhes aproveitasse, para os fazerem conhecer os Brasileiros, o seu caráter real, e o que traz consigo tropa mercenária, recrutada dentre facinorosos, e transportada a um país, a que nenhum sentimento de simpatia, e de afeição os prende. Quem não amará a terra, aonde viu a primeira luz? Quem poderá igualar o Cidadão na defesa da ordem, e da associação civil?... (...) apenas podemos afirmar que a opinião geral é decididamente contra toda a força forasteira, e que Cidadãos do Rio de Janeiro olharão sempre com mágoa qualquer providência, tendente a conservar entre nós este gérmen de divisão, e de discórdias.⁶²⁸

Mediante as análises e críticas sobre a revolta e sobre os estrangeiros, a figura de D. Pedro I não foi contestada ou atacada diretamente, ao contrário, foi atribuída ao imperador a associação à Lei, sem que sua autoridade fosse assegurada por armas.

O Monarca, cujo trono repousa nos corações de súditos fiéis, que governa pela Lei, e é firme defensor dela, não necessita de baionetas de Tudescos, para sustentar a sua autoridade: em todas as ocasiões ele tem conhecido até onde pode contar com a fidelidade, e com o amor dos brasileiros.⁶²⁹

Resguardada a imagem do imperador, a responsabilidade sobre a revolta passou a ser atribuída aos seus ministros, em destaque o Ministro da Guerra e das

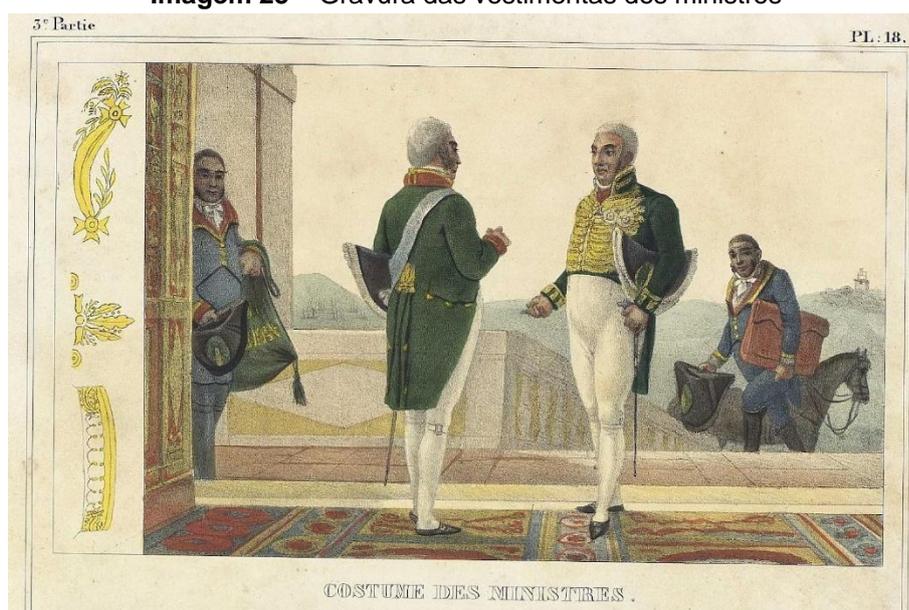
⁶²⁷ Idem.

⁶²⁸ Idem.

⁶²⁹ Idem.

Finanças, sobretudo, frente a cobrança pela punição dos envolvidos. Isso levou ao crescimento dos artigos na *A Aurora* que trataram acerca dos abusos de poder, dos resquícios de absolutismo e da defesa da constitucionalidade, materializados em passagens que foram retratadas de diferentes maneiras, tanto em extratos de textos, quanto em comentários próprios, ou mesmo na composição de ambos, somados ao debate que privilegiava a resposta aos demais jornais que participaram dessa discussão.

Imagem 23 – Gravura das vestimentas dos ministros



Fonte: BN, THIERRY FRÈRES. **Costumes des ministres.** Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 29,1 x 23,4cm em 52,6 x 34,6. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=18182. Acesso em: 14 Sep. 2023.

A *Astréa*, seguindo a linha para encontrar os responsáveis pela revolta, cedeu espaço novamente ao *O desesperado*, que voltou a apontar para os desempenhos individuais e reacendeu as críticas à Pereira Valente, a quem acusou de ser próximo dos estrangeiros, trazendo à tona o argumento de que eles deveriam ter sido punidos desde o momento em que as desordens promovidas nas ruas da Corte começaram:

Nada há mais perigoso na Tropa do que a Amizade dos Soldados com seus superiores, desta nasce o pouco respeito, e daqui a insubordinação. (...) As desordens dos Irlandeses na rua dos Barbonos, repetidas por vezes; se seus autores fossem punidos severamente, os demais teriam respeito aos seus maiores, e elas não iriam adiante. As muitas patifarias que os do Quartel do Campo faziam a todos os instantes, tendo por divertimento espancar e ferir os pretos, que iam buscar água ao Chafariz, e a outros roubar suas quitandas; se fossem castigados, não ficaria o Campo da Aclamação intransitável de noite, havendo mais horror em o passar do que de viajar pelo centro da

Cafraria. Nunca esta Cidade se viu tão inundada de furtos e assassinos, como depois que recebeu tais hóspedes!!!⁶³⁰

O *desesperado* prosseguiu na construção de seus argumentos contra Valente, ao afirmar que tudo isso ocorreu devido ao “véu da amizade que S. Exc. o *Snr. Conde General*” mantinha com “essa boa gente; tanto como Inspetor, quanto como General”. Para ele, os irlandeses foram protegidos e acobertados, mesmo diante de suas ações, a ponto de fragilizar a sua autoridade sobre eles, e a influenciar os soldados alemães ao mesmo comportamento:

Os do quartel do Campo eram invioláveis; ali não se podia castigar a um, e quando algum cometia qualquer crime, como deserção, &c. era passado para o Batalhão de S. Cristóvão, para lá ser castigado; isto é voz constante, e os mesmo Oficiais e Inferiores daqueles Batalhão o diziam por termos bem inteligíveis. Tantas ousadias foram autorizando a canalha pouco a pouco, até que se tornou incorrigível. Os Alemães que o espaço de quatro anos serviam, se portaram bizarramente, ficaram perdidos depois que se misturaram com os Irlandeses. A história nos mostra que os Soldados mais disciplinados, uma vez que perdem a sua subordinação, fazem-se indômitos, e isto foi o que aconteceu aos Alemães. Autorizados com a bondade do *Snr. General* Lembraram-se de perpetrar crimes jamais vistos em parte alguma do mundo.⁶³¹

O correspondente ainda alegou que Pereira Valente não deveria ter deixado de punir os alemães que se apresentaram à Quinta da Boa Vista, e nem ter permitido a soltura de Pezerat, com isso, questionou: “E não é isto *autorizar a insubordinação?*”, e respondeu: “E se não é, permita-me S. Exc. que lhe diga que então estava já caduca a sua autoridade, ou que não se julgava com força para os subjugar”.

Além dele, os superiores dos batalhões estrangeiros envolvidos na revolta também não escaparam de serem autuados em meio às denúncias de O *desesperado*:

Não é menos digno de censura o comportamento dos *Snrs. Comandantes* destes três Corpos 2. E 3. De Granadeiros, e 28 de Caçadores: os dois primeiros se houveram *vilmente*; e jamais devem vestir a farda; o de S. Cristóvão chegou a tanto a sua fraqueza e terror pânico, que além de ser testemunha ocular de tudo quanto os seus Soldados quiseram fazer, até serviu de sua *peteca*. O do Campo da Aclamação além de lhes fazer *certos pagamentos*, violentado, para eles se embebedarem, esteve em termos de ser o seu S. Jorge. Que respeito de Comandantes!!! E o da Praia Vermelha?! Como isso não há nada. Este Comandante em vez de pedir a S. M. I. e C. força para amarrar dois a dois todos os seus Soldados para serem punidos pela morte que *cruel e barbaramente* deram ao seu Major (dizem) que tem pedido continuar a servir, aliançando a conduta do Batalhão.⁶³²

⁶³⁰ Astréa, 1828, 17/06/1828, n° 294, p. 1217-1218.

⁶³¹ Idem.

⁶³² Idem.

Diante da possibilidade do Comandante da Praia Vermelha, McGregor, de permanecer no serviço do exército, o correspondente deixou claro que “Não se lhe” metia “em cabeça que tais Soldados jamais deixaram de ser olhados como bando de assassinos”, e que sua “S. M. I. e C.” não precisava deles, pois tinha “os corações dos seus Brasileiros,” e esses tinham “muita coragem para O defenderem”. Por fim, concluiu: “Nada de tropa Estrangeira, nada, nada”.⁶³³

Em contraposto à *A Aurora Fluminense* e à *Astréa*, que publicaram notificações sobre a revolta e logo procuraram indicar culpados, emitir opiniões sobre o que devia ter sido feito, e quem deveria ser responsabilizado, *O Censor Brasileiro*, de nº 20, publicado também no dia 17 de junho de 1828, mencionou a sublevação dos estrangeiros em suas páginas, e afirmou que os “Erros de antiga data” haviam produzido “os seus frutos”. No entanto, seus redatores declararam que desejavam:

reunir os possíveis esclarecimentos, para que um relatório fiel se acalme os espíritos, mostrando, como a primeira vista o acreditamos, que tudo era imprevisto, e filho de acasos infelizes, infelizmente encadeiados nesta tragédia; e que se uma pequena faísca esteve a ponto de suscitar um grande incêndio, ao menos ela não foi introduzida de caso por algum partido, mas sim ferida de súbito por um incidente desgraçado, bem que ela pusesse fogo a materiais combustíveis, que a inexperiência, descuido, injustiça, e antipatias sustentadas por uma demorada colisão tinham deixado acumular desde alguns anos.⁶³⁴

Apesar de não emitir posicionamentos frente à revolta nesse momento, *O Censor* ressaltou, ainda em seu nº 20, as decisões assumidas frente aos soldados estrangeiros. Desse modo, expôs que irlandeses seriam repatriados e que nenhum ficaria “dentro do Império”. Já os alemães que se achassem “criminosos” iriam ser imediatamente processados; e os do Batalhão nº 28, que permaneceram fora da insubordinação” deveriam “marchar quanto antes para o Sul”. Diante disso, o jornal pontuou que “atuais circunstâncias nenhuma outras medidas nos pareceriam mais acertadas”.⁶³⁵

⁶³³ Idem; Houve outra correspondência publicada pela *Astréa*, redigida por *O aflito com sonhos*, onde o mesmo descreveu um de seus sonhos, em que descreveu situações diferentes, referente a culpabilidade da revolta, que foi associada ao Capitão Pezerat, e ouviu versões sobre o ocorrido a partir da perspectiva estrangeira, e era confessado que o oficial francês teria sido o responsável pela a incitação do levante. Cf. *Astréa*, 1828, 19/06/1828, nº 295, p. 1221-1222.

⁶³⁴ *O Censor Brasileiro*, 1828, 17/06/1828, nº 20. p. 01.

⁶³⁵ Idem.

5.2 Debate sobre as estratégias de contenção e punição adotadas no cenário pós revolta

Na edição de nº 56, da *Aurora Fluminense*, foi publicada uma reação tardia aos acontecimentos deflagrados, por ordem das autoridades, que se mobilizaram para a proibição do porte de armas nas ruas do Rio de Janeiro, sobretudo por parte dos escravizados. Dessa maneira, eles também passaram a ser elencados como responsáveis pela dimensão tomada pela revolta.

A determinação foi feita por meio de um Edital público fixado em locais de circulação e divulgação, redigido por Nicolau de Sequeira Queiroz, Desembargador da Casa da Suplicação, Ajudante do Intendente Geral da Polícia, “encarregado *interinamente* de todo o expediente dela, por S. M. I., que Deus guarde. &c.”, a seguir:

Faço saber a todos os que o presente Edital virem: que o Mesmo augusto Senhor, por Aviso, que acabo de receber neste momento, me determina; Que eu mande afixar imediatamente editais, proibindo que andem pessoas do Povo armadas por esta Cidade; principalmente *escravos*; por terem já cessado quaisquer receios que pudessem desculpar semelhante medida; castigando-se correlacionalmente a estas últimas, no caso de renitência, com açoites; e aquelas com as penas da Lei. Pelo que todas as pessoas do Povo, ou escravos deixarão de trazer armas de qualquer qualidade que sejam (assim de dia, como de noite) daquelas proibidas; aliás serão presos, e punidos com as penas determinadas no referido Imperial Aviso. E para que chegue à notícia de todos, mandei fazer este, por mim assinado, que será afixado em todos os Lugares Públicos do costume desta Cidade. Rio de Janeiro 13 de Junho de 1828. O Desembargador ajudante *Nicolau de Sequeira Queiroz*.⁶³⁶

Além de ser publicado na *Aurora Fluminense*, o presente documento foi reproduzido integralmente nas páginas de diferentes jornais, como o *Jornal do Comércio* e o *Diário Fluminense*.⁶³⁷ Entre as colocações publicadas pela *A Aurora* a respeito do tema, esteve a de que essas “medidas de cautela” deveriam ser tomadas “depois das crises arriscadas”, pois “em defesa da Pátria e da ordem pública a população das derradeiras classes da sociedade” correu “às armas”, e desse modo havia de “sempre recear algum abuso, e” de “que os maus intencionados se” aproveitassem “das circunstâncias, para vinganças particulares, e outras desordens”.⁶³⁸

⁶³⁶ A *Aurora Fluminense*, 1828, 18/06/1828, nº 56, p. 230.

⁶³⁷ Esse edital também foi publicado pelo *Jornal do Comércio*, 1828, 16/06/1828, nº 208, p. 4 e pelo *Diário Fluminense*.

⁶³⁸ A *Aurora Fluminense*, 1828, 18/06/1828, nº 56, p. 230.

Na sua visão, ao contrário dos “bravos brasileiros”, a “população das derradeiras classes da sociedade” era composta por escravizados que se uniram ao combate contra os amotinados, tendo em vista que a contenção da revolta “reclamava os esforços de todos”.⁶³⁹

Apesar disso, os escravizados envolvidos passaram a ser tratados como ameaça “logo que passou o momento do perigo”, já que na percepção da *A Aurora* era “tanto mais para temer no” no país “em razão dessa gente, a quem o estado de escravidão” fazia com que os olhassem “como seus naturais inimigos, e que pela mesma situação, em que se” achavam, fossem “impelidos por paixões ferozes”.⁶⁴⁰

Nesse sentido, *A Aurora* afirmou que cabia à “Autoridade policial” o dever de “zelar com vigilância crescida a paz pública”, e o principal meio para que esse objetivo fosse alcançado era o apontado no edital: “a severa punição daqueles, que forem achados com armas proibidas, e com especialidades escravos”.⁶⁴¹

Em consonância, *O Censor Brasileiro* tributou, da “mesma forma que a Aurora”, “louvores ao Sr. Intendente pelas retas intenções, que o conduziram à adoção daquela saudável providência”, mas acrescentou “que os seus deveres não” deveriam se limitar “a tão pouco, nas atuais circunstâncias”, pois “ainda depois da publicação das ordens da Polícia” tinham “encontrado de noite grande número de pretos armados de paus”.⁶⁴²

Emitiremos francamente a nossa opinião a tal respeito. Um igual abuso não pode, nem deve tolerar-se; nenhum pretexto há que autorize o uso de qualquer arma na mão dos Escravos. Nos três dias de luto, que acabam de volver-se o caráter Africano manifestou-se em todo o seu horror. Todos os Cidadãos se espantaram da execrável energia desta classe numerosíssima, de que estamos rodeados. As noites de 11, e 12 de Junho foram marcadas pelos horríveis assassinatos de homens isolados, e que nenhuma parte haviam tomado na revolta dos seus indignos Camaradas. O céu nos livre da antraz repetição de cenas semelhantes! Cumpre tomar as mais severas precauções, e a Polícia não deve dormir um só instante. O bem Público reclama os seus desvelos.⁶⁴³

Desse modo, o *Censor* voltou os olhares e as preocupações dos seus leitores para os escravizados, essa “classe numerosíssima, de que” estavam “rodeados”, tendo em vista que sua atuação frente à contenção dos revoltosos estrangeiros, e sua

⁶³⁹ Idem.

⁶⁴⁰ Idem.

⁶⁴¹ Idem.

⁶⁴² *O Censor Brasileiro*, 1828, 20/06/1828, nº 21, p. 3.

⁶⁴³ Idem.

“execrável energia” poderiam consistir numa ameaça possível, e quanto a isso cumpririam “tomar as mais severas precauções”.⁶⁴⁴

Além da medida prática tomada frente ao desarmamento após a revolta, outra decisão foi notificada pela *A Aurora Fluminense*, dessa vez de ordem política, relacionada com a composição ministerial do Império. No nº 56 da *A Aurora*, foi informada a demissão de todos os ministros do Império, com exceção do Sr. Marquês de Aracaty, Ministro dos Negócios Estrangeiros.⁶⁴⁵

Quanto aos seus sucessores, foram designados para o desempenho das funções na pasta do Interior “o Sr. José Clemente Pereira; na Guerra o Sr. Francisco Cordeiro da Silva Torres; na Marinha o Sr. Miguel de Souza Melo e Alvim”.⁶⁴⁶ Posteriormente, foi anunciada a nomeação “para a Fazenda o Sr. José Bernardino Baptista Pereira” e que se achava “encarregado interinamente da pasta das Justiças o Sr. José Clemente Pereira”.⁶⁴⁷

Entre suas considerações a respeito, *A Aurora* deixou claro que o ministério que “acabou não foi isento de faltas; em parte eles continuaram no errado sistema dos ministérios precedentes, e alguns de seus membros eram arguidos de culpável apatia”, não obstante, “nunca mostraram detestar o Regime Representativo, e deixaram fazer o bem: em geral pode-se dizer que as suas intenções eram puras, e as suas mãos se” conservaram “limpas”.⁶⁴⁸

Além dos insurgidos e dos escravizados, bem como dos ministros dispensados de suas funções, foram apontados outros possíveis responsáveis entre as autoridades, pelo desenrolar dos acontecimentos que culminaram na revolta dos soldados alemães e irlandeses. Ainda em seu nº 56, uma correspondência assinada por “*O Duvidoso*”, questionou as dúvidas sobre o desempenho de Pereira Valente, sobre a contenção da insurreição dos soldados estrangeiros, pois:

⁶⁴⁴ Idem.

⁶⁴⁵ *A Aurora Fluminense*, 1828, 18/06/1828, nº 56, p. 230; O jornal *The Rio Herald* não corroborou a revolta como motivação para a troca de ministérios, que também noticiou em *Proscrito*. Em suas palavras: “Somos informados da alta autoridade de que uma mudança de ministério ocorreu; Diz-se que Mess. Calmon, Barrozo, Teixeira de Gouvea e Araújo Lima se aposentam, não ouvimos quem são os seus sucessores, embora muitos já se falem. Os distúrbios tardios são atribuídos como a razão, mas presumimos que isso é uma mera suposição”. *The Rio Herald*, 1828, 16/06/1828, nº 15, p. 4.

⁶⁴⁶ De acordo com a *Aurora Fluminense*, os Srs. Deputados Bernardo Pereira de Vasconcelos e Joaquim Gonçalves Ledo, nomeados para a pasta da Justiça e para a das Finanças, consecutivamente, não aceitaram compor os ministérios. *Aurora Fluminense*, 1828, nº 56; O *The Rio Herald* divulgou os nomes de ambos os deputados na lista que apresentou sobre o novo ministério. *The Rio Herald*, 1828, 16/06/1828, nº 15, p. 4.

⁶⁴⁷ *A Aurora Fluminense*, 1828, 23/06/01828, nº 58, p. 238.

⁶⁴⁸ *A Aurora Fluminense*, 18/06/1828, nº 56, p. 230.

A ele se atribui o estado de insubordinação a que tinha chegado a tropa estrangeira; a que ele se atribui a proteção decidida, que em todos os casos se lhes dava: diz-se que foi o Sr. Valente quem tratou com desprezo os reiterados avisos de que os corpos estrangeiros se achavam amotinados; que foi o Sr. Valente, quem abandonou a Cidade sem nenhuma providência os dias 9, 10, e 11, até que o excesso dos males o obrigou a mover-se, já. Quando o sangue Brasileiro tinha corrido, quando gemia já a humanidade. Contam que o Sr. General não deu ordem de fazer fogo sobre os sediciosos, senão depois de serem feridos alguns dos nossos soldados, expostos assim por alguma tempo, sem defesa, aos tiros do inimigo. Diz-se que foi o Sr. Valente, que tem sido acérrimo assertor desta medida antinacional, de se chamar soldados estrangeiros, de se organizarem batalhões Irlandeses, e Alemães; de se lhes confiar inteiramente a Cidade, e o que é mais a guarda da sagrada pessoa do Monarca.⁶⁴⁹

Para “O Duvidoso” foi “tanta e tão geral a indignação, que” aparecia “contra o Sr. Governador das Armas, que” não podia “imputá-la só a espírito de partido”, pois via “reunidas nesse ponto pessoas de opiniões diametralmente opostas” e “desinteressadas”.⁶⁵⁰

Um refere que S. Ex. o Sr. Conde usara de termos pouco honrosos para o Brioso Povo, que corria a defender a Capital; outro que ele recusou obedecer aos Ministro de Guerra, e que até ao fim persistiu nos sentimentos de parcialidade em favor da gente Irlandesas, que se lhe tem arguido...Donde nascerá, Srs. Redatores, esta unissonância de vozes, que se erguem em desabono do nosso Governador das Armas? Influirá em tudo isto a lembrança do partido, que S. E. seguiu no dia 26 de Fevereiro, e da linguagem, que dizem usar sobre as nossas instituições constitucionais?...⁶⁵¹

A procura pelos culpados e a exigência por sua penalização ocupou as páginas dos jornais, já que a procura pelos responsáveis pela condução e reação à revolta ou falta dela, se tornou pauta de debate. Afinal, o questionamento que pairou esteve diretamente relacionado à lentidão na contenção dos ataques, e mesmo questões anteriores a isso, pois passaram a buscar os responsáveis pela autorização à vinda e permanência dos soldados alemães e irlandeses no Brasil.

Em meio a isso, a posição conciliadora adotada pela *A Aurora* sobre o desligamento dos ministros não perdurou, e as cobranças em relação ao ministério não tardaram, dado que em seu nº 57, as questões sobre quem poderia ser responsabilizado por essas ações, dentre os ministros, tomou espaço na sua seção do *Rio de Janeiro*, sobretudo frente a permissão do desembarque de militares ingleses

⁶⁴⁹ *Ibid.*

⁶⁵⁰ *Ibid.*

⁶⁵¹ *Ibid.*

e franceses para o auxílio na dissolução da revolta. Desse modo, *A Aurora* pontuou que:

Conviria saber qual foi o Ministro, que referendou a ordem, para entrar força estrangeira no país, sem permissão da Assembleia Geral, contra o que determina a Constituição do Império no artigo 12. Se as circunstâncias eram urgentes, isso o não desculpa, porque estando a Assembleia em Sessão como está, fácil era convocá-la para esse fim. E além disso, que urgência era essa, que nem ao menos obrigou ao toque de rebate? Pois não se chamam os Cidadãos para defesa da Pátria, e recorre-se vergonhosamente e contra a Lei ao socorro de baionetas estrangeiras? O Ministro, que referendou tal ordem, não pode fugir a inculpação, e a responsabilidade; tudo depõe contra ele, e só poderá alegar em sua justificação que tinha perdido a cabeça. E será esta escusa valiosa?⁶⁵²

A Aurora validou seu argumento central enquanto periódico político de viés monárquico representativo, o de articulação entre o poder Executivo aliado a esfera representativa, por meio da reivindicação da participação da Assembleia Geral frente às decisões políticas, administrativas e militares do Império, ao levar em consideração o art. 12 da Constituição de 1824, mencionado acima, que compôs o conjunto de atribuições dos “Poderes, e Representação Nacional”, que somado a outras prerrogativas, conferiu a Assembleia a responsabilidade de:

- XI. Fixar anualmente, sobre a informação do Governo, as forças de mar, e terra ordinárias, e extraordinárias.
- XII. Conceder, ou negar a entrada de forças estrangeiras de terra e mar dentro do Império, ou dos portos dele.⁶⁵³

Logo, em sua perspectiva, o “socorro de baionetas estrangeiras” representou o desrespeito a essa atribuição, e consistiu não só na violação do documento constitucional, mas também no abuso de poder da esfera Executiva, personificada na figura dos ministros, e não propriamente na do Imperador, ainda intocado diretamente. Ao ponderar a respeito, *A Aurora* refletiu sobre a continuidade das nomeações aos cargos de ministros para a composição do poder Executivo, desde o estabelecimento da independência do Brasil.

Depois da Independência é o 17º ministro, que temos; o que prova contra a voa dos praguentos que não faltam entre nós pessoas dignas para cargo tão eminente. Seria curioso um quadro estatístico e moral dos diferentes membros, que tem feito parte destas diversas administrações, ele serviria muito para a boa inteligência dos acontecimentos políticos do Império.⁶⁵⁴

⁶⁵² *A Aurora Fluminense*, 1828, 20/06/1828, nº 57, p. 231.

⁶⁵³ BRASIL. SENADO FEDERAL. **Constituição de 1824**. In: Nogueira, Octaciano 1824 / Octaciano Nogueira. — 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 105 p. — (Coleção Constituições brasileiras; v. 1).

⁶⁵⁴ *A Aurora Fluminense*, 1828, 23/06/01828, nº 58, p. 238.

Perante o exposto, *A Aurora* considerou que entre a composição do quadro de ministros, não faltaram “pessoas dignas para cargo tão eminente”. Frente a isso, se tornou perceptível a alternância de tom nas colocações em relação a esse tópico, posto que a preocupação sobre os abusos de poder exercidos por esse braço do Executivo, tomou escopo em seu jornal.

No caso da *A Aurora*, o assunto foi fomentado com a disseminação da necessidade de se votar em Assembleia Geral, uma lei de responsabilidade sobre a administração imperial, envolvendo a questão de foro privilegiado e a possibilidade de imputar sobre as figuras de autoridade a atribuição de culpa, em caso de descumprimento das leis estabelecidas em Constituição, contemplando inclusive, os Ministros nomeados por D. Pedro I. Entre os objetivos traçados pelo periódico, estava a tentativa de eliminar os excessos e abusos de poder, bem como lapidar a participação ministerial na tomada de decisões, como forma de restringir a atividade de parte do poder Executivo.

A defesa do regime representativo, do Imperador e da participação nacional na defesa do Império brasileiro construiu o discurso sobre o funcionamento ideal de uma Monarquia Constitucional, nas páginas da *Aurora*, e se constituíram como pilares que sustentaram o debate sobre a forma que deveria ser organizado o Império, frente aos ideais liberais a que se pressupunha defender.

Nesse sentido, *A Aurora*, ao encarar o desrespeito às funções da Assembleia Legislativa, converteu o tema “mercenário” em pauta para o questionamento da influência política exercida sobre cada Poder, e a salvaguarda sobre as atribuições do poder Legislativo consistiu, contudo, na prioridade nas abordagens do jornal.

Em contrapartida, *O Censor Brasileiro*, que já estava preparado para realizar sua análise sobre a revolta, adotou um tom mais conciliador e explanou suas conclusões sobre as medidas de contenção e sobre a culpabilidade dos envolvidos. Em seu nº 22, discorreu sobre as informações presentes no “Esboço Fiel”, fonte que utilizou como base de seus argumentos sobre o motim.⁶⁵⁵

⁶⁵⁵ A essa altura, uma segunda versão do panfleto “Esboço Fiel” já estava em circulação, sendo essa nova edição anunciada nas páginas do Jornal do Comércio, que publicou “Imprimindo-se uma segunda edição do Esboço Fiel dos Acontecimentos dos dias 9,10,11, e 12 de Junho. Este folheto cuja primeira edição se vendeu em poucas horas, pelas imparcialidades da redação, e exatidão dos fatos, se acha à venda nas lojas do costume por 160 réis”. *Jornal do Comércio*, 1828, 21/06/1828, nº 213, p. 2.

Quanto a contenção do levante, o jornal não criticou diretamente a atuação do governo imperial, tendo em vista que “a hesitação do Governo” tinha “desculpa”, por não contar com forças militares a sua disposição, capazes de suprimir os revoltosos. Apesar disso, ressaltou “que um bocado mais de energia no princípio, talvez tivesse poupado bastantes infortúnios”.⁶⁵⁶

Nas suas colocações, *O Censor* reconheceu a importância do desempenho de Pereira Valente na dissolução do levante, principalmente com o ato de cortar a comunicação entre os quartéis, como forma de impedir a organização entre os batalhões estrangeiros. No entanto, se uniu aos seus críticos, pois não se podia negar que foi a “demasiada indulgência com os Irlandeses”, a “origem do maior mal”, que “decididamente influiu nos acontecimentos da Cidade”.⁶⁵⁷

Frente aos estrangeiros, *O Censor Brasileiro* distinguiu os soldados alemães dos irlandeses frente a sua responsabilidade no desenrolar dos acontecimentos, e alegou que eles não deviam ser encarados da mesma forma. Na sua interpretação, a “culpa dos Alemães foi irrefletida”, pois havia sido motivada pelo emprego abusivo dos castigos corporais. Nesse sentido, pontuou que:

um castigo odioso pelas circunstâncias, e barbaridades os exasperou. Em verdade haverá nada mais atroz, absurdo, e extravagante do que esse prodigioso número de pancadas distribuídas em qualquer ocasião, e por crimes muitas vezes insignificantes? Dizemos atroz; porque tal costume combina em si a tortura, o homicídio, tendo no espaço de alguns meses morrido três, ou quatro Alemães das consequências de tais castigos; dizemos absurdo, extravagante.⁶⁵⁸

Apesar de ponderar sobre os critérios de punição física empregados no exército brasileiro, *O Censor* descreveu que a penalidade aos soldados estrangeiros envolvidos no levante deveria ser compatível a ser aplicada também aos escravizados, e que “tudo quanto” passasse de “cem chibatadas” seria “cruel, e absurdo, e mais dado à vingança, e rancor do que a verdadeira punição”.⁶⁵⁹

Com essas colocações, *O Censor Brasileiro* deixou o debate sobre a revolta dos soldados alemães e irlandeses, tão logo quanto entrou, pois esse se findou logo que publicou seu número seguinte. Não houve explicações ao público leitor na sua

⁶⁵⁶ *O Censor Brasileiro*, 1828, 22/06/1828, nº 22, p. 1-2.

⁶⁵⁷ *Idem*.

⁶⁵⁸ *Idem*.

⁶⁵⁹ *Idem*.

última edição, de nº 23, deixando a temática para ser abordada pelos jornais *A Aurora Fluminense*, *a Astréa* e o *The Rio Herald*.

5.3 Embates e considerações dos jornais *Aurora Fluminense*, *Astréa* e *The Rio Herald* sobre a revolta dos Batalhões Estrangeiros

Os embates entre a *Aurora e Fluminense* e o *The Rio Herald* voltaram a ocorrer, tendo em vista, que ambos possuíam versões diferentes sobre a revolta dos soldados estrangeiros aquartelados no exército imperial. Enquanto *A Aurora* havia traçado um cenário de caos, o *The Rio Herald*, apesar de demorar para emitir seu parecer, resumiu o acontecimento a um caso infortúnio no seu nº 15, datado de 07 de julho de 1828.

O *The Rio Herald* apresentou um rápido resumo do que aconteceu em cada foco da sublevação, e ponderou que a revolta teve reações desproporcionais por parte da população brasileira exasperada, que, motivada por boatos, agiu além da razão.⁶⁶⁰

Na quarta-feira grande alarme desnecessário foi causado na cidade por um relatório de que o 3. Batalhão aquartelado no Campo Aclamação também estavam em armas, e que sua intenção era vir e tomar posse dos arsenais, e depois saquear a Cidade: o alarme ainda foi aumentado pelo boato de que o Batalhão de Infantaria de 28 da Praia Vermelha também pretendia cooperar, do que isso nada pode ser mais preposto por termos isso das primeiras autoridades. O Cel Macgregor enviou ao Governo informações oficiais que seus homens tinham continuado a se comportar de maneira mais ordenada e louvável, digna de elogio.⁶⁶¹

Os conflitos do Campo da Aclamação detiveram o seu foco, sendo elencados como resultado da alta ingestão de bebida alcoólica por parte dos irlandeses, que deflagraram o combate com as “hordas de moleques”, “que em todas as ocasiões” infestavam “esse bairro”. A situação foi representada como comum, já que os embates entre eles se tornaram recorrentes ao longo do tempo, contudo, o redator inglês chamou atenção para uma transição violenta desse desentendimento por meio das provocações e da incitação do ódio desses estrangeiros, atitudes que escalonaram e culminaram no motim deflagrado:

⁶⁶⁰ The Rio Herald, 1828, 16/06/1828, nº 15, p. 3-4.

⁶⁶¹ Tradução livre do extrato de jornal: “On Wednesday great unnecessary alarm was caused in the City by a report that the 3. Battalion quartered in the Campo Aclamação were likewise up in arms, and that their intention were to come and take possession of the Arsenals, and then ransack the City: the alarm was still increased by rumor that the 28 Battalion of Infantry from the Praia Vermelha likewise intended to cooperate, than this nothing can be more preposterous for we have it from the first authorities that. Col. Macgregor has sent official information to the Government that his men have and still continue to conduct themselves in a most orderly and praiseworthy manner.” *Ibid.*

Esses homens, no entanto, continuaram a aumentar suas atrocidades, tendo forçado os quartéis da Polícia que eles demoliram completamente, (e onde eles obtiveram, armas e munições) e saquearam várias casas privadas e públicas onde eles tomaram uma quantidade de licor com o qual eles ficaram furiosos, assim começaram a disparar contra os negros, e eles foram para a cidade, e, de fato, atiraram em qualquer um que tenha passado, tendo matado e ferido vários.⁶⁶²

Diante desses acontecimentos, o jornal *The Rio Herald* ressaltou a participação do “Batalhão de Minas Milícia, alguma Cavalaria e um ou dois campo para marchar”, na contenção do levante nessa parte do Rio de Janeiro. Além disso, enalteceu a firmeza e moderação do Governo ao lidar com o motim, tomando atitudes cabidas frente aos estrangeiros, a quem usou de tolerância para a dissolução da revolta. Baseado nesse aspecto, destacou que:

não sabemos qual é a maior parte a admirar a firmeza ou a moderação do Governo; não até que todas as medidas conciliadoras tivessem sido tentadas e falhadas, era necessário recorrer a medidas severas e decisivas, e mesmo assim era perceptível que o seu desejo era reprimir e não vingar a perturbação: em ocasiões como o presente os deixa ocorrer em qualquer país que possam, muitos são os atos cometidos de ambos os lados que, quando considerados friamente refreiam o sangue com horror, e lamentamos acrescentar isso.⁶⁶³

O *The Rio Herald* não deixou de citar que parte dos soldados estrangeiros envolvidos na sublevação possuía sua parcela de culpa, no entanto, atribuiu o desordenamento à questão da bebida alcoólica ingerida, e alegou que não estavam em seu estado de normalidade. Para mais, defendeu o argumento de que na ocasião das desavenças ao redor do Campo da Aclamação, só havia entre 40 ou 50 irlandeses armados, e que a maior parte do 3º Batalhão não havia se unido à revolta, atitude digna de elogio.⁶⁶⁴

⁶⁶² Tradução livre do extrato de jornal: “The disorder in the Campo da Aclamação it appears originated between a few drunken Irishmen and the hordes of *Moleques* who on all occasions infest that neighbourhood; these men however continuing to increase in their atrocities, having forced the Police Barracks which they completely demolished, (and where they obtained, arms and ammunition) and plundered several private and public houses whence they took a quantity of liquor with which they became infuriated, thus commenced firing on the Blacks and indeed on anyone that passed and having killed and wounded several”. *Ibid.*

⁶⁶³ Tradução livre do extrato de jornal: “we do not know which most to admire the firmness or moderation of the Government; not until every conciliating measure had been tried and failed was recourse had to severe and decisive measures, and even then it was perceptible that their wish was to quell and not revenge the disturbance: on such occasions as the present let them occur in whatever country they may, many are the acts committed on both sides that when considered coolly curdle the blood with horror, and we are sorry to add that”. *Ibid.*

⁶⁶⁴ *Ibid.*

Considerou ainda, a participação dos marinheiros franceses e ingleses aportados como crucial para o fim do conflito, a ponto de destacar que o próprio Imperador compareceu à despedida das suas embarcações, “tratando os oficiais com grande polidez.” Com a finalização das atitudes encaradas como positivas na condução desses embates, o jornal passou a pontuar os detalhes negativos, dignos de atenção.

O *The Rio Herald* se voltou para o questionamento de quem teria sido responsável pelo armamento dos populares que participaram dos conflitos de rua, e diante disso, discorreu que:

Não podemos refutar demasiado severamente a conduta imprudente de um certo personagem militar ao dar uma licença livre ao próprio recrutamento da população mais baixa para pegar armas, este homem até agora gozou do crédito de legal, coragem firme e perseverante, mas devemos confessar abertamente que vemos nada além daquela qualidade neste comportamento naquela noite, ou então ele foi mais egregiamente enganado quanto ao seu número e força.⁶⁶⁵

Ele ainda apontou a necessidade de conter o espírito vingativo dos “negros e mulatos”, responsabilidade atribuída ao Governo, tendo em vista a “sua conduta na quarta-feira à noite”, baseada na “liberdade que lhes foi dada e o seu crescente ódio a todos os estrangeiros de que tudo deve ser apreendido nesta cabeça”.⁶⁶⁶

Frente a essas colocações, *A Aurora Fluminense* declarou que o redator do periódico inglês “na ocasião das balbúrdias vivia na China, ou que, quando escreveu o artigo, não tinha a cabeça em seu lugar”, pois além “das miúdas lacunas, e omissões, que” teve “o seu artigo”, houve “aí contradições as mais palpáveis”.⁶⁶⁷ Quanto ao ponto de vista apresentado, a *Aurora* questionou:

muito bem; e então por que cousa essa gente subordinada, não conteve os outros, que eram em tão pequeno número? Se a comoção principiou por uma contenda dos *Irlandeses bêbados* com os *moleques*, porque causa, logo à tarde aquela boa gente acometeu os quartéis da Polícia, e lançou mão das armas, que aí existiam? Iriam procurar algum moleque, que se houvesse refugiado? Não sabem todos que os pretos, e populaça começou a reunir-se, depois que os Irlandeses investiram casas, fizeram fogo sobre paisanos, &c.?

⁶⁶⁵ Tradução livre do extrato de jornal: “We cannot too severely reprobate the imprudent conduct of a certain military personage in giving a free license to the very refuse of the lowest populace to take up arms, this man hitherto has enjoyed the credit of cool, steady and persevering courage but we must candidly confess we see anything but that quality in this behavior that night, or else he has been most egregiously deceived as to their numbers and strength”. *Ibid.*

⁶⁶⁶ Tradução livre do extrato de jornal: “It will now behoove the Government to take the most decisive steps to keep in awe the revengeful spirit of the Blacks and Mulattoes for such was their conduct on Wednesday night from the liberty given them and their growing hatred to all foreigners that everything is to be apprehended on this head”. *Ibid.*

⁶⁶⁷ *A Aurora Fluminense*, 1828, 20/06/1828, n° 57, p. 230-231.

Seriam também os moleques causadores dos tumultos de S. Cristóvão; do assassinato da Praia Vermelha?⁶⁶⁸

Em argumentação, *A Aurora* pontuou que “de outro modo” pensaram “os moradores da rua larga de S. Joaquim, que vendo algumas casas postas a saque, recearam pela sua segurança, e na verdade eles teriam passado por todo o gênero de horrores, se não fosse o *alarme*”, e que “se não fosse essa populaça, que conteve, e ocupou a *gente de S. Patrício*”. Com base nisso, *A Aurora Fluminense* questionou o *The Rio Herald*:

Para que desejaria aquela soldadesca ébria, e facciosa arrombar a casa do Colégio de Missis Harris, aonde existem mais de trinta meninas das primeiras famílias da Cidade? Eles o haveriam conseguido, a não ser a coragem desses homens, que se injúria como *profundamente brutais*, como *Negros, Mulatos*; e que cenas se seguiriam!...⁶⁶⁹

Nesse sentido, *A Aurora* acusou o *The Rio Herald* de enquadrar os “*Negros, Mulatos*” como ameaça, e afirmou que sem eles os estrangeiros envolvidos na revolta não teriam sido contidos no ataque ao Colégio de Missis Harris. Entre ambos os grupos, estrangeiros e negros livres e escravizados, *A Aurora* destacou a “coragem” do segundo, sem reconhecer que havia, anteriormente, tomado postura semelhante à do periódico inglês.

Em continuidade às suas contestações ao *Rio Herald*, *A Aurora* afirmou que o mesmo havia contado uma versão “assim a seu jeito”, de um “sucesso” a que foram “todos testemunhas; alguns vítimas, sem recear que o” desmentissem, desse modo, alegou que grande deveria ser “o seu ânimo, e impassibilidade”, e o questionou:

Por que razão escapou a sua pena, tudo quanto podia servir de honrar aos Brasileiros: a firmeza, e disciplina, com que alguns homens nossos de Cavalaria sofreram o fogo dos sediciosos, sem arredarem pé, sem responderem; porque não tinham ordem?⁶⁷⁰

Como o *Rio Herald* poupou o reconhecimento sobre a atuação brasileira frente ao motim estrangeiro, *A Aurora* desempenhou esse papel apoiada na descrição do “fenômeno de uma cidade abandonada, de uma populaça sem comando, armada, e, contudo, nenhum roubo, nenhum insulto dirigido a um paisano, mesmo Estrangeiros!”. Os elogios, de acordo com sua perspectiva, não deveriam ser dedicados aos estrangeiros, e muito menos ao redator que os defendia, nesse caso o *Rio Herald*.

⁶⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁶⁹ *Ibid.*

⁶⁷⁰ *Ibid.*

Sem dúvida supôs *Rio Herald* que na qualidade de *Inglês* lhe pertencia reivindicar a honra de seus patrícios da Irlanda, e em fim de toda a tropa forasteira; mas quem dará crédito a um escritor, que apoia a opinião de se achar *merecedor de elogios* (praise worthy) o *Batalhão*, que assassinou o seu Major?⁶⁷¹

Nesse mesmo número *A Aurora* publicou na sua seção de *Variedades*, duas correspondências relacionadas a revolta, a primeira de "*O sitiado da rua dos Barbonos*", que retornou com seus relatos e impressões sobre as tropas estrangeiras, para compor suas explanações anteriores, somadas aos posicionamentos assumidos por outro correspondente, o "*Um do Povo*".

O sitiado da rua dos Barbonos lembrou a presença das tropas brasileiras no sul do país por ocasião da Guerra da Cisplatina, e pontuou a situação a que os brasileiros haviam sido submetidos com a permanência dos militares estrangeiros no Brasil, estabelecendo uma comparação entre as condições de vida e acondicionamento desfrutadas por brasileiros e estrangeiros no interior do exército:

Enquanto os nossos patrícios sofrem no Sul os reveses de uma guerra prolongada, há de a outra parte dos filhos da Pátria ser feita em pedaços pela líbia da Alemanha, pela escória das enxovias da Europa! Oh! destino escuro! Não bastava aos estrangeiros dos Batalhões 2, e 3 de granadeiros, e 28 de Caçadores, que os oficiais, que os compõem encetassem a sua carreira logo com patentes, enquanto os Brasileiros passam por todos os postos inferiores, &c. &c. &c., para ganharem o posto de Alferes, e assim gradualmente? Não bastava aos estrangeiros dos Batalhões 2, e 3 de granadeiros, e 28 de Caçadores, que os oficiais, que os compõem encetassem a sua carreira logo com patentes, enquanto os Brasileiros passam por todos os postos inferiores, &c. &c. &c., para ganharem o posto de Alferes, e assim gradualmente? Não bastava serem esses batalhões enfeitados com brilhantes uniformes, gozando da escandalosa proteção de notórios, e poderosos Patronos? Não os contentava ocupar os melhores quartéis da Capital? Não os fartava a honrosa escolha, que deles se fez, com exclusão dos dois Batalhões de Minas, e mais Tropa, para a guarda do Palácio de S. M. o Imperador em S. Cristóvão: Não enchia a... mas enfim, como diz J. Jaques "*il y a des objets si odieux, qu'il n'est pas même permis à l'homme d'honneur de les voir; l'indignation de La vertu ne peut supporter ce spectacle du vice*".⁶⁷²

Na visão de *O sitiado da rua dos Barbonos*, em contramão a tudo o que havia sido publicado anteriormente pela *A Aurora*, o ministério ao invés de ser questionado, ou mesmo responsabilizado, deveria ser louvado, pois "ele tomou a si a deliberação de suspender de cima de nossas cabeças o ferro assassino dos Estrangeiros que tantas vítimas já tinham degolado impunemente!".

⁶⁷¹ *Ibid.*

⁶⁷² A frase traduzida do francês para o português, significa: "há objetos tão odiosos que o homem de honra nem sequer pode vê-los; a indignação da Virtude não suporta este espetáculo do vício". *A Aurora Fluminense*, 1828, n° 57, 20/06/1828, p. 235-236.

Sim, bênçãos de gratidão aos Srs. Barroso, Diogo Jorge, Lúcio, Calmon, e Araújo Lima; que no meio dos acintes da mais atroz anarquia militar, souberam alentar o patriotismo de seus Concidadãos, distribuindo eles mesmos no Arsenal as armas ao Povo aflito, e consternado com os inauditos atentados da tropa sediciosa. Louve-se a atividade do Coronel Paula, e dos bravos Oficiais Brasileiros, que sem rebate, nem ordem, concorreram em torno dos Ministros, para salvar a sua Pátria da carnificina, que tanto experimentavam: entretanto que o Governo tomava as suas medidas para não ser a Cidade por mais tempo presa desses soldados desenfreados, que fartos de boa paga, comida, e vestuário, principiavam arrancar-nos com a vida todos os nossos bens, e fortunas!⁶⁷³

Em conclusão sobre a revolta e sobre os estrangeiros que a empreenderam, *O sitiado da rua dos Barbonos* declarou que “O grito de guerra, mata Brasileiros, mata Portugêses, que eles vociferavam mostra bem a verdadeira causa, e fins de insurreição tão espantosa!...”, e ressaltou a atuação da *Aurora Fluminense* e dos seus redatores, no processo de “patentear quem é essa gente”.⁶⁷⁴

Consequentemente Srs. Redatores, Vm.ces, que previamente temiam as desgraças, que já tanto ao vivo nos feriram, encarreguem-se de patentear quem é essa gente, vergonha da classe militar, desonra do País, que a suporta, objetos de ódio para todos os homens de bem, eterno descaramento para a nossa querida Pátria: e... porém só nos lembre, que o mal passou; mas que por causa desta tropa insolente, tememos por nossas vidas, honra, e fazenda: isto é bastante. *O sitiado da rua dos Barbonos*.⁶⁷⁵

Já o correspondente “*Um do Povo*”, rememorou o episódio ocorrido na Praça do Comércio, em que “foi assassinado o Povo, e os Eleitores na Praça do Comércio, ali reunidos legalmente e deliberando sem armas; acometidos de repente, e sem intimação fuzilados com tanta tirania”, para retratar a disparidade estabelecida no tratamento aplicado aos estrangeiros sublevados.⁶⁷⁶

Quando reparo na doçura, com que se quis tratar a tropa Estrangeira, ainda depois sublevada; nas atenções, e desvelo, que se guardou com eles, já manchados com o sangue dos Brasileiros; eu fico admirado, e não sei se o atribuí a verdadeira compaixão, se a uma indulgência e parcialidade culpável(...) e vejo agora esperar-se pelos últimos excessos da tropa Estrangeira, para se lhes fazer fogo, e ainda assim de pólvora seca nas primeiras descargas, expondo antes as vidas dos Soldados, do que as dos sediciosos, então de todo ignoro o que pense, ou que imagine: se trago a

⁶⁷³ Esse acontecimento foi abordado por Isabel Lustosa, na biografia que escreveu sobre D. Pedro I, onde a autora pontua que “diante da desordem, o ministro da Guerra, Bento Barroso Pereira, contando com poucas tropas, apelou para voluntários civis e determinou a distribuição de armas para todos, inclusive os escravos, incentivando: “Matem-nos todos, não dêem trégua a ninguém; matem aqueles estrangeiros” (...) O imperador descarregou sua raiva no ministro da Guerra e demitiu não apenas ele, mas também os demais ministros que tentaram desculpá-lo”. Cf. LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.164.

⁶⁷⁴ *A Aurora Fluminense*, 1828, 20/06/1828, n° 57, p. 235-236.

⁶⁷⁵ *Ibid.*

⁶⁷⁶ Cf. Enbel, Richard. **Motim da Praça do Comércio**. Impressões Rebeldes, UFF. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/motim-da-praca-do-comercio/>

ideia aquela ocasião, em que alguns Soldados de Portugal, iludidos pelas letra de um Decreto Imperial, só pelo erro de pedirem a sua baixa, e licença, para se retirarem à sua pátria, foram barbaramente açoitados, sem nenhuma consideração, dando-se a um passo tão simples as qualificações mais odiosas, e fazendo-se deste acidente um negócio de Estado; e a comparo com a benignidade, que se mostrou com Soldados, que pilharam, e saquearam, que acometeram quartéis, e guardas; que assassinaram Oficiais seus, e pessoas do Povo inocente, eu me confundo, e não sei atinar com a causa de tamanha severidade para com outros. Talvez me digam que os tempos mudaram; que os hábitos constitucionais vão adoçando a nossa fereza, e dobrando-nos a inclinações mais suaves, e piedosas; talvez me digam que a hospitalidade; que... Se assim é, subscrevo; e faço por varrer da imaginação comparações, e reminiscências tão aflitivas. *Um do Povo*.⁶⁷⁷

De volta ao embate direto entre os periódicos, *A Aurora* retrucou novamente o *The Rio Herald*,⁶⁷⁸ em seu nº 59, datado de 25 de junho de 1828, onde pontuou que ignoraria a página e meia dedicada à ela, se não fosse “comprometida a cada passo a verdade, e o decoro da Nação Brasileira”, e não pelos “os epítetos de *insolente, falsária, &c*” que foram associados a ela, pois “nem excitaram” a sua “bílis”, porque sabia “que depois do *toast* tudo deve desculpar a um bom Inglês”.⁶⁷⁹ A partir disso, questionou:

Aonde achou o Rio Herald nas páginas da Aurora, esse ódio, e antipatia contra Estrangeiros em *massa*, de que nos argue? Nós nunca confundimos os Estrangeiros, que habitam entre nós, exercendo o Comércio ou qualquer outro ramo de indústria útil, com essa *relé*, que de Irlanda e Alemanha se mandou buscar. e que uma intenção hostil ou imprudente tem armado, com perigo das Liberdades da nossa Pátria. Os primeiros são dignos de estima; e estaremos sempre prontos a fazer-lhes justiça; quanto aos segundo, nem a dignidade Nacional os pode tolerar, nem a sua conduta tem sabido conciliar a benevolência de uma população todos os dias turbada, pilhada, e a final assassinada por eles.⁶⁸⁰

A Aurora afirmou que não voltaria a debater sobre a revolta com o *Rio Herald*, e nem a “refutar as gratuitas asserções do *Rio Herald* sobre a origem, que teve o infeliz acontecimento dão Campo da Aclamação; porque o Periodista Inglês nenhuma prova apresentou, que destruísse o que referimos no nosso nº .57”, e que “a verdade é que patente sobre um tal negócio”. Além do mais, advertiu que não iria corroborar “insolência da *canalha*, especialmente dos escravos”.⁶⁸¹

⁶⁷⁷ *A Aurora Fluminense*, 1828, 20/06/1828, nº 57, p. 235-236.

⁶⁷⁸ Debate contemplado de forma unilateral, uma vez que as temáticas abordadas pelo *The Rio Herald*, comentadas pela *Aurora Fluminense*, não puderam ser acompanhadas, tendo em vista que os números 16 e 17 do periódico inglês não foram digitalizados. As menções sobre os posicionamentos assumidos pelo *The Rio Herald* correspondem aos poucos extratos que a *Aurora Fluminense* reproduziu em seu nº 59. *A Aurora Fluminense*, 1828, 25/06/1828, nº 59, p. 242-243.

⁶⁷⁹ *Ibid.*

⁶⁸⁰ *Ibid.*

⁶⁸¹ *Ibid.*

Apesar disso, *A Aurora* retrocedeu, levemente, ao dizer que havia aprovado “as medidas da polícia subsequentes à crise”, quando anteriormente havia criticado a lentidão da resposta aos ataques dos soldados estrangeiros. E, diante das críticas à violência das ações brasileiras frente a instauração do motim de estrangeiros, declarou que:

não é possível sofrer que tanto volume se dê às barbaridades da população, que se não apontam; e que fez essa tropa feroz em paisanos desarmados, que vil, e barbaramente assassinaram; o saque, que deram a algumas casas tanto em S. Cristóvão, como na rua larga de S. Joaquim; a sede de destruição e pilhagem, que neles aparecia, e que teria, tido horrível desenvolvimento, a não ser a oposição da gente do Povo.⁶⁸²

Em termos comparativos, *A Aurora* esclareceu que não tinha a “intenção justificar alguns atos parciais de crueldade, que” foram cometidos “da nossa parte, e a que muito excitaram os excessos dos Soldados Irlandeses e Alemães”, entretanto, pontuou que os estrangeiros repugnavam “a nossa alma”, e com base nisso perguntariam “de que lado esteve a agressão?”.⁶⁸³

Assim, ao mesmo tempo que reavaliou a atuação dos brasileiros em relação a revolta, anteriormente elogiada, com o reconhecimento dos apontamentos do *Rio Herald* de que pudessem ter sido cometidos excessos, diametralmente, os justificou, validando o revide mediante a insurreição iniciada pelos estrangeiros.

Entre os demais tópicos de resposta ao *Rio Herald*, esteve a questão relacionada aos escravizados que foram armados e auxiliaram na repressão do levante,⁶⁸⁴ com a preocupação manifesta de que isso havia exposto a fragilidade da Corte e de sua defesa, evidentes diante da conturbação estrangeira, e na atuação da força escravizada armada.⁶⁸⁵ Ao se posicionar sobre o tema, *A Aurora* declarou que:

⁶⁸² *Ibid.*

⁶⁸³ *Ibid.*

⁶⁸⁴ O *Rio Herald* atribuiu o início da revolta diretamente aos “negros e mulatos”, colocando os soldados estrangeiros embriagados, num papel de vulnerabilidade, assumindo um posicionamento de defesa diante da insolência e ferocidade dos escravos. Enquanto isso *A Aurora* não tirou a responsabilidade dos negros na situação, mas também elencou a centralidade dos estrangeiros no desenrolar do conflito.

⁶⁸⁵ Apesar de repelir os argumentos apresentados pelo *The Rio Herald*, a própria *Aurora* nos números subsequentes do periódico, apontou a ideia de que os escravizados não deveriam ser armados como ato de prevenção, baseado no temor de um novo levante, organizado dessa vez por escravizados. Frente a isso, dedicou alguns números para abordar sobre o sentimento de haitianismo e o receio de que algo parecido acontecesse em território nacional. A respeito do haitianismo, Maria Odila Leite da Silva Dias apontou que o termo pode ser definido como o “pavor de uma revolta de escravos”. Sendo amplamente difundido por meio da ideologia contrarrevolucionária e “de reação contra a Revolução de São Domingos”, passou a ser empregado como vulto dos acontecimentos que ocorreram entre os anos de 1791 e 1804, que culminaram na independência da porção ocidental da colônia francesa, atual Haiti. A autora entende que haitianismo foi um fator político que influenciou decisivamente o processo de construção do Estado no Brasil, no século XIX, reforçando a arregimentação das elites no desempenho um papel “paternalista de vigilantes ilustrados de um povo bárbaro”, que diante do clima de

Muito se tem falado sobre as consequências de se armarem no dia 11 alguns escravos e pretos em defesa da Cidade ameaçada; nós também temos a pele branca, e alguma cousa, que perder; não desejaríamos que se desse alento à bruteza dos pretos, e se estimulasse o seu furor com o aspecto do sangue derramado; porém estarão em igual caso as circunstâncias ordinárias, e uma crise, que sabe fora de todas as regras comuns? Se salteadores quiserem invadir a minha casa, não armarei, para repeli-los os meus próprios escravos? Os africanos são aos olhos do *Rio Herald*, monstros ferozes e desumanos, brutos e canibais; mas muita gente está persuadida que eles se acham na escala da civilização um pouco acima dos Soldados Irlandeses...Deixemos questão tão odiosa, e que parece que assintimente se procura fazer nascer, não sabemos para que fim; e concluamos pelo mais atrevido insulto, que se podia lançar aos Brasileiros, e que o *Rio Herald* não teve pejo de inserir no seu artigo.⁶⁸⁶

Quanto ao comentário do *Rio Herald* de que sem as forças estrangeiras o Império do Brasil desapareceria, *A Aurora* retrucou, ao escrever que:

Se a recomendação da aurora, para ser expulsos a tropa estrangeira, viesse a realizar-se... este seria o último dia do Brasil! Assim se exprime o jornalista Inglês, e não temos palavras, com que ponderemos o sentimento de desprezo, que encerra para conosco esta frase. Quatro ou cinco mil baionetas estrangeiras é que mantém a existência do Brasil! Sem elas o Império desapareceria da face das Nações! Que audácia! Que ideia faz o Forasteiro do nosso caráter, da nossa coragem, de nosso estado moral e político! Não se pode chegar a mais, e o *Redator do Rio Herald* passeando seguro às ruas de um Povo, que assim ultraja, é a melhor prova em contrário de tudo, quanto afirma em nosso desabono na sua Folha anti Brasileira.⁶⁸⁷

O *Rio Herald* publicou a correspondência do “*Amigo da Verdade*”, que foi dirigida aos questionamentos sobre a atuação ministerial, em especial do Sr. Barroso, e dos supostos ataques sofridos por irlandeses no quartel dos Barbonos e no Largo da Carioca, além dos maus tratos, perseguição e prisão aplicada a esses estrangeiros. Somado a isso, a publicação conteve algumas alegações acerca da necessidade de angariação de tropas estrangeiras ao Brasil. De acordo com ele, a primeira delas estava relacionada à contenção do “espírito republicano” que pairava sobre o território brasileiro, que deveria ser resguardado militarmente.⁶⁸⁸

contrarrevolução, “adiavam o advento da liberdade para um futuro muito remoto”. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização das metrópoles e outros estudos**. Ed. Alameda – 2º edição. São Paulo: 2009. p. 134 – 137.

⁶⁸⁶ *A Aurora Fluminense*, 1828, 25/06/1828, nº 59, p. 242-243.

⁶⁸⁷ *Ibid.*

⁶⁸⁸ Debate contemplado de forma unilateral, uma vez que as temáticas abordadas pelo *The Rio Herald*, comentadas pela *Aurora Fluminense*, não puderam ser acompanhadas, tendo em vista que os números 16 e 17 do periódico inglês não foram digitalizados. As menções sobre os posicionamentos assumidos pelo *The Rio Herald* correspondem aos poucos extratos que a *Aurora Fluminense* reproduziu em seu nº 62. *A Aurora Fluminense*, 1828, 02/07/1828, nº 62, p. 253-254.

Face ao que foi apresentado pelo “*Amigo da Verdade*”, a *Aurora* saiu em defesa dos seus “Concidadãos” e pela “honra da Pátria”, na seção *Interior*, da sua edição de nº 62, onde procurou refutar o correspondente do *Rio Herald*, a quem chamou de “apologista da tropa Irlandesa”.⁶⁸⁹

Aos seus olhos, o mesmo havia utilizado de “linguagem baixa” para “ultrajar o Sr. Barroso”, ex-ministro da Guerra, e o questionou acerca dos males sofridos pelos irlandeses e sobre o “espírito republicano” a que teriam vindo combater, mencionados em sua publicação:

Quando (por exemplo) foram os quartéis dos Barbonos acometidos pelos negros, como ele assevera? Que testemunhas presenciaram, o formidável ataque do Largo do Carioca, em que os Irlandeses em corpo (*esses bravos, e espirituosos* jovens, como lhes chama) foram obrigados a voltar face, para tratar da sua própria conservação? Quem foram esses oficiais Irlandeses perseguidos pelo Governo? Metidos sem culpa nas Fortalezas, e constantemente maltratados? Pois essa tropa estrangeira, que o *Amigo da Verdade* supõe chamada, *para conter o violento espírito Republicano*, tem sido tiranizada por aqueles mesmo, que a chamaram? A tropa estrangeira destinada a conter o espírito Republicano! E acredita o correspondente do *Rio Herald*, que acaso existisse um tal espírito no Brasil, seriam bastantes 2 ou 3 mil Irlandeses, para contê-lo?⁶⁹⁰

A esse respeito, *A Aurora* defendeu a perspectiva de que os cidadãos brasileiros estavam associados a “uma Monarquia livre” cuja “Liberdade” se encontrava fundada “em um sistema solidamente organizado”, desejosos das “Instituições, que espontaneamente juraram”, que “nem a indignação, que gera nos espíritos a insolência de alguns forasteiros imprudentes os” fizeram ou fariam “sair além da meta dos seus deveres”.

Nesse sentido, se esse fosse “intento do *Rio Herald*, e dos seus sócios”, deveriam “deixar-se de excitar por todos os meios Cidadãos amigos da glória do seu país, a praticarem algum excesso, que as Leis, a razão, e a genuína liberalidade” reprovaram “a um tempo”, pois isso, não o conseguiriam.

muito tempo se manteve aqui a ordem legal, sem essas baionetas da Europa, sem esses espirituosos bebedores de Irlanda? Não se lembra que a maior parte das desordens, roubos, e assassínios, que se cometem no Rio de Janeiro são devidos a forasteiros vagabundos, que aqui vivem, como testemunhou o ex Intendente da Polícia, hoje Ministro do Império, o Snr. José Clemente Pereira? *Ninguém está pronto a exterminar tudo, quanto tem forma estrangeira*, como pinta ao *Amigo da verdade* a sua imaginação desvairada, e medrosa: ninguém que outra cousa que não seja ordem, respeito à Lei, e às Autoridades constituídas. Seremos todos nós Ilotes? Só haverá no Brasil

⁶⁸⁹ *Ibid.*

⁶⁹⁰ *Ibid.*

escravos negros, e mulatos? Não; temos muita gente empenhada em manter a tranquilidade, e sossego público, não só por sentimento de Patriotismo (que nos parece deverá ser em nós mais natural do que nesses, que apenas vieram ao Brasil Curar dos seus interesses); mas ainda mesmo por temor de perder o, que possuem, e de ver comprometida a ventura, e repouso das suas famílias. Os Brasileiros detestam tudo, quanto for tendente a conservar no Brasil o fermento da discórdia, soldados, que não são Cidadãos, instrumento cego, ou dos caprichos do Governo, ou da ambição dos sediciosos; mas sabem ao mesmo tempo apreciar a amizade dos Estrangeiros, que buscaram o nosso país, para aí exercitarem qualquer ramo de trabalho útil. A Aurora Fluminense, tão indignamente caluniada, tem pregado sempre as doutrinas da maior franqueza comercial, e industriosa para Nacionais, e Forasteiros: que estes sejam protegidos a par dos Cidadãos nas suas pessoas, nas suas propriedades, no seu culto; em tudo aquilo enfim, que constitui o Homem social; porém nunca que tenham nas mãos a força, e que a maneira dos Mamelucos do Egito venham de Irlanda e de Alemanha, para, com as armas na mão, impor a Lei, ou ameaçar as Liberdades da Associação Brasileira. Desejamos os Estrangeiros, como nossos amigos, e não como nossos senhores.⁶⁹¹

A *Astréa*, mediante ao debate estabelecido entre os jornais redigidos por brasileiros e estrangeiros no Brasil, no caso, a *Aurora Fluminense* e o *The Rio Herald*, concedeu ao correspondente *Um dos mortos*, a oportunidade de redirecionar o ponto de atrito da questão estrangeira para a prática periódica, em seu nº 299, de 01 de julho de 1828.⁶⁹² Ao longo de sua carta, *Um dos mortos*, expôs seus questionamentos e considerações sobre o tema:

acaso nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, no Santíssimo Império da Alemanha, ou em qualquer outra parte do mundo acontecerá o mesmo que está acontecendo entre nós? Porventura também por esses Países qualquer Estrangeiro escreve Periódicos em que desacredita, e mesmo impune ataca e insulta o povo com quem vive, e entre quem se mantém? (...) Que tem pois ou Senhores Estrangeiros com o Povo Brasileiro? (nem lhes encomenda o intrometer-se com tanto afinco nas nossas cousas. Metem-nos com os negócios, com as políticas, ou com o que quer que seja dos Estados Europeus... Já foi algum Brasileiro à França, à Inglaterra, à Áustria ingerir-se nas suas questões domésticas, e tomar-lhes conta dos seus acertos e descaminhos?.... Desenganaram-se todos esses intrusos pertendentes; o Brasil é, e será sempre dos Brasileiros, tanto quanto a França é dos Franceses, e a Inglaterra dos Ingleses...Somos um povo agasalhador e hospitaleiro: contra a experiência nada valem baixas e intrigantes invectivas; mas repeliremos todo o insulto....porque a nossa paciência tem um limite, e depois de esgotado o sofrimento mostrarão os Brasileiros que a Natureza os fez homens.⁶⁹³

Com base nessas questões e afirmações, *Um dos mortos* criticou a participação de estrangeiros como correspondentes desde a “defunta” *Gazeta*, e a possibilidade de que pudessem erigir a posição de redatores de jornais, como fizeram

⁶⁹¹ *Ibid.*

⁶⁹² *Astréa*, 1828, 01/07/1828, nº 299, p. 1238-1239.

⁶⁹³ *Ibid.*

os responsáveis pelas publicações do *O Echo* e do *The Rio Herald*. O representante inglês recebeu suas contundentes críticas:

Sim, um Rio Herald por fim que vem agora tomar a si o direito de menoscabar aos Cidadãos Brasileiros, como já por tantas vezes o tem feito, e atrevido e impune sustenta que — “o dia em que se realizar a expulsão da insubordinada Tropa Estrangeira, seria o último dia Brasil!”...A que fim se-dirige? Que quer? Que pretende com isso o Rio Herald?...Ó malvados ...maldita gente... *quousque tandem abutere patientia nostra?* Quem já pode sofrer tantos insultos? — De que serve, sem honra, a vida infame? ⁶⁹⁴

O *The Rio Herald* se defendeu das acusações em seu nº 18, de 07 de julho de 1828, em que se voltou para os jornais *A Aurora Fluminense* e *Astréa*, em conjunto. Iniciou sua resposta com uma apreciação sobre a “Verdade” e a “Justiça”, das quais alegou estarem ausentes nas publicações da *Astréa*.⁶⁹⁵

É um dogma há muito estabelecido e universalmente recebido como ortodoxo que a Verdade e a Justiça andam de mãos dadas, e, de fato, tão grande é a afinidade das duas divindades que uma não pode existir sem a outra, o que então podemos esperar quando infelizmente encontramos a *divina Astréa* sem a sua contraparte? Há muito que percebemos que o emblema da Justiça alçou voo do frontispício da *Astréa* e chocou com a profanação do seu nome e atributos. (...) consideramos sua correspondência como um fenômeno sem precedentes em que estupidez e malignidade nós com outros para preeminência; Como por exemplo, ele pergunta se nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França ou em qualquer outra parte do mundo os estrangeiros escrevem periódicos para desacreditar e atacar e insultar com impunidade as pessoas com quem vivem, e entre os quais ganham vida», respondemos que os países que ele citou são abençoados com uma *imprensa livre*.⁶⁹⁶

Com base nisso, *The Rio Herald* colocou em voga que a liberdade de imprensa era uma “benção inestimável” garantida pela Constituição, e que “ninguém, exceto as *Astréa* e *Aurora* teriam inventado a restrição do punhal”, desse modo, pontuou também que:

ninguém além do espírito mais básico, saginado, inconstitucional e vingativo poderia instigar à qualquer pessoa a chamar vingança pública, e a adaga se o assassino for um nativo ou estrangeiro apenas por causa de diferenças de opiniões políticas!! (...) é da controvérsia legal e racional que a verdade se torna mais refulgente, e não da adaga do assassino que procede à

⁶⁹⁴ *Ibid.*

⁶⁹⁵ *The Rio Herald*, 1828, 05/07/1828, sarturday, nº 18, p. 2-3.

⁶⁹⁶ Tradução livre do extrato de jornal: “It is a dogma long established and universally received as orthodox that Truth and Justice go hand in hand, and indeed so great is the affinity of the two divinities that the one cannot exist without the other, what then can we expect when we unfortunately encounter the *divine Astréa* without her counterpart? We have long perceived that the emblem of Justice had taken that her flight from the frontispiece of the *Astrea* shocked at the profanation of her name and attributes (...) we consider his correspondence as an unprecedented phenomenon in which stupidity and malignity we with other for preeminence; as for instance he asks” if in the United States, in England, France or any other part of the world Foreigners write periodicals to discredit and eyen attack and insult with impunity the people with whom they live, and amongst whom they gain their livelihood” we answer that the Countries he has cited are blessed with a *free press*”. *Ibid.*

condenação; qualquer que seja a opinião dos *Astréa* e *Aurora*, este é, foi e sempre será o sentimento de todo homem bom.⁶⁹⁷

The Rio Herald desafiou esses jornais a apontarem os posicionamentos que fossem prejudiciais ao Brasil em suas publicações, e denunciou tanto *A Aurora* quanto a *Astréa* de perseguição àqueles que partilhavam de opiniões e pensamentos opostos aos seus, bem como de manipulação da verdade, sobretudo frente ao uso da liberdade de imprensa.

Estamos sempre abertos à convicção, se nossos argumentos forem errôneos, refute-os: nunca dissemos ou sequer pensamos algo prejudicial ao Brasil ou a seus habitantes, e desafiamos tanto *Aurora* quanto *Astréa* a apontar uma única frase ou palavra em qualquer um dos nossos números, no mínimo, tendendo a isso, a menos que instigados por seu espírito maligno, eles violem a verdade, como ambos fizeram propositalmente em sua pretensa tradução de um parágrafo de nosso N^o 16 ou exceto que se considerem o protótipo de todo brasileiro; deixe-os ler o parágrafo novamente, despojados de paixão, e se não puderem traduzi-lo em outra língua seremos obrigados a traduzi-lo em nossa própria defesa, e expor sua ignorância e malignidade combinadas.⁶⁹⁸

De acordo com o periódico inglês, a “maldade e a raiva usurparam tanto as rédeas das mãos de *Astréa* que nem o *Jornal do Commercio* conseguiu escapar de suas invectivas”, e a justificativa para isso se dava pelo fato do seu editor ser estrangeiro. No entanto, agradeceu a Deus que esse sentimento estivesse restrito a esses jornais, e não nos demais Brasileiros, afinal, seu maior defeito era ser estrangeiro, argumento pautado pela *Aurora Fluminense*, e seguido pela *Astréa*, apontada por sua “agudeza de um cão de caça”.⁶⁹⁹

⁶⁹⁷ Tradução livre do extrato de jornal: “a *free press* and that the same inestimable blessing is guaranteed to Brazil by her Constitution, and that none but such as the *Astrea* e *Aurora* would have invented the restriction of the dagger” that Brazil has laws established by the Constitution to which all are amenable, that none but the most base, sagninaty, unconstitutional and vindictive spirit could instigate any person to call downpublic vengeance, and the dagger if the assassin uponeither native or foreigner merely on account of difference in political opinions!! it is from cool and rational controversy that truth becomes more refulgent, and not from the assassin's dagger that proceeds conviction; whatever may be the opinion of the *Astrea and Aurora* this is, was, and ever will be the sentiments of every good man”. *Ibid.*

⁶⁹⁸ Tradução livre do extrato de jornal: “We are ever open to conviction, if our arguments are erroneus confute them: we have never said or even thought, anything detrimental to Brazil or her inhabitants, and we defy both the *Aurora* and *Astrea* to point out a single sentence or word in any of our numbers in the least tending thereto, unless instigated by their malignant spirit they violate truth as they both have purposely done in their pretended translation of a paragraph in our N^o, 16, or except they consider themselves as the prototype of every Brazilian; let them read the paragraph again, divested of passion, and if they cannot render it in other language we shall be obliged to translate it in our own defense, and expose their combined ignorance and malignity”. *Ibid.*

⁶⁹⁹ Tradução livre do extrato de jornal: “So far has malice and rage usurped the reins from the hands of *Astrea* that even the *Jornal do Commercio* has not been able to escape her invectives, and merely because the editor is a foreigner; is this generous? no! but thank God this sentiment is reserved solely to adorn the pages of the *Aurora* and *Astrea*, being a total stranger to every Brazilian bosom; our only

Assim, o *The Rio Herald* concluiu sua argumentação frente a esses jornais, indo de encontro, justamente, a suas pautas de defesa: os ideais liberais e o constitucionalismo. Nesse sentido, os acusou de faltarem com a verdade em suas colocações, que eram “iliberais” e “inconstitucionais”, e externou o desejo de que não ocupassem mais espaço em suas páginas. Caso ocorressem novamente, retribuiria à *A Aurora Fluminense* e à *Astréa* “com o desprezo silencioso que tanto” mereciam”.⁷⁰⁰

De fato, o *The Rio Herald* se restringiu ao silêncio, pois seu nº 18 foi o último a ser publicado, ao contrário de seus opositores, que permaneceram em circulação por muitos outros anos. Frente ao debate relacionado à revolta dos soldados alemães e irlandeses, a inserção de estrangeiros no interior do exército e à liberdade de imprensa aplicada aos jornais estrangeiros, a *Aurora* e a *Astréa* tiveram a última palavra, sendo essas, como apresentado acima, limitadas e desfavoráveis a esses imigrantes.

Ao se estabelecer como a “folha política” mais longeva entre os demais periódicos da época, *A Aurora Fluminense* não deixou esse episódio despercebido em suas páginas, antes, dedicou a seção de *Rio de Janeiro*, do seu nº 75, para discorrer sobre o fim das publicações do *The Rio Herald*, bem como de outros jornais com que havia debatido anteriormente, no texto intitulado a “Necrologia dos Periódicos”.

Os jornais que ocuparam as primeiras linhas dessa menção fúnebre foram os escritos em língua francesa. O primeiro de todos a ser mencionado foi *O Echo*, que “depois de ter exercido o seu *bel esprit* à custa dos nossos usos, envolvido em uma luta com a *Jovem*, expirou”, e abriu caminho para a publicação do “*Courrier*, que na mesma língua, e com mais discreta moderação, lhe tem feito às vezes”, seguido do “*Espelho diamantino*, bilíngue, e destinado para enfeite dos toucadores”, que:

raras vezes chegava ao lugar do seu destino; às *Madamas* interessavam pouco nas mestiças narrações da guerra da Turquia, ou nos amáveis versos Italianos, e prosa Francesa, com que engrossava os seus cadernos. Próximo a desposar-se com a pequena *Folhinha de Algibeira* da mesma Tipografia, finou-se, e não se sabe como, e nem ao menos se despediu dos seus diminutos assinantes.⁷⁰¹

Esses, foram seguidos do *O Censor*, caracterizado nesse momento como “folha de maior alento, e que tomando o caráter, e grau de *escrito transcendental* parecia

fault is being foreigners, the Aurora raised the hue and cry, and the Astrea follows up the seent with the keenness of a blood-hound.” *Ibid.*

⁷⁰⁰ *Ibid.*

⁷⁰¹ *A Aurora Fluminense*, 1828, 04/08/1828, nº 75, p. 310.

querer afrontar a caduca duração, e importância deste gênero de produções; mas em 3 meses foi a sua hora chegada”. Após os encontros e desencontros que marcaram os seus embates com *A Aurora*, irrevogavelmente, indissociável de sua existência, o “transcendente Censor”, como foi caracterizado por ela, foi lembrado por sair “fora da sua moderada filosofia”, tendo acabado “finalmente os seus dias *em paz*, deixando créditos de um Jornal redigido em estilo decente, elegante mesmo, porém vacilante em princípios”.⁷⁰²

Por último, e não menos importante, o *The Rio Herald*:

A Necrologia dos Periódicos termina com o *Rio Herald*, que há poucos dias partiu para a Eternidade, abandonando ao fastio os hebdomadários leitores das suas páginas político-comerciais. Bateu-se também com a *Aurora*, o Campeão Britânico; e se acaso excedeu os termos da polêmica literária, nós perdoamos a sua memória, acreditando que o fez por aquele apaixonado aferro às cousas do seu país, que caracteriza os Cidadãos Ingleses.⁷⁰³

Como mensagem final dessa publicação, *A Aurora* acrescentou que se os jornais tivessem “um Gênio tutelar”, que ela o invocava “para que estes Periódicos” fossem “quanto antes substituídos por outros”, e que crescessem, se fosse possível, “o seu número”, pois acreditava que:

a civilização e o espírito de exame ganham muito entre nós com as publicações desta natureza, e não conhecemos outro meio de se elucidarem as questões de uma ordem elevada, senão a contestação regular, em que se batem os Escritores das diversas opiniões. Somos a esse respeito tão tolerantes, que os desejamos, ainda quando venham fazer guerra à nossa *Aurora*.⁷⁰⁴

Em seu discurso, *A Aurora Fluminense* permaneceu a pontuar a participação dos periódicos e suas possíveis contribuições, bem como sua potencialidade de denúncia das práticas políticas e de intervenção. Desse modo, em seu nº 86, de 01 de setembro de 1828, denunciou a continuidade do desembarque de imigrantes para o engajamento nas tropas militares brasileiras, e fez menção a possibilidade da fiscalização do Legislativo, na figura da Câmara, para com o poder Executivo, representado pelo Ministro do Império.

Como continua a entrar Tropa Estrangeira neste porto, desejaríamos que a Augusta Câmara perguntasse ao Ministro o que pretende fazer dessa gente; que o destino se lhes quer dar, e se o governo está decidido, apesar dos exemplos de Junho, a confiar a força e guarnição do Brasil a forasteiros

⁷⁰² *Ibid.*

⁷⁰³ *Ibid.*

⁷⁰⁴ *Ibid.*

mercenários, prontos a turbar a ordem pública por um copo de má água ardente.⁷⁰⁵

Diante da alternativa de incorporação de imigrantes enquanto colonos, *A Aurora* revelou a situação vivenciada por esses estrangeiros nas ruas da Corte, uma vez que parte deles andava “a pedir esmola, enchendo as ruas enfiadas de mulheres, e meninos cobertos de farrapos, mendigando, e contraindo todos os maus hábitos da ociosidade”.⁷⁰⁶

Frente a essa situação, *A Aurora* rogou por meio de suas páginas à polícia, que vigiassem “sobre isso; pois é cousa vergonhosa ver mendigar pessoas sãs e robustas num país como o nosso, em que a terra é mãe carinhosa, e fácil em conceder os seus dons”.⁷⁰⁷ Além disso, reforçou a sua pauta de defesa principal em relação ao emprego de estrangeiros no país “Menos predileção pelas baionetas, mas desvelo pelas inchadas, e tudo irá bem no Brasil”.⁷⁰⁸

Diretamente relacionado à revolta, *A Aurora Fluminense* ainda rebateu em 21 de novembro de 1828, no seu nº 120, um artigo do *New York Nacional Advocate*⁷⁰⁹, onde pontuou o desrespeito com que a folha havia se dirigido ao Imperador, assim como o tratamento destinado aos brasileiros, que foram deixados de lado na trajetória de “coragem” que levou ao fim do conflito, por meio da atribuição da participação das tropas francesas e inglesas como decisivas para a contenção do levante. Nesse sentido, *A Aurora* afirmou que:

é justo que assim aconteça, já que houve conselheiros imprudentes, que propusessem naquela ocasião semelhante medida; quando o tumulto já havia sido contido, e era totalmente desnecessário passarmos pelo opróbrio de pedir socorro ao Estrangeiro. Quanto às falsidades do Jornalista Inglês, quando assevera que se deu ordem aos negros, e mulatos, para que tirassem a vida aos Estrangeiros, e faz subir a 3.000 o número dos soldados Brasileiros, além das milícias, que não poderão lutar com 1.500 homens desarmados; são galantarias, com que esses Srs. nos costumam brindar, e que nós lhes recompensamos, depositando neles a nossa confiança, e dando-lhes em tudo a preferência.⁷¹⁰

As notícias da revolta tiveram uma repercussão periódica internacional, e outros jornais estrangeiros além *New York Nacional Advocate* se manifestaram, entre

⁷⁰⁵ *A Aurora Fluminense*, 1828, 01/09/1828, nº 86, p. 358.

⁷⁰⁶ *Ibid.*

⁷⁰⁷ *Ibid.*

⁷⁰⁸ *Ibid.*

⁷⁰⁹ *New York Nacional Advocate*, 1828, 01/11/1828. O presente jornal extraiu informações do periódico *Courrier du Bresil* sobre a insurreição, que por sua vez já havia sido traduzido e transcrito pela *Gazeta de Lisboa*. *A Aurora Fluminense*, 1828, 20/11/1828, nº 120, p. 498-500.

⁷¹⁰ *A Aurora Fluminense*, 1828, 20/11/1828, nº 120, p. 498-500.

eles o *The Morning Chronicle*, de 15 de agosto de 1828, e o *The Newcastle Courant*, de 23 de agosto de 1828, onde repetiram as versões que reafirmavam que o motim havia começado no dia 12, depois dos eventos do Campo da Aclamação. Para além disso, o segundo jornal adicionou dois novos elementos, o de que os irlandeses somente haviam tomado parte no levante depois dos alemães, a quem haviam se unido, e que o governo brasileiro necessitou de ajuda para conter os amotinadores.⁷¹¹

Com o fim do ano de 1828 e do debate entre os demais periódicos acerca da insurreição, a presença do tema relacionado aos revoltosos, e aos demais alemães e irlandeses presentes no Brasil perderam espaço entre as publicações da *A Aurora Fluminense*. O debate sobre a presença estrangeira, contudo, permaneceu, mas foi redirecionado para a proteção do poder Imperial aos emigrados portugueses, exilados de Portugal por D. Miguel, permeados pelo argumento de uma possível recolonização.⁷¹²

5.4 Últimas menções aos soldados revoltosos na *Aurora Fluminense* e o fim dos Batalhões Estrangeiros

Para além da discussão periódica sobre as medidas que deveriam ser tomadas pelo Império do Brasil frente à revolta, houve, de fato, uma conduta assumida pelo poder oficial para a punição dos revoltosos. Após sua prisão, parte dos amotinadores foi condenada pelo levante, e a outra foi realocada em outros lugares do Brasil e do exterior. Invariavelmente, o tratamento recebido pelos dois grupos de estrangeiros foi distinto.

Os soldados alemães foram processados e receberam sua pena quando constatado o envolvimento nos dias de luta travados, sendo “submetidos à lei marcial pela rebeldia”, tendo seus “líderes julgados e condenados, sendo um executado

⁷¹¹ Nesse sentido, Gilmar Pozo ressaltou que a imagem do império brasileiro foi retratada de maneira negativa, sendo noticiada primeiramente no Reino Unido e disseminada para os outros locais, onde foram divulgadas as condições a que foram submetidos os soldados estrangeiros a serviço do Exército do Brasil, tanto irlandeses como alemães, ressaltando que a contenção da revolta só foi possível pela intervenção militar de outros estrangeiros que estavam aportados no Rio de Janeiro. *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 167.

⁷¹² Desse modo, os embates acerca dos alemães e irlandeses foram perdendo a centralidade da discussão, e deram lugar aos argumentos e suspeitas sobre uma possível recolonização por parte desses estrangeiros, nas páginas da *Aurora Fluminense*, entre os anos de 1829-1830. Para saber mais, Cf. Silva, Luiz Gustavo Martins da. *Entre penas e impressos: aspectos da experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil contra o regime de D. Miguel (1826-1837)*. 1 Ed. – Fino Traço. Belo Horizonte, 2022.

tempos depois – o soldado Eduardo Steinhausen”,⁷¹³ mas cerca de 600 deles, que compuseram principalmente o 28º Batalhão de Caçadores, foi destinada ao Rio Grande do Sul, para exercerem a atividade de colonos.⁷¹⁴

Em contrapartida, aos irlandeses foi possibilitada a alternativa de voltar à Irlanda ou de imigrar para o Canadá, empreitada que contou com o intermédio inglês. Contudo, cerca de 400 irlandeses ficaram no Brasil, entre os quais as famílias “foram enviadas para Taperoá, Comarca de Ilhéus (Bahia), onde se reuniram com os conterrâneos que ali estavam desenvolvendo agricultura. Ali desenvolveram uma colônia”.⁷¹⁵

Quanto a essa colônia irlandesa, na ocasião da organização dos Conselhos Provinciais do Império, o Visconde de Camamú escreveu diretamente da Bahia, em 1 de dezembro de 1828, uma declaração que foi reproduzida no nº 129 da *Aurora*, publicada em 15 de dezembro de 1828, em que informava sobre:

uma Colônia Irlandesa enviada pelo Governo de Sua Majestade Imperial para esta Província em número de duzentas e vinte duas pessoas e formando cento e uma famílias, se acha no lugar de Taperoá, Comarca dos Ilhéus, fazendo um estabelecimento, sendo dirigida por huma Comissão de pessoas de confiança, que tem formalizado um regulamento, que foi mandado observar, parece-me que este objeto deve ocupar muito a atenção do Conselho.⁷¹⁶

Apesar de terem sido alocados nela, não permaneceram por muito tempo, por não se adaptarem ou mesmo não se conformarem com a situação precária em que viviam. Nesse sentido, foi solicitada a provisão de recursos pela Junta da Fazenda da Bahia para Câmara dos Deputados, localizada no Rio de Janeiro, que resultou na sua transferência e assentamento em Taperoá.

Além disso, José Egidio Gordilho Barbuda relatou ao Imperador a respeito da situação miserável que se encontravam aqueles irlandeses, pedindo para que fosse decidida a sua sorte. Assim, em forma de ofício, foi decretado que não fosse repassado mais nenhum recurso a eles. Em 1830, apenas 20 colonos desejaram permanecer no Brasil, os outros 125 não quiseram permanecer na colônia. Logo, os que permaneceram se dispersaram.⁷¹⁷

⁷¹³ *Op. cit.* Kato, 1989, p. 135.

⁷¹⁴ *Ibid.*

⁷¹⁵ *Ibid.*

⁷¹⁶ *A Aurora Fluminense*, 1828, 15/12/1828, nº 129, p. 531.

⁷¹⁷ *Op. cit.* Pozo, 2010, p. 172.

Outros irlandeses que ficaram na cidade prestaram serviço “numa pedreira e estavam indo bem, igualmente as famílias que se fixaram na Serra dos Órgãos, estavam desbravando as terras e plantando café, milho, mandioca”. Já os soldados que permaneceram no serviço militar “tiveram novo contrato, a alimentação foi melhorada e o sistema de castigos corporais restringidos”.⁷¹⁸

Com o fim da revolta dos soldados alemães e irlandeses, o cotidiano dos demais estrangeiros residentes na Corte se tornou, entretanto, marcado pela resistência a presença de imigrados no território brasileiro, já que:

outros estrangeiros residentes no Rio de Janeiro eram ameaçados quando confundidos com irlandeses. Os franceses enviaram um ofício à secretaria do Interior pedindo segurança, pois sentiam-se ameaçados por pessoas do povo, que os confundia com os soldados amotinados ou então acusava-os de serem seus cúmplices.⁷¹⁹

No âmbito militar, as condições dos batalhões estrangeiros voltaram ao foco, um pouco mais de dois anos após a revolta empreendida pelos soldados alemães e irlandeses, pois a dissolução dos corpos compostos por imigrantes passou a ser considerada a partir da necessidade da reorganização das forças militares no Brasil, tema que não escapou à *Aurora Fluminense*, que em seu nº 410, de 16 de novembro de 1830, destacou que sua presença era um “labéu à honra Brasileira, e uma ameaço à nossas liberdades”.⁷²⁰

Por ocasião das votações abertas no âmbito legislativo frente aos orçamentos, ressaltou que finalmente estavam sendo reconhecidos os “engajamentos ilegais, pois o Governo se não achava autorizado para fazê-los, depois de jurada a Constituição; viu ainda que a força tinha sido aumentada de maneira talvez incompatível, e ao menos superior aos recursos da Nação”, e rebateu as acusações e os “boatos espalhados pelos servis” de que a dissolução dos corpos estrangeiros, defendida pela Câmara dos Deputados, consistisse no enfraquecimento do poder imperial via mar e terra.⁷²¹

No âmbito político, as despesas das forças militares foram reguladas pela Assembleia Geral de 1830 e pelo Imperador, de modo que foram fixadas “as forças de terra para o ano financeiro de 1831-1832”. As decisões foram reunidas pela Lei de

⁷¹⁸ *Op. cit.* Kato, 1989, p. 136.

⁷¹⁹ *Ibid.*

⁷²⁰ *Aurora Fluminense*, 1830, 16/11/1830, nº 410, p. 1731.

⁷²¹ *Idem.*

24 de novembro de 1830 e os estrangeiros ocuparam, necessariamente, espaço no décimo artigo de suas determinações.

Art. 10. Não haverá no Exército do Brasil corpo algum composto de homens estrangeiros, nem Oficiais e Oficiais inferiores, Cabos de Esquadra, a Anspeçada estrangeiros ainda nos corpos nacionais de qualquer classe ou arma, que sejam. Os Oficiais e outras praças, que ora se acham alistadas no Exército do Império, serão demitidos do serviço, quer estejam engajados, quer sem engajamento, cumprindo-se contudo a respeito delas os ajustes onerosos, a que o Governo se achar ligado. Os soldados estrangeiros, que quiserem completar o tempo dos seus engajamentos nos corpos nacionais, serão a eles admitidos com as vantagens, que gozavam, e quando preferirem a sua demissão, ser-lhes-á imediatamente dada. A disposição deste artigo não compreende os Oficiais estrangeiros, que colaboram com o Exército do Brasil durante a luta da sua Independência, e bem assim os que forma mutilados, ou gravemente feridos em o serviço nacional.⁷²²

A partir disso, apenas os estrangeiros que estiveram envolvidos nos conflitos em prol da Independência ou os que, de alguma forma, tivessem sido feridos pela causa nacional, não sofreriam os impactos da intervenção Legislativa do Império. Os demais, que de certa forma representaram as ações do Executivo frente à organização militar do Brasil, foram diretamente afetados com demissões, dispensas e remanejamentos.

No mês seguinte, foi publicado o Decreto de 20 de dezembro de 1830, responsável pela oficialização da dissolução dos Batalhões Estrangeiros. Foi redigido em poucas linhas, nada comparado com as correspondências, ofícios, relatórios, demais decretos, e, sobretudo, páginas de jornal que tiveram por tema a presença estrangeira no interior das forças militares imperiais brasileiras. Nele, foi estabelecido que:

Na conformidade da Carta de Lei de 24 de Novembro do corrente ano, sobre a fixação das forças de terra: Hei por bem que sejam dissolvidos os batalhões compostos de estrangeiros: 2º. de granadeiros; de fuzileiros; 27 e 28 de caçadores de primeira linha do Exército. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessários. Paço em vinte de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independência e do Império. Com rubrica de Sua Majestade o Imperador. Conde do Rio Pardo.⁷²³

⁷²² BRASIL, **Lei de 24 de novembro de 1830**, fixa as forças de terra para o ano financeiro de 1831-1832. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1830, Página 55 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37992-24-novembro-1830-565665-publicacaooriginal-89410-pl.html

⁷²³ BRASIL, **Decreto de 20 de dezembro de 1830**, dissolve os batalhões compostos de estrangeiros. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1830, Parte 2. p. 55. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html

Entre 1830 e 1831 “dos 44 generais do Exército imperial, 26 ainda eram de origem portuguesa e apenas 16 eram brasileiros. Existia ainda um general inglês e um francês. De toda sorte, poucos portugueses ingressaram no Exército brasileiro após 1830”.⁷²⁴

Em 4 de janeiro de 1831, meses antes da abdicação, a *Aurora Fluminense* de nº 445, ironizou o lamento dos jornais *O Moderador* e *O Imparcial* pela dissolução dos corpos de estrangeiros associados ao Exército Imperial brasileiro.

Grandes lamentações têm levantado o Imparcial e o Moderador contra a medida de se demitir a oficialidade e batalhões estrangeiros: a dor e a paixão é desculpável neles; defendem sua causa. (...) O Moderador e o Imparcial não são do Brasil (..) supomos que o Brasil ganhava, ainda dando dinheiro de sobra, em ver apagada uma nódoa tão vergonhosa, qual a de entregar a força armada nas mãos de forasteiros, de vagabundos, de aventureiros, de homens puramente mercenários. Outros são os braços que hão de defender a nossa pátria e seu direitos; nem nos intimidam esses recrutamentos tão alardeados, aliás desnecessários pela redução do exército que judiciosamente decretou a Legislatura.⁷²⁵

Não muito tempo depois, a abdicação de D. Pedro I consolidaria o fim do período do Primeiro Reinado, com o estabelecimento de uma frágil aliança oposicionista liberal composta, sobretudo, pelos moderados e exaltados, que deram seguimento à administração das Regências, marcada pela sobreposição do primeiro grupo sobre o segundo, com o jornal *Aurora Fluminense* na centralidade da oposição, proferindo constantes críticas ao governo imperial.

Da perspectiva estrangeira, as considerações a esse respeito não faltaram a Daniel P. Kidder, por exemplo, que descreveu sua percepção sobre o que levou ao clima de instabilidade política enfrentada pelo Imperador, ao afirmar que D. Pedro I não era um tirano, contudo “era imprudente; enérgico, mas inconstante”, e que esse esteve “inclinado à forma representativa de governo, mas hesitante em pô-la em prática”.⁷²⁶

Kidder considerou que uma fez feito “herói durante as lutas da independência”, D. Pedro deixou se “levar mais pelo exemplo de outros imperantes que por madura

⁷²⁴ Após a abdicação de D. Pedro I, “a oficialidade passou a ser integrada por brasileiros”. **Memória histórica do Ministério Público Militar/Ricardo Freitas...** [et al.]. – Brasília : MPM, 2012. Disponível em: https://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2016/03/memoria-historica-do-mpm_2012.pdf

⁷²⁵ *Aurora Fluminense*, 1831, 04/01/1831, nº 445, p. 1877.

⁷²⁶ Kidder, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo** / Daniel P. Kidder; tradução de Moacir N. Vasconcelos. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 316 p.: il. – (Coleção o Brasil visto por estrangeiros). p. 51.

consideração da situação e das exigências do Brasil”, desse modo, “se lançou à guerra contra Montevideú, cuja causa fora sem dúvida a agressão e que, depois de entravar o comércio, deter a prosperidade do país e exaurir seus recursos financeiros, terminou pela cessão incondicional da província em disputa”.⁷²⁷

No seu relato, ele afirmou que muitas “vezes ouviram de seus lábios o conceito de que a única e verdadeira força de um governo residia na opinião pública”, entretanto, “Pedro I infelizmente nunca soube se conciliar com o pensamento do povo sobre o qual lhe coube o destino de imperar”.

O estrangeiro apontou que durante “o período revolucionário, no auge do entusiasmo, ouviram-se de seus lábios frases calculadas para lisonjear o nascente espírito da nacionalidade”, e assim “a sua sinceridade mereceu fé”. No entanto, o fato dele ter se valido “de uma força estrangeira”, foi associado a outros pontos que geraram o desgaste de sua influência, como “sua contínua interferência nos negócios de Portugal, a instituição de um gabinete secreto e a nomeação de portugueses naturalizados para os mais elevados postos do governo, com aparente exclusão de brasileiros natos”.⁷²⁸

Para Kiddler, isso “suscitou entre os nacionais recentemente feridos em suas suscetibilidades, a crença de que o próprio Monarca ainda era português de coração”. Nesse sentido, ele apontou que os brasileiros pensavam que “estavam sendo vistos com desconfiança, e daí o se terem tornado inquietos sob um governo suspeito de incrementar os interesses estrangeiros e um partido alienígena”. Para ele, os brasileiros buscaram “manifestar seu descontentamento, e, cada vez, que isso se dava, novas medidas repressivas eram postas em vigor”.⁷²⁹ Nesse sentido, o estrangeiro chegou à conclusão de que “depois de baldados esforços para reprimir o espírito de rebelião que se insinuava em diferentes pontos do Império, D. Pedro encontrou-se nas mesmas dolorosas e humilhantes circunstâncias que forçaram seu pai, D. João VI, a regressar a Portugal”.⁷³⁰

⁷²⁷ *Ibid.*

⁷²⁸ *Ibid.*

⁷²⁹ *Ibid.*

⁷³⁰ *Ibid.*

6 Considerações finais

Como apresentado anteriormente, o processo de incorporação de estrangeiros no Império brasileiro fez parte de uma abordagem política-militar, pautada nos interesses e estratégias de governo traçados pelo poder Executivo, na tentativa de consolidar a força do Exército Imperial, e conseqüentemente do Império do Brasil no cenário pós-Independência, e de supressão de conflitos no interior do território brasileiro.

Com o passar dos anos, a integração desses estrangeiros passou a ser marcada por questionamentos de autoridade e legitimidade por parte do poder Legislativo, uma vez que a permissão para a entrada de imigrantes fazia parte das atribuições da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa. Essas contestações foram posteriormente corroboradas com as denúncias sobre a angariação de irlandeses para as tropas militares e as circunstâncias de seu recrutamento na Imprensa, em especial, em periódicos como *A Aurora Fluminense*, jornal notadamente dotado de opinião.

Com a deflagração da revolta dos batalhões estrangeiros aquartelados na cidade do Rio de Janeiro, a oposição à permanência desses grupos cresceu e tomou espaço na esfera periódica. Em meio a esses acontecimentos, a *Aurora* se posicionou sobre a presença desses imigrantes a partir da construção de um discurso marcado pelo teor depreciativo, levantando argumentos contrários ao uso dos braços estrangeiros no interior das forças militares brasileiras, ressaltando o desrespeito à Constituição - elemento central de sua defesa enquanto jornal liberal moderado-, ao referir-se à sobreposição dos ministros do império em relação aos representantes da Nação, e integrantes da Assembleia, o que promoveu a reação de outros jornais como *O Echo*, antes do motim, e com *The Rio Herald* e *O Censor Brasileiro*, depois que foi deflagrado.

Apesar de defender a moderação, a *Aurora* alternou o tom quando o tema abordado foi a questão estrangeira, pois de um lado, discorreu sobre a possibilidade de inserção de estrangeiros no trato da agricultura no interior do território, na sua participação da indústria incipiente, na substituição da mão de obra escravizada e no incentivo à civilização, de outro lado, argumentou que o financiamento da imigração estrangeira voltada para as questões militares consistia no emprego indevido das funções ministeriais atreladas ao poder Executivo, alvo de suas críticas.

No quesito político, os embates a respeito, sobretudo, dos irlandeses, levaram ao desencadeamento de posições a seu favor e contra, especialmente no que tangia às atribuições dos poderes Executivo e Legislativo, tendo em mente que o processo envolvendo os soldados estrangeiros, desde o recrutamento, passou por um conflito de decisões pautado sobre as limitações e prerrogativas inerentes aos poderes.

Nesse sentido, a *Aurora Fluminense* teve em sua formulação a iniciativa de se posicionar enquanto influenciadora da opinião pública, salvaguardando a defesa da constitucionalidade e representatividade empreendida pela Câmara dos Deputados, defendendo a necessidade de que o Poder Legislativo tivesse operacionalidade no período denominado como Primeiro Reinado.

Desse modo, a inserção de estrangeiros no Brasil, seja no Exército ou em outros espaços, resvalou nas demais proposições e pautas de defesa do jornal, que estendeu e aprofundou os debates que impulsionou sobre a revolta, para disseminar os discursos que pretendia difundir em meio à *opinião pública*.

O fato de defender o liberalismo moderado e de basear seus escritos na defesa do regime monárquico representativo, não assegurou à *Aurora Fluminense* a linearidade de suas pautas de defesa, antes, serviu para a base de seu discurso, sobre o qual ergueu outros pilares de defesa, como o que marcou a combatividade aos estrangeiros, em especial àqueles associados ao serviço militar no interior do Exército Brasileiro, sendo atuante no desenvolvimento de uma opinião pública, que visou ora a instrução, ora a intervenção, ou ambos, simultaneamente.

A participação da esfera periódica na disseminação de informação e na construção de imagem dos estrangeiros, sobretudo dos irlandeses, a partir de 1827, foi fundamental para que determinadas discussões políticas alcançassem o cotidiano militar, político, social e cultural brasileiro, além de promover a discussão sobre a presença de imigrantes no Brasil e sua possível participação na construção do Império.

Apesar disso, o resultado da dinâmica estabelecida na imprensa periódica da primeira metade do século XIX, fez com que diversos jornais deixassem de circular, incluindo os que discorreram sobre a revolta dos soldados alemães e irlandeses no ano de 1828, e nos demais anos que marcaram o período final do Primeiro Reinado, o que consolidou *A Aurora Fluminense* enquanto o jornal que perpetrou o argumento final frente ao tema.

7 Referências Bibliográficas

Legislação

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Constituição de 1824**. In: Nogueira, Octaciano 1824 / Octaciano Nogueira. — 3. ed. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 105 p. — (Coleção Constituições brasileiras ; v. 1).

BRASIL. PLANALTO: DECRETOS HISTÓRICOS, 1808. **Decreto de 25 de novembro de 1808 que permitiu a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-25-11-1808.htm.

BRASIL. **Decreto de 8 de Janeiro de 1823**. Cria um regimento e três batalhões com a denominação de Regimento de Estrangeiros. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1823; Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html

BRASIL. PLANALTO: DECRETOS HISTÓRICOS. **Decreto de 18 de junho de 1822**, acerca da criação do corpo de juizes para julgar os abusos da imprensa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim-18-6-1822-2.htm. Consultado em: 29/10/2019. 7474

BRASIL. **Anais do Parlamento Brasileiro. Tomo IV [1827]**; sessão de 20 de agosto de 1827. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28319>

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil, sessão de 14 de setembro de 1827**. p.15-16. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1827/1827%20Livro%203.pdf

Imprensa

Astrea. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Mercantil, 1826-1832. 31x21 cm. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=749700>. Acesso em: set. 2023. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/astrea/749700>. Acesso em: set. 2023.

A Aurora Fluminense: jornal politico e litterario. Rio de Janeiro, RJ: Typ. do Diário, 1827-1839. 30 cm. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/aurora-fluminense/706795>. Acesso em: set. 2023. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=706795>. Acesso em: set. 2023.

O Censor Brasileiro. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Imperial, de P. Plancher-Seignot, 1828. 32x23. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/censor->

brasileiro/702420. Acesso em: set. 2023. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=702420>. Acesso em: set. 2023.

O Correio Braziliense. Londres [Inglaterra]: W. Lewis, Paternoster, 1808-1822. 20 x 13. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/correio_braziliense/correio_braziliense.htm. Acesso em: set. 2023.

Diário Fluminense. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1824-1831. 30x20 cm. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imperio-brasil-diario-fluminense/706744>. Acesso em: set. 2023. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=706744>. Acesso em: set. 2023.

L'Echo de L'Amerique du Sud: journal politique, commercial et litteraire. Rio de Janeiro, RJ: Imperial Typ. de P. Plancher-Seignot, 1827-. 34x23 cm. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=702404>. Acesso em: set. 2023. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/echo-lamerique/702404>. Acesso em: set. 2023.

The Rio Herald. Rio de Janeiro, RJ: P. Plancher Seignot, 1828-. 30x21,3 cm. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=748420>. Acesso em: set. 2023. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-herald/748420>. Acesso em: set. 2023.

O Espelho Diamantino: periodico de politica, litteratura, bellas artes, teatro e modas, dedicado as Senhoras Brasileiras. Rio de Janeiro, RJ: Imperial Typ. de P. Plancher-Seignot, 1827-. 22x15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700312>. Acesso em: set. 2023. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/espelho-diamantino/700312>. Acesso em: set. 2023.

Diplomacia

Arquivo diplomático da independência. Volume 4. Áustria e Estados da Alemanha. Ministério das Relações Exteriores. Ed. fac-similar. – Brasília: FUNAG, 2018. 6 v : il. – (Bicentenário Brasil : 200 anos:1822-2022). ISBN: 978-85-7631-751-7. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/29-29-arquivo_diplomatico_da_independencia_colecao

Fontes manuscritas

Fundação da Biblioteca Nacional (FBN)

[FOLHETO Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11, e 12 de Junho de 1828], Rio de Janeiro, II – 34, 16, 19 RJ 1828, (antigo II – 33, 28, 52), MS 512 (80) doc. 1613.

Fontes iconográficas

BN - Biblioteca Nacional

BERTICHEN, Pieter Godfried. **O Brasil pitoresco e monumental**: Rio de Janeiro e seus arrabaldes. Prancha 31; Jardim Botânico. Rio de Janeiro, RJ: Imperial de Rensburg, 1856. 22 f. de estampa, litogravura, algumas color. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393045/icon393045.pdf. Acesso em: 14 Sep. 2023.

LUZE, Bosset De. **Fazenda Pombal, Colônia Leopoldina, Bahia**, 1820. Pintura, Aquarela sobre papel. 36,3 x 61,1 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira/ Fundação Estudar. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19833/fazenda-pombal-colonia-leopoldina-bahia>

Plan de la Baie de Rio-Janeiro, por Ch. Walter, a partir de Thierry Frères e Jean-Baptiste Debret, 1834. Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17382/plan-de-la-baie-de-rio-janeiro>

SABATIER. **Plantation chinoise de thé: dans le Jardin Botanique de Rio-Janeiro**. Paris [França]: Lith. de Thierry Frères, [1835]. 1 grav, pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_149.jpg. Acesso em: 17 Sep. 2023.

SALATHÉ, Friedrich. **Novo Friburgo (Colônia Suíça, ao Morro Queimado)**. Bâle, Suíça: J. Steinmann, 1839. 1 grav, a água-tinta. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon35707/icon35707_06.jpg. Acesso em: 15 Sep. 2023. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19425/novo-friburgo-colonia-suissa-ao-morro-queimado>. Acesso em: 15 Sep. 2023.

STEINMANN, Johann Jacob. Largo do Paço. gravador, Frédéric Salathé, a partir de, Victor Barrat. 1839. Gravura, água-tinta e aquarela sobre papel. 11,7 x 16,8 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira/ Fundação Estudar. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/20071/largo-do-paco>. Acesso em: 14 Sep. 2023.

THIERRY FRÈRES. **Costume militaire**. Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, pb, 28,1 x 22,2cm em 52,6cm x 34,6cm. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=9128. Acesso em: 14 Sep. 2023.

THIERRY FRÈRES. **Améliorations progressives du Palais de St. Christophe: (Quinta de Boa Vista); depuis 1808, jusq'en 1831.** Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 29,1 x 23cm em f. 52,6 x 34,6. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=18186. Acesso em: 14 Sep. 2023.

THIERRY FRÈRES. **Costume des archers.** Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 30,8 x 23,6cm em f. 52,6 x 34,6. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=18188. Acesso em: 14 Sep. 2023.

UGENDAS, Johann Moritz. **[Parada no Campo de Sant'Ana]**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 18--]. 1 desenho, bico de pena, aguada de nanquim, color., 14,8 x 25,3cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon28728/icon28728.jpg. Acesso em: 14 Sep. 2023.

Museu Imperial

Gravuras e desenhos dos uniformes dos soldados estrangeiros. In: RODRIGUES, José Wash. **Fardas do Reino Unido e do império. Ministério da educação e saúde, Museo imperial, 1953.** Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1950-Separata-1.pdf>

Bibliografia

Alencastro, Luiz Felipe de; Renaux, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: **História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional.** Companhia da Letras.

Andrade, Marcos Ferreira de. **Família e política nas Regências: possibilidades interpretativas das cartas pessoais de Evaristo da Veiga (1836 -1837).** In: Linguagens e Práticas da cidadania no século XIX. Gladys Sabina Ribeiro / Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (orgs.). São Paulo: Alameda, 2010.

Andrade, Marcos Ferreira de. **Política, vínculos familiares e moderação: a trajetória dos Veiga no sudeste do Império (1827-1837).** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

Araujo, Marcelo. Chineses no Rio de Janeiro: o século XX e a migração em massa. **ENCONTROS** – ANO 13 – Número 25 – 2º semestre de 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Araujo-20/publication/371599127_CHINESES_NO_RIO_DE_JANEIRO_O_seculo_XX_e_a_migracao_em_massa/links/648b5df9c41fb852dd09443d/CHINESES-NO-RIO-DE-JANEIRO-O-seculo-XX-e-a-migracao-em-massa.pdf

Armitage, John, 1807-1856. **História do Brasil** / João Armitage. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. p. 271.

Barbosa, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800 – 1900** / Marialva Barbosa. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

Barroso, Gustavo, 1888-1959. **História militar do Brasil** / Gustavo Barroso. – 1. reimpr. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. p. 39.

Basile, Marcelo. Projetos de Brasil e construção nacional na Imprensa Fluminense. In: Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira.; Morel, Marco; Ferreira, Tânia Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006. p. 60-93.

Basto, Fernando Lázaro de Barros. **Ex-combatentes da ilha de Taperoá**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1971. p.11; *Op. cit.* Lemos, 2013, p. 290.

Belmonte, Alexandre; Toledo, Julia. N. A revolta dos Mercenários vista pela imprensa. In: **Anais do Congresso Intelectuais na América Latina: pensamento, contexto e instituições. Dos processos de independência à globalização**. Rio de Janeiro: UERJ/LABIMI, 2014.p. 549.

Braz, Andressa. “Raça Amarela”: a ciência nos debates da imigração chinesa no Brasil do século XIX. In: **História da Ciência no Brasil**. BN. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/historia-da-ciencia/raca-amarela-a-ciencia-nos-debates-da-imigracao-chinesa-no-brasil-do-seculo-xix/>

Bruyère-ostells, Walter. **História dos Mercenários: de 1789 aos nossos dias**. São Paulo: Contexto, 2012.

Bublitz, Juliana. **Entre tradição e modernidade: dilema do desenvolvimento no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/719>

Bueno, André et al. (Ed.). **Chineses no Brasil, Brasileiros na China: trajetórias em movimento**. Projeto Orientalismo/UERJ, 2022.

Campos, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015** / Gustavo Barreto de Campos. Rio de Janeiro, 2015.

Carmo, Alane Fraga. Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888. Salvador, 2010; Correa, Lucelinda Schramm. O resgate de um esquecimento - A colônia de Leopoldina. **GEOgraphia**, v. 7, n. 13, 2005.

Chartier, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/Francisco Belhencourt e Diogo Ramada Curto, v. 1).

Chartier, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 5(11), 1991. p. 180. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>.

Dias, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização das metrópoles e outros estudos**. Ed. Alameda – 2º edição. São Paulo: 2009.

Galsky, Nélio. **Mercenários ou libertários. As motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da independência do Brasil** / Nélio Galsky. – (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/896/projeto/Dissert-nelio-galsky.pdf>

Grinberg, Keila. **Escravidão e liberdade nas Américas** / Keila Grinberg e Sue Peabody. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Guimarães, Lucia Maria Paschoal. **Em nome da ordem e da moderação: A trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831 – 1835)**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – UFRJ, 1990.

Júnior, Nelson Ferreira Marques. “Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação”: áulicos, imprensa e soberania no Primeiro Reinado. **Veredas da história**. Ano III - Ed. 2 – 2010.

Lemos, Juvêncio Saldanha. **Os mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824 – 1830)**. / Juvêncio Saldanha Lemos. – 2. Ed. – Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

Lenharo, Alcir. **As tropas da Moderação, O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842**. Rio de Janeiro. BC – Biblioteca Carioca, 1979.

Luca, Tania Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: Carla Bessanezi Pinsky (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

Lustosa, Isabel. D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Lustosa, Isabel. O Macaco Brasileiro: um jornal popular na Independência. In: **Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas** / Márcia Abreu, Nelson Shapochnik (orgs.). – Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo, SP: Fapesp; 2005.

Lustosa, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira** / Isabel Lustosa. 2. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Lustosa, Isabel. A honra dos brasileiros ofendida em um jornal francês de 1828. In: **Mediações transnacionais e imprensa estrangeira publicada no Brasil** / organizado por Luigi Biondi, Terciane Ângela Luchese, Valéria dos Santos Guimarães. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2023, p.364-386.

Lyra, Maria de Lourdes Viana. **O império em construção; Primeiro Reinado e Regência** / Maria de Lourdes Viana Lyra; coordenação Maria Lígia Prado, Maria Helena Capelato. – São Paulo: Atual, 2000. – (Discutindo a história do Brasil).

Molina, Matias. M. **História dos jornais no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2015.

Morel, Marco. A Revolução do Haiti e o Império do Brasil: Intermediações e rumores. **Anuario de Estudios Bolivarianos**, v. 11, n. 12, 2005.

Morel, Marco. Animais, Monstros e Disformidades: a "Zoologia Política" no Processo de Construção do Império do Brasil. **Estudos Históricos**; 1999.

Morel, Marco. **As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial (1820/1840)** / Marco Morel. Jundiaí. Paco Editorial: 2016.

Morel, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: **Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos** / Organização, Lúcia Maria Bastos P. das Neves. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

Morel, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: **História da imprensa no Brasil** / Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras). – 2. ed., 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto.

Morel, Marco. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX** / Marco Morel, Mariana Monteiro de Barros. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Murray, Edmundo. William Cotter Irish officer in Dom Pedro's army of imperial Brazil. In: **Irish Migration Studies in Latin America**. Vol. 4, No. 3: July, 2006. p. 1. Disponível em: https://www.irlandeses.org/0607_173to174.pdf

Oberacker, Carlos H. A colônia Leopoldina-Frankental na Bahia Meridional: Uma colônia européia de plantadores no Brasil. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 24, n. 1, p. 455-479, 1987.

Oliveira, Carlos Eduardo França de. **Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP. 2009.

Oliveira, Carlos Eduardo França de. Tipógrafos, redatores e leitores: aspectos da imprensa periódica no Primeiro Reinado. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 2, n. 3, 2010.

Pereira, José Flávio e Pereira, Lupércio Antônio. **Instituições jurídicas, propriedade fundiária e desenvolvimento econômico no pensamento de José Da Silva Lisboa (1829)**. História (São Paulo) [online]. 2006, v. 25, n. 2 [Acessado 11 Setembro 2022], p. 192-213. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742006000200010>>. Epub 23 Set 2010. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742006000200010>.

Schlichthorst, C. **O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil** / C. Schlichthorst; tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso, apresentada, anotada e comentada por este. – Brasília: Senado Federal, 2000. VIII + 326 p. – (Coleção O Brasil visto por estrangeiros). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1043/575415.pdf?sequence=4&isAllowed=y>

Schwarcz, Lilia Moritz. Cultura. In: **História do Brasil Nação: 1808 – 2010, Crise colonial e independência: 1808 – 1830**, volume I / coordenação Alberto da Costa e Silva. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011 - (5ª parte).

Seidler, Carl. **Dez anos no Brasil: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil** / Carl Seidler; tradução e notas, Bertoldo Klinger nota ao leitor e notas, F. de Paula Cidade. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. 490 p. : il. -- (Coleção o Brasil visto por estrangeiros). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1069/652778.pdf?sequence=4&isAllowed=y>

Seyferth, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, 2002.

Seyferth, Giralda. **Imigração Alemã no Brasil**. Série Biblioteca Fazendo História. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Youtube, 18/03/2014. 1 vídeo (1h 24min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cMEE24UyroE>. Acesso em: 24/04/2023

Siriani, Sílvia Cristina Lambert. Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX: aspectos políticos. **Revista Almanack Brasileiro**, nº02. Novembro, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i2p91-100>

Silva, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: **Crise colonial e independência: 1808 – 1830**, volume I, coleção História do Brasil Nação: 1808 – 2010/ coordenação Alberto da Costa e Silva. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

Silva, Janaína de Carvalho. A Aurora Fluminense e o combate ao despotismo (1827-1831). **Dia-Logos: Revista Discente da Pós-Graduação em História**, v. 6, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/article/view/23347>

Silva, Luiz Gustavo Martins da. **Entre penas e impressos: aspectos da experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil contra o regime de D. Miguel (1826-1837)**. 1 Ed. – Fino Traço. Belo Horizonte, 2022

Silva, Roberta Felix da Silva. **Imprensa cultural na primeira metade do Oitocentos: Museu Universal, Jornal das Famílias Brasileiras**. Rio de Janeiro. UERJ. 2010.

Souza, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1999.

Souza, Otávio Tarquínio de, 1889-1959. História dos fundadores do Império do Brasil / Otávio Tarquínio de Sousa. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015, p. 48. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/528941>.

Souza, Vinícius de. Experiência da história num Império em construção [manuscrito]: narrativas, linguagens, conceitos e metáforas em Francisco de Sales Torres Homem (1831-1856) / Vinícius de Souza. – 2017.

Trespach, Rodrigo. **1824: como os alemães vieram parar no Brasil, criaram as primeiras colônias, participaram do surgimento da Igreja protestante e de um plano para assassinar D. Pedro I**. São Paulo: LeYa Brasil, 2019.

Vieira, Lidiane Rezende. **Evaristo da Veiga e a recepção do liberalismo francês nas páginas do jornal Aurora Fluminense (1827-1835)** / Lidiane Rezende Vieira. - (Dissertação de Mestrado), UERJ, 2016.

Walsh, Robert. **Notices of Brazil in 1828 and 1829**. F. Westley and A. H. Davis. London, 1830. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518704>